

MESTRADO
HISTÓRIA DA ARTE, PATRIMÓNIO E CULTURA VISUAL

Arquitetura na Paisagem Sertaneja: Estudo sobre as casas-grandes das fazendas de gado na Ribeira do Seridó

Maria Rita de Lima Assunção

M

2019



Maria Rita de Lima Assunção

**Arquitetura na Paisagem Sertaneja: Estudo sobre as
casas-grandes das fazendas de gado na Ribeira do Seridó**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura
Visual, orientada pelo Professor Doutor Nuno Miguel de Resende Jorge Mendes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Julho de 2019

A presente dissertação foi objeto de correções em virtude de terem sido detetadas várias passagens retiradas de forma direta, sem a necessária referência bibliográfica.

Arquitetura na Paisagem Sertaneja: Estudo sobre as casas-grandes das fazendas de gado na Ribeira do Seridó

Maria Rita de Lima Assunção

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, orientada pelo Professor Doutor Nuno Miguel de Resende Jorge Mendes

Membros do Júri

Professora Doutora Maria Leonor César Machado de Sousa Botelho
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Teresa Cordeiro de Moura Soeiro
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Nuno Miguel de Resende Jorge Mendes
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 19 valores

A painho e mainha, a minha irmã Malu e a Silvio.

Sumário

Resumo.....	11
Abstract	12
Índice de Figuras	13
Índice de tabelas	18
Índice de fichas comparativas do estado de situação do patrimônio rural de Serra Negra do Norte.....	19
Lista de acrônimos e siglas.....	20
Lista de acrônimos dos Estados do Brasil citados.....	22
Introdução.....	23
Objetivos.....	24
Metodologia.....	24
Estrutura.....	26
Capítulo 1 – TRAJETÓRIA DA ARQUITETURA RURAL.....	28
1.1 O patrimônio vernáculo construído.....	28
1.2 Arquitetura rural em contexto internacional	38
1.3 Principais contributos para a salvaguarda da arquitetura rural no Brasil.....	51
1.3.1. Preservação a nível estadual: Rio Grande do Norte	71
1.3.2. Pesquisas acadêmicas sobre o tema da arquitetura rural do Seridó	75
Capítulo 2. – O TERRITÓRIO DO SERIDÓ.....	82
2.1 Processo de formação histórica.....	82
2.1.1 Interiorização do Rio Grande do Norte.....	87
2.1.2 Sertões de dentro e de fora: estrada das boiadas.....	96
2.1.3 Lavouras e a cultura do algodão.....	100
2.2 Paisagem Cultural Sertaneja	103
2.2.1 O Seridó Potiguar.....	113
2.2.2 Sua gente.....	122
2.2.3 Práticas culturais na dinâmica do Seridó.....	130
Capítulo 3. – ARQUITETURA NA PAISAGEM SERTANEJA.....	145
3.1 Considerações Iniciais.....	145
3.2 As Casas-grandes das Fazendas de Seridó.....	150
3.3 Caracterização das Casas-grandes.....	152
3.3.1 Data e autoria do patrimônio analisado.....	154
3.3.2 Ambiência, implantação e orientação	155
3.3.3 Partido arquitetônico.....	161
3.3.4 Programa funcional: uso social do espaço doméstico.....	162
3.3.5 Materiais e Sistemas Construtivos.....	183
3.3.6 Considerações sobre o estudo tipológico.....	195

Capítulo 4. – ESTUDO COMPARATIVO: SERRA NEGRA DO NORTE/RN.....	200
4.1 Casas-grandes analisadas.....	201
4.2 Procedimentos Metodológicos.....	202
4.2.1 Metodologia SICG.....	203
4.3 Resultados e Discussões.....	209
Conclusão.....	226
Referências bibliográficas.....	230
Apêndices.....	240
Apêndice 01: Bens arquitetônicos rurais tombados pelo IPHAN.....	240
Apêndice 02: Estudo Tipológico.....	244
Anexo.....	284
Anexo 01: Cronologia da seca no nordeste (1583-1909).....	284

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 23 de Julho de 2019

Maria Rita de Lima Assunção

Agradecimentos

Um especial agradecimento à Superintendência/RN do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao apoio na continuidade dos estudos sobre o patrimônio rural da região do Seridó. Ainda assim, a colaboração do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM/IPHAN quanto ao suporte no decorrer da dissertação.

Agradeço igualmente a Prefeitura Municipal de Serra Negra do Norte pelo acolhimento e esteio aos trabalhos de campo destinados à efetivação da análise comparativa do estado de situação do patrimônio rural local;

Ao Professor Doutor Nuno Miguel de Resende Jorge Mendes por sua orientação, críticas construtivas e partilha de conhecimentos; Aos moradores, proprietários das casas-grandes visitadas, pela gentileza de abrirem as portas de suas moradas e de sua existência. Aos sertanejos que conheci à época do Inventário de Conhecimento do Patrimônio Rural da Região do Seridó Potiguar e que com o mesmo sorriso caloroso e farto, novamente me acolheram;

À minha família seridoense, memória viva e latente do sertão do seridó, encarregada de nutrir as melhores passagens da minha infância junto aos currais e ao Cruzeiro da cidade de Currais Novos/RN; Aos meus pais, maiores incentivadores e apoiadores da minha carreira.

Resumo

A formação do território do chamado ciclo do gado, região Seridó Potiguar, Nordeste do Brasil, a partir do século XVII concebeu um vasto acervo arquitetônico e uma cultura específica com elementos sociais intrinsecamente vinculados ao meio. Estudamos as habitações rurais casas-grandes remanescentes do século XIX, uma arquitetura vernacular inserida no contexto da Paisagem Cultural Sertaneja, reflexo da interação do homem na ambiência do sertão, patrimônio com elevada simbologia, reflexo dos modos de vida de uma específica área locada no semiárido nordestino. As moradas são fundamentais na identidade do Seridó e dos seus vínculos com o território, uma vez que retratam a diversidade cultural e construtiva, posto que, sua significativa relação com a ambiência, manifesta inevitavelmente a adaptação quanto as condicionantes locais e os recursos existentes e disponíveis, compondo uma arquitetura com marcas próprias. A importância de resguardar a memória coletiva rural dessa região através do desenvolvimento de instrumentos de pesquisa e de identificação do patrimônio arquitetônico é relevante para integrar a herança construída no processo de ordenamento do território e assim torná-lo um fator de desenvolvimento local e consequentemente promover o respeito e o conhecimento dos bens existentes. Realizamos um estudo sobre a arquitetura rural dessa região como uma manifestação do patrimônio cultural, através de uma concepção mais ampla centrada na arquitetura das casas de fazendas e demais referências culturais, evidenciando sua relevância como bem patrimonial pertencente à Paisagem Cultural Sertaneja, com o objetivo de contribuir para sua valorização e preservação, pois aos poucos o patrimônio rural da região do Seridó Potiguar vem sendo degradado.

Palavras-chave: Arquitetura Vernacular; Patrimônio; Paisagem Cultural Sertaneja; Habitação Rural; Casa-grande.

Abstract

The Territory's formation of the so-called cattle cycle at *Seridó Potiguar* region in the Northeast of Brazil from the seventeenth century conceived a vast architectural collection and a specific culture with social elements intrinsically connected with the environment. We studied rural the *casas-grandes* in the nineteenth century, a vernacular architecture inserted in the context of the *Sertaneja* Cultural Landscape, a reflection of the interaction of man in the *sertão* environment, a heritage with high symbology, a reflection of the ways of life of a specific area located in the semi-arid northeastern. The dwellings are fundamental in the identity of *Seridó* and its ties with the territory since they portray the cultural and constructive diversity, as its significant relation with the ambience inevitably manifests the adaptation with the local conditions and the available resources, composing an architecture with own brands. The importance of safeguarding the rural collective memory of this region through the development of tools for the architectural heritage's research and identification is relevant to integrate inheritance built in the process of spatial planning, and thus make it a factor of local development and consequently promote the respect and knowledge of existing assets. We carried out a study about the rural architecture of this region as a cultural heritage's manifestation, through a broader conception centered on the architecture of the farms houses and other cultural references, evidencing their relevance as heritage property belonging to the *Sertaneja* Cultural Landscape, with the objective of contribute to its valorization and preservation as the rural heritage of the *Seridó Potiguar* region has been gradually degraded.

Keywords: Vernacular Architecture; Heritage; Sertaneja Cultural Landscape; Rural Dwellings; Casa-grande.

Índice de Figuras

Figura 1 - Cotswold Village.....	34
Figura 2 - Habitação móvel americana.....	35
Figura 3 - Museu do Vaqueiro, Fazenda Bonfim, São José de Mipibu/RN.....	75
Figura 4 - Vista aérea da Fortaleza dos Reis Magos.....	83
Figura 5 – Carta topográfica e administrativa das províncias do Rio Grande do Norte e Parahiba apresentada por Diniz (2008)	93
Figura 6 - Dinâmica do comércio para os vales e brejos da Paraíba e Pernambuco.....	98
Figura 7 - Caminhos do gado.....	99
Figura 8 - Paisagem sertaneja - Fazenda Aroeira em Serra Negra do Norte, Seridó...111	
Figura 9 - Paisagem Sertaneja do Seridó.....	112
Figura 10 - Mapa com a delimitação dos municípios do Seridó Potiguar.....	116
Figura 11 - Paisagem Sertaneja de São João do Sabugi, Seridó.....	117
Figura 12 - Paisagem Serataneja de Serra Negra do Norte, Seridó.....	118
Figura 13 - Hidrografia do Seridó Potiguar.....	119
Figura 14 - Caracterização das áreas de ocorrência de desertificação no RN.....	120
Figura 15 - Coronel comandante superior da Guarda Nacional do Seridó Batista Pereira (4/3/1822 – 30/9/1871), Coronel comandante superior da Guarda Nacional do Seridó Ezequiel de Araújo Fernandes (10/4/1843 – 24/4/1904) e o tenente-coronel Clementino Batista de Araújo do Caicó (19/10/1833 – 25/5/1926), respectivamente.....	124
Figura 16 – Imagem da II Pega de Boi no Mato na Fazenda Pitombeira, Acari – RN, originalmente desenvolvida por Diniz (2008)	127
Figura 17 - Moradores das Casas-grandes nas Fazendas de Umari (Ouro Branco), Vista Alegre (Jardim de Piranhas), Toco (Timbaúba do Batistas) e Barra da Carnaúba (Serra Negra do Norte), Seridó Potiguar.....	129
Figura 18 - Representação das marcas.....	131

Figura 19 - Áreas possíveis para marcas.....	132
Figura 20 - Representação dos primeiros desenho utilizados no Seridó.....	132
Figura 21 - Representação dos ferros da família Lamartine de Faria e pano de couro com as marcações dos Faria na Fazenda Rolinha.....	133
Figura 22 - Representação dos Municípios do Seridó com o ano de criação e respectivo ferro de Ribeira.....	134
Figura 23 - Imagem da Pega de boi no mato na fazenda Pitombeira, Acari-RN, originalmente desenvolvida por Diniz (2008)	137
Figura 24 - Fotografia da Procissão Solene no ano de 1889.....	139
Figura 25 - Fotografia de fiéis de Santa'Ana na matriz no dia de procissão e Cavalgada, respectivamente.....	139
Figura 26 - Comidas tradicionais do Seridó: carne-de-sol, manteiga de garrafa e queijo de manteiga, arroz da terra, respectivamente.....	141
Figura 27 - Comidas tradicionais do Seridó: Buchada e picado.....	141
Figura 28 - Toalha em bordado de Guimarães e de Caicó.....	142
Figura 29 - Sistema construtivo em taipa.....	147
Figura 30 - Mapa de identificação das fazendas analisadas.....	151
Figura 31 - Casas-grandes das fazendas inventariadas no o relatório técnico.....	152
Figura 32 - Conjuntos que integram as fazendas de Timbaúba dos Gorgônio e Gurupá.....	155
Figura 33 – Implantação Fazenda Carnaúba, Serra Negra do Norte.....	156
Figura 34 – Implantação Fazenda Rolinha e Cipó.....	156
Figura 35 – Acessos existentes nas Casas de Jardim e Pedra e Cal.....	157
Figura 36 – Engenho de rapaduar e Casa de farinha da Fazenda Umary.....	158
Figura 37 – Casa de farinha contígua a Casa-grande Dinamarca.....	158

Figura 38 – Armazém de algodão com maquinário na Fazenda Rolinha.....	159
Figura 39 – Estruturas dos currais pertencentes as casas-grandes na região do Seridó	160
Figura 40 – Alpendre e detalhes de algumas Casas de Fazenda.....	167
Figura 41 – Estrutura do pilares dos Alpendres.....	168
Figura 42 - Piso em lajeado de pedra e tijoleira de barro dos Alpendres das casas-grande Umary e Encampinado.....	168
Figura 43 – Bancos de madeira dos Alpendre das casas-grandes Barra da Carnaúba e Jardim e Encampinado.....	169
Figura 44 – Tornos dos Alpendres de Três Riachos, Umary e Amparo.....	169
Figura 45 – Tornos suspendendo os apetrechos sertanejos na Fazenda Dinamarca....	169
Figura 46 – Planta Baixa Pedra e Cal com a marcação das salas.....	170
Figura 47 – Salas da frente.....	171
Figura 48 – Salas da refeição da casa-grande Tapuia.....	172
Figura 49 – Mobiliário presente nas casas-grandes.....	172
Figura 50 – Quartos das casas Barra da Carnaúba e Umary, respectivamente.....	173
Figura 51 – Quartos da casa Amparo e baús de algumas fazendas.....	174
Figura 52 – Ambientes da Casa-grande Jerusalém.....	175
Figura 53 – Pormenores do Sótão da casa-grande Tapuia.....	176
Figura 54 – Cozinha e fogões a lenha.....	178
Figura 55 – Mobiliário Cozinha.....	179
Figura 56 – Banheiro externo da casa-grande Cipó e Sala de Banho pertencente a casa-grande Vista Alegre, respectivamente.....	180
Figura 57 – Estrutura dos paióis encontrados nas fazendas visitadas.....	181
Figura 58 – Armazém e Depósito com usos variados.....	182

Figura 59 – Assentamento tijolos.....	183
Figura 60 – Alvenarias da casa-grande Dinamarca.....	184
Figura 61 – Alvenarias original e nova da casa-grande Encampinado.....	185
Figura 62 – Alicerce em pedras mistas das casas-geande Santa Teresinha e Jardim...186	
Figura 63 – Casa-grande Carnaúba locada sob afloramento rochoso.....	186
Figura 64 – Escadas com modificações.....	187
Figura 65 – Pisos utilizados nas casas-grandes dos conjuntos rurais do Seridó.....	188
Figura 66 – Pormenor dos revestimentos da casa-grande Dinamarca.....	189
Figura 67 – Composição das fachadas das casas-grandes.....	190
Figura 68 – Vãos das entradas principais das casas-grandes.....	190
Figura 69 – Janelas das casas-grandes.....	191
Figura 70 – Vergas.....	191
Figura 71 – Ferragens, trancas e chaves das esquadrias.....	192
Figura 72 – Telhado de arrasto da casa-grande Encampinado.....	193
Figura 73 – Elemento estrutural brabo.....	193
Figura 74 – Pormenor cimalha na cobertura da casa Timbaúba dos Gorgônios.....	195
Figura 75 - Mapa de localização das casas-grandes vistoriadas.....	201
Figura 76 - Ficha M206 – Diagnóstico de Conservação.....	206
Figura 77 - Ficha M304 – Bem Imóvel – Conjuntos Arquitetônicos Rurais.....	207
Figura 78 - Ficha M301 – Cadastro de bens.....	207
Figura 79 - Ficha Comparativa do Estado de Situação	208
Figura 80 - Casa de Cultura Popular Oswaldo Lamartine de Faria.....	210

Figura 81 - Casa-grande Timbaúba dos Gorgônios.....	211
--	------------

Índice de tabelas

Tabela 1 - Artigos sobre a arquitetura rural na Revista do SPHAN desenvolvida por Diniz (2008).....	56
Tabela 2 - Bens arquitetônicos civis rurais tombados por órgãos estaduais desenvolvida por Diniz (2008).....	63
Tabela 3 - Bens arquitetônicos rurais tombados pelo Estado do RN.....	73
Tabela 4 - Formação genealógica do Seridó segundo Olavo de Medeiros Filho.....	89
Tabela 5 - Freguesias e Vilas criadas no século XVIII.....	92
Tabela 6 - Freguesias criadas durante o século XIX.....	92
Tabela 7 - Toponímia do Seridó por Olavo de Medeiros Filho.....	96
Tabela 8 - Relação dos equipamentos de beneficiamento de mandioca encontrados nos inventários analisados.....	101
Tabela 9 - Quadro sistemático da divisão regional do Estado do Rio Grande do Norte em Regiões Imediatas e Intermediárias.....	115
Tabela 10 - Quadro sistemático da divisão regional dos município do Seridó Potiguar.....	115
Tabela 11 - Evolução demográfica com dados do IBGE, 2010.....	122
Tabela 12 - Fichas por categoria.....	143
Tabela 13 - Municípios e casas visitadas no relatório técnico.....	150

Índice de fichas comparativas do estado de situação do patrimônio rural de Serra Negra do Norte

Ficha 1 – Fazenda Apaga Fogo.....	212
Ficha 2 – Fazenda Aroeira.....	214
Ficha 3 – Fazenda Arroz.....	216
Ficha 4 – Fazenda Barra da Carnaúba.....	218
Ficha 5 – Fazenda Dinamarca.....	220
Ficha 6 – Fazenda Rolinha.....	222
Ficha 7 – Fazenda Vapor.....	224

Lista de acrónimos e siglas

CEMAT	Conferência Europeia dos Ministros do Ordenamento do Território
CNFCP	Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
CODEPHAAT	Conselho de defesa do património histórico, arqueológico, artístico e turístico do estado de São Paulo
COE	Conselho de Europa
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DEPAM	Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização
FJA	Fundação José Augusto
IBECC	Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
IFLA	International Federation of Landscape Architects
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IGETUR	Instituto de Formação e Gestão em Turismo
INBI-SU	Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPCE	Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
ISCCL	International Scientific Committee on Cultural Landscapes
LALI	Latin American Landscape Initiative
MINC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOMA	The Museum of Modern Art
PNCD	Plano Nacional de Combate a Desertificação
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PPCM	Política do Patrimônio Cultural Material

SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SIT	Sistema de Informações Territoriais
SEMARH-RN	Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Lista de acrónimos dos Estados do Brasil citados

AL	Alagoas
BA	Bahia
MA	Maranhão
MG	Minas Gerais
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PI	Piauí
RN	Rio Grande do Norte
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SP	São Paulo

Introdução

A presente dissertação está centrada no estudo das Casas-grandes das Fazendas de gado localizadas na região do Seridó Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil, área com características físicas hostis, porém rica pela tradição e cultura desenvolvida ao longo do processo da criação do gado, a partir do século XVII. Trata-se de um mundo patriarcal em torno das moradas sedes, do senhor da família e do vaqueiro, figura fundamental para o processo de formação da identidade local, dinâmica que originou a *Cultura Sertaneja do Nordeste*. É dentro dessa perspectiva que muitas casas de fazenda construídas tornaram-se uma sólida representação do patrimônio e da paisagem cultural conhecida como *sertaneja*. Bens com elevada simbologia e que traduzem os processos socioculturais ali vividos. Uma rica interação entre o homem e sua ambiência envolvendo particularidades nos costumes e hábitos de morar.

Como pressuposto da pesquisa ressaltamos que a arquitetura vernacular do Seridó contribui para a formação da paisagem cultural sertaneja, logo, é a partir dos elementos tangíveis e intangíveis da paisagem que buscamos compreender o valor do patrimônio rural para além da sua materialidade, por meio de um processo atrelado à dinâmica histórica, econômica e social, tendo em vista a relação com a paisagem e o território. Conduzimos a investigação mediante a apreensão de que não é possível abordar a arquitetura vernacular do Seridó de maneira isolada, pois só se mostra íntegra com a análise dos aspectos sociais, históricos e ambientais que a constituem.

Desenvolvemos o presente estudo com base no Relatório Técnico *Inventário do Patrimônio Rural do Seridó - Caminhos do Seridó* (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010), referente à terceira etapa de um projeto a cargo da Superintendência IPHAN/RN e finalizado com a publicação do *Inventário de conhecimento do Patrimônio Rural da Região do Seridó Potiguar* (IPHAN, 2012). O referido relatório técnico, produto da nossa coordenação e acompanhamento dos trabalhos de campo junto ao IPHAN, inventariou quarenta casas de fazendas em seis municípios da região do Seridó Potiguar. Para a continuação da pesquisa consideramos a oportunidade de ampliar e atualizar o estudo das habitações rurais, monitorar o patrimônio anteriormente inventariado e traçar algumas considerações sobre a atual rede de proteção desses exemplares.

Objetivos

As edificações rurais encontram-se distribuídas por toda Ribeira do Seridó, pertencentes a particulares que desde a época do relatório técnico (2010) estavam entregues, em sua maioria, as famílias de moradores que utilizavam o espaço como habitação e com isso mantinham as casas em uso.

Percebemos durante essa fase certo desgaste e pouca interação por parte dos proprietários. A partir dessa observação inicial norteamos a investigação a partir de alguns objetivos: geral e específico.

De forma geral realizamos um estudo sobre a arquitetura rural da região do Seridó como uma manifestação do patrimônio cultural, através de uma concepção mais ampla, centrada tanto no valor do objeto, bem como, na ambiência social, evidenciando sua relevância como bem patrimonial pertencente à Paisagem Cultural Sertaneja e assim contribuir para a valorização e preservação desse patrimônio. Especificamente, direcionamos nosso olhar para os seguintes objetivos:

- Realizar uma explanação sobre a formação da região do Seridó Potiguar, enquadrando a área de estudo no contexto histórico e geográfico;
- Procurar entender a paisagem sertaneja como uma interação entre o homem sertanejo e o ambiente do sertão do Seridó nos aspectos do território, de sua gente e das práticas culturais existentes;
- Compreender a relação entre a construção do edificado e o vínculo com o território refletido nos materiais e na arquitetura, mediante a caracterização e estudo tipológico das habitações rurais contempladas no Relatório Técnico *Inventário do Patrimônio Rural do Seridó - Caminhos do Seridó* (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010);
- Refletir sobre o estado de situação em que essas edificações se encontram para assim projetar um discurso quanto às políticas de proteção desses bens.

Metodologia

A proposta metodológica se caracteriza por uma abordagem qualitativa, procurando compreender as casas de fazenda como manifestação do patrimônio cultural

e agente constituidor da paisagem sertaneja. A pesquisa é multidisciplinar e traz contribuições para várias linhas dentro do programa de Mestrado em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual, embora nossa direção aponte para os estudos do Patrimônio, Paisagem e Território.

A investigação foi desenvolvida em duas fases: 1) revisão bibliográfica e 2) trabalho de campo para o monitoramento do objeto de estudo.

A primeira etapa consistiu na revisão da produção dos pesquisadores regionais envolvidos com o estudo da arquitetura rural, além de algumas pesquisas anteriormente desenvolvidas. Para isto, utilizamos “fontes primárias e secundárias sobre o Seridó e seu patrimônio edificado como os inventários deixados pelos proprietários das fazendas” (Diniz, 2008, p.9) e acesso aos arquivos com produções sobre o patrimônio cultural da região abrigados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, assim como, pertencentes à Fundação José Augusto.

Dentro dessa fase centramos esforços para a caracterização da arquitetura rural, realizando um estudo tipológico, além de explorar as condições da implantação, do partido arquitetônico, do programa funcional e dos materiais e sistemas construtivos com base nos dados do Relatório Técnico *Inventário do Patrimônio Rural do Seridó - Caminhos do Seridó* (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010), além de seguir a metodologia utilizada pelo IPHAN para a produção do *Inventário de conhecimento do Patrimônio Rural da Região do Seridó Potiguar* (IPHAN, 2012) e da dissertação desenvolvida por Diniz (2008), por sua relevância quanto a preservação da arquitetura rural do Seridó.

Para o estudo comparativo que fundamenta a segunda etapa da pesquisa, fizemos um levantamento de campo com foco no monitoramento do estado de situação das edificações do município de Serra Negra do Norte. Estabelecemos contato com o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM/IPHAN para acesso a metodologia do SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e gestão e utilizamos esse material durante a coleta dos dados, *in loco*. Em sequência, a compilação do material recolhido e a produção de uma ficha específica para nosso objeto de estudo, seguida de algumas considerações sobre o cenário encontrado.

Estrutura

O trabalho está estruturado em quatro capítulos: 1) Trajetória da Arquitetura Rural, 2) O Território do Seridó, 3) Arquitetura na paisagem sertaneja e 4) Estudo Comparativo: Serra Negra do Norte.

O capítulo 1, **Trajetória da Arquitetura Rural**, “trata dos conceitos, resoluções e cartas patrimoniais” (Diniz, 2008, p.10) referente ao patrimônio arquitetônico rural e vernacular. Abordamos de uma forma geral o entendimento acerca do patrimônio vernacular para em sequência verificar os contributos a nível nacional, nomeadamente, as práticas e as atuações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) até a preservação a nível estadual. Por fim, contemplamos as pesquisas acadêmicas sobre os temas da arquitetura rural e do Seridó que tomamos por referencial de base. O presente capítulo possui como referencial o discurso estabelecido por Diniz (2008) no trato das questões relacionadas com a preservação da arquitetura rural.

O capítulo 2, **O território do Seridó**, está estruturado em duas partes: *Parte I* aborda o processo de formação histórica do estado do Rio Grande do norte e “do Seridó, com fim de compreender a dinâmica de implantação das fazendas na região” (Diniz, 2008, p.10) e tratamos da Paisagem Cultural Sertaneja, expondo contextos culturais mais complexos: o espaço do Seridó, sua gente e as práticas culturais como uma interação significativa entre o sertanejo e a ambiência, elementos que configuram e marcam o território e que são fundamentais para o entendimento do patrimônio rural da região. Na *Parte II* buscamos analisar a arquitetura da Paisagem Sertaneja. Tratamos ainda da caracterização e dos fundamentos de implantação dessas moradas, além de um estudo tipológico, abordando a composição da planta baixa, cobertura, entre outros elementos importantes para a caracterização desse patrimônio. O presente capítulo possui como referenciais os discursos estabelecidos por distintos autores que possuem reconhecida trajetória no estudo do contexto histórico-social da região Seridó potiguar.

O capítulo 3, **Arquitetura na paisagem sertaneja**, centra na análise arquitetônica das casas-grandes contidas no relatório técnico: *Inventário do Patrimônio Rural do Seridó – Caminhos do Seridó* (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010). Para isso, caracterizam-se e comparam-se os exemplares, verificando semelhanças e diferenças na

forma base das casas-grandes, de modo a compreender os perfis tipológicos e como essas características respondem as interações com o meio e com as técnicas autóctones. O presente capítulo possui como referenciais, sobretudo, os discursos estabelecidos por Feijó (2002), Diniz (2008), IPHAN (2010, 2012) e Borges (2015) no trato das questões relacionadas ao estudo da arquitetura rural.

O capítulo 4, **Estudo Comparativo: Serra Negra do Norte**, busca a partir da análise específica do patrimônio rural do município de Serra Negra, averiguar o estado de situação dessas habitações, por meio de uma perspectiva comparativa entre o contexto registrado no levantamento de 2010, a partir das informações contidas no Relatório Técnico *Inventário do Patrimônio Rural do Seridó - Caminhos do Seridó* (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) e 2019. Mediante as informações obtidas produzimos uma nova base de dados e tecemos algumas considerações referentes às políticas de proteção do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar.

Capítulo 1 - Trajetória da Arquitetura Rural

1.1. O patrimônio vernáculo construído

O patrimônio vernacular construído ou tradicional, tal como definido na *Carta do Patrimônio Construído Vernacular ICOMOS, 1999* (Lopes & Correa, 2014, p.341-344), é “a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo” (Ribeiro, 2016, 14). Reconhecido como uma criação característica e genuína da sociedade manifesta-se de forma aparentemente irregular, refletindo a vida contemporânea a partir de uma “paisagem humanizada” (Fauvrelle, Rosas, & Soeiro, 2002, p.147), apresentando-se, simultaneamente, como testemunho da criação humana com a natureza e também criação do tempo.

O patrimônio tradicional na sua “riqueza e diversidade” (Fauvrelle, Rosas, & Soeiro, 2002, p.148) configura a memória e a identidade reconhecida pela comunidade. A partir dos ensinamentos de Fauvrelle, Rosas e Soeiro (2002, p.148) estabelecemos constatações sobre o tema: trata-se de uma construção social na busca por referentes culturais passíveis de serem assumidos como elementos de diferenciação simbólica pelos grupos sociais, as práticas culturais são representações sociais e marcas significativas que tem no patrimônio um elo indissociável, por fim, o vínculo patrimônio e cultura possibilita entender a condição não estática do patrimônio vernacular, reconhecido e preservado através da transmissão de conhecimentos, da diversidade de soluções e da capacidade humana de aprender e inovar.

A *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular UNESCO, 1989* (Lopes & Correa, 2014, p.273-278), documento que confirma a importância do olhar para a cultura tradicional e popular como “parte do patrimônio universal da humanidade, reafirma que essa relação é um meio poderoso de aproximação entre diferentes povos e grupos sociais e de afirmação das suas identidades culturais” (Lopes & Correa, 2014, p.273). Constata-se, ainda, a sua “importância social, econômica, cultural e política, o seu papel na história dos povos, sublinhando a natureza específica e a importância da cultura como parte integrante do patrimônio” (Lopes &

Correa, 2014, p.273). Para os fins da presente Recomendação, a definição de cultura tradicional e popular é o seguinte:

Conjunto das criações, baseadas na tradição, que emanam de uma comunidade cultural e que são expressas por um grupo ou por indivíduos, respondendo reconhecidamente às expectativas da comunidade enquanto expressão da sua identidade cultural e social, apresentando normas e valores que se transmitem oralmente, por imitação ou de outra forma. As suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes. (Lopes & Correa, 2014, p.274)

Consideramos, ainda, que dentro da análise do conceito da arquitetura vernácula, “não são reconhecidos estilos arquitetônicos, mas a sua essencialidade tipológica e morfológica, compreendida como uma arquitetura comum, anônima, que constitui a fisionomia da cidade, e se diferencia, de acordo com as expressões e linguagens culturais” (como citado em Borges, 2015, p. 64)

Nessa diversidade tipológica o *rural* surge como um exemplar de natureza *vernácula* caracterizada pelo produto imediato da relação do homem, através da sua necessidade básica de abrigo, com o meio natural envolvente. Segundo informam Fernandes e Mateus (2011, p.212): “estas implicações “traduzem-se numa diferenciação regional pela utilização de materiais e técnicas locais, pela adaptação às especificidades climáticas, à estrutura familiar e respectiva atividade económica e aos costumes da comunidade”. Portanto, quando falamos em património rural como objeto do nosso estudo, compreendemos que este só poderá ser entendido enquanto uma composição de elementos naturais e também culturais de forma articulada e que apela por uma definição abrangente e plural.

Segundo Javier Canicacelaya e José Baganha, a valorização da arquitetura vernácula na Europa desperta em meados do século XVIII, a partir de “uma reação ao barroco, acompanhado por um interesse pela razão, inerente a uma atração pelo natural e natureza” (Canicacelaya & Baganha, 2004, p.9). Ainda segundo os autores, “o gosto da nobreza pelo rural já tinha produzido excelentes exemplos de arquitetura pitoresca

em Inglaterra, desde os tempos de Lord Burlington e William Kent, durante a primeira metade do século XVIII” (Canicacelaya & Baganha, 2004, p.10).

Segundo explicam, Pugin (1812-1852) foi quem mostrou um particular interesse pela recuperação das aldeias medievais. Suas idéias foram reproduzidas John Ruskin e William Morris, mas é em meados do século XIX que arquitetos seguidores das ideias de Pugin e de Ruskin assumiram um interesse pelas características da arquitetura local (Canicacelaya & Baganha, 2004, p.10).

Canicacelaya e Baganha afirmam que a partir de meados do século XIX a arquitetura vernácula consagra-se como atrativo. Segundo os autores, arquitetos como P. Webb (1831-1916), W. R. Lethaby (1857-1931), C. F. A. Voysey (1857-1941), E. S. Prior (1852-1932) deixaram exemplos de interpretação da arquitetura vernácula, tingidos pelas ideias herdadas do movimento pitoresco de Pugin ou Ruskin (Canicacelaya & Baganha, 2004, p.11).

Outra fase dentro da construção do pensamento vernacular na Europa diz respeito a “Revolução Industrial e as grandes alterações consequentes que quebraram a linha evolutiva do conhecimento vernacular” (Fernandes & Mateus, 2011, p.207).

Em “*As questões do patrimônio, antologia para um debate*” Françoise Choay refere-se à Revolução Industrial como a Segunda Revolução Cultural, desencadeada mediante o advento do maquinismo, acompanhado pelos desenvolvimentos consecutivos da produção industrial e dos transportes ferroviários. Segundo a autora, essa revolução não provocou somente o êxodo rural, mas a reviravolta dos meios de vidas tradicionais, a formação do proletariado urbano e igualmente a transformação das mentalidades (Choay, 2015, p.26).

Na sequência, segundo explicam Fernandes e Mateus (2011):

Mas é no séc. XX que as raízes com o passado vernacular são definitivamente quebradas. No início do século, a transparência, a luz, o ar e o sol tornaram-se as bandeiras do Movimentos Moderno. Artistas e arquitectos propagaram estruturas cristalinas como modelos ideais higienistas em antítese às cidades sujas e negras

da revolução industrial. A proliferação global deste pensamento, revolucionário e necessário, lentamente se começou a interiorizar nas diversas culturas. As imagens fortes de uma arquitectura que se assumia como universal – aplicável a qualquer geografia – e alguns erros de mimetização de modelos começaram a erodir as culturas tradicionais, por vezes mais pobres, que viam nestes o reflexo de uma vida melhor. (Fernandes & Mateus, 2011, p.208)

Para Costa (2017), em meados do século XX, alguns arquitetos resolveram retomar os ideais vernaculares e “começaram a incluir o vernáculo na teoria da arquitetura, tendo como nomes a impulsionar essa nova fase, Adolf Loos (1870 – 1933), Frank Lloyd Wright (1867 – 1959) e Le Corbusier (1887 – 1965)” (Costa, 2017, p. 25). Em 1964, Bernard Rudofsky (1905 – 1988) organiza a exposição mundial *Architecture without architects* no New York Museum of Modern Art (MOMA) com o objetivo de expor uma arquitetura conhecida como arquitetura *sem pedigree*, nome escolhido por Rudofsky intencionalmente como forma de assinalar que ali já existia uma arquitetura antes mesmo de existirem arquitetos (Costa, 2017, p.25). Essas novas articulações foram extremamente relevantes para fomentar uma outra perspectiva sobre essas construções, colocadas como informa Ribeiro (2016, p.43): “para segundo plano com a difusão do *Movimento Moderno*”.

Aos fim dos anos de 1960, o estudo direcionando as questões vernaculares volta-se para o aspecto tecnológico, social e ambiental, assim, marcam a respectiva fase, produções como *Shelter and Society* (1969) de Paul Oliver e *House Form and Culture* (1969) de Amos Rapoport (Costa, 2017, p.26).

Mantendo essa premissa, destacamos a importância de analisar e expandir a temática a partir do pensamento de alguns autores.

Segundo Borges (2015):

Paul Oliver, um dos principais estudiosos da arquitetura vernacular, procura responder ao seguinte questionamento: “o que significa o termo arquitetura vernacular?”. Segundo Oliver (2006), abordando a origem da palavra que vem

do vocábulo latim vernaculus, que significa nativo, a definição de arquitetura vernacular pode ser entendida como “ciência da construção nativa”, ou seja, aquela marcada pelo seu caráter étnico, regional, local” (Borges, 2015, p.62).

Oliver (2006) reconhece que o termo *Arquitetura Vernacular* é mais fácil exemplificar do que mesmo definir. Por isso, após fornecer vários exemplos em diferentes partes do mundo sobre tipos de arquitetura vernacular, ele faz a seguinte ponderação na busca de uma definição:

The mistake may be to take a structural, materials or formal view of the built forms of various societies and to classify them according to their degree of permanence, technology and form. It is better I believe, to consider these aspects of the architecture of cultures in the context of their environments and essentially, in relation to their capacity to meet the values and needs of the societies that have built them. (Oliver, 2006, p.18)

Em *Atlas of Vernacular Architecture of the world* (Bridge, Oliver, & Vellinga, 2007), os autores destacam que a arquitetura vernacular compreende habitações e edifícios do povo, produzidos nos seus contextos ambientais, com os recursos disponíveis, utilizando tecnologias tradicionais. Dentre as análises efetivadas, acrescentam que todas as formas vernaculares são desenvolvidas para atender as necessidades específicas, acomodando valores, economias e modos de viver. No campo acadêmico, destacam que até o século XX a maior parte das pesquisas e ensinamentos nessa área preocupava-se mais com a arquitetura formal e monumental enquanto o edificado tradicional parecia menos significativo. Consequentemente a pesquisa deste específico livro resulta em uma diversidade tipológica de vernáculos ao redor do mundo, conclusiva, portanto, quanto à impossibilidade de falar de um campo de estudo no singular (Bridge, Oliver, & Vellinga, 2007, p.14-15).

Françoise Choay em *Alegoria do Patrimônio* (2018) ressalta que depois da Segunda Guerra Mundial todas as formas da arte de construir, públicas e privadas, foram anexadas como arquitetura menor, termo proveniente de Itália para designar as

construções não monumentais, em geral, produzidas sem arquitetos, assim como, arquitetura vernacular, para distinguir edifícios de distintas regiões (Choay, 2018, p.12).

Dentre os arquitetos brasileiros, destacamos o pensamento de Weimer Gunter¹ e Calos Lemos². Segundo Borges (2025):

Weimer prefere substituir o termo vernacular por arquitetura popular - em contraposição à arquitetura erudita, pois, segundo ele, a expressão “arquitetura popular brasileira” corresponde melhor ao seu objeto, de acordo com estudos etimológicos da palavra, por estar impregnada de um sentido nacional livre de “estrangeirismos”. Ele define essa arquitetura, comumente chamada de vernacular, como arquitetura de popular atribuindo a definição de que é “aquela que é própria do povo e por ele é realizada”. (como citado em Borges, 2025, p.62)

Carlos Lemos também tece considerações acerca da arquitetura vernacular. Borges (2015) explica a leitura do autor como sendo “aquela que é feita pelo povo. Entretanto, nesse aspecto popular ao qual mencionam cabe uma ressalva, pois nem toda arquitetura de produção empírica é popular, no sentido de pertencer à camada economicamente basilar da população e, portanto, ser oposta à erudita” (Borges, 2015, p.63). Ainda sim, para confirmar a posição de Carlos Lemos, Borges (2015) apresenta a seguinte citação:

A arquitetura vernácula é aquela feita pelo povo, por uma sociedade qualquer, com seu ilimitado repertório de conhecimentos, num meio ambiente definido, que fornece determinados materiais ou recurso em condições climáticas bem características. Com seu próprio e exclusivo “saber fazer”, essa sociedade providencia suas construções, suas casas, satisfazendo as peculiares necessidades expressas em programas por próprios e únicos usos e costumes. A casa vernácula

¹ Arquiteto, doutor pela Universidade de São Paulo (1990), escritor, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e pesquisador brasileiro.

² Arquiteto e professor titular no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Membro do Comitê Brasileiro do ICOMOS e do Comitê Brasileiro de História da Arte.

é, portanto, uma expressão cultural. Só pode ser daquele povo e daquele sitio. É uma arquitetura que percorre gerações. É funcional. Está fora dessas questões ligadas a estilos arquitetônicos. (como citado em Borges, 2015, p.63)

Borges (2015) chama a atenção para a necessidade de ter interpretar com cautela os conceitos de Weimer Gunter e de Calos Lemos, pois quando relacionam a arquitetura vernacular como sendo popular, acabam por induzir a um pensamento de “que somente as edificações menores e mais simples podem ser consideradas como vernacular” (Borges, 2015, p.63).

Concordamos com os ensinamentos de Paul Oliver que se utiliza de exmplos para tratar das questões conceituais sobre o vernacular. Conforme Borges (2015, p.63): “essa linha tênue na interpretação do conceito de arquitetura vernacular, Oliver (2006) cita o exemplo das casas com estrutura de madeira, as “timber-framed houses”, nas Ilhas Britânicas e as edificações em pedra das Cotswolds, na Inglaterra”.

Segundo o autor, essas casas com tal solidez e construção, não são percebidas como vernáculas onde em alguns países são frequentemente associadas a edifícios mais simples. Ele acredita que o erro está em fixar somente numa análise estrutural ou formal, considera ainda que esses aspectos precisam ser avaliados levando-se em consideração a cultura e o contexto dos ambientes, rural ou urbano, assim como, é importante conhecer a relação de valores e necessidades estabelecidas pela sociedade que os produz (Oliver, 2006, p.18).



Figura 1. Cotswold Village. Fonte: (Oliver, 2006, p.18)

Compactuando de similar premissa, John Brinckerhoff Jackson em *Discovering the Vernacular Landscape* (Jackson, 1984) procurou dar voz aos novos arranjos que surgiram nos Estados Unidos com o processo de colonização. São ponderações significativas a respeito do conceito de arquitetura vernácula e paisagem, mediante estudos centrados no território americano. Segundo o autor, a definição para essa arquitetura deve integrar uma análise entre a função do edificado e a comunidade, não centrando estritamente nas técnicas e formas.

Jackson (1984) explica que o que tornou essa arquitetura exclusivamente americana foi à abundância de madeira, terra e o rápido crescimento da população. A partir dessa combinação do velho mundo com os fatores do novo, surgiu um tipo vernacular caracterizado por residências temporárias ou de curta duração voltadas para a família, com técnicas inovadoras e apelativas por um novo relacionamento com o ambiente. Destacamos que a habitação temporária ou móvel, urbana ou rural, tem sido uma marcante característica da paisagem americana.



Figura 2. Habitação móvel americana. Fonte: John Brinckerhoff Jackson (1975, 1978). Disponível em: https://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=EG_453_0211

Nesse sentido, percebemos que assim como Oliver, a contribuição do estudo por Jackson possibilita novas reflexões acerca do que podemos entender por esse tipo de arquitetura, pois amplia a concepção de habitação vernácula.

The american vernacular home, designed as a microenvironment, is dependent on the community not as a political entity but as a source of services, and we have accordingly developed settlement forms of a nonpolitical sort: the suburb, the company town, the trailer court, the resort area, and the condominium. (Jackson, 1984, p.86)

Ainda sobre o tema, Canicacelaya e Baganha (2004, p.1) constataam o interesse pela identidade quando inserida no contexto da globalização. As edificações históricas vernaculares, extremamente vulneráveis as mudanças contemporâneas, são como artefatos de afirmação, constituindo-se como parte integrante da memória social e cultural coletiva das cidades e comunidades.

Diante do pressuposto, destacamos a *Declaração de Quebec sobre a preservação do Spiritu Loci* (ICOMOS, 2008) como disposição necessária a ser considerada quanto às questões que se relacionam com o patrimônio vernacular. Documento produzido pelo ICOMOS que assume a preservação do *Spiritu loci* (o espírito do lugar) através da proteção do patrimônio tangível e intangível. A declaração mantém a premissa de que não se separa os elementos intangíveis dos tangíveis que compõem o espírito do lugar, ao contrário, ressalta que deve se investigar as muitas maneiras de como os dois interagem e se constroem mutuamente. Considera ainda que o *Spiritu Loci* oferece uma compreensão mais abrangente do caráter vivo e, ao mesmo tempo, permanente de monumentos, sítios e paisagens culturais, por ser uma visão mais dinâmica e abrangente do patrimônio cultural. A cerca disso dispõe que:

O espírito do lugar é um processo em permanente reconstrução, que corresponde à necessidade por mudança e continuação das comunidades, nós afirmamos que pode variar ao longo do tempo e de uma cultura para outra, em conformidade com suas práticas de memória, e que um lugar pode ter vários espíritos e pode ser compartilhado por grupos diferentes. (ICOMOS, 2008, p.3)

O espírito do lugar existe em todas as culturas do mundo e é construído por seres humanos em respostas às suas necessidades sociais (ICOMOS, 2008, p.2). Assim como o patrimônio vernacular, as sociedades tradicionais devem estar intimamente associadas

à proteção de sua memória, vitalidade, continuidade e espiritualidade, pois a sua preservação recai como proteção para todos os outros bens que com ele se relaciona.

O significado histórico, cultural e simbólico do patrimônio vernacular tende hoje a ser interpretado como potencialidades de uso quanto ao seu papel na identidade cultural dos lugares e das populações, impondo uma consciência política, social e econômica que de acordo com a socióloga Manuela Reis (1999):

O patrimônio deixou há muito de estar unicamente confinado ao interesse das elites ou ao dever da proteção do Estado, para passar a integrar, de forma diferenciada, é certo, preocupações de mais vastas camadas sociais. (como citado em Ribeiro, 2016, p.46)

Ribeiro (2016) explica que essa temática tem vindo a ser bastante explorada por “converte-se num forte componente estratégico, passível de ser rentabilizado enquanto elemento de desenvolvimento local, independentemente do seu contexto (urbano ou rural)” (Ribeiro, 2016, p.45-46). Por essa razão, Manuela Reis explica que:

as políticas culturais de conservação do patrimônio tendem hoje cada vez mais a ser, ao mesmo tempo, também políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento. (Reis, 1999, p.79)

A propósito, percebemos ao longo da nossa investigação essa vertente de converter o patrimônio vernacular em uma ferramenta sustentável de crescimento e manutenção dos vínculos dos indivíduos com o seu território. Exposta as questões, somos levados a reconhecer e dar atenção a esse conjunto de elementos, materiais e imateriais, que compõe o patrimônio vernacular, e que se desenvolvem através das pessoas, dos lugares e experiências, constituindo uma marca significativa do quotidiano e da identidade do território que o integra.

Compreender somente os edifícios, mas não as suas motivações, os valores que as pessoas têm ao criá-los, não é, em minha opinião, compreendê-los realmente em sua totalidade. (Parisi & Villaça, 2008, p.2)

1.2. Arquitetura rural em contexto internacional

A internacionalização do tema arquitetura rural dá-se com a elaboração dos documentos internacionais no século XX, nos quais, relativamente ao património rural, explica Diniz (2008, p.14): “o continente europeu foi quem primeiro tratou de forma mais detalhada o assunto”.

O assunto é recente e foi referenciado pela primeira vez na Recomendação de Paris instituída pela Conferência Geral da UNESCO de 1962. Esse documento disserta sobre a *Salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios* (Lopes & Correa, 2014, p.113-120), sendo que, para a presente recomendação, proteção é a preservação, quando possível, e (ou) a restituição do aspecto das paisagens e dos sítios naturais, rurais e urbanos, quer se deva à natureza, quer à obra do homem, que apresente um interesse cultural e estético, ou que constitua meios naturais característicos. Além da preocupação com a proteção, a recomendação sugeriu ainda a produção de planos de urbanização e de ordenamento do território urbano e rural:

Os planos de urbanização e de ordenamento do território urbano e rural deverão incluir disposições relativas às restrições a impor para proteção das paisagens e dos sítios, mesmo não classificados, situados no território que esses planos englobem. Os planos de urbanização e de ordenamento do território urbanos e rural deverão ser realizados em função da sua urgência, nomeadamente para as cidades ou regiões em rápido desenvolvimento, onde a proteção do carácter estético ou pitoresco dos locais justifique o estabelecimento de tais planos. (Lopes & Correa, 2014, p.117)

A Recomendação preocupa-se com os perigos da vida moderna que acarretam sérias implicações as paisagens e sítios. O documento destaca, ainda, que é necessário estabelecer um controle preventivo e responsabilidades pelas medidas de preservação e classificação das paisagens por zonas, classificação de sítios isolados, aplicação de medidas de proteção e na medida do possível, soluções quanto ao restauro (Lopes & Correa, 2014, p.117). De forma até pioneira, reflete sobre a educação do público, ao indicar que as ações quanto à defesa e proteção das paisagens e dos sítios deveriam ser

feitas dentro e fora do meio escolar, envolvendo a participação da imprensa, de associações privadas, de organismos ligados à promoção do turismo e dos Estados signatários (Lopes & Correa, 2014, p.119).

A *Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico* (Lopes & Correa, 2014, p.187-191) produzida pelo Conselho da Europa em 26 de setembro de 1975, em Estrasburgo, contempla, mesmo que não diretamente, o termo rural, ao abordar o *patrimônio tradicional* como uma expressão insubstituível da riqueza e da diversidade da cultura europeia, que constitui a herança comum de todos os povos e que sua conservação exige o empenho de todos. Complementa ao falar que:

O patrimônio arquitetônico europeu é constituído, não só pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos de construções mais modestas das nossas cidades antigas e aldeias tradicionais inseridas nas suas envolventes naturais ou construídas pelo homem. (Lopes & Correa, 2014, p.188)

No II Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, reunidos em Veneza, no ano de 1964, foi aprovado o texto estabelecido na Carta de Veneza (Lopes & Correa, 2014, p.121-126), produzido pelo ICOMOS “sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios” (como citado em Diniz, 2008, p.15), que consagra internacionalmente a noção de sítio urbano e rural com valor patrimonial, lançando assim as bases para o reconhecimento, em particular dos centros históricos urbanos, como objeto de salvaguarda patrimonial.

A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção aplica-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas do passado que adquiriram, com a passagem do tempo, um significado cultural. (como citado em Ribeiro, 2016, p.44)

Ao tratar do patrimônio tradicional rural destacamos ainda o “Apelo de Granada sobre a arquitetura rural e o ordenamento do território” (Diniz, 2008, p.14), elaborado

pelo Conselho da Europa em 2 de novembro de 1977, disposição que de maneira direta aborda as ameaças e a necessária conservação desse patrimônio e de sua paisagem a partir de uma política de crescimento gradual, baseada, nomeadamente, na recuperação dos recursos existentes, naturais e construídos e da análise objetiva do meio rural com seu território (Lopes & Correa, 2014, p.227).

Informa Diniz (2008) que o apelo é um alerta “sobre a ameaça de desaparecimento da arquitetura rural e sua paisagem no continente europeu, devido ao desenvolvimento industrial da agricultura, que impõe parcelamentos rígidos, não mais utilizando as construções antigas” (Diniz, 2008, p.14), voltando-se para um abandono parcial e até mesmo total de regiões cuja exploração agrícola não é mais considerada rentável. Ainda segundo a autora, “o Conselho diz que é necessário buscar todas as formas de conservação e de utilização do patrimônio arquitetônico rural europeu” (Diniz, 2008, p.14).

A política de conservação prevista no *Apelo de Granada* busca constituir um dos objetivos do ordenamento do território, o que implica, em longo prazo, no desenvolvimento da sociedade, “baseada no respeito pelas relações harmoniosas entre o homem e a natureza” (Diniz, 2008, p.14).

Nas conclusões os participantes consideram a necessidade “de reconhecer no patrimônio arquitetônico rural não só os valores estéticos, mas também o testemunho de uma sabedoria secular” (Diniz, 2008, p.14).

Fazem parte desse patrimônio todas as construções, isoladas ou agrupadas, que estejam ligadas às atividades agrícolas, pastoris, florestais e pesqueiras que apresentem algum interesse histórico, arqueológico, artístico, lendário, científico, social ou caráter típico e pitoresco. (Diniz, 2008, p.14)

O documento é finalizado com a premissa de que este patrimônio está ameaçado e que seu “desaparecimento seria uma perda irreparável” Diniz, 2008, p.14). Além disso, a indústria da agricultura, justificada por uma racionalização da produção, é responsável por sérias “alterações estruturais dos elementos marcantes da paisagem e a descaracterização do patrimônio construído pela introdução de elementos mal adaptados

às construções antigas” (Diniz, 2008, p.14). Acrescenta o “êxodo rural” (Diniz, 2008, p.14) como responsável por reforçar grandes desequilíbrios demográficos e econômicos.

Diante do analisado fica concluído que os fenômenos “contribuem para o desaparecimento da cultura local perante a cultura dominante da nossa sociedade industrial, empobrecendo, assim, seu patrimônio cultural” (Diniz, 2008, p.14). Por fim, acrescenta neste rol a promoção desproporcional do turismo que, segundo o Conselho da Europa, causa perturbações profundas na vida rural assim como uma degradação do ambiente local.

A partir dessas constatações Diniz (2008, p.14) informa que os participantes fizeram algumas recomendações aos governos e com isso foram traçados objetivos para as economias rurais competitivas e não competitivas:

Para a primeira, recomenda-se a adaptação dos edifícios existentes à evolução das suas funções (preservando seu caráter), integração dos novos edifícios (que sejam indispensáveis) com os antigos e dotação de meios técnicos para apoio e controle arquitetônico e estético. Já para a segunda, indica-se reforço das atividades tradicionais através da concessão de apoios públicos à modernização de explorações agrícolas dificilmente rentáveis, promoção de novas atividades para criação e melhor distribuição territorial de empregos, melhoria da vida econômica e rural, além do estabelecimento de apoios para equipamentos coletivos, reabilitação dos edifícios habitacionais existentes e conservação da paisagem”. (Diniz, 2008, p.14)

Como forma de concretizar todos os elementos abordados através do Apelo de Granada, os participantes recomendam aos governos a produção de um inventário dos bens a manter e que este é necessário para a prática das políticas de conservação no âmbito do ordenamento do território.

Seguimos a análise das disposições com a criação da *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico da Europa* (Lopes & Correa, 2014, p.255-

264) pelo Conselho da Europa em 03 de outubro de 1985, em que o patrimônio arquitetônico passa a ter uma definição mais abrangente incluindo monumentos, sítios e conjuntos, nesse último, construções urbanas e rurais são diretamente incluídas:

Os conjuntos arquitetônicos: agrupamentos homogêneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficiente coerentes para serem objeto de uma delimitação topográfica. (Lopes & Correa, 2014, p.256)

A necessária conservação desse patrimônio, independentemente da sua natureza urbana ou rural, fica visível nos artigos da disposição, é com esse pensamento que as partes se comprometem a realçar a unidade do patrimônio cultural a uma escala maior em que se inclui a europeia, nacional e a regional (Lopes & Correa, 2014, p.260).

Em 13 de abril de 1989 o Conselho da Europa, produz a *Recomendação NºR (89)6: Sobre a proteção e a valorização do patrimônio arquitetônico rural* (Lopes & Correa, 2014, p.269-272). Para o documento, “a evolução dos modos de produção agrícola e mudanças sociais ameaçam tanto a arquitetura rural tradicional como a paisagem, ressaltando que o patrimônio rural não é só uma componente autêntica da cultura europeia, mas fator de desenvolvimento local” (Lopes & Correa, 2014, p.269).

Informa Diniz (2008) que “o reconhecimento, quer do património construído, quer do património natural impõe-se de forma imperativa aos Estados Membros e às instituições europeias no momento de definição das suas políticas agrícolas e ambientais” (Diniz, 2008, p.15). Segundo a autora, a recomendação indica quatro orientações para a “elaboração das políticas de proteção e valorização do patrimônio rural” (Diniz, 2008, p.15), são elas:

- I- Salvar a memória coletiva da Europa rural através do desenvolvimento de instrumento de pesquisa e de identificação do seu patrimônio arquitetônico; II – Integrar a salvaguarda do patrimônio construído no processo de planejamento econômico, de ordenamento do território e de proteção do ambiente; III- Dinamizar a valorização do patrimônio como fator privilegiado de

desenvolvimento local; IV- Promover o respeito e o conhecimento do patrimônio rural por toda Europa. (como citado em Diniz, 2008, p.15)

Sobre as orientações Diniz (2008, p. 15) informa que a primeira ressalta os trabalhos de identificação do patrimônio rural, devendo ter uma organização com “base multidisciplinar, que aproxime as características arquitetônicas e artísticas dos fatores geográficos, históricos, econômicos, sociais e etnográficos” (Diniz, 2008, p.15). Quanto a segunda, busca cumprir a legislação sobre patrimônio, ambiente e urbanismo, para uma melhor gestão do território, assim, segundo explica, complementando as normas dos planos diretores:

I - Encorajar a reutilização das construções existentes, por mais humildes que sejam (habitações, construções agrícolas ou industriais) procurando a adaptação a novas funções preservando tanto quanto possível o seu caráter inicial; II – Chamar atenção do público e dos agentes econômicos para os valores da arquitetura local, expressos no uso secular de materiais, proporções, técnicas e pormenores construtivos; III – Aplicar nos edifícios protegidos os princípios da Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios, adotada em Veneza, em 1964, pelo II Congresso Internacional dos Arquitectos e dos Técnicos de Monumentos Históricos, e preconizar na manutenção e reabilitação das restantes construções a utilização criteriosa de materiais de substituição, na impossibilidade de utilização de materiais tradicionais; IV – Promover a arquitectura local contemporânea com uma visão criativa, baseada nos ensinamentos e no espírito da arquitectura tradicional. (como citado em Diniz, 2008, p.15)

Sobre a terceira informa Diniz (2008, p. 15) “que, entre as ações necessárias colocadas em prática, haja cursos de formação sobre as técnicas e ofícios ligados à construção tradicional por meio de”:

I – Criação de cursos especializados destinados a arquitectos, urbanistas, técnicos encarregados da conservação do património e técnicos da construção, abordando: materiais e técnicas tradicionais de construção, duração dos materiais tradicionais e possíveis combinações com materiais contemporâneos, custo das técnicas tradicionais de construção e condições da sua utilização actual ou substituição por técnicas e materiais contemporâneos; II – Criação de centros de formação em ofícios artesanais intimamente ligados à economia local e aos programas de reabilitação; III – Organização de sessões de formação sobre a manutenção das construções, destinadas aos proprietários e aos agricultores. (como citado em Diniz, 2008, p.15-16)

Para atender à quarta orientação o Conselho destaca a necessidade de manter uma base multidisciplinar para pesquisas sobre as condições de uma melhor preservação da paisagem, assim como, “sensibilizar (...) para as riquezas do património rural e as razões da necessidade da sua preservação” (Diniz, 2008, p.16)

Em sequência, o Conselho da Europa através do comitê de ministros celebra em 11 de setembro de 1995 a “Recomendação Nº R (95) 9 sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, que definem o conceito de Paisagem Cultural” (Diniz, 2008, p.17):

Áreas de paisagem cultural – partes específicas, topograficamente delimitadas de paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu carácter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra e no passado, experiências ou tradições particulares, ou representações em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos. (como citado em Diniz, 2008, p.17)

Por fim, concorda-se com o posicionamento de Diniz (2008) ao afirmar que a manifestação desse “conceito amplia a noção anterior de patrimônio cultural, até pouco tempo restrita aos vestígios materiais, e agora relacionado à ambiência social na qual estão inseridos” (Diniz, 2008, p.17). Foi a partir da consciência dessa inseparável realidade entre as componentes culturais e naturais da paisagem e os indivíduos que nela habitam que conduzimos a pesquisa sobre edificações rurais do Seridó, não centrando a nossa atenção somente na descrição arquitetônica, mas compreendendo-a dentro do contexto sociocultural em que foram erguidas, conforme apreendendo-se das análises de Diniz (2008).

Em seguida no encontro promovido pelo “ICOMOS de 17 a 23 de outubro de 1999 foi produzida a Carta sobre o patrimônio construído vernáculo” (Diniz, 2008, p.16). Segundo Diniz (2008), o documento explica o termo como:

patrimônio construído vernáculo como sendo a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo. É o meio tradicional e natural pelo qual as comunidades criam o seu habitat, sendo resultado de um processo evolutivo que inclui, necessariamente, alterações e uma adaptação constante em resposta aos constrangimentos sociais e ambientais. (Diniz, 2008, p.16)

Conforme a autora “o ICOMOS alerta que a sobrevivência dessa tradição está ameaçada, em todo o mundo, pela uniformização econômica e arquitetônica” (Diniz, 2008, p.16), ressaltando que:

Devido à uniformização da cultura e dos fenômenos da globalização sócio-econômica, as estruturas vernáculas são, em todo mundo, extremamente vulneráveis, porque se confrontam com graves problemas de obsolescência, de equilíbrio interno e de integração. (como citado em Diniz, 2008, p.16)

Na sequência das análises:

Naquele momento o ICOMOS estabeleceu os princípios de conservação e proteção das construções vernáculas, complementando a Carta de Veneza (1964). Em termos gerais, o ICOMOS caracterizou as construções vernáculas como aquelas que apresentam: a) um modo de construir emanado na própria comunidade; b) um caráter marcadamente regional em resposta ao meio ambiente; c) uma coerência de estilo, de forma e de aspecto, bem como o uso de tipos arquitectónicos tradicionalmente estabelecidos; d) um conhecimento tradicional da composição e da construção, que é transmitido de modo informal; e) uma resposta eficaz às necessidades funcionais, sociais e ambientais; f) uma aplicação eficaz das técnicas tradicionais da construção. (como citado em Diniz, 2008, p.16)

O instrumento determina que a eficácia e a avaliação da proteção do patrimônio vernáculo devem contar com o envolvimento das “comunidades locais, governos e autoridades” (Diniz, 2008, p.16). As autoridades precisam reconhecer o direito das comunidades em “preservar os seus modos de vida tradicionais, protegendo-os através de meios legais, administrativos e financeiros, possibilitando assim a transmissão desses costumes às gerações futuras” (Diniz, 2008, p. 16).

A Carta conta com um conjunto de princípios de conservação, sobre o tema, ressaltado por Diniz (2008, p.16): “deve ser realizada por especialistas de diversas disciplinas, respeitando a identidade cultural das comunidades. Toda intervenção contemporânea realizada num conjunto vernáculo deve respeitar seus valores culturais e seu caráter tradicional”. No mesmo sentido, ressalta que deve ter em conta a preservação dos conjuntos e povoados representativos de cada região, considerando o patrimônio como parte integrante da paisagem cultural, englobando não apenas os bens materiais, mas a forma como são usados e interpretados pela comunidade.

Por fim, as orientações práticas na terceira parte da Carta tratam da investigação e da documentação mediante uma precedida análise da sua forma e organização. Versam sobre a relação da arquitetura com a paisagem, no sentido de dever respeitar e manter a integridade dos sítios onde esse patrimônio se implanta, bem como a relação

paisagem física e paisagem cultural para garantir uma relação de harmonia entre as construções e o território.

Quanto aos métodos tradicionais de construção, refere-se à necessária manutenção dos métodos tradicionais, das técnicas e ofícios associados para o processo de restauro e reconstrução. A substituição de materiais e de elementos arquitetônicos deve assegurar uma coerência de expressão, de aspecto, textura e da forma com a edificação original. A adaptação e a reutilização de construções vernáculas devem ser efetuadas respeitando a integridade, caráter e os padrões de habitabilidade desejados. Quanto aos critérios de alterações, devem ser considerados como parte integrante da arquitetura. Finalmente, quanto às orientações práticas, o documento afirma que para conservar os valores culturais da arquitetura tradicional, os governos e autoridades, associações e organizações devem dar prioridades:

- a) A programas educativos que transmitam os fundamentos do patrimônio vernáculo aos técnicos ligados a sua salvaguarda; b) A programas de formação para apoiar as comunidades a preservar os métodos e os materiais tradicionais de construção, bem como as respetivas técnicas e ofícios; c) A programas de informação que sensibilizem o público, nomeadamente os jovens, para o valor da arquitetura vernácula; d) Às redes inter-regionais de arquitetura vernácula para intercambio de conhecimentos e experiências. (Lopes & Correa, 2014, p.343-344)

No contínuo da análise das disposições que abordam a trajetória patrimonial das construções tradicionais rurais, o Comitê Científico Internacional de Paisagens Culturais do ICOMOS-IFLA adota em 20 de outubro de 2017 em Montreal (Canadá), o documento *Principles Concerning Rural Landscapes as Heritage* (ICOMOS-IFLA, 2017). A disposição é o resultado da resposta dos membros do International Scientific Committee on Cultural Landscapes (ISCCL), de contribuições dos Comitês Científicos Internacionais, Comitês Nacionais do ICOMOS, da *International Federation of Landscape Architects* – IFLA e de especialistas e organizações culturais internacionais.

Em seu preâmbulo o documento traz o conceito de paisagens rurais como sendo uma “componente vital da herança da humanidade” (ICOMOS-IFLA, 2017, p.1) na

medida que representa culturas e tradições em todo o mundo através da diversidade. Diante disto, apoia reflexões e oferece orientações de como lidar com os sistemas paisagísticos em todas as escalas e níveis administrativos (ICOMOS-IFLA, 2017, p.1).

Os princípios apresentados tratam da perda e mudanças nas paisagens rurais, bem como, abordam a salvaguarda e a promoção do valor patrimonial mediante o seu reconhecimento. São considerados além da definição, a importância, as ameaças, os desafios, os benefícios e a sustentabilidade com o objetivo de prover um equilíbrio apropriado entre as dimensões econômica, social, cultural e ambiental.

É possível encontrar um conjunto de disposições que são consideradas essenciais para o presente documento:

Convenção da Paisagem (2000), o Guia de Observação do Patrimônio Rural Europeu (CEMAT, 2003), Convenção de Faro sobre o Valor do Patrimônio Cultural para a Sociedade (2005), a Declaração de Tóquio sobre o Papel dos Locais Sagrados e das Paisagens Culturais na Conservação da Biológica e Cultural Diversidade (2005), a Declaração de Santiago de Cuba sobre a Paisagem Cultural no Caribe (2005), a Latin American Landscape Initiative (LALI) (2012), a Carta do ICOMOS da Austrália para Locais de Cultura Significância (Carta de Burra) (1999-2013), a Carta de Paisagem da Região da Ásia-Pacífico da IFLA (2015). (ICOMOS-IFLA, 2017, p.1)

A redação tem início com as definições de paisagem rural. Segundo consta são “áreas terrestres e aquáticas coproduzidas pela interação homem-natureza, utilizada para a produção de alimentos e outros recursos naturais renováveis, através da agricultura, pecuária e pastorícia, pesca e aquicultura, silvicultura, coleta de alimentos silvestres, caça e extração de outros recursos, portanto recursos multifuncionais” (ICOMOS-IFLA, 2017, p.2). No mesmo sentido, enfatiza que qualquer área rural que seja culturalmente significativa para uma comunidade, é considerada paisagem. Completa as definições explicando que:

São sistemas dinâmicos e vivos que abrangem lugares produzidos e geridos através de métodos tradicionais, técnicas, conhecimento acumulado e práticas culturais, bem como aqueles lugares onde as abordagens tradicionais de produção foram alteradas. Consideram que esses sistemas paisagísticos englobam elementos rurais e funcionais, relações simbólicas e ambientais entre eles e em um contexto mais amplo. (ICOMOS-IFLA, 2017, p.2)

Nesse sentido, o documento tem como finalidade relacionar não só o conceito de paisagem rural mas afirmar esta como patrimônio. Diante disso refere-se a tal paisagem como um patrimônio tangível e intangível que engloba atributos físicos, própria terra produtiva, morfologia, água, infra-estruturas, vegetação, assentamentos, edifícios, centros rurais, redes vernáculas, transporte, comércio, etc., bem como, atividades físicas, culturais e ambientais, direcionada às relações homem-natureza (ICOMOS-IFLA, 2017, p.3).

Como patrimônio inclui o conhecimento cultural, tradições, práticas, expressões, valores e significados atribuídos as paisagens pelo passado e por comunidades contemporâneas, verifica-se que “engloba atributos espirituais e naturais que contribuem para a continuidade da diversidade biocultural” (ICOMOS-IFLA, 2017, p.3). Portanto, para o ICOMOS-IFLA todas as paisagens rurais podem ser lidas como patrimônio, tanto as tradicionais como as transformadas por atividades contemporâneas.

A importância das paisagens rurais está em ser uma base moldada ao longo do tempo, como palimpsesto representativo dos períodos históricos. A narrativa histórica confirma que o aumento da população e as alterações climáticas são ameaças para as paisagens rurais, deixando-as vulneráveis, refletindo ao menos três tipos de mudanças:

- 1) Demographic and cultural (population growth in urban areas and depopulation in rural areas, urban expansion, intensive infrastructure works, development pressures, loss of traditional practices, techniques, local knowledge, and cultures);
- 2) Structural (globalization, change and growth of trade and relations, economic growth or decline, intensification of agricultural practices and techniques, change of land and loss of native pastures and of domesticated species diversity);
- 3)

Environmental (climate change, pollution and environmental degradation including nonsustainable resource mining, impacts on soil, vegetation, and air quality, and loss of biodiversity and agro-biodiversity). (ICOMOS-IFLA,2017, p.3)

Segundo o ICOMOS-IFLA (2017, p.3): “o património deve desempenhar um papel significativo na proteção e promoção das paisagens devido aos valores significativos que representa”. O desafio consiste em conservar a integridade e autenticidade desse patrimônio buscando a garantia da qualidade de vida, pois o rural é um recurso econômico e a sua utilização deve ser apropriada e sustentável (ICOMOS-IFLA,2017, p.3), considerando os benefícios econômicos e turísticos ssociados ao reconhecimento dos seus valores patrimoniais (ICOMOS-IFLA, 2017, p.4).

Além da preocupação por considerar os princípios, o ICOMOS-IFLA também se manifesta através dos critérios de ação como medidas para: “entender, proteger, gerenciar de forma sustentável a transformação, comunicar e transmitir paisagens e seus valores patrimoniais” (ICOMOS-IFLA, 2017, p.4).

O entender passa inicialmente pelo reconhecimento de que todas as paisagens têm valores patrimoniais e que esses variam em escala e características. O documento ressalta que a importância de registrar as paisagens rurais mediante inventários e outros meios, fornece a compreensão e o conhecimento básico no que diz respeito ao ordenamento do território e as ferramentas de proteção e monitoramento, além de reconhecer que as populações locais são detentoras de saberes e que isso ajuda a moldar e manter a paisagem a partir de uma construção coletiva de conhecimento.

A proteção busca estruturas jurídicas e políticas para garantir a sustentabilidade na transformação das paisagens rurais diante das ameaças globais, nacionais e locais. A gestão engloba conexões entre aspectos culturais, naturais, econômicos e sociais das paisagens através de estratégias sustentáveis como recurso patrimonial, além de considerar as interconexões rurais e urbanas, pois ambas exercem uma cooperação de oportunidades para com a outra. Por fim, a comunicação sobre a consciência dos valores patrimoniais das paisagens através de ações colaborativas como: aprendizado compartilhado, capacitação e pesquisa.

As análises referidas confirmam a nossa alegação, de que o patrimônio tradicional rural faz parte da memória coletiva das sociedades mediante um elo indiscutível entre a cultura e as práticas sociais do cotidiano. A identidade que carregam é uma pertença herdada das tradições passadas de geração em geração, constituindo uma marca significativa do espírito desses lugares e próprios de uma paisagem cultural.

É nessa perspectiva que conduzimos nosso trabalho, tendo em mente que a paisagem rural “representa mais do que simplesmente o visível, os remanescentes físicos da atividade humana sobre o solo” (Ribeiro, 2007, p.24), carregando consigo sistemas de valores que definem atitudes e percepções sobre o meio, mediante impressões deixadas pelo homem e que revelam o pensamento individual e coletivo sobre o mundo a sua volta.

Nesse sentido, o reconhecimento das cartas, recomendações e de todas as disposições relacionadas com o patrimônio vernacular rural e sua paisagem nos permite defender a sua valorização e proteção como bens representativos das mudanças que acompanham a dinâmica do tempo.

[...] história materializada em objetos e em ações carregadas de significados; são símbolos que, continuamente, lembram que a realidade dos processos socioculturais atuais está no passado e se articula constantemente com ele, ao redefini-lo e redefinir-se ao mesmo tempo. (Dias, 2006, p.100)

1.3. Principais contributos para a salvaguarda da arquitetura rural no Brasil

Durante o século XIX, o Brasil atravessou um intenso processo com vista à “modernização e o embelezamento do velho burgo colonial” (Pinheiro, 2006, p.5). A abertura a cultura europeia e a entrada de regiões no mercado internacional com a produção do algodão, café e borracha, possibilitaram o intercâmbio cultural, transformando a rotina e a paisagem urbana (Pinheiro, 2006, p.5). Pretendia-se com isso segundo a professora Maria Lucia Bressan Pinheiro:

esquecer, obliterar mesmo, o passado colonial, primitivo, retrógrado, tacanho, em nome do progresso. (Pinheiro, 2006, p.5)

A autora continua a explicação infomando que o Rio de Janeiro foi nos primeiros anos do século XX palco de reformas realizadas pelo prefeito Pereira Passos como no caso da abertura da Avenida Central (1904 e 1906) que demoliu uma “extensa área do antigo núcleo colonial da cidade” (Pinheiro, 2006, p.5). A respeito disso, várias outras cidades brasileiras também seguiram o mesmo ímpeto de substituir o passado colonial por um processo de europeização ou como ressalta Pinheiro (2006, p.5): “disseminação generalizada do ecletismo”.

Segundo Pinheiro (2006, p.5), em 1914 surgiu o cerne diferenciador nomeadamente para as questões de valorização das raízes nacionais a partir da conferência *A Arte Tradicional no Brasil* proferida pelo português radicado no Brasil, o engenheiro Ricardo Severo. O objetivo era transferir ao país “o programa nacionalista do movimento denominado *Casa Portuguesa*, com raízes no movimento *Arts & Crafts*, que impulsionou a arquitetura moderna” (Pinheiro, 2006, p.5).

A despeito disso, Severo queria manifestar as características de adaptabilidade ao meio da arquitetura produto do período colonial, ressaltando a origem portuguesa (IPHAN, 2017b, p.14). Esse fato possivelmente seduziu alguns dos intelectuais modernistas como Mario de Andrade que contribuiu para fomentar as bases iniciais das primeiras decisões protecionistas do país.

Informa Pinheiro (2006, p.5) que Ricardo Severo lançou as bases para o movimento que logo ficou conhecido como Neocolonial, mais do que uma manifestação arquitetônica, configurou-se como um fenômeno cultural dentro do contexto nacionalista latente. Ainda de acordo com Ribeiro (2006, p.6): “o que se convencionou classificar como arquitetura neocolonial pouco tinha a ver com a verdadeira arquitetura colonial brasileira”, pois a suposta matriz do novo estilo era, até então, pouco conhecida e estudada. A autora explica que são os intelectuais do período neocolonial que estimularam, bem como, financiaram a realização de inventários na década de 1920 (Pinheiro, 2006, p.6).

Ricardo Severo patrocinou as viagens exploratórias do pintor paulista José Wasth Rodrigues a várias regiões do Brasil, produzindo um material que consubstanciou-se no livro *Documentário Arquitetônico*. (...) A Sociedade Brasileira de Belas Artes, (...), patrocinou viagens de estudos às cidades mineiras a jovens e promissores estudantes de arquitetura - como Nereu Sampaio, Nestor Figueiredo e Lúcio Costa (...). Bem ou mal, portanto, o neocolonial estimulou o interesse pelo estudo da arquitetura colonial brasileira – condição imprescindível para qualquer iniciativa preservacionista. (Pinheiro, 2006, p.6)

A *Semana de Arte Moderna de 1922* foi o marco do movimento modernista no Brasil, conhecido por “compartilhar anseios nacionais ao buscar uma ambiciosa identidade cultural autóctone” (Luccas, 2005, p.1). Segundo informa o (IPHAN, 2017a – Linha do tempo IPHAN – 80 anos), o momento aproximou intelectuais modernistas como Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida, Victor Brecheret, Paulo Prado, Di Cavalcanti, Manuel Bandeira e Mário de Andrade. Apoiador dos ideais neocoloniais, Andrade enaltecia o respectivo estilo, por essa razão, “não foi por acaso que a seção de arquitetura da Semana de Arte Moderna contou com um projeto neocolonial de autoria do arquiteto polonês Georg Przyrembel” (IPHAN, 2017b, p.18).

Segundo Pinheiro (2006, p.7) é em tal ambiente de exaltação nacionalista que se deu início as ideias preservacionistas no Brasil. Aponta-se o ano de 1920 quando começam a elaborar os primeiros projetos de lei direcionados à salvaguarda patrimonial. Nesse sentido, Luiz Cedro apresentou o Projeto de Lei nº 350/1923 para a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos (IPHAN, 2017a – Linha do tempo IPHAN – 80anos).

Dois fatos importante são ressaltados pelo IPHAN (2017a – Linha do tempo IPHAN – 80 anos), em 1924 Mário de Andrade viaja as cidades mineiras em companhia de intelectuais para entrar em contato com a arte colonial e Lúcio Costa promove pesquisas em Diamantina, Sabará, Ouro Preto e Mariana para registrar a arquitetura colonial brasileira. No mesmo ano o “poeta e deputado Augusto de Lima apresenta o

Projeto de Lei nº 181/1924, proibindo a saída do país de obras de arte tradicional” (Pineiro, 2006, p.7), sem permissão do governo federal.

Pinheiro (2006) informa que “mais para o final da década, algumas Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais chegaram a ser criadas - caso de Bahia, *Decreto nº 5.339/1927*, e Pernambuco, *Lei nº 1.918/1928*, porém de alcance limitado” (Pinheiro, 2006, p.7). No mesmo período, conforme indica o IPHAN (2017a – Linha do tempo IPHAN – 80 anos), o Deputado José Wanderley de Araújo Pinho propõe a criação da Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

Todas as coisas imóveis ou móveis a que deva estender a sua proteção o estado, em razão de seu valor artístico, de sua significação histórica ou de sua peculiar e notável beleza. (como citado em Pinheiro, 2006, p.7)

Explica Pinheiro (2006, p.7) que por ocasião da década de 1930, os esforços para preservação do patrimônio apresentavam maiores resultados. Como exemplo, Ouro Preto tornou-se monumento nacional em 1933 devido ao peso histórico e ao patrimônio construído, em sua maioria, da autoria de Francisco Antônio Lisboa, conhecido como *Aleijadinho*.

No ano de 1934 “o governo federal criou a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, no âmbito do Museu Histórico Nacional” (Pinheiro, 2006, p.7), primeiro órgão responsável pela preservação em contexto nacional (IPHAN, 2017a – Linha do tempo IPHAN – 80 anos).

No mesmo ano, foi promulgada a nova Constituição Federal, que, em seu Capítulo II, artigo 148, inclui entre os deveres do Estado a proteção dos objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país (Andrade, 1993). Outro aspecto indicativo da ampliação do debate sobre o patrimônio é a criação, em 1935, da primeira “organização brasileira de estudos de coisas e de sonhos brasileiros”: o Departamento Municipal de Cultura da cidade de São Paulo (...), o primeiro Diretor do Departamento Municipal de Cultura (DMC) foi Mario de Andrade. (Pinheiro, 2006, p.8)

Na sequência, no ano de 1936 ocorre a criação, em caráter provisório, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), primeiro órgão de preservação, tendo como titular Gustavo Capanema (Pinheiro, 2006, p.8). Em função da sua relação com o Departamento Municipal de Cultura, Mario de Andrade foi logo requisitado por Capanema para elaborar o projeto que buscava proteger o patrimônio brasileiro (Pinheiro, 2006, p.8). Assim, o Decreto-lei 25/37, cuja autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade passou a regulamentar o SPHAN (Pinheiro, 2006, p.8).

Nessa fase Mário de Andrade é nomeado Assistente Técnico da Regional do SPHAN em São Paulo, momento que ocorre a publicação do inaugural número da Revista do SPHAN (SPHAN, 1937) e do volume de Publicações do Patrimônio. Dentre as primeiras decisões, Rodrigo Melo Franco de Andrade promove estudos e pesquisas sobre a arquitetura colonial, divulgadas na Revista do Patrimônio (Pinheiro, 2006, p.11). Em relação aos exemplares produzidos até os dias atuais, alguns poucos foram direcionados ao conhecimento do patrimônio rural brasileiro como demonstra a tabela a baixo:

Artigos nas Revistas do Patrimônio SPHAN e Diretoria			
Revista	Ano	Autor	Título
	1937	Paulo Thedim Barreto	Uma casa de fazenda em Jurujuba
	1938	Paulo Thedim Barreto	O Piauí e sua arquitetura

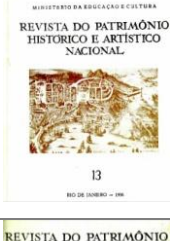
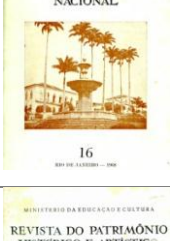
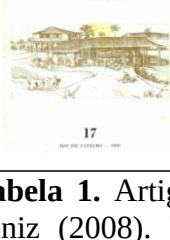
	1939	Godofredo Filho	A Torre e o Castelo de Garcia d'Ávila"
	1943	Dom Clemente Maria da Silva Nigra Joaquim Cardoso	A antiga fazenda de São Bento em Iguaçu Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio
	1944	Lourenço Luiz Lacombe Luiz Saia	A fazenda de Santo Antônio em Petrópolis Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século
	1956	Joaquim de Souza-Leão	Dois engenhos pernambucanos
	1968	Augusto Carlos da Silva Telles	Vassouras: estudo da construção residencial urbana
	1969	Robert Smith	Arquitetura civil no período colonial

Tabela 1. Artigos sobre a arquitetura rural na Revista do SPHAN desenvolvida por Diniz (2008). Fonte: (Diniz, 2008, p.19) com acréscimos das capas das Revistas SPHAN, disponível em:

<http://portal.IPHAN.gov.br/publicacoes/lista?categoria=23&busca=&pagina=4>

A iniciativa por produzir uma revista cujo foco inicial estava voltado para a análise do patrimônio colonial, parte da consciência de que tinham seus principais membros como Mario de Andrade, Lúcio Costa e Gilberto Freyre, no que diz respeito ao pouco conhecimento acerca da arquitetura brasileira até àquela altura. Tinham consciência que essa lacuna prejudicava suas ações quanto conciliadores no trato das questões patrimoniais.

Segundo informa Pinheiro (2006, p.10), Rodrigo Melo Franco de Andrade adverte sobre a necessidade de inteirar-se sobre a arquitetura como instrumento fundamental para preservação patrimonial:

Só pelo conhecimento direto e não apenas ligeiro dessas obras do passado nacional, criadas com tamanho esforço e, às vezes, em condições tão pouco favoráveis, é que se aprende a considerá-las no seu verdadeiro sentido. Só do convívio com os monumentos e com a sua história poderá nascer a estima sincera que eles devem inspirar. Esse sentimento será como o de apego às pessoas e às coisas familiares. (como citado em Pinheiro, 2006, p.11).

O período é marcado pela aversão dos técnicos do SPHAN contra o ecletismo do final do século XIX (Pinheiro, 2006, p.9). A autora Pinheiro (2006) explica que ao negar o ecletismo toma-se como postura o empodendramento da arquitetura como essência da cultura brasileira.

A ênfase na questão da identidade nacional somou-se à valorização da autonomia da arte nacional - idéia de viés modernista, que privilegiava os processos de adaptação dos modelos formais importados às condições locais, do que resultava uma nova arquitetura, de caráter peculiar e extremamente funcional: a arquitetura brasileira. (como citado em Pinheiro, 2006, p.9)

O SPHAN passou por várias fases de estruturação que consequentemente recaíram sobre as questões patrimoniais. A época do Estado Novo (1937) marcou a secretaria com uma exacerbada centralização das atividades preservacionistas nas mãos

de um restrito grupo de técnicos, assim como, “a associação imediata entre patrimônio e os conteúdos ideológicos que interessavam ao Estado” (Pinheiro, 2006, p.9).

No que diz respeito à seleção de bens culturais para tombamento, percebe-se que ainda é absolutamente predominante a noção de patrimônio como “obra de arte”, e que mesmo os exemplares arquitetônicos são encarados como “únicos”, “excepcionais”. (Pinheiro, 2006, p.9)

A exemplo disso, em 1938 promove-se o tombamento de 234 bens, dentre eles, os conjuntos de Ouro Preto, Diamantina, Mariana, São João Del Rei, Serro e Tiradentes, enquanto que em 1939 foram definidas as regionais do SPHAN (IPHAN, 2017a – Linha do tempo IPHAN – 80 anos).

Os anos seguintes da década de 1940 iniciam com o *Decreto-Lei nº 2.848/1940* que qualificava:

como crime o dano causado a qualquer bem tombado, de valor artístico, arqueológico ou histórico, com prevenção de pena (Código Penal). (...) Em 1946, a nova Constituição do Brasil, em seu Capítulo II, sobre as normas Da Educação e da Cultura, Art. 178, estabelece que: as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público. Ainda no mesmo ano ocorre a transformação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN, 1946-1970). Em 1947 tem-se a criação da Comissão Nacional de Folclore, ponto de partida para o estudo e apoio às manifestações culturais populares do país, no âmbito do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, IBECC. (IPHAN, 2017a – Linha do tempo IPHAN – 80 anos)

A gestão da Diretoria muda e em 1967 inicia a chamada segunda fase com a administração Renato Soeiro, até 1979, e assim desperta um processo de internacionalização da preservação.

o conceito de monumento começa a se ampliar, e a questão da preservação da ambiência dos bens tombados e dos centros históricos passa a colocar-se de forma indiscutível, seguindo, aliás, o debate internacional a respeito. Neste momento, novos agentes do patrimônio entram em cena: é aí que começam a ser criados os primeiros órgãos estaduais de preservação, como o CONDEPHAAT, em São Paulo, por exemplo. (Pinheiro, 2006, p.12)

Segundo Pinheiro (2006, p. 12): “os bens arquitetônicos e urbanísticos passaram a ser visualizados inseridos dentro dos seus contextos sociais e econômicos, ao mesmo tempo, dinâmico e mutável no tempo”. No mesmo sentido, explica que “as operações de preservação patrimonial passaram a ser executadas articuladas com planos e políticas específicas de desenvolvimento econômico local e regional, visando também objetivos sociais e econômicos, além dos culturais - bem de acordo, aliás, com as Normas de Quito, de 1967” (Pinheiro, 2006, 12).

A fase iniciada com a nova gestão também é marcada pela transformação da então Diretoria do Patrimônio em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) mediante *Decreto nº 66.967/1970* em seu Art. 14. No mesmo ano ocorre a assinatura do Compromisso de Brasília (Governo Federal, 1970), “com o objetivo de convocar os Estados e Municípios a atuarem na preservação do patrimônio cultural” (IPHAN, 2017a – Linha do tempo IPHAN – 80 anos).

Por muito tempo, a atenção e as energias do principal órgão de preservação do país, que moldou a constituição dos órgãos estaduais, estiveram estritamente voltadas à proteção do legado material da colonização portuguesa e do período imperial. (...) Na década de 1970, tiveram início as discussões sobre a necessidade de atualização e ampliação do conceito de patrimônio para que fosse

capaz de abarcar os diversos legados históricos e culturais da trajetória brasileira. (Porta, 2012, p.11)

Explica Diniz (2008, p.20) que a realização do II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, cujo os termos definidos foram compilados no chamado “Compromisso de Salvador” (Governo Federal, 1971), trouxe acréscimos:

ratificou todos os itens do Compromisso de Brasília, fazendo mais recomendações, entre elas: criação do Ministério da Cultura, e de Secretarias ou Fundações de Cultura no âmbito estadual; criação de legislação complementar, no sentido de ampliar o conceito de visibilidade de bem tombado, para atendimento do conceito de ambiência; criação de legislação complementar no sentido de proteção mais eficiente dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e de suas ambiências; que os planos diretores e urbanos, bem como os projetos de obras públicas e particulares, que afetem áreas de interesse referentes aos bens naturais e aos de valor cultural, especialmente protegidos por lei, contem com a orientação do IPHAN, do IBDF e dos órgãos estaduais e municipais da mesma área. (Diniz, 2008, p.20)

O Compromisso também recomendou que fossem criados no âmbito das Universidades brasileiras centros de estudos dedicados à investigação do acervo natural e de valor cultural, bem como preocupou-se em destacar a preservação, difusão e estímulo às manifestações de caráter popular e folclóricas.

Mas, segundo explica Diniz (2008, p.20): “em nenhum desses encontros tratou-se diretamente da preservação da arquitetura rural, o que se fez relamente foi dar a responsabilidade para cada estado realizar as ações conforme sua realidade regional” (Diniz, 2008, p.20). Nesse sentido, com a abertura atribuída aos estados para dispor de seus próprios órgãos, a fim de suplementar às atividades do IPHAN, foram realizados tombamentos de bens arquitetônicos em seu âmbito.

Levando-se em consideração que nosso recorte geográfico centra no Nordeste brasileiro, apontamos a relação estabelecida por Diniz (2008, p. 26-27) de bens tombados até os atuais dias pelos órgãos estaduais dessa região:

Bens Arquitetônicos Rurais tombados por Órgãos de competência Estadual no Nordeste			
Data do Tombamento	Nº do Decreto	Nome Atribuído	Localidade
10/11/1981	28.398	Casa da Fazenda Brejo dos Padres, atual Fazenda Bom Jesus	Caetité/BA
10/11/1981	28.398	Casa da Fazenda Santa Bárbara	Caetité/BA
24/09/1994	3.731	Sobrado do Engenho de Santo Antônio de Camuciata	Itapicurú/BA
05/11/2002	8.357	Engenho Baixo	Aratuípe/BA
05/11/2002	8.357	Antiga casa dos Hansen, na Fazenda Santa Bárbara	São Félix/BA
05/11/2004	9.213	Antiga sede da Fazenda Curralinho	Castro Alves/BA
*	*	Casa da Fazenda Paratigí	Piemonte do Paraguaçu/BA
*	*	Fazenda Campo Limpo	Cruz das Almas/BA
06/01/1984	6.126	Ex-Usina São Félix	Santa Luzia do Itanhý/SE
22/11/1984	9.904	Engenho Massangana	Cabo de Santo Agostinho/PE
07/06/1987	12.550	Casa grande do Engenho Camaragibe	Camaragibe/PE
11/03/1986	11.239	Engenho Amparo	Itamaracá/PE
19/05/1980	11.435	Casa grande do Engenho Barbalho	Recife/PE
*	*	Antiga residência rural do ex-governador José Rufino	Cabo de Santo Agostinho/PE

*	*	Engenho Monjope	Igarassu/PE
*	*	Casa Grande do Engenho Gaipiό	Ipojuca/PE
*	*	Casa grande do Engenho Morenos	Moreno/PE
*	*	Casa grande do Engenho Estrela do Norte (engenho Machados)	Rio Formoso/PE
13/02/1979	7.936	Engenho e Casa Grande da Várzea	Areia/PB
26/08/1980	8.656	Sobrado da Fazenda Ribamar (Sítio Boi Só) e capela anexa	João Pessoa/PB
26/08/1980	8.657	Conjunto arquitetônico do Engenho Baixa Verde	Serraria/PB
02/12/1998	20.137	Engenho Corredor: casa de purgar, casa grande, engenho, casa de morador e depósito	Pilar/PB
17/02/2005	25.689	Antigo Engenho Paul que abriga um complexo arquitetônico de casa grande e banguê	João Pessoa/PB
18/10/2017	37.917	Casarão da antiga Fazenda São José	São José de Espinharas/PB
1987		Casa Grande da Fazenda Timbaúba	Ouro Branco/RN
1988		Casa Grande Guaporé	Ceará-Mirim/RN
1988		Solar Ferreiro Torto	Macaíba/RN
1990		Casarão do Guarapes	Macaíba/RN
1990		Casa de pedra em Pirangi	Nísia Floresta/RN
1992		Casa Grande do Engenho Verde Nasce	Ceará-Mirim/RN
1998		Casa Velha – casa da fazenda	Lagoa de Velhos/RN
29/07/2002	16.219	Casa da Fazenda Sabe Muito	Caraúbas/RN

28/05/2004	17.535	Casa de Chico Antônio	Pedro Velho/RN
2005		Casa de farinha no Sítio Encruzilhada	Portalegre/RN
06/07/1992	8.686	Casa da Fazenda da Dona Alemã	Capitão de Campos/PI
06/07/1992	8.686	Sede da Fazenda Boa Esperança ou Casa do Padre Marcos	Padre Marcos/PI
23/03/1995	9.311	Fazenda Olho D'água dos Pires	Esperantina/PI
15/03/2006	12.135	Fazenda Serra Negra	Aroazes/PI
10/08/1984	9.658	Engenho Central de Pindaré	Pindaré-Mirim/MA
23/06/1980	7.663	Sítio Santo Antonio das Alegrias – Sítio do Físico	São Luís/MA
29/11/1980	11.682	Fazenda Santa Cruz	Buriti/MA

Tabela 2. Bens arquitetônicos civis rurais tombados por órgãos estaduais desenvolvida por Diniz (2008). Fonte: Diniz (2008, p.26-27)

O IPHAN possui uma lista com os tombamentos rurais efetuados ao longo da sua atuação, recebendo a designação de classificação a nível federal (ver Apêndice 1). Ao passo que as outras esferas realizavam suas seleções, o Instituto também buscou reconhecer o patrimônio rural mediante esse instrumento.

É sabida a política por parte da repartição, nas suas décadas iniciais, de priorização da proteção dos bens do período colonial. Como já dissemos, era privilegiado, naquele momento, o caráter excepcional do bem imóvel. Consequentemente aqueles exemplares tidos como comuns foram descartados. (...) O critério para a seleção dos monumentos a serem protegidos procurou contemplar, segundo Rodrigo M. F. de Andrade, os bens móveis ou imóveis que se possam considerar particularmente expressivos ou característicos dos aspectos e das etapas principais da formação social do Brasil e da evolução peculiar dos

diversos elementos que constituíram a população brasileira (ANDRADE, 1993, p.113). (como citado em Diniz, 2008, p.25)

Ao fazer a análise dos dados dessa tabela, constatamos que a década de 1940 conseguiu um número superior de tombamentos ao comparado com as demais que se mantiveram estáveis, com um número fixo por década. Destacamos um diminuto número entre os anos de 1998 a 2013. A partir de 2013 os processos passam a ser aprovados em maior quantidade, inicialmente com os tombamentos relacionados com o patrimônio cultural da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira e em sequência os de origem alemã, italiana, polonesa e ucraniana em Santa Catarina (Porta, 2012, p.38). Esses últimos frutos do estudo *Roteiros Nacionais de Imigração* (IPHAN, 2011) que gerou a primeira proposta de chancela de paisagem cultural desenvolvida pelo IPHAN.

A partir de um amplo inventário realizado em 2003/04 nos municípios de Santa Catarina Pereira (2018) constata que a “preservação não se resolveria unicamente no âmbito do IPHAN” (Pereira, 2018, p.20), por essa razão informa que “é necessária a criação de novos mecanismos de valorização e fomento para garantir a permanência dos grupos sociais nesses espaços, dado a forte pressão da sociedade urbana (Pereira, 2018, p. 135)

Partindo-se desse projeto, se esboçou aquele que “é o eixo central dos procedimentos que envolvem a Chancela da paisagem cultural no Brasil: constituição de uma rede de proteção que deve envolver a gestão compartilhada do patrimônio” (Pereira, 2018, p. 135). Trata-se do reconhecimento de que a preservação das paisagens culturais “não envolveria apenas o patrimônio edificado, mas também o ambiente onde vive e trabalha cotidianamente. Assim como as tradições, costumes e manifestações culturais” (Pereira, 2018, p.68).

Segundo informa Simone Scifoni:

Entre os anos de 2007 e 2008, vários documentos institucionais foram produzidos a partir da experiência desenvolvida em Santa Catarina e do enfrentamento dos desafios que o trabalho apresentava. Tais documentos foram:

Paisagem Cultural – Proposta de regulamentação (IPHAN/Depam; julho de 2007), a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural (IPHAN; agosto de 2007), a Carta da Bodoquena ou Carta das Paisagens Culturais e Geoparques (IPHAN; setembro de 2007), a Proposta de Política Nacional de Paisagem Cultural (IPHAN /Depam; maio de 2008) e Reflexões sobre a Chancela da Paisagem Cultural (IPHAN /Depam/Coordenação de Paisagem Cultural, 2011). Eles constituíram a base a partir da qual se elaborou a normatização legal para a instituição da paisagem cultural, a Portaria no. 127. Estava ali indicada tanto a necessidade de criação do que seria o novo instrumento de proteção, na forma de chancela de valor cultural, como também a nova categoria de patrimônio a ser protegida, a paisagem cultural. (...) Os espaços urbanos e rurais que, em todo o território nacional, podem ser chancelados como paisagem cultural, são aqueles em que a vivência ou a ciência humana imprimiu marcas ou reconheceu valores, tornando-as suporte dos cenários, conhecimentos e das realizações que exemplificam, singularizam ou excepcionalizam a inteiração do homem como o meio natural. (IPHAN/Depam/2007, p. 3) (Scifoni, 2016, p.1)

Recentemente, a *paisagem cultural* foi incorporada no Brasil como uma nova categoria de patrimônio pela *Portaria no. 127 de 2009* (IPHAN, 2009), a mesma que instituiu um novo instrumento jurídico para sua proteção, denominado de *chancela*.

Destacamos alguns pontos importantes da Portaria nº127 que abordam aspectos dentro da temática do nosso objeto de estudo: paisagem e arquitetura rural. Fica claro mediante a leitura do texto que nos estudos da paisagem a definição de um recorte territorial é elemento inicial e fundamental, pede a criação de canais de interlocução, pois o objetivo é promover a gestão compartilhada entre diferentes sujeitos e a construção da noção de paisagem cultural parte do pressuposto de que a cultura é dinâmica e sujeita a reapropriações e transformações. Dessa forma destacamos que o instrumento considera:

[...] Os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco os contextos de

vida e tradições locais; que o reconhecimento das paisagens culturais é mundialmente praticado com a finalidade de preservação do patrimônio e que sua adoção insere o Brasil entre as nações que protegem institucionalmente o conjunto de fatores que compõem as paisagens; considerando, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira estimula e valoriza a motivação da ação humana que cria e que expressa o patrimônio cultural; que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira valoriza a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população;[...] (IPHAN, 2009, p.17)

A norma traz a concepção da paisagem cultural como sendo “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (como citado em IPHAN, 2012, p.94). Ainda segundo o IPHAN (2012), a chancela “considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento social e econômico sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio” (como citado em IPHAN, 2012, p.96).

A possibilidade para que a experiência de proteção das paisagens culturais brasileiras pudesse ser efetivada, já havia sido mencionada pela Constituição Federal de 1988 através do artigo 216, porém foi através do Decreto-Lei 25, de 1937 que o corpus legal da proteção à paisagem cultural passou inicialmente, destacando-se o conteúdo estabelecido em seu artigo 1º, parágrafo 2º:

Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (Governo Federal, 1937)

Outro marco relevante na trajetória da preservação do patrimônio brasileiro foi o da promulgação da nova *Constituição Federal de 1988* (Governo Federal, 1988), que ocorreu dentro de um longo processo de redemocratização. Os artigos nº215 e nº216

incorporam “os conceitos de referência cultural e de patrimônio cultural, reconhece o valor e a relevância das manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, bem como a de outros grupos participantes da formação do país” (IPHAN, 2017a – Linha do tempo IPHAN – 80 anos). A Constituição é considerada um marco para a atualização da política de preservação do patrimônio no país. O texto alargou não apenas o conceito de patrimônio, mas a responsabilidade pela sua preservação e os instrumentos para efetivá-la:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (como citado em IPHAN, 2012, p.91)

No ano de 1989 ocorre a criação do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (INBI-SU), instrumento para inventariar conjuntos urbanos tombados, considerando pormenores específicos que os caracterizam o bem, tais como, medidas do território, documentos existentes e demandas quanto as questões de salvaguarda (IPHAN, 2017a – Linha do tempo IPHAN – 80 anos).

A virada do século trouxe para o IPHAN novos conceitos com o estabelecimento das seguintes iniciativas :

Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural, além da criação do *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial/PNPI* (Decreto 3.551/2000), elaboração do *Inventário Nacional de Referências Culturais* (INRC), metodologia voltada para a identificação e produção de conhecimento sobre bens culturais com vistas a subsidiar a formulação de

políticas de preservação, e início da implementação do *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial com o projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, desenvolvido pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP)*. Em 2005, ocorreu a instauração da Câmara do Patrimônio Imaterial no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e a implementação dos primeiros planos de salvaguarda de bens registrados, conforme estabelecido no *Decreto nº 3.551/2000*. O Brasil no ano de 2006 ratifica a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, aprovada pela Unesco em 2003, mediante *Decreto nº 5.753/2006*. (IPHAN, 2017a – Linha do tempo IPHAN – 80 anos)

Em seus atos mais recentes, o Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional consolidou a *Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM)* instituída pela *Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018* (IPHAN, 2018). A normativa serve de guia para “ações e processos de identificação, reconhecimento, proteção, normatização, autorização, avaliação de impacto, fiscalização, conservação, interpretação, promoção, difusão e educação patrimonial relacionados com a dimensão material do Patrimônio Cultural” (IPHAN, 2018, p.4). Evidenciamos este instrumento por ser uma das normas mais atuais e responsáveis por regular os procedimentos que garantem a preservação do patrimônio cultural material, entre eles o arquitetônico tradicional rural e a paisagem cultural, objetos do nosso estudo.

A portaria determina que a proteção desses bens tenha como finalidade, entre outras: evitar a descaracterização, deterioração ou destruição de bens culturais materiais, além de garantir à sociedade o direito de conhecer e interagir com esse patrimônio (IPHAN, 2018, p.37). Destaca ainda que as ações e atividades de proteção devem atender a um dos critérios de seleção. Dentre eles sinalizamos os que se enquadram com o patrimônio rural do Seridó:

Critério 4: Representar ou ilustrar um estágio significado de grupos formadores da sociedade brasileira; Critério 5: Representar a interação humana com o meio ambiente, com expressivo nível simbólico ou expressivo grau de habilidade

artística, técnica ou científica; Critério 6: Representar modalidades da produção artística oriunda de um saber advindo da tradição popular e da vivência do indivíduo em seu grupo social. (IPHAN, 2018, p.38)

Ainda como forma de salvaguardar os bens, o Art. 20 deixa claro que “o tombamento é o instrumento aplicável a quaisquer bens culturais de natureza material, móveis e imóveis” (IPHAN, 2018, p.36). Contudo são disponibilizados instrumentos de reconhecimento para categorias específicas como:

I.O Cadastro, a ser aplicado aos bens arqueológicos; II. A Valoração, a ser atribuída aos bens ferroviários da extinta Rede Ferroviária Federal S.A.; III. A Chancela, a ser aplicada às Paisagens Culturais; e IV. A Declaração, a ser aplicada aos Lugares de Memória. (IPHAN, 2018, p. 36)

O objetivo da conservação para a PPCM é o de preservar não somente a sua materialidade, mas os valores e a significação cultural do patrimônio material. Para isso ela dispõe de instrumentos de gestão: “diretrizes de conservação, os planos de conservação e os diagnósticos e projetos específicos” (IPHAN, 2018, p.43). No mesmo sentido, explicita que as “ações e atividades de conservação que contribuem para a sustentabilidade dos bens protegidos devem fomentar os usos tradicionais, o uso habitacional e demais que apoiem e incentivem a permanência, nas imediações do bem, da população em suas rotinas diárias” (IPHAN, 2018, p. 44).

A PPCM dispõe de um Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) com a “finalidade de atuar como base de cadastro dos bens culturais, constituindo-se como uma plataforma para cartografia do patrimônio cultural nacional” (IPHAN, 2018, p. 49-50). São três os módulos do SICG, composto por um “conjunto de fichas, Conhecimento, Gestão e Cadastro, cada um corresponde a uma esfera de análise do bem” (Abrantes, 2014, p.119).

Nesse sentido, a política consolida princípios, premissas, objetivos, procedimentos e conceitos para a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro de natureza material, que se formaram e modificaram ao longo das décadas. Traz inovações importantes para os procedimentos que envolvem a preservação e valorização

desse patrimônio com o objetivo de promover “a construção coletiva dos instrumentos de preservação, garantindo assim a legitimidade das ações do IPHAN junto às comunidades e também entre os agentes públicos” (IPHAN, 2018, p.9). Levamos em consideração a base normativa definida pela PPCM como fundamento técnico, pois o escopo por ela definido tem relação direta com o patrimônio vernacular rural da região Seridó.

Percebemos que, ao longo do percurso para a salvaguarda do patrimônio no Brasil, os anos iniciais foram dedicados como informa Porta (2012, p.11): “a identificar e proteger bens destacados por sua excepcionalidade histórica, monumental ou artística”, assim como, ao trabalho de divulgação do patrimônio com o objetivo de evidenciar seu valor, especialmente os bens relativos ao período colonial. Esse foi o contexto em que o IPHAN “começou a por em prática sua difícil tarefa de salvaguardar os bens culturais brasileiros” (Pinheiro, 2006, p.12). Sua filiação ao movimento moderno veio a somar na busca pela preservação do patrimônio que como sabemos, era um movimento de contraposição direta à arquitetura eclética do século XIX, ressalta-se Diniz (2008, p.17): “e que considerava a arte colonial como genuinamente brasileira, e, portanto, merecedora de proteção”.

Para Porta (2012, p.13) é notável que “a discussão em torno da preservação do patrimônio cultural vem sendo enriquecida e dinamizada” ao longo dos anos. A autora explica que:

O reconhecimento oficial conferido a manifestações e legados históricos e culturais e a consequente valorização desses legados é capaz de produzir uma série de efeitos sociais positivos, que reforçam a importância da política de preservação do patrimônio cultural para o país. (...) Em todos os estados têm sido reavaliadas a representatividade e a abrangência do universo de atuação da política de preservação em relação aos processos histórico-sociais e às referências culturais das distintas regiões de seu território. Essa releitura vem resultando em expressiva ampliação do número e da diversidade de bens culturais documentados, divulgados e protegidos. (Porta, 2012, p.14)

Nesse sentido, com o caminhar da sua estruturação dentro das políticas de governo, o IPHAN como principal meio de articulação das ações que envolvem a proteção do patrimônio no território brasileiro, desenvolveu importantes atividades no campo de proteção e conhecimento do patrimônio vernacular. De maneira geral, todas as diretrizes, decretos e demais disposições estabelecidas correspondem, até os atuais dias, como a principal base “para a proteção do patrimônio cultural do Brasil” (Diniz, 2008, p. 17-31). Os estudos e tombamentos efetuados ao longo das gestões demonstram, portanto, o crescente interesse pela preservação dos exemplares vernáculos no país.

1.3.1. Preservação a nível estadual: Rio Grande do Norte

O Rio Grande do Norte efetuou seus primeiros tombamentos durante a década de 1980, amparado pelo *Decreto nº 8.111 de 12 de Março de 1981* (Governo do Estado do RN, 1981) que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico do Estado. Essa normativa considera como patrimônio estadual os bens móveis e imóveis situados no seu território que por valor histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico merecem a proteção especial do poder público. O procedimento administrativo para a salvaguarda desses bens tem início a partir da Fundação José Augusto (FJA), entretanto nos casos em que o bem pertence a União, este dependerá de autorização prévia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Quando tombados são incorporados em um dos três livros mantidos pela Secretaria de Educação e Cultura:

I- Livro do Tombo Histórico, para as coisas de interesse da história, da etnografia e da antropologia; II- Livro do Tombo Artístico, para as obras de interesse da Arte e da Literatura; III- Livro de Tombo Paisagístico, para os monumentos naturais, sítios e paisagens de singular beleza ou de interesse artístico. (Governo do Estado do RN, 1981)

Uma das primeiras iniciativas acerca do conhecimento do patrimônio rural potiguar foi conduzida pela Fundação José Augusto nos anos de 1980 com a realização de um inventário de edificações urbanas e rurais na delimitação territorial do Rio

Grande do Norte, contudo essa pesquisa não resultou em nenhuma publicação permanecendo os dados copilados em documentos arquivados na Instituição.

De acordo com os registros da Fundação José Augusto, o Rio Grande do Norte possui o número de dez bens rurais salvaguardados, em sua maioria casas de fazenda, com destaque para a da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios, única edificação rural tombada pelo estado dentro da delimitação territorial pertencente a nossa área de estudo, o Seridó. Essa proporção equivale a cerca de 10% da quantidade de tombamentos totais efetuados pelo órgão estadual até os atuais dias. São eles:

Bens Arquitetônicos Rurais Tombados no Estado do Rio Grande do Norte				
Imagem	Data do	Nome	Observações	Localidade
Conservação	Tombamento	Atribuído	Complementares	
 Precário	1987	Casa da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios	Fazenda fundada em 1833 por Gorgônio Paes de Bulhões. Formada por casa de taipa e curral.	Ouro Branco (Seridó)
 Precário	1988	Casa Grande do Engenho Guaporé	Reflete a riqueza da aristocracia canavieira no século XIX. Foi restaurada em 1978 pela FJA para abrigar o Museu Guaporé.	Ceará-Mirim
 Muito Bom	1988	Solar Ferreiro Torto	Construído em 1845 pelo Coronel Estevão Moura, herdeiro do antigo Engenho do Ferreiro Torto. Restaurado pela FJA em 1979.	Macaíba
 Ruínas	1990	Casarão dos Guarapes	Construído por Fabrício Gomes Pedroza em 1858 nas proximidades do Porto dos Guarapes.	Macaíba

 Ruínas	1990	Casa de pedra	Pertenceu a João Lostão Navarro, século XVII. Foi refúgio dos colonos durante o massacre do Cunhaú, em 1645.	Sítio Caiçara
-	1992	Casa G.: Engenho Verde Nasce	-	Ceará-Mirim
 Precário	1996	Casa de Fazenda: Casa Velha	Originou a cidade. Construída por João Anselmo em 1854. Erguida com taipa e parte do piso de barro batido, se mantém original.	Lagoa de Velhos
-	29/07/2002	Casa da Fazenda: Sabe Muito	-	Caraúbas
-	28/05/2004	Casa de Chico Antônio	-	Pedro Velho
-	2005	Casa de Farinha Sítio Encruzilhada	-	Portalegre

Tabela 3. Bens arquitetônicos rurais tombados pelo Estado do RN. Fonte: (Fundação José Augusto, 2006)

O ano de 2006 trouxe para o patrimônio potiguar algumas iniciativas importantes. Destacamos o projeto *Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos* apresentado a edital público do Programa Monumenta/MinC, pelo Instituto de Formação e Gestão em Turismo do RN-IGETUR. Foi selecionado e executado com recursos oriundos do Programa Monumenta/MINC/UNESCO/BID e contrapartida do Governo do “Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Fundação José Augusto” (Diniz, 2008, p.28). Realizou-se várias ações que resultaram no *Inventário do Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Norte* e nas publicações das cartilhas

da *Coleção Patrimônio Potiguar: Patrimônio Arquitetônico, Patrimônio Museológico, Patrimônio Sacro, Bens Móveis Integrados, Artes Visuais e Patrimônio Imaterial*.

O material produzido teve como objetivo facilitar a informação ao público, além de disponibilizar o resultado do trabalho para órgãos públicos e privados de natureza turística, cultural, educacional e na área da justiça, instigando sistemática de acompanhamento, atualização, monitoramento e fiscalização do Patrimônio Cultural Estadual.

Segundo Diniz (2008, p.28): “em 2006, a Sub-regional do IPHAN do Rio Grande do Norte iniciou ações visando à conservação e preservação do patrimônio rural do estado. Estão sendo realizados pela instituição: o *Inventário dos antigos engenhos do Vale do Ceará-Mirim* e o *Inventário de referências culturais da região do Seridó Potiguar*”, bem como, o mapeamento das “edificações remanescentes das antigas propriedades rurais da região seridoense com objetivo de identificar as edificações de maior relevância para as futuras ações do IPHAN” (Diniz, 2008, p.28). A investigação iniciada em 2006 que correspondeu a quatro fases, resultou na publicação do *Inventário de Conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar* (IPHAN, 2012).

O governo do Estado através do *Decreto nº 14.759* de fevereiro de 2000 (Governo do Estado do RN, 2000) institui o *Programa Cultural Câmara Cascudo* de incentivo à cultura. No âmbito dessa lei são aprovados os projetos que visam alcançar, entre outras ações, a promoção do incentivo ao estudo, à edição de obras e à produção das atividades artístico-culturais nas seguintes áreas: artes cênicas, plásticas e gráficas; cinema e vídeo; fotografia; literatura; música; artesanato, folclore e tradições populares; museus; bibliotecas e arquivos; assim como na aquisição, manutenção, conservação, restauração, produção e construção de bens móveis e imóveis de relevante interesse artístico, histórico e cultural.

Dentro dessa perspectiva, em 2012, com apoio da citada Lei, foi inaugurado o *Museu do Vaqueiro*, localizado na Fazenda Bonfim na cidade de São José de Mipibu/RN. O espaço reproduz a estrutura de um típico exemplar sertanejo, com alpendre e sótão, além de reunir um rico acervo sobre a cultura sertaneja que contou com os estudos de Oswaldo Lamartine, do rabequeiro Fabião das Queimadas e outros.



Figuras 3. Museu do Vaqueiro, Fazenda Bonfim, São José de Mipibu/RN. Fonte: Assis Barbosa, disponível em: <http://terrasnordestinas.blogspot.com/2012/12/museu-do-vaqueiro-sao-jose-do-mipibu-rn.html>

Segundo consta nos dados de ambas instituições responsáveis pela salvaguarda do patrimônio estadual, a Fundação José Augusto e a Superintendência do IPHAN/RN, não existe nenhum outro programa ou projeto em andamento que corrobore com o patrimônio tradicional rural do estado, assim como nenhum outro processo de tombamento.

1.3.2. Pesquisas acadêmicas sobre o tema da arquitetura rural do Seridó

Para Diniz (2008, p.31): “o Brasil, por sua extensão e diversidade, possui um grande número de edificações rurais”. A autora explica que as culturas agropastoris foram desenvolvidas desde o período colonial e para cada região uma arquitetura distinta, produto da ação humana e das redes de sociabilidade. Nesse sentido, destaca-se a existência de um patrimônio que não se reduz ao contexto seridoense e, portanto, a literatura se ramifica para atender as diferentes realidades regionais. Partindo desse pressuposto, sentimos a necessidade de centrar em pesquisas que encontram-se dentro desta delimitação territorial, com vistas no sistema que aqui tratamos, o agropastoril.

Segundo Silva (1994), a arquitetura civil rural não tem recebido a atenção merecida por parte daqueles que se dedicaram ao estudo da história do Brasil

colonial e imperial. Tal esquecimento deve-se aos equívocos usuais e generalizados quanto à própria conceituação da arquitetura, pois, conforme o autor, costuma-se confundir, por exemplo, valores arquiteturais com valores decorativos, o que significa dizer que a Arquitetura somente se realiza em edifícios requintados e de formas muito elaboradas. O autor afirma que embora nossas casas rurais tenham sido contruídas com formas muito modestas e que não sejam assinadas por arquitetos, suas construções basearam-se no saber vernacular, contendo lógica intrínseca atrelada à sua função e aos materiais, técnicas e sistemas construtivos próprios do local, constituindo-se assim num exemplar arquitetônico de relevância para a preservação do patrimônio cultural de uma região pouco conhecida do Brasil. (Diniz, 2008, p.33)

Um dos primeiros estudos realizados e publicados na revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que respondeu “algumas questões, corresponde ao artigo de Paulo Thedim Barreto, intitulado, *O Piauí e sua arquitetura*”. (Diniz, 2008, p.33). Neste trabalho Thedim explora a história e povoamento do território Piauiense, região nordeste do Brasil, além da sua “arquitetura urbana e rural produzida durante os séculos XVIII e XIX” (Diniz, 2008, p.33), atribuindo uma comparação com as casas maranhenses paralelamente elaboradas. Na parte III do seu artigo, destinada a casa piauiense, o autor faz uma análise sobre o partido arquitetônico adentrando em várias condicionantes: técnica construtiva, clima, condições topográficas, programa de necessidades, condutas sociais, assim como as tipologias encontradas.

Durante os anos de 1975 e 2002 foi elaborado e publicado em sete volumes o *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia* (Bahia - Secretaria da Indústria e Comércio, 1975-2002, disponível em: <http://www.arqpop.arq.ufba.br/node/175>). O coordenador da obra Paulo Ormino de Azevedo considerou como umas das medidas preliminares para alcançar a preservação desses bens a realização de um inventário sistemático de proteção dos bens de interesse cultural.

Como explica Bahia - Secretaria da Indústria e Comércio (1975-2002), o levantamento reúne elementos necessários para uma identificação precisa dos monumentos e sítios, do estado de conservação e uso e de seus vínculos com o contexto físico e social, com vistas na salvaguarda desse patrimônio. O trabalho foi inspirado no *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu* (IPCE), publicado em Itália no começo da década de 1970. Composto por fichas com informações diversas dos bens inventariados, incluindo levantamentos arquitetônicos e fotográficos, além da recomendação para aplicação de graus diferenciados de proteção. O inventário não se restringiu ao levantamento do patrimônio já reconhecido legalmente, procurou realizar um cadastro cultural do território que pudesse servir de base ao planejamento urbano-territorial e não apenas à preservação de alguns edifícios.

Por abranger todas as regiões da Bahia, a obra está organizada em sete volumes. Os exemplos tratados como *arquitetura menor*, de valor principalmente ambiental, são encontrados nos volumes VI e VII, que caracterizam a presença da arquitetura vernacular, manifestando o reconhecimento desses bens enquanto patrimônio cultural (Bahia - Secretaria da Indústria e Comércio, 1975-2002, disponível em: <http://www.arqpop.arq.ufba.br/node/175>).

Esses dois estudos retratam a realidade da produção arquitetônica na região Nordeste. Levamos em consideração essas análises, pois são trabalhos que diretamente abordam a arquitetura rural, assim como observamos que suas histórias se cruzam dentro do processo de formação dos micro-sertões, termo que segundo Natália Diniz desnaturaliza a idéia de um sertão nordestino homogêneo, tanto em termos de paisagem natural, como de cultura material, verificado nas interfaces regionais para além do território fomentados pela economia do gado (Diniz, 2013, 2015).

Segundo Diniz (2013, 2015), outros autores regionais estudam o cotidiano dos vários sertões, entre os quais, Oswaldo Lamartine, cujo sertão é generalizado a partir do seu microcosmos, sob a ótica especialmente de uma de suas partes, o Seridó. Entre os eixos de penetração nas entranhas do Brasil, João Capistrano de Abreu (1853-1927), autor pioneiro nos estudos regionais, apresentou as diferentes facetas do sertão que, por excelência, esteve predestinado à criação de gado nas zonas interiores e inseriu um fato

importante na história geral do Brasil, ao tratar dos sertões onde se encontram as minas de ouro. Interessa a compreensão de Manuel Correa de Andrade, cujo livro, “A terra e o homem no Nordeste” (1963), pormenoriza distintos aspectos para melhor definir o sentido de sertão:

O sertão nordestino é parte significativa do território brasileiro onde predomina o clima semi-árido quente, é encarado pelos que não o conhecem como uma área castigada permanentemente pela seca e onde vive uma população carente que necessita sempre de auxílio para manter-se em nível de sobrevivência. Mas esta imagem é válida apenas para os períodos das grandes secas, que ocorrem geralmente de dez em dez anos, prolongando-se algumas vezes por dois ou três anos seguidos. Para se compreender o sertão é preciso destacar dois aspectos: o primeiro é que ele não é uniforme, havendo grande variedade de climas e de solos, o que determina a existência de uma série de sub-regiões, onde são diferentes as formas de utilização e exploração da terra e os problemas humanos decorrentes; o segundo aspecto é a variação sazonal marcada pelos períodos de chuva. Quanto ao primeiro aspecto, Euclides da Cunha, com sua inquietação e talento, já salientava em *Os Sertões*, a existência de sertões e não do sertão. Assim, há uma grande diferença fisionômica entre as áreas de serras, de planaltos, aquelas cortadas por rios perenes, como o São Francisco, alguns dos seus afluentes e o Parnaíba, e aqueles cortados por rios temporários, que na estação seca se transforma em verdadeiros caminhos arenosos na caatinga desfolhada. (como citado em Diniz, 2013, p.14-15)

No contexto do Seridó, centramos nas pesquisas de apoio a investigação aqui desenvolvida em dois blocos, um com peso maior nas análises socioculturais representadas por: Juvenal Lamartine, Oswaldo Lamartine de Faria, Olavo de Medeiros filho e Luis da Câmara Cascudo e outro nos estudiosos que diretamente trataram da arquitetura tradicional rural sem deixar de lado suas referências culturais, são eles: Muirakytan Macêdo, Paulo Heider Forte Feijó e Nathália Maria Montenegro Diniz.

O livro *Velhos Costumes do meu Sertão* (Faria, 1965), obra do escritor Juvenal Lamartine de Faria (1874-1956)³, é formado por artigos reunidos e publicados na imprensa da cidade do Natal/RN, Tribuna do Norte, no último trimestre de 1954. É considerada uma obra autêntica, gerada a partir de suas experiências naquelas terras, nutrida do mundo rural que permanece ainda pouco conhecida pelos brasileiros urbanos, que foram estimulados historicamente a deixar esse patrimônio na retaguarda do litoral. Nas suas páginas, Juvenal transmite as paisagens, os hábitos, os personagens do sertão com uma riqueza de informação que só seria possível por quem teve uma vivência profunda do Sertão, especificamente a dos *Currais das Espinharas*, analogia ao Município de Serra Negra do Norte, local de seu nascimento e povoado por seus antepassados. Contudo, não são só sertanejos que aparecem nesse livro, podemos perceber a paisagem sertaneja através do olhar do autor ao fazer referências às casas, currais, ao gado, as plantas, em síntese, a terra que Lamartine conta a partir das próprias experiências como homem do sertão e dono de propriedade.

Oswaldo Lamartine de Faria (1919-2007), filho de Juvenal Lamartine de Faria, também possui uma considerável produção sobre a realidade do Seridó Potiguar: *A caça nos Sertões do Seridó*, *Algumas abelhas dos Sertões do Seridó*, *Conservação de alimentos nos Sertões do Seridó*, *Açudes dos Sertões do Seridó*, *Encouramento e Arreios do Vaqueiro no Seridó*, *Vocabulário do Criatório Norte-Rio-Grandense*, *Sertões do Seridó* e *Ferro D Ribeiras*. As duas últimas foram as que mais utilizamos como referencial. Em *Sertões do Seridó* (Faria, 1980), Lamartine identifica de imediato o universo físico, histórico e cultural dessas terras. Trata-se das construções, atividades econômicas desenvolvidas, destina-se ao “mundo multifacetado seridoense, em perspectiva interdisciplinar” (como citado em Faria, 1980, p.13). Na obra *Ferro D*

³ Nascido em 9 de agosto de 1874, na Fazenda Rolinha, município de Serra Negra do Norte, Seridó Potiguar. Foi redator de *A República* (Natal), órgão do Partido Republicano Federal e Vice-Diretor do Ateneu Norte-rio-grandense. Exerceu o cargo de Juiz de Direito na Comarca de Acari e posteriormente em Jardim do Seridó, Caicó e Santa Cruz. Eleito vice-governador do Estado do Rio Grande do norte pelo Partido Republicano Federal e na sequência exerceu os cargos de Deputado Federal, Senador da República e de Governador do Estado do Rio Grande do Norte. Entre outras de suas obras: *Defesa do Nordeste* (1916), *Aproveitamento dos Vales Úmidos do Rio Grande do Norte* (1943), *O problema das secas do Nordeste* (1951) e *O Sertão do meu tempo* (1954).

Ribeiras (Faria, 1984), o autor aborda *do ferro da marca ao ferro da Ribeira*, expressão por ele proferida para definir um dos símbolos mais significativos da identidade local, as marcações até hoje realizadas nos animais com as iniciais de posse pertencente às famílias que pelo sertão criavam seus rebanhos. Esses dois autores compreendem parte de uma geração representativa da formação do Seridó através das terras hoje conhecidas por Serra Negra do Norte.

Olavo de Medeiros Filho⁴ (1934-2005) em *Velhas Famílias do Seridó* (Medeiros Filho, 1981) levantou as primeiras genealogias das gerações dos descendentes povoadores da região do Seridó. São onze famílias estudadas. Tal providência forneceu além dos conhecimentos específicos de cada família, referências que ilustram o contexto social, econômico e religioso da época. Na sua obra *Velhos Inventários do Seridó* (Medeiros Filho, 1983), Medeiros descreve a pesquisa realizada nos cartórios seridoenses, a partir das centenas de autos de inventários, contendo preciosas informações de natureza genealógica, religiosa, sociológica e econômica. O livro está dividido em vinte e nove capítulos: os quatorze primeiros centram na análise dos bens inventariados, classificando-os por tipos de atividades; os quinze restantes tratam dos inventários individuais, nomeadamente das famílias que para essas terras vieram no início povoar.

Podemos dizer que grande fração do passado da região Seridó se acha arquivado nos inventários desses cartórios. Mediante a análise dessa obra, constatamos dados comprobatórios dos modos de viver e de construir moradas no sertão. São achados que retratam fidedignamente as famílias, o território e a toponímia da região.

Luis da Câmara Cascudo⁵ (1898-1986), pesquisador das manifestações culturais brasileiras, nos fornece apontamentos importantes acerca da História e costumes da

⁴ Execeu suas atividades nos Institutos Históricos do Rio Grande do Norte e do Espírito Santo, no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Pertenceu a Sociedade Cearense de Geografia e História, ao Colégio Brasileiro de Genealogia, à Academia Norte Rio-Grandense de Letras, ao Conselho-Diretor das Fundações José Augusto e Helio Galvão de Natal, responsáveis pelas atividades de pesquisa e proteção do patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Norte.

⁵ Historiador, antropólogo, advogado e jornalista brasileiro. Dedicou-se ao estudo da cultura popular brasileira. Foi professor da Faculdade de Direito de Natal, atual no curso da

região do Seridó. No livro *História do Rio Grande do Norte* (Cascudo, 1984), percebemos o processo de construção e povoamento da capitania e consequentemente das primeiras freguesias e vilas. Mesmo contando com outras obras que também contextualizam esse momento histórico, optamos pelo uso da literatura de Câmara Cascudo por reconhecermos a importância do conjunto de sua obra e pioneirismo no campo da investigação do folclore e patrimônio cultural do estado.

Iniciamos o segundo bloco com os autores e obras que consideramos mais relevantes no trato da arquitetura rural. *Rústicos Cabedais* (Macêdo, 2015), obra do historiador Muirakytan Macêdo, retrata a história da família nos sertões da pecuária, um dos territórios mais tradicionais da América portuguesa. Enfoca nas relações entre o patrimônio familiar e o cotidiano setecentista. Leva em consideração os teres e haveres familiares, ao passar de uma escala de maior para outras de menor amplitude: do território à fazenda, a casa e, por fim, ao indivíduo. Destacamos a análise minuciosa feita para as fazendas, à cultura material das casas e o uso cultural desses espaços.

Paulo Heider Forte Feijó, em sua dissertação *A arquitetura tradicional de Acari no século XIX: Estudo comparativo entre a casa-grande de fazenda e a casa urbana* (Feijó, 2002), estudou o acervo arquitetônico do século XIX da cidade de Acari, mediante uma perspectiva comparada entre a casa-grande e a casa urbana. É possível encontrar dados acerca do partido arquitetônico e do universo dessas edificações que permitiu contextualizar e confirmar muitos detalhes acerca dos exemplares que avaliamos.

Por fim, destacamos a arquiteta Nathália Maria Montenegro Diniz. Contamos com os relatos estabelecidos em sua dissertação *Velhas Fazendas da Ribeira do Seridó* (Diniz, 2008) e na obra *Um Sertão entre tantos outros* (Diniz, 2015), resultado da tese (Diniz, 2013). Uma pesquisa histórica sobre a iconografia do sertão brasileiro, a partir da paisagem natural, humana e arquitetônica. O trabalho revela as casas de fazenda, rústicas e produtivas, em um passado quase esquecido. Levamos em conta sua obra, experiência e ponderação quanto pesquisadora da arquitetura rural pelas terras dos sertões nordestinos.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Deixou uma extensa obra, inclusive o *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1952) e *Contos tradicionais do Brasil* (1946).

Capítulo 2. – O Território do Seridó

2.1. Processo de formação histórica

Conforme explica Diniz (2008, p.36): “Portugal iniciou, em 1534, a sua ocupação, com base no sistema de capitanias hereditárias”.

No ano de 1535, João de Barros, associado a Fernão Álvares de Andrade e Aires Cunha, aliaram recursos para a conquista de 225 léguas brasileiras correspondente à capitania do Rio Grande (Cascudo, 1984, p.16). A busca pelas terras do interior foi iniciada por Aires da Cunha, contudo a resistência encontrada por parte dos índios Potiguar, aliados aos traficantes franceses, fizeram com que as investidas não tivessem êxito (Cascudo, 1984, p.16).

A despeito disto informa Diniz (2008) que “malgrado as dificuldades de colonização da capitania do Rio Grande, João de Barros continuou administrando-a em 1564, por intermédio de um procurador, residente em Igarau-PE” (Diniz, 2008, p.36). A autora continua a explicação ressaltando que:

Em 1570 o donatário morreu e seus filhos requereram pagas a Felipe II da Espanha, alegando serviços feitos na capitania. Com isso a capitania do Rio Grande passou a Coroa, assim como algumas outras, devido à falta de recursos dos donatários, aos constantes ataques dos índios, à distância da Metrópole, à difícil comunicação entre as capitanias e à má administração. O sistema de capitanias hereditárias fracassou, apenas as de São Vicente e Pernambuco prosperaram. Pouco a pouco, a Coroa comprou dos herdeiros as capitanias ou as confiscou por abandono. Entretanto, a última capitania só desapareceu em 1759, por determinação do Marquês de Pombal. (Diniz, 2008, p.36)

Segundo Cascudo (1984, p.20), os franceses fixaram-se no litoral norte-rio-grandense, nomeadamente, no estuário do rio Potengi. As relações tornaram-se mais amistosas, assim, a presença francesa retardava a colonização sistemática. Segundo Cascudo (1984) isso ocorria mais facilmente pelo fato de que:

O francês não tinha a exigência moral para o indígena nem pretendia fundar cidade, impor costumes, obrigar disciplina. Era um comerciante, respeitando a vida selvagem, protegendo-a, tornando-se familiar, amigo, indispensável, obtendo mais baixo preço nos rolos de ibirapitanga, o pau Brasil vendido em ducados de ouro na Europa, ávida de cores, vibrantes para os tecidos em voga. (Casculo, 1984, p.21)



Figura 4. Vista aérea da Fortaleza dos Reis Magos – Natal/RN. Fonte: Colagem com imagens da Prefeitura do Natal, disponíveis em: <https://www2.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-96.html>

Diante dessa realidade,urgia um domínio oficial por parte de Portugal em contexto de monarquia dual. Ações como a de erguer um forte e nascer cidade no território hoje conhecido por Nordeste, foram obedecidas. Segundo Cascudo (1984, p.22), o sétimo Governador Geral do Brasil, D. Francisco de Souza (1591-1602), decidiu pela expulsão dos franceses, a construção de um Forte em 1598, Reis Magos (Prefeitura do Natal, 2006), e de uma cidade a do Natal, fundada um ano depois em 25 de dezembro de 1599, “cumprindo as determinações de duas Cartas Régias (9 de novembro de 1596 e 15 de março de 1597)” (Diniz, 2008, p.37). Cascudo (1984) informa que Natal sempre foi cidade, diferentemente das outras organizações administrativas que passavam pelo constituição inicial de Vila.

Mesmo com ações tentando firmar a ocupação no território potiguar, a dificuldade de colonização continuou, sendo indispensável à pacificação da população indígena “insubmissa, re-atacando sempre, transformando a vida dos brancos num estado permanente de inquietação brava e àspera” (CASCUDO, 1984, p.26). Daí a importância dos jesuítas para os colonizadores, que com suas missões conseguiram persuadir, pelo menos os indígenas litorâneos, “com as forças irresistíveis da paciência e da tenacidade em serviço da fé” (CASCUDO, 1984, p.26), possibilitando a conquista e o início da expansão do Rio Grande do Norte. (Diniz, 2008, p.38)

No primeiro momento, o empreendimento foi a atividade da extração do pau-brasil pelos nativos, exportado para a Europa. Frustradas as primeiras tentativas de encontrar metais preciosos ou especiarias, a exploração pelas técnicas do cultivo da cana-de-açúcar foi uma engenhosa alternativa com o apoio da pecuária. Como descreve Macêdo (2015, p.33): “se muito era o açúcar, muito seria o gado”.

Os holandeses voltaram-se, após a União Ibérica, para a conquista das colônias luso-espanholas. Concentraram esforços nas capitanias mais ao norte. Segundo Monteiro (2015, p.33-34): “data de 1625 o registro da primeira incursão dos holandeses em área mais próximas à capitania do Rio Grande (...), incorporado ao domínio holandês em 1633”. Participando da expedição de conquista, o holandês Adriaan Verdonch fez considerações:

Nessa região do Rio Grande, há gado em quantidade e abundância [...] As pastagens são ali excelentes e os habitantes não tem outra riqueza senão o gado, com o que fazem muito dinheiro. (Mello, 2010, p.51)

Segundo Macêdo (2012, p. 31) Joan Nieuwhof esteve pelas terras em 1640 e 1649, observou a produção pastoral entre o litoral e o agreste e reconheceu a importância do provimento de gado por meio do território potiguar:

se o inimigo dominasse o interior e nos privasse do fornecimento do gado e farinha do Rio Grande, justamente numa ocasião em que Itamaracá e Paraíba

também estavam bloqueadas, ser-nos-ia quase impossível manter a posse do Brasil Holandês, enquanto não chegasse da metrópole os socorros esperados. (como citado em Macêdo, 2012, p.31)

Como explica Monteiro (2015, p.37), se a capitania era diminuta em comparação a Pernambuco tanto em tamanho quanto em produção açucareira, opostamente, possuía uma volumosa criação de gado, uma vez que, os animais espalhando-se pelas áreas reocupadas, “já era enviado as capitanias vizinhas ao sul, abastecendo-as de carne e força motriz nos engenhos” (Monteiro, 2015, p.37).

Segundo Diniz (2008), a conquista holandesa “não modificou a expansão geográfica, pelo contrário, a restringiu, pois os holandeses ignoraram completamente o sertão” (Diniz, 2008, p. 39). A autora ressalta as palavras de Cascudo (1984), segundo o qual, nos anos em domínio batavo, a capitania “só conheceu violência, extorsão, vilipêndio e rapinagem” (como citado em Diniz, 2008, p.39).

Informa Macêdo (2015, p.40): “passados um período de vinte e um anos (1633-1654) sob o domínio holandês nomeadamente nas área açucareiras das capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande, retomou-se a colonização portuguesa”. Para tanto, explica o autor que quatro foram os objetivos imediatos: revitalização dos engenhos e lavouras de cana; recomposição da oferta de gados; posse e repovoamento e o estabelecimento de estratégias de combate às alianças dos índio tapuias com possíveis inimigos (Macêdo, 2015, p.40).

A Carta Régia de 29 de abril de 1654 recomendava a concessão de sesmarias aos que atuaram na expulsão dos batavos com o objetivo de propiciar a ocupação das terras interioranas de maneira a cessar a cooperação existente entre tapuias e holandeses (Macêdo, 2015, p.40). Macêdo (2015), continua explicando que a fixação de colonos e das atividades de agricultura e pecuária no sertão eram essenciais para o projeto de colonização, isso incluía acesso as terras indígenas. Contudo, dominar o sertão para colonização significava romper uma fronteira habitada pelos índios denominados de *tapuias/Cariris*. Esse recorte foi aos poucos estruturado com a chamada Guerra dos Bárbaros (Macêdo, 2015,p.40-41).

A *Guerra dos Bárbaros ou Confederação do Cariris* (1683-1697) foi a revolta *tapuia* contra a penetração sistemática dos colonizadores sobre suas terras. Os levantes pela proporção que tiveram preocuparam as autoridades. A fundação do Arraial do Açú e de casas fortes, ao passo que favoreceu aos colonos, também promoveu o conhecimento local (Cascudo, 1984, p. 51-52). Segundo Macêdo (2012, p.36): “no Seridó, precisamente na Ribeira do Acauã, em 1687, chegou o coronel Antônio de Albuquerque da Câmara, que ali possuía uma sesmaria, para dar combate aos índios usando como base militar a casa-forte do Cuó”, ponto estratégico de defesa da ribeira, construída anos antes, em 1683 (Macêdo, 2015, p.43). Como resultado dos anos de combate, a guerra desocupou quase que totalmente o Seridó: “ao custo do etnocídio, sem, no entanto, esvaziá-lo completamente” (Macêdo, 2015, p.45). Derrotados os silvículas em 1697, pode, afinal, a região retomar o seu ritmo de progressiva ocupação.

Segundo Macêdo (2015, p.31):

Gado e a cana-de-açúcar foram elementos complementares na economia colonial, mas excludentes quando se tratava de abrigar ambos nas terras próximas ao litoral do nordeste da América portuguesa. Com o tempo, o uso quase que absoluto desses solos para as lavouras de cana não suportaria o criatório de gados, visto que os largos pastos necessários ao apascentamento terminariam por competir com os terrenos destinados ao cultivo da exportação mais rentável para a lógica econômica do antigo Sistema Colonial.

Com vista a não prejudicar a atividade da lavoura, em 1701 foi expedida uma carta régia que passou a proibir a cultura de gados “a menos de 10 léguas do litoral” (IPHAN, 2012, p.38), conseqüentemente, “pecuaristas baianos, pernambucanos e paraibanos passaram a requerer a doação de sesmarias no sertão nordestino” (IPHAN, 2012, p.28).

Daí se explicar a razão do pedido de sesmaria feito em 1738, no remoto sertão do Seridó, pelo Capitão Antônio da Cunha Vasconcellos, que se denominava

lavrador de cannas na Paraíba e que necessitava de terras para criação. (Macêdo, 2015, p.31)

Portanto, configurou-se, “a necessidade de separação entre a monocultura da cana e pecuária, ensejando nos sertões um espaço diferenciado do açucareiro” (como citado em Borges, 2015, p.58). Conforme Macêdo (2012, p.32): “ essa intolerância econômica resultou na demanda por outras áreas destinadas à pecuária, que ainda era a força proteíca para a mão-de-obra e a energia motriz do transporte da cana e da produção dos engenhos que não usavam da força hidráulica”.

Com a identificação das possibilidades econômicas associadas ao mercado interno, cada-de-açucar, e externo, couro para Portugal e fumo para a África, abriam-se as portas para a exploração das terras sertanejas (Macêdo, 2015, p.32).

2.1.1. Interiorização do Rio Grande do Norte

Em meados do século XVII, inicia-se a lenta penetração com as pequenas boiadas (Casudo, 1984, p.51). Segundo Medeiros Filho (1981, p.3): “situados os primeiros currais sobreveio o levante dos indígenas *cariris*, o que comprometeu o povoamento inicial do sertão”. Após a guerra, os que estiveram em combate passaram a ser posseiros e sesmeiros (Medeiros Filho, 1981, p.3). Medeiros Filho (1981) ressalta ainda que neste processo de reocupação das áreas sertanejas, “extensões de terras devolutas receberam a presença das primeiras crias de gado, conduzidas pelos vaqueiros desbravadores” (Medeiros Filho, 1981, p.3).

O início do processo sesmarial ocorreu no Rio Grande, a partir da cidade de Natal, mediante concessão a João Rodrigues Colaço em 9 de janeiro de 1600 (Casudo, 1984, p.44), quanto ao Seridó, a primeira concessão data de 1676, referindo-se à Acauã, hoje, município de Acari (Medeiros Filho, 1981, p.3). A ribeira era a região disputada pela qualidade dos pastos. Por todo século a distribuição de terras fixa a população do ciclo do gado, “é a era das fazendas de criar, o nascimento da gesta dos vaqueiros” (Casudo, 1984,p.107).

Segundo Medeiros Filho (1981, p.3), é neste constexto que “surgiram as primeiras casas, rústicas, construídas de taipa, com seus madeiramentos amarrados com

tiras de couro cru, aproveitando o material utilizado para levantar os currais e implantar os roçados”. É possível encontrar passagens desses relatos nos inventários arquivados nos cartórios seridoenses. Diniz (2008) reforça as palavras de José Augusto (1980):

entre as famílias que povoaram o Seridó, e ali se fixaram, a família Araújo, se não é a mais antiga, é das mais antigas, e certamente a que mais proliferou, sendo hoje a mais numerosa dentre quantas se encontram radicadas naquele trecho do território norte-rio-grandense. Não é exagero afirmar que raro será o seridoense que não tenha sangue de Araújo. (como citado em Diniz, 2008, p.172)

Destacamos o inventário dos bens deixados por Caetano Dantas Corrêa, com autos no 1º Cartório Judiciário do Acari, “sob número de ordem 11, e processado no ano de 1798” (Medeiros Filho, 1981, p.120):

(...) - Huma morada de caça terria de Taipa coberta de Telha no Lugar dos Picos de Sima Ribeira do Seridó com nove portas e uma janela e sete fixaduras tudo velho, avaliada por 50\$000. - Huma morada de caça terria de Taipa no Lugar da Serra do Coitê com todos aviamentos pertinentes para fazer farinha entrando num carro para carregar, no valor atribuído de 60\$000. (...) (Medeiros Filho, 1981, p.121)

Contudo, através das referências analisadas, além das construções iniciadas e a criação de Capelas, ressalta Diniz (2008, p.43): “a multiplicação de currais de gado e desaparecimento dos indígenas”, marcaram o povoamento do interior norte-riograndense durante o século XVIII.

O processo de ocupação desse território trouxe o movimento de repovoamento, explica Cascudo (1984, p.49): “que veio o português através dos pernambucanos, e os baianos, a requerer sesmarias. (...) Os moradores do Jaguaribe, Paraíba, foram legítimas expressões de povoadores”. Segundo explica Medeiros Filho (1981, p.3), as primeiras famílias fixadas apareceram após o ano de 1720, pois as rústicas condições alimentavam a presença de homens desacompanhados. Com o caminhar do processo de

reocupação, “afluíram ao Seridó elementos advindos do reino, os quais se tornaram os fundadores das estirpes que constituiriam a elite social, econômica e política da região” (Medeiros Filho, p.4).

Para Medeiros Filho (1981, p. 4), existe a “predominância do imigrante do norte de Portugal e dos Açores na formação genealógica da região”, como é possível verificar na tabela a seguir:

Formação Genealógica da região do Seridó	
Região	Origem
Açores	Ilha de São Miguel: Rodrigo de Medeiros Rocha e seu irmão Sebastião de Medeiros Matos;
	Ilha de São Miguel: José Inácio de Matos (sobrinho de Rodrigo e Sebastião), José Tavares da Costa, António Garcia de Sá, Manoel Pereira Bulcão;
	Natural da ilha de São Jorge: Manoel Vieira do Espírito Santo
Minho	Vila de Barcelos: José Dantas Corrêa
	Da freguesia de Vilar da Veiga: Joaquim Barbosa de Carvalho
	Viana do Castelo: Tomaz de Araújo Pereira (o 1º)
	António de Azevedo Maia (o 1º)
Douro	Freguesia de Santo Tirso: António da Silva e Souza
	Freguesia de São Vicente do Louredo: José Ferreira dos Santos
	Freguesia de São Mamede: Manoel Pereira de Freitas, Vila da Feira
	Freguesia de Santa Maria de Águas Santas: Manoel Gonçalves Melo e Rodrigo Gonçalves Melo
	Vila de Faral: António Fernandes Pimenta
Estremadura	Bispado de Leiria: Manoel Rodrigues da Silva
	Freguesia de Santa Maria de Loures: Bartolomeu dos Santos
Trás-os-Montes	António da Rocha Gama, natural da Torre de Moncorvo

Tabela 4. Formação genealógica do Seridó segundo Olavo de Medeiros Filho. Fonte: Tabela adaptada pela autora a partir de Medeiros Filho (1981, p.4)

Segundo Cascudo (1984, p.49), o branco que veio habitar o Seridó era em geral de Pernambuco e do norte de Portugal, a maioria dos patriarcas fundadores eram de Viana do Castelo, assertiva confirmada pelo padre Fernão Cardim, “Vianeses são senhores de Pernambuco” (como citado em Cascudo, 1984, p.50).

A excelência desse elemento étnico está indicutida. Sua perseverança e otimismo, resistência moral e fortaleza física explicam a conquista do sertão, o acomodamento à natureza, o próprio alargamento do ecúmeno. Mantiveram hábitos, de indumentária, alimentação e crença fiéis ao passado. Isolados, na solidão sertaneja, bastaram-se, determinando numa sucessão de casas-de-fazendas outros tantos centros de irradiação social e de hospitalidade, de coragem pessoal e de respeito supersticioso ao direito divino da autoridade do Rei. Homens fortes, teimaram nos trabalhos da pecuária, transformando-o num exercício perene de formação atlética, escola de afoiteza e agilidade nas apartações do gado, curiosidade artística pela atenção dedicada aos cantadores e às festas religiosas, expressões únicas da exibição personalíssima. Foram os fundamentos legítimos da sociedade sertaneja e citadina, o cerne duro, insusceptível de corrupção, atestando vitalidade, como uma competição humana às oiticas e aroeiras seculares. (Cascudo, 1984, p.50)

Em 11 de janeiro de 1701, o Rei desvinculava a Capitania do Rio Grande do Governo Geral da Bahia, subordinando-a à Pernambuco (Cascudo, 1984, p.107). Sendo assim, informa Diniz (2008, p.43): “a capitania do Rio Grande pertencia ao Bispado de Pernambuco sediado em Olinda, estabelecida em 1676”. Essa subalternidade retardou o desenvolvimento do Rio Grande, mesmo assim, a capitania tomou sua fisionomia e sociedade formou-se realmente sobre as bases da pecuária que resistia até o século XIX, “fornecendo gado de tração e corte para a Paraíba e Pernambuco” (Diniz, 2008, p.43).

Ao passo que a população e economia cresciam, maiores demandas pelo poder espiritual surgiam. De início subordinado aos serviços religiosos da Freguesia de Piancó, Vila paraibana e atual cidade de Pombal no estado da Paraíba, em 1748 o Seridó foi seccionado dessa jurisdição e delimitado como freguesia da “Glosiosa Senhora

Sant’Ana” (Macêdo, 2012, p.73), a pedido do sétimo bispo de Olinda Dom Frei Luis de Santa Teresa, porém, informa Diniz (2008) que “no campo jurídico, a capitania do Rio Grande pertencia à Ouvidoria da Paraíba, de quem foi desmembrada somente em 1818” (Diniz, 200, p.47)

Segundo informa Cascudo (1984, p.113), a partir da carta régia de 22 de junho de 1766, que facultava ao Capitão General de Pernambuco criar Vilas, ocorreu a primeira elevação de uma povoação do Seridó para atender ao desenvolvimento da agricultura e pastorícia. A povoação do *Queiquó* (1735), transformou-se em Vila do Príncipe em 31 de julho de 1788 (Cascudo, 1984, p.113). Explica Macêdo (2015, p.17): “alcançava-se *status* civil e jurídico significativo, contanto com Senado da Câmara e aparato da justiça. Por ser a primeira a alcançar tal categoria, passou a influenciar a vida econômica, padrões culturais e o ordenamento jurídico do território”.

A configuração acima corresponde a primeira regionalização do espaço seridoense, partindo administrativamente da divisão católica, o Seridó ganhava a existência como território fiscal (Macêdo, 2015, p.17). Na “América portuguesa” (Macêdo, 2015, p.16), as freguesias com atribuições religiosas foram antecessoras da administração civil. A partir do século XVIII “os aldeamentos norte-rio-grandenses passaram a ser elevados à condição de vila” (Diniz, 2008, p.46), oridinando as dez primeiras freguesias e consequentes vilas:

Freguesias e Vilas criadas no século XVIII		
Núcleo Urbano Atual	Freguesia - Ano	Vila - Ano
Açu	Em 1726 era vigário o Pe. Manuel de Mesquita e Silva	Vila Nova da Princesa 11 de agosto de 1788
Vila Flor	A de Vila Flor é igualmente da primeira metade da centúria	Vila Flor - 1762
Goianinha	Goianinha (...), como freguesia já em 1746	-
<i>Caicó (Seridó)</i>	Caicó foi a freguesia separada da do Piancó em 15 de abril de 1748	Vila Nova do Príncipe 31 de julho de 1788
Pau dos Ferros	Pau do Ferros é de 19 de	-

	dezembro de 1756	
Arez	Arrez teve sua Freguesia criada pelo alvará de 8 de maio de 1758	Vila Nova de Arez 15 de junho de 1760
Estremoz	Extremoz teve sua Freguesia criada pelo alvará de 6 de julho de 1755 e instalada a 3 de maio de 1760	Vila Nova de Extremoz do Norte, 03 de maio de 1760
Portalegre	Portalegre é de 9 de dezembro de 1761	Vila de Portalegre 8 de dezembro de 1761
São José de Mipibu	São José de Mipibu seria de igual data da Vila, 22 de fevereiro de 1762	Vila de São José do Rio Grande, 22 de fevereiro de 1762
Apodi	Apodi, criada a 3 de fevereiro de 1766	Vila do Regente - 1761

Tabela 5. Freguesias e Vilas criadas no século XVIII. Fonte: (Diniz, 2008, p.46), atualizada com dados de Cascudo (1984, p.113-114)

Passados cinquenta e cinco anos nasce a primeira Freguesia do século XIX, Santana do Matos em 1821, transformada em Vila no ano de 1836. Durante esse século, na região do Seridó, foram criadas quatro freguesias e suas respectivas Vilas, são elas:

Freguesias e Vilas criadas no Seridó durante o século XIX		
Núcleo Urbano Atual	Freguesia - Ano	Vila - Ano
Acari	1835	1835
Jardim do Seridó	1856	1859
Serra Negra do Norte	1858	1874
Currais Novos	1884	1890

Tabela 6. Freguesias criadas durante o século XIX. Fonte: (Diniz, 2008, p.47-48)

A “Carta topográfica e administrativa das províncias do Rio Grande do Norte e Paraíba - 1848” apresenta por Diniz (2008, p.49) traz algumas estatísticas das divisões administrativas das duas Províncias. Podemos observar que o Rio Grande do Norte

possuía quatro cidades, onze vilas e vinte e duas freguesias, subdivididas em três comarcas: Capital, Assu e da maioriedade. A Vila do Príncipe, da Freguesia da Senhora Sant'Anna do Seridó, está inserida na Comarca de Assu, bem como a Vila de Acari, únicas pertencentes a região do Seridó.

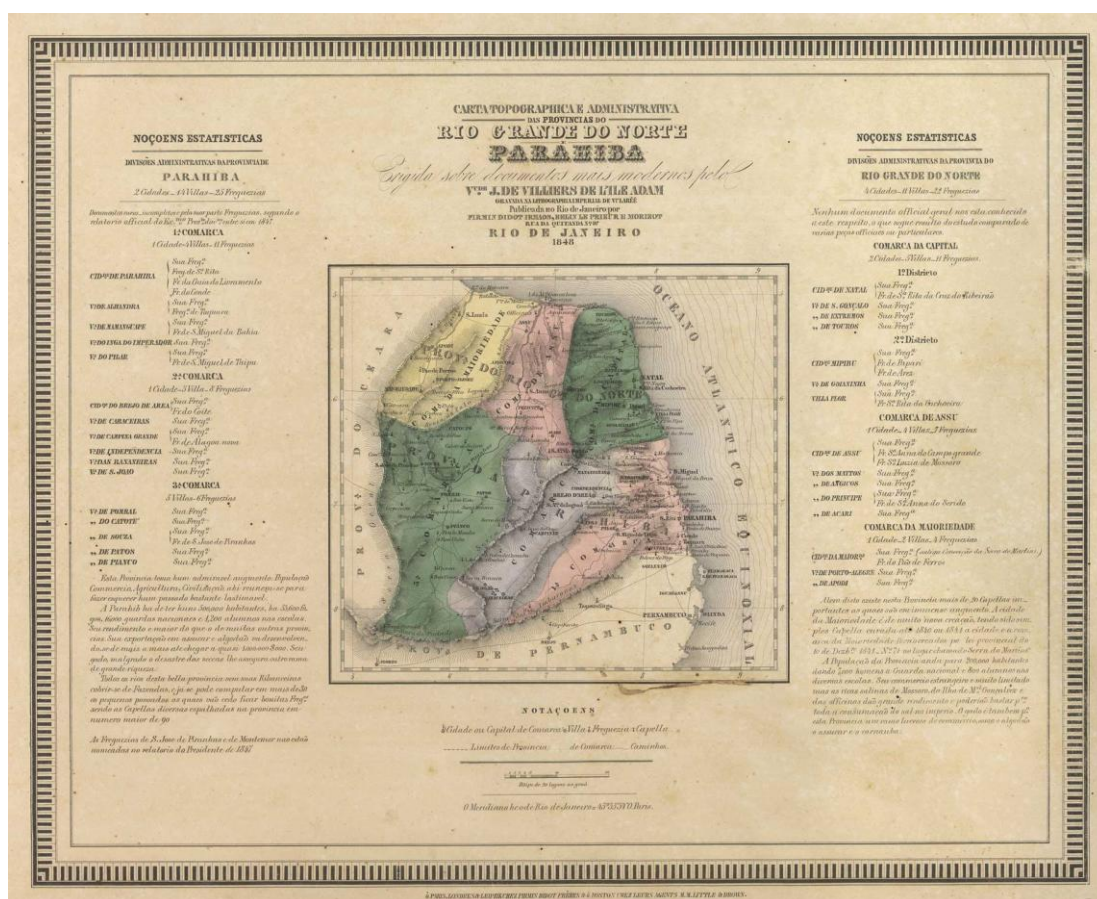


Figura 5. Carta topográfica e administrativa das províncias do Rio Grande do Norte e Parahiba apresentada por Diniz (2008). Fonte: (Diniz, 2008, p.49), Disponível em: Biblioteca Digital Luso-brasileira com acesso no endereço <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/44547>

O espaço que tratamos foi construído no âmbito da expansão econômica pelos sertões, nesse sentido, explica Macêdo (2015, p.33): “a velocidade com que a pecuária varia terras seguiu o crescimento da agromanufatura açucareira e mesmo com a crise do açúcar na segunda metade do século XVII e primera do século XVIII, o criatório voltava-se para subsistência.

Informa o IPHAN (2012):

Segundo o historiador Caio Prado Jr. (2000), o que de fato propiciou a ocupação do sertão pela pecuária foi um conjunto de fatores relacionados à facilidade de instalação das unidades pastoris. À diferença da cultura de cana, o criatório de gado não requeria grandes investimentos de capital por parte dos produtores, primeiramente porque não exigia quantidade avultada de mão-de-obra, sendo necessário pequenos contingentes de homens livres pobres e escravos, de modo que um único vaqueiro poderia cuidar de cerca de 250 cabeças de gado. Ainda, essa economia não dependia de investimentos no processo de reposição do capital e expansão da atividade produtiva, pois o gado se reproduzia de forma endógena. De igual modo, não era necessário investimentos em técnica, uma vez que o gado era criado de forma extensiva, (...), pastando a vegetação ressequida da caatinga, o que exigia apenas cuidados básicos de manutenção e atenção para que o gado não fosse extraviado. Além disso, o animal realizava o auto transporte, o que contribuiu sobremodo para a rápida penetração nos sertões, uma vez que a mobilidade foi fator decisivo para o estabelecimento e expansão da atividade pecuária no sertão, tendo em vista a grande distância dos mercados consumidores no litoral e a necessidade frequente de busca por novas pastagens, associada ao baixo teor nutritivo dos pastos e as dificuldades de sua reposição devido a condições climáticas. (IPHAN, 2021, p.39-40)

Foi a partir desse cenário que se originou o que conhecemos por *caminhos do gado* (IPHAN, 2012, p. 11), percursos que ligavam as zonas criadoras aos mercados de Pernambuco e Bahia. Ao longo dessa via, fazendas criatórias se instalaram e o comércio de gado se desenvolveu, assim diferentes caminhos surgiram, fazendo ligações entre o interior do Rio Grande e as capitanias vizinhas.

Nas margens dos caminhos foram os moradores se estabelecendo, sendo os responsáveis por acolher os condutores das boiadas. Os núcleos que surgiam,

“originaram povoados, muitos deles posteriormente elevados à categoria de freguesia e vila, evoluindo para sedes municipais (como citado em IPHAN, 2012, p.41).

A paisagem sertaneja se consolidou através de homens em busca de oportunidades. Para Cascudo (1984, p.52), “vinham para o Seridó e retornavam com família para obter licença episcopal e erigir capela, logo, essa era a composição da cidade com seus elementos essenciais e primitivos”. Sobre isto, ressalta Diniz (2008, p. 8): “inúmeros pátios de fazenda onde o vaqueiro aboiava são hoje praças centrais de cidades sertanejas; quase todas as sedes municipais no interior do território potiguar foram antigas fazendas de gado”. A toponímia conserva nomes que recordam a pastorícia e a paisagem sertaneja. Olavo de Medeiros filho na obra *Velhos Inventário do Seridó* dedica um capítulo para a toponímia da região, destacamos alguns:

Toponímia do Seridó segundo Olavo de Medeiro Filho	
Nomes	Significados
Acari	Sítio no Rio Acauã. Em 1814 passou a denominação de povoação. Atualmente cidade.
Acauã	Afluente do Rio Seridó e que banha a cidade do Acari.
Caatinga Grande	Sítio existente no atual Município de Jardim do Seridó, próximo ao rio Acauã.
Cachoeira	Sítio localizado no riacho do mesmo nome no Município de Timbaúba dos Batistas.
Caicó	Sítio a partir da barra do Quipauá. Atualmente a principal cidade da região seridoense.
Carnaúba	Sítio localizado no rio do mesmo nome, atualmente cidade de Carnaúba do Dantas. Há outra Carnaúba, em Serra Negra do Norte, pertencente à família de Manoel Pereira Monteiro, o patriarca desse município.
Currais Novos	Rio que mais remotamente tinha o nome de Maxinaré, afluente do Acauã. Antiga fazenda do mesmo nome. Atual denominação de cidade da região do Seridó.
Curralinho	Propriedade pertencente à dona Adriana de Holanda e Vasconcelos, na Serra de Santana.
Ermo	Sítio no rio Carnaúba, entre os da Carnaúba e o Riacho Fundo, em

	Carnaúba dos Dantas.
Espinharas	Rio que desagua no rio Piranhas. Ele banha as cidades de Patos e Serra Negra do Norte.
Malhada da Areia	Sítio em território de Jardim do Seridó. O riacho do mesmo nome é afluente do Quipauá.
Passagem	Sítio pertencente à ribeira do Acauã.
Pé-da-Serra	Sítio banhado pelo rio Picuí no Município de Currais Novos.
Riacho dos Bois	Sítio localizado no riacho do mesmo nome, no Município de Jucurutu.
Sabugi	Sítio existente no rio do mesmo nome, próximo à cidade de Caicó.
Seridó	Rio que deu origem à denominação de uma das regiões do R N, afluente do Rio Piranhas.
Serra Negra	Sítio que deu origem a cidade de Serra Negra do Norte, localizado na ribeira dos Espinharas. Também remota denominação dada à Serra de Santana, em Currais Novos.
Serra de Santana	Serra existente ao norte do Município de Currais Novos.
Timbaúba	Sítio na Serra Timbaúba do Quinturá, limite em 1801, entre as freguesias do Seridó e da serra do Cuité. Havia outra Timbaúba, atualmente cidade de Timbaúba dos Batistas.

Tabela 7. Toponímia do Seridó por Olavo de Medeiros Filho.
Fonte: (Medeiros Filho, 1983, p.293)

Nessa perspectiva, informa o IPHAN (2012, p.40-41): “conjunção de todos esses fatores criou condições propícias para que a economia do gado se tornasse um dos principais agentes de colonização”. O gado foi um fixador e expansor geográfico que possibilitou o movimento de mercadorias e pessoas, agenciou um complexo de atividades e técnicas que foram se adequando para atender ao modo de vida de uma sociedade pastoril que ali se formava, definida por uma dinâmica de práticas sociais adaptadas a vida imprevisível no semiárido nordestino.

2.1.2. Sertões de dentro e de fora: estrada das boiadas

Segundo Cascudo (1984, p.307), a primeira estrada no Rio Grande do Norte foi junto ao litoral, rumo à Paraíba, quant a direção interiorana seguia até o vale do Ceará-Mirim, limite conhecido mesmo após a expulsão holandesa em 1654. O autor informa

ainda que a repressão aos indígenas provocou o alargamento das fronteiras corográficas, pois a área foi toda percorrida pelos militares (Cascudo, 1984, p.308). Logo que o controle foi retomado, sabemos o esforço realizado com vistas no processo de reconquista e repovoamento.

Uma das medidas estabelecidas pelo Senado da Câmara de Natal em 1692 foi o pedido para:

a criação de arraiais, povoados com defesa militar instalados nos quatro pontos extremos da região pacificada: Jaguaribe, Açu, Acauã e Curimataú. As estradas ligavam entre si esses lugares e articulavam nas duas vias troncos para o sul, o caminho do litoral, (...), e a estrada por onde nasceriam as *estradas das boiadas* (Cascudo, 1984, p.308).

O fim da guerra deixou a “lembrança da terra pisada” (Cascudo, 1984, p.308) e, como consequência, o traçado inicial dos futuros caminhos fortalecidos pelo comércio que ali haveria de se consolidar. Foi a partir do processo de fixação e aproveitamento econômico das terras sertanejas que a dinâmica do comércio pecuário se instaurou e deu origem à “rede de estradas e variantes” (Cascudo, 1984, p.309) utilizadas para a compra e venda de gado, feiras de suprimentos, início dos povoados e posteriores sedes municipais.

As ligações direcionavam para Pernambuco e Paraíba, locais de grandes feiras. O IPHAN (2012) ressalta as palavras de Macêdo (2007):

todos os trajetos de abastecimento das populações das capitanias anexas à Pernambuco convergiam para as regiões úmidas dos brejos paraibanos, que se tornaram o ponto nodal das estradas de gado em direção às feiras, tanto por conta da menor distância em relação ao sertão, quanto pelo fato de as terras úmidas e férteis dos brejos produzirem gêneros alimentícios destinados ao abastecimento interno no circuito colonial do semiárido. (IPHAN, 2012, p.41)

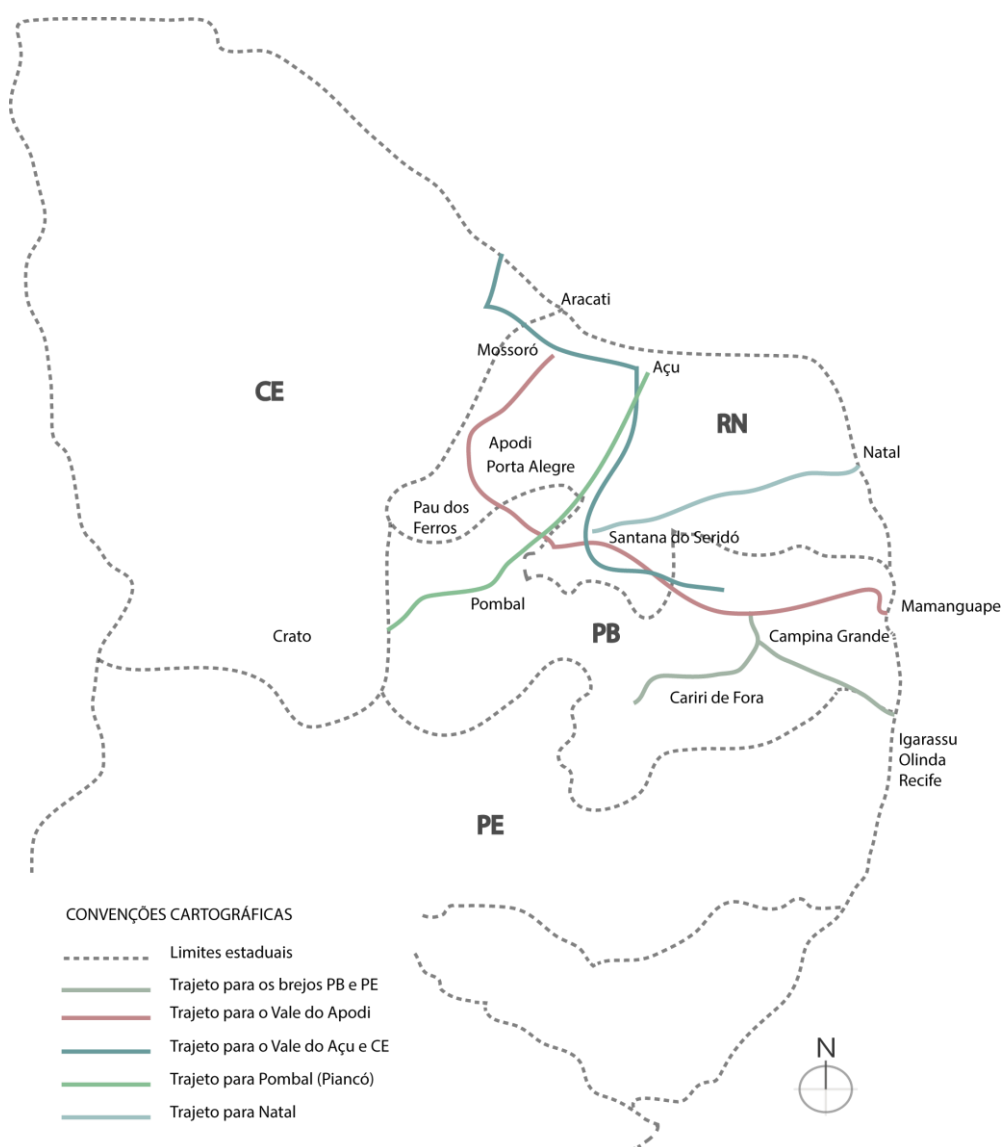


Figura 6. Dinâmica do comércio para os vales e brejos da Paraíba e Pernambuco. Fonte: Imagem adaptada pela autora a partir de IPHAN (2012, p.42)

Nesse sentido, a conquista das capitanias do Nordeste seguiu duas vias: através dos “sertões de dentro e sertões de fora” (Macêdo, 2015, p.34). Segundo explica Macêdo (2012, p.32), a região interiorana potiguar foi ocupada através dessa última rota que se localizava entre o planalto da Borborema, na Paraíba, e a Serra Grande, na divisa do Ceará com o Piauí, para onde caminhavam os colonizadores pernambucanos e baianos. A rota dos *sertões de dentro*, partia da Bahia seguindo o Rio São Francisco acima, ela foi responsável por povoar as áreas mais afastadas do litoral.

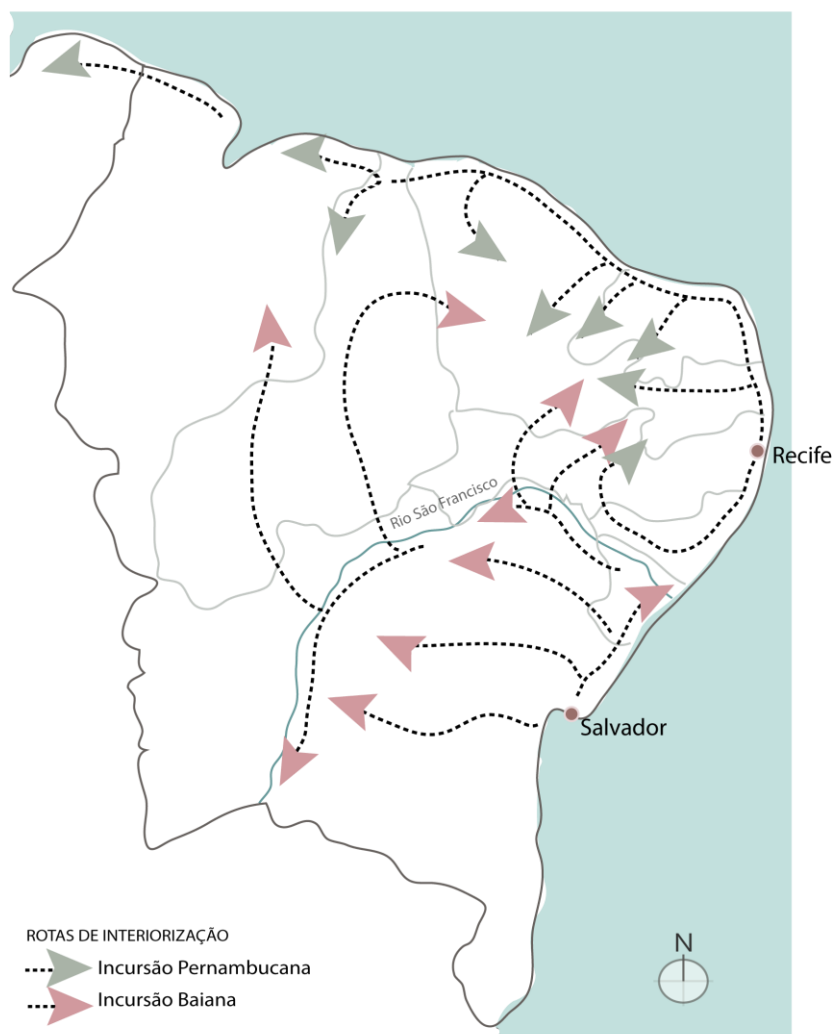


Figura 7. Caminhos do gado. Fonte: Imagem adaptada pela autora a partir de (Macêdo, 2015, p.35)

Assim no sertão nordestino, as primeiras estradas e fazendas produtoras se confundiam com os leitos de suas ribeiras, áreas mais férteis e propícias para o criatório. Vias naturais para a entrada dos colonos e que possibilitou o povoamento do interior integrando-o ao circuito produtivo da colônia. A busca por regiões adequadas a atividade pastoril determinou a escolha dos logradouros para fixação da nova gente. Essa insistência acabou por criar percursos e vias de conexão entre os centros que começavam a se estruturar. Envolvidos por esses desconhecidos caminhos, os aspectos sócio-culturais do homem sertanejo se perpetuaram.

2.1.3. Lavouras e a cultura do algodão

As fazendas de gado nem sempre eram exemplares de grandes latifúndios produtivos. A situação irregular das chuvas, com período seco dominando grande parte do ano, de agosto a dezembro, e as técnicas rústicas de criação que necessitavam de muitos hectares para dar conta da nutrição de um pequeno rebanho, restringia muitas vezes o desenvolvimento de outras atividades.

No geral, as terras eram destinadas à criação de gado. Deduzimos, contudo, do conjunto documental analisado, que a produção de alimentos de origem vegetal era destinada mais ao consumo interno. Somente a mandioca e o algodão tiveram uma expressiva movimentação financeira e foram objetos de descrição nos inventários, seja em espécie, seja a partir dos instrumentos de seu beneficiamento.

Segundo Macêdo (2015, p.90), nas terras de lavouras cultivavam-se para consumo próprio: “milho, feijão, jerimum, maxixes, melões, mandioca e algodão”. O autor explica que a lavoura era “atividade subsidiária ao criatório, à agricultura desenvolveu-se em pequenas áreas das fazendas de criação, visando o sustento de cada sítio” (Macêdo, 2015, p.90). Em períodos de estio, nomeadamente, nas secas, os produtos valorizam-se, a exemplo da “falta de farinha tornar-se um preço inestimável” (Macêdo, 2015, p.92). Mediante a análise dos inventários observamos a presença de equipamentos próprios para confecção de farinha como as casas de farinha e seus aviamentos. Destacamos entre aos inventários analisados os seguintes:

Relações dos equipamentos de beneficiar a mandioca nos Inventários do Seridó séculos XVIII e XIX			
Inventário de	Ano	Autos	Título
Fazenda			
Adriana de Holanda e Vasconcelos	1793	Número de ordem 3, 1º cartório da comarca da cidade de Currais Novos.	<i>Uma morada de casas térreas de taipa, sem bom feitio, sita na Serra de plantar denominada Santa Ana. Uma casa de fazer farinha, com todos os seus aviamentos, velhos, e</i>

Fazenda Tororó de Cima			<i>um engenho do mesmo ofício, visto e avaliados pelos louvados acharam valer, eles avaliadores, trinta mil réis, (...) (Medeiros Filho, 1983:176).</i>
Capitão-Mor Cipriano Lopes Galvão (2º) Fazenda Tororó	1814	Número de ordem 16, 1º cartório da comarca da cidade de Currais Novos.	<i>Uma morada de casa de taipa, coberta de telha, que serve para aviamento de farinha, na serra do Piauí (Medeiros Filho, 1983:213).</i>
Capitão-Mor Manoel Gonçalves Melo Fazenda Sabugi	1819	1º cartório da comarca da cidade de Caicó.	<i>Um sítio de terras de plantar, na serra do Teixeira, com três léguas de comprimento e uma de largo, com casa, roda, e todos os mais acessórios para desmanchar mandioca, com dois caixões de despejos (Medeiros Filho, 1983:220).</i>
Comandante- Superior Antônio Álvares Mariz Fazenda Arapuá	1860	1º cartório da comarca da cidade de Caicó.	<i>Uma prensa e roda de fazer farinha (Medeiros Filho, 1983:262).</i>

Tabela 8. Relação dos equipamentos de beneficiamento da mandioca encontrados nos inventários analisados. Fonte: (Medeiros Filho, 1983)

Segundo Macêdo (2015, p.94), a cotonicultura ultrapassou a função de cultivo de subsistência entre o século XVIII e o XIX. Macêdo (2015) continua a assertiva explicando que a razão da prosperidade do setor agrícola e comercial deveu-se a revolução industrial e a consequente demanda do algodão na indústria têxtil. O interesse natural do mercado inglês provocado pelas crises nos Estados Unidos, especialmente, pela Guerra de Independência (1776-1783), fez a Inglaterra, “privada da principal fonte fornecedora americana, acionar outros mercados para abastecer seu parque têxtil” (Macêdo, 2015, p.94).

O cenário contribuiu para que o açúcar cedesse ao algodão (Macêdo, 2015, p.95), produto que na área da capitania já era cultivado pelos indígenas, em seguida, explorado na zona agrícola próxima ao litoral e nas terras dos sertões pastoris. No entanto, somente no século XIX esse setor se consolidou, quando passou da agricultura de autossustento para mercantil. Cascudo (1984) define-o como:

Cultura distributiva, democrática, individual, podendo toda gente plantar e colher. O açúcar exige financiamento, dinheiro para as safras, casas, máquinas, homens, escrita, cuidados. (Cascudo, 1984, p.46)

Após a *Grande Seca* (1790-1793), responsável por assolar os sertões das capitanias localizadas no Nordeste, impossibilitando o fornecimento de gado, a fase agrícola retornou (Macêdo, 2015, p.95).

A produção da cotonicultura foi expressiva, principalmente no agreste dessas capitanias, mas também já começava a ativar suas regiões áridas. Nestas, o cultivo da fibra não trazia problemas para a criação de gado, primeiro porque sobravam pastos após adizimação do plantel bovino, e segundo porque, uma vez feita a colheita, o que sobrava da lavoura servia de ração para o gado. (...) Nesse contexto de crise e oportunidade, a produção algodoeira para exportação surgia pela primeira vez como uma opção para uma mercadoria agrícola sertaneja. (Macêdo, 2015, p.95)

Em *Velhos costumes do meu Sertão*, Juvenal Lamartine descreve o processo primitivo de beneficiamento do algodão:

Conheci, quando ainda menino, duas das primeiras máquinas (moendas) de descaroçar o algodão. Eram manuais e acionadas por dois homens robustos. Beneficiavam, em 8 ou 10 horas de trabalho, no máximo 4 arrobas, ou sejam, 60 quilos de algodão em pluma. Essas máquinas foram depois substituídas por bolandeiras tracionadas por bois, que começavam a trabalhar pela madrugada;

descaroçavam até 240 kg de algodão no decorrer de um dia de trabalho. Substituídos por locomóveis, a lenha, e estes por motores a gasolina, querosene e diesel que deram lugar às usinas atuais. Era rara a casa de fazendeiro que não tinha um tear manual para tecer o algodão fiado pelas escravas, em fusos de mão, ou pequeninos engenhos fabricados de madeira e acionados com o pé. (Faria, 1965, p.44)

Nesse sentido, percebemos que a cotonicultura além de conectar a agricultura sertaneja ao mercado externo, também fomentou o das suas regiões ao valorizar o excedente da produção familiar. Pequenos produtores passaram a comercializar essa cultura constituindo uma nova fonte de renda, além do que seu cultivo aliava-se com as de subsistência sem prejudicar a rotina dos demais plantios.

2.2. Paisagem Cultural Sertaneja

Para James Ducan (1990):

Mas as paisagens nunca têm um único significado; sempre há a possibilidade de diferentes leituras. Nem a produção, nem a leitura de paisagens são inocentes. Ambas são políticas no sentido mais amplo do termo, uma vez que estão inextricavelmente ligadas aos interesses materiais das várias classes e posições de poder dentro da sociedade. (como citado em Ribeiro, 2007, p.23)

Segundo Rafael Winter (Ribeiro, 2007, p.14) a geografia é “uma das disciplinas que ao longo de sua história mais tem se dedicado a refletir sobre a paisagem como um conceito”.

O IPHAN (2012) ressalta as considerações de Ribeiro (2007) ao afirma que “estudos e reflexões empreendidos por organismos nacionais e internacionais ligados à

preservação do patrimônio são fortemente influenciados pela conceituação de paisagem cultural desenvolvida pela geografia” (IPHAN, 2012, p.98).

Segundo Melo (2010, p.95): “a geografia apresenta uma ampla gama de abordagens que visam à interpretação da paisagem, cujos conceitos e métodos podem servir de base às políticas e ao seu gerenciamento como bem patrimonial natural e cultural”. Ainda de acordo com Ribeiro (2007), explica o IPHAN (2012) que “a despeito das diferentes correntes do pensamento geográfico, parte-se do entendimento de que a paisagem é produto da interação do homem com o meio natural” (IPHAN, 2012, p. 98)

Duas são as correntes teóricas da geografia com foco no estudo da paisagem cultural: a Geografia Cultural Tradicional e a Nova Geografia Cultural (IPHAN, 2012, p.98). Segundo o IPHAN (2012):

a primeira possui como principais expoentes Carl Sauer (1889-1975) e a Escola de Berkeley e a sua importância se deve ao fato de ter consolidado a paisagem cultural como conceito científico. Focada na morfologia da paisagem e valorizando os aspectos materiais na abordagem, essa corrente teórica parte do entendimento de que a paisagem é constituída por distintas formas, tanto naturais quanto culturais. (IPHAN, 2012, p.98-99)

A despeito do conceito de geografia, Ressalta Ribeiro (2007) as palavras de (Sauer, 1996):

A geografia baseia-se, na realidade, na união dos elementos físicos e culturais da paisagem. O conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas do seu uso, em fatos de base física e fatos da cultura humana. (como citado em Ribeiro, 2007, p.15)

Concordamos com o IPHAN (2012) ao defender que o interesse centra em “compreender como o homem transforma paisagens naturais em culturais, chamando

atenção para a historicidade das paisagens, considerando além do caráter espacial, a variável tempo, de modo a admitir que a paisagem está em constante transformação, conforme o desenvolvimento desta ao longo tempo” (IPHAN, 2012, p.99).

Em contrapartida, a Nova Geografia Cultural surge:

em oposição à ênfase dada ao material pela Geografia Cultural Tradicional, considera a dimensão simbólica e subjetiva como fundamental no entendimento da paisagem cultural. Nessa perspectiva, ela é composta tanto de elementos morfológicos e simbólicos, sendo esses últimos atribuídos conforme a subjetividade e os aportes culturais do observador, de modo que a paisagem é então passível de múltiplas interpretações. (IPHAN, 2012, p.99)

Portanto, a paisagem é entendida como expressão da cultura, assim como, “matriz cultural, (...) nos quais os códigos culturais (...) sustentam o significado cultural da paisagem e orientam a relação do grupo social com o espaço (IPHAN, 2012, p.101-102).

Para o IPHAN (2012):

As contribuições das diferentes perspectivas de análise da paisagem cultural desenvolvidas pela Geografia Cultural Tradicional e pela Nova Geografia Cultural consagram a noção de que a paisagem possui dimensão material e imaterial, sendo imprescindível esse entendimento quando o conceito de paisagem é apropriado pelo campo do patrimônio cultural. (IPHAN, 2012, p. 99)

Segundo explica Ribeiro (2007):

Sauer e a Escola Berkeley, junto com outros, tiveram o papel de transformar a paisagem em um conceito científico, valorizando a abordagem a partir de seus aspectos materiais. O movimento de renovação da geografia cultural teve papel de incluir na agenda de pesquisa os aspectos intangíveis e subjetivos da paisagem.

Aqueles interessados na produção de uma reflexão sobre a ação de identificação e preservação do patrimônio não devem negligenciar nenhuma dessas vertentes. Se for verdade que a atribuição de valor de patrimônio é uma ação realizada a partir dos valores simbólicos atribuídos a um bem, seja este bem material ou não, é verdade também que elas estão estritamente ligadas à organização do espaço e às manifestações físicas da paisagem. (Ribeiro, 2007, p.31)

Para Maximiano (2004, p.87): “Entre os geógrafos há um consenso de que a paisagem, embora tenha sido estudada sob ênfases diferenciadas, resulta da relação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos. E que ela não é apenas um fato natural, mas inclui a existência humana”.

No tocante a construção do conceito de paisagem dentro da disciplina da geografia, no Brasil existe a contribuição de vários autores, dos quais destacamos: Ab’Saber e Milton Santos.

Segundo Pereira (2018, p.18): “o entendimento da paisagem envolve duas dimensões de análise: a morfológica e do seu conteúdo simbólico. O autor segue explicando:

Quanto à primeira, ela precisa ser compreendida em duas diferentes temporalidades que envolvem o tempo da natureza e o tempo da história humana. Conforme Ab’Saber (2003), a paisagem é uma herança de processos fisiográficos e biológicos de longa duração – definindo o relevo, o clima, o curso dos rios e a cobertura vegetal –, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. (Pereira, 2018, p.18-19)

Paisagem é sempre uma herança material e simbólica. Portanto, “é nesse fragmento da totalidade do espaço que o tempo, ou a memória, se cristaliza, perpetuando a noção de continuidade (Paes, 2010, p.77)

Pereira (2018) continua a explicação trazendo o conteúdo abordado por Milton Santos sobre o tempo da história humana denido como:

rugosidades, marcas que as ações humanas e as sociedades vão imprimindo no espaço geográfico, registrando suas atividades, seus costumes, suas tecnologias e suas culturas. O autor destaca ainda que a paisagem representa diferentes momentos da produção do espaço, sendo o resultado de uma acumulação de tempos que se alteram continuamente para poder acompanhar a transformação da sociedade. (Pereira, 2018, p.19)

Para Santos (2006):

A paisagem é o conjunto de forma que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. [...] Nesse sentido é transtemporal ao juntar objetos passados e presentes numa construção trasversal. (Santos, 2006, p.66-67)

Para explicar o cobteúdo simbólico, Pereira (2018) ressalta:

conteúdo simbólico, segundo Ribeiro (2007) a paisagem incorpora valores humanos e pode ser interpretada com base na relação íntima e afetiva que os grupos sociais estabeleceram com os lugares onde a vida humana se reproduz. Nesta perspectiva, o que confere identidade à paisagem pode não corresponder apenas à sua morfologia, mas ao significado social de fazer parte dela. (Pereira, 2018, p.19)

Mesmo com as análises efetivadas para compreender as definições e os posicionamentos da geografia acerca da postura quanto ao conceito de paisagem, destacamos a análise efetivada pelo IPHAN (2012):

Sem desmerecer as amplas e inestimáveis contribuições da geografia, cabe apontar que a inclusão do conceito de paisagem no campo do patrimônio engendra outras abordagens. Considerando que a constituição do patrimônio cultural é por definição seletiva e excludente, a relativização excessiva tende a esvaziar o próprio conceito de patrimônio, de modo que embora a geografia admita que paisagem é cultural, nem toda paisagem é patrimonializável, assim como nem todos bens culturais podem ser reconhecidos como patrimônio. [...] a questão não é mais que elementos culturais estão presentes na paisagem, mas sim, que paisagens são dotadas de valores culturais e naturais dignos de serem reconhecidos e protegidos pelas políticas públicas. Portanto, apesar de toda paisagem ser cultural, só algumas delas merecem ser patrimonializadas. (IPHAN, 2012, p.100)

Destacamos a importância anunciada pelo IPHAN (2012, p.98): “estabelecer diretrizes e critérios objetivos para o reconhecimento das paisagens culturais como patrimônio”. Assim no âmbito institucional, a proteção das paisagens culturais foi criada em 1992 através da UNESCO, como uma categoria específica do patrimônio cultural. Anos depois o Conselho da Europa regulamentou a sua proteção por meio da *Recomendação R (95) 9* e posteriormente, pela *Convenção Europeia da Paisagem* em 2000.

A nível nacional, conforme referimos anteriormente sob a criação do *corpus* legal, a *Portaria IPHAN 127/2009* (IPHAN, 2009) é o instrumento jurídico e regulamentador da Paisagem Cultural e de sua Chancela no Brasil. Segundo o texto o recorte territorial é elemento fundamental para os estudos da paisagem exatamente pela excelência das porções singulares no país. A partir do convívio com os espaços construídos, os modos de produção e com as atividades culturais e sociais, identificamos o testemunho dessa relação histórica, revelada mediante as formas específicas de uso, apropriação e agenciamentos dos vários grupos sobre o seu espaço.

Portanto, o IPHAN destaca que o Brasil é formado por uma considerável diversidade de paisagens, costumes e lugares e assim define como exemplos de Paisagem Cultural as relações entre o sertanejo e a caatinga (Região Nordeste), o

candango e o cerrado (Região Centro-Oeste), o boiadeiro e o pantanal (Centro-Oeste), o gaúcho e os pampas (Região Sul), o seringueiro e a floresta amazônica (Região Norte), bem como o pescador e os contextos navais tradicionais (informações processadas do site IPHAN, disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/899/>). Todas representam o caráter especial de relevância cultural para cada um desses lugares.

Segundo Pereira (2018, p.19): “em vigor há oito anos, a Portaria, (...) não chancelou nenhuma paisagem cultural brasileira como patrimônio. Esse fato pode ser atribuído à complexidade de pormenores a serem levados em consideração no momento de sua aplicação. Forma distinta das outras vias ou unidades de conservação, a *Chancela* atua “por meio da promoção da paisagem reconhecida, destacando-a dentro do contexto nacional e reconhecendo seus atributos culturais, e por meio de iniciativas motivacionais com a valorização dos grupos que produzem a paisagem” (Pereira, 2018, p.81-82). Nesse sentido ela não busca somente a preservação do que está construído, mas sim dos resultados dos usos e das práticas que ocorrem sobre o território” (Pereira, 2018, p.81).

Segundo explica Pereira (2018) a Chancela pede:

o envolvimento direto dos grupos que vivem no território a ser chancelado (...) e, posteriormente, estabelecer o pacto e plano de gestão junto com as outras instâncias do poder público e da iniciativa privada. Após o reconhecimento, a atuação da instituição não deve pautar medidas coercitivas baseadas no poder de polícia, mas sim em ações de valorização e incentivo de boas práticas junto aos parceiros e aos grupos sociais locais.” (Pereira, 2018, p.80).

Atualmente o IPHAN centra suas ações nos estudos das paisagens, como exemplos, destacamos os trabalhos pioneiros à aplicação da chancela: a Paisagem Cultural da Imigração em Texto Alto e Rio da Luz (SC); a Paisagem Cultural das canoas de calão, da venda do peixe e da construção naval de Valença (BA); a Paisagem Cultural da construção naval e da forma de morar da Vila de Elesbão (AP); a Paisagem Cultural da jangada de dois metros de Pitimbu (Paraíba); a Paisagem Cultural do Vale

do Ribeira (SP) e a Paisagem Cultural da Foz do Rio São Francisco (SE/AL). Entretanto, só são “reconhecidas internacionalmente e inscritas na Lista do Patrimônio Mundial as Paisagens Culturais: O Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar e o Conjunto Moderno da Pampulha” (IPHAN, 2018, p.22).

Depreendemos a partir das conclusões e referências do IPHAN que “Paisagem Cultural Brasileira constitui um recorte territorial específico, estabelecido a partir do reconhecimento de qualidades e atributos singulares, que tornam determinada porção do território peculiar (IPHAN, 2012, p. 100). Assim, o homem transforma a paisagem ao longo do tempo, em um processo dinâmico fruto da interação com os elementos naturais. Logo, concordamos com o posicionamento que define a paisagem como “configurada a partir de um modo próprio de compor, estruturar e atribuir significados ao espaço, o qual se manifesta em códigos tangíveis e intangíveis. (...) em conjunto, formam um sistema de símbolos, indissociável entre si, através dos quais se compreendem a paisagem cultural como um todo” (IPHAN, 2012, p. 101).

Nesse sentido, inferimos que a Paisagem Sertaneja “reúne a um mesmo tempo e, de maneira articulada, várias dimensões do chamado patrimônio cultural: edificações, bens naturais, manifestações culturais e sítios arqueológicos” (Vasconcelos, 2011, p.67). Representa a íntima relação estabelecida entre os grupos ali presentes e a sua ambiência, interação que explica como se estruturou a produção dos objetos e da vida no sertão. No Seridó, a natureza concedeu o aparato para a produção material do povo sertanejo junto à caatinga, serras, ribeiras e para formação da diversidade cultural. A exemplo disso ressaltamos as palavras de Macêdo (2012, p.38): “nos sertões nordestinos, as primeiras fazendas localizavam-se nas ribeiras, o leito do rio dividindo no comprimento a sesmaria ao meio”. Essa afirmativa pode ser comprovada no verbete Ribeira do *Dicionário de vocábulos brasileiros*, editado em 1889 e citado na obra de Oswaldo Lamartine, *Ferro d Ribeiras*:

Ribeira – Província do Norte – Distrito rural que compreende um certo número de fazendas de criar gados. Cada ribeira se distingue das outras pelo nome do rio que a banha; e tem, além, um ferro comum a todas as fazendas do distrito, afora aquele que pertence a cada proprietário. (Faria, 1984, p.43)

As Ribeiras foram elementos importantes na espacialização do Seridó. Segundo Macêdo (2015, p.195), para atender aos efeitos fiscais e a contagem da população, a capitania foi dividida em ribeiras e estas em vilas e freguesias, recortes naturais, contendo outros de natureza política e religiosa. No relatório de José Cezar de Menezes, Governador e Capitão-Geral de Pernambuco, o Rio Grande do Norte foi repartido em cinco, entre elas a do Seridó: “(...) que he no Certão da Capitania e fica ao Nascente da do Apodi” (Macêdo, 2015, p.195). A partir dessa determinação, a *Ribeira do Seridó* se tornou a primeira denominação geográfica da atual circunscrição seridoense.



Figura 8. Paisagem sertaneja - Fazenda Aroeira em Serra Negra do Norte, Seridó. Fonte: Imagem produzida por Maria Rita Assunção para o arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Os modos de vida e as manifestações culturais aparecem como resultado da forma como o homem sertanejo aprendeu a se relacionar com os recursos existentes. A natureza marca o cotidiano dessas comunidades que tem nos percursos dos rios e afluentes o esteio a sua sobrevivência. A Ribeira, portanto, constitui uma espécie de agregador cultural, onde uniu valores materiais, mas também, tradições, técnicas, conhecimentos, ou seja, um espaço que conectou fluxos materiais e imateriais

indispensáveis à produção social. Sendo assim, depreendemos que a construção do patrimônio edificado como um dos exemplos do resultado dessa interação é elemento de mediação na formação da identidade, cultura e da memória coletiva regional, pois, conforme ressaltam Nascimento e Scifoni (2010, p.318): “testemunham a relação histórica da apropriação humana junto às condições naturais”.



Figura 9. Paisagem Sertaneja do Seridó. Fonte: (Chiriboga, 2007)

Diante dessa perspectiva, a análise do patrimônio vernacular da região do Seridó potiguar, inserido nos estudos da Paisagem Sertaneja, possibilita uma abordagem para além do material, pois a partir dessa linha de pesquisa expomos diferentes contextos culturais que configuram e marcam o território e que por sua vez possuem forte relação entre si e são fundamentais para o reconhecimento do patrimônio construído aqui tratado.

2.2.1. O Seridó Potiguar

Na obra “*O outro Nordeste*” (1937) Djacir Menezes ressalta a existência de ao menos três nordestes diferentes:

(...) o do litoral e vales úmidos, dominado pela agricultura, casas-grandes e engenhos, habitado por brancos, negros e alguns índios tupis; o das praias baixas e arenosas, marcado pela presença de pescadores e uma frágil agricultura de subsistência; e o nordeste do sertão da caatinga, quente e seco, habitado por índios tapuias e vaqueiros, aptos quase que exclusivamente à pecuária extensiva. (Arcanjo, 1996, p.78)

Segundo informa Medeiros Neta (2008), em Portugal o nome *sertão* tinha como significado terras distantes de Lisboa mas com a expansão marítima, passou a ser associado às terras conquistadas em outros continentes (Medeiros Neta, 2008, p.7). Já em território brasileiro, o sentido alarga-se para representar “espaços vastos, desconhecidos, vazios ou pouco habitados, inacessíveis, expressão de não-civilização, atribuída à noção de ausência dos súditos do Rei, (...) *sertão é o espaço bárbaro oposto ao espaço civilizado do litoral* (como citado em Medeiros Neta, 2008, p.7)

Nossa investigação trata do sertão da caatinga, parte significativa do território brasileiro, como bem definiu Menezes. Área localizada no nordeste do país, que assim como afirma Guimarães Rosa, é do *tamanho do mundo*, e marcado por particularidades que foram aos poucos desvendadas na obra da arquiteta Nathália Maria Montenegro Diniz: *Um Sertão entre tantos outros* (Diniz, 2015) e nas experiências e estudos realizados pelos autores regionais já mencionados: Juvenal Lamartine, Oswaldo Lamartine de Faria, Olavo de Medeiros filho e Luis da Câmara Cascudo.

Por sua dimensão e peculiaridade, a porção territorial que aqui analisamos é uma das partes desse vasto território, conhecida como *Seridó Potiguar*, descrito por Luís da Câmara Cascudo, como topônimo do linguajar dos *tapuias* transcrito como *ceri-toh*, que significa pouca folhagem e pouca sombra. Aqui, estudamos um universo que ainda hoje é quase que inóspito e incógnito, marcado por longas distâncias e imensos vazios.

Localização

A região do Seridó Potiguar, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, abrange uma área de 10.954,50 km² e população total de 295.726 habitantes, representando cerca de 20,75% do território estadual.

Na classificação regional do IBGE de 1989, o Seridó estava situado na *Mesorregião Central Potiguar*, uma das quatro subdivisões do Estado, distribuído entre as *Microrregiões* do Seridó Ocidental, Seridó Oriental e Serra de Santana, com apenas um município fora da área central, Jucurutu no Oeste Potiguar, extensão criada a partir das similaridades geográficas, econômicas e sociais.

Em 2017, o IBGE extinguiu as mesorregiões e microrregiões, criando um novo quadro regional brasileiro. Atualmente, o Rio Grande do Norte está dividido em 167 municípios, que foram distribuídos em *onze regiões geográficas imediatas*, que por sua vez estão agrupadas em *três regiões geográficas intermediárias* (IBGE, 2017:41). Essa divisão apresenta um novo quadro vinculado aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos em território nacional desde a última versão publicada na década de 1990.

A revisão das unidades mesorregionais e microrregionais, seguiu uma metodologia comum para todo o território nacional e integrou análises e expectativas de órgãos de planejamento estaduais por meio de uma parceria mediada pela *Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (ANIPES)*.

Dessa forma, segue na tabela abaixo a divisão geográfica vigente no Estado do Rio Grande do Norte de acordo com a atual determinação do IBGE:

Regiões geográficas intermediárias e imediatas (IBGE)			
Estado	Intermediária	Imediata	Número de municípios
Rio Grande do Norte	2401 - Natal	240001 – Natal	24
		240002 – Santo Antônio/Passa e Fica/Nova Cruz	13
		240003 – Canguaretama	09
		240004 – Santa Cruz	09

	240005 – João Câmara	10
	240006 – São Paulo do Potengi	10
	240007 – Caicó	15
2402 - Caicó	240008 – Currais Novos	09
	240009 – Mossoró	17
2403 - Mossoró	240010 – Pau dos Ferros	34
	240011 - Açu	17

Tabela 9. Quadro sistemático da divisão regional do Estado do Rio Grande do Norte em Regiões Imediatas e Intermediárias. Fonte: (IBGE, 2017, p.41-42)

Com base nos dados de 2017, os municípios do Seridó que na versão anterior estavam distribuídos na Mesorregião Central Potiguar, foram anexados à intermediária de Caicó e distribuídos nas regiões mediatas de Caicó e Currais Novos, destoando dessa conformação apenas a cidade de Santana dos Matos, localizada na região intermediária de Mossoró, imediata de Açu. Assim encontra-se distribuído o Seridó Potiguar:

Distribuição dos municípios do Seridó Potiguar nas regiões intermediárias e imediatas (IBGE)			
Região	Intermediária	Imediata	Municípios
Seridó Potiguar	2402 - Caicó	240007 – Caicó	Caicó, Cruzeta, Equador, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas.
		240008 – Currais Novos	Acari, Bodó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Florânia, Lagoa Nova, São Vicente e Tenente Laurentino Cruz.
	2403 - Mossoró	240011 - Açu	Santana do Matos

Tabela 10. Quadro da divisão regional dos município do Seridó Potiguar. Fonte: (IBGE, 2017, p.42)

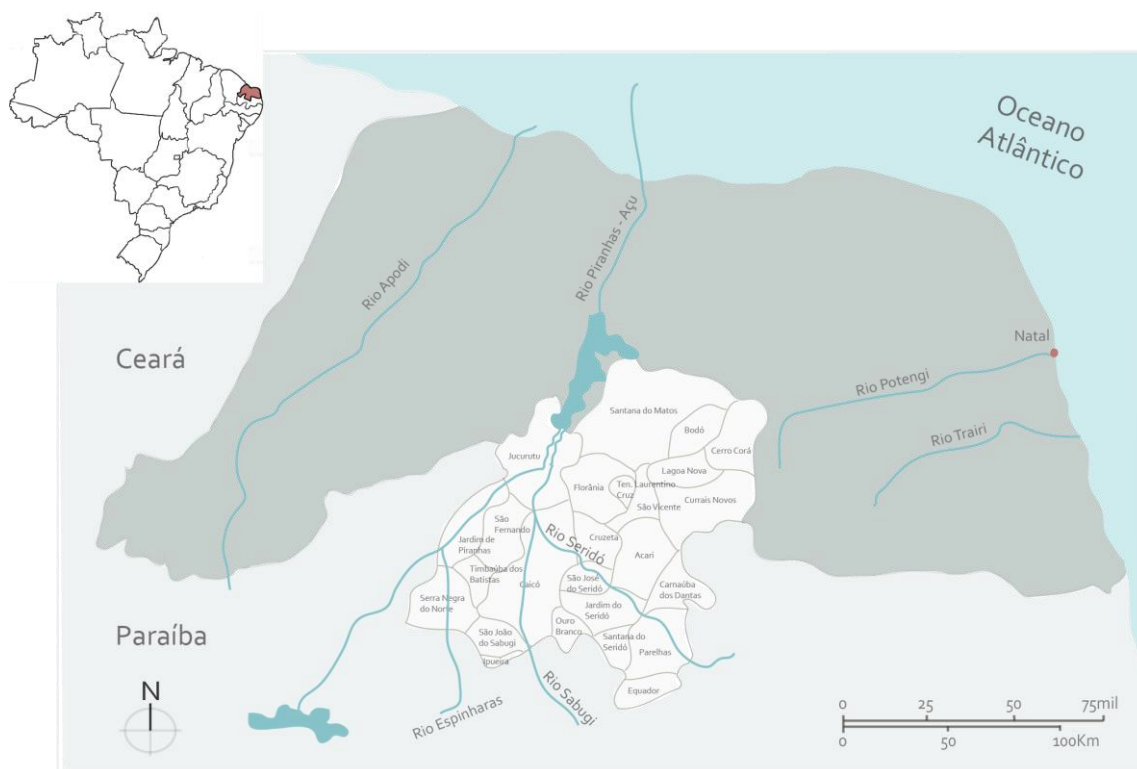


Figura 10. Mapa com a delimitação dos Municípios do Seridó Potiguar. Fonte: Imagem adaptada pela autora a partir de IPHAN (2012, p.17)

O Seridó Potiguar é um território relativamente homogêneo, “tendo em vista a interação de diversos critérios que garantem uma peculiaridade ao referido espaço” (Sistema de Informações Territoriais, 2006, p.4). Sua delimitação está associada ao ambiente, à economia, à política, assim como, à sociedade sertaneja e traços culturais. É uma circunscrição territorial constituída por um povo resistente às diversidades que cria e recria alternativas de sobrevivência, configurando um espaço de identidade cultural marcado pelo sentimento de pertencer seridoense. Como afirma Moraes (2005):

O Seridó em termos de limites constitui-se emblemático da premissa de que a cartografia dos lugares circunscreve prerrogativas humanas, portanto, corresponde a um traçado de linhas carregadas de conteúdo histórico, político, econômico e/ou cultural. (como citado em Sistema de Informações Territoriais , 2006, p.4)

Geografia

O Seridó Potiguar integra o sertão da região do nordeste brasileiro, especificamente na área denominada por polígono das secas (ver anexo 1): “clima semiárido: baixo índice pluviométrico (entre 400 e 600 mm/ano), irregularidade nas precipitações (chuvas concentradas entre dois e quatro meses por anos), insolação média anual de 2988 horas, alto índice de aridez, elevadas temperaturas (por volta de 33°C) e, por consequência, secas prolongadas” (como citado em Borges, 2015, p.61)

Predomina na região o bioma caatinga, de vegetação tipo xerófila, caracterizada por árvores e arbustos baixos que apresentam mecanismos de sobrevivência tais como caules canudos (para o armazenamento de água), raízes profundas (que penetram o solo em busca de água), folhas de superfície pequena, comumente recoberta por cera e/ou espinhos (a fim de evitar a evaporação de água) e queda das folhas que ao caírem protegem a planta e os seres que nela vivem da alta insolação, ao passo que na época chuvosa tornam-se rapidamente verdes e viçosas (IPHAN, 2012, p.18).



Figuras 11. Paisagem Sertaneja de São João do Sabugi - Seridó Potiguar.
Fonte: Autora, 2019

A estrutura geológica da região contribui de igual modo para a configuração hostil da natureza do semiárido potiguar. Predomina na região do Seridó – (...) - a litologia cristalina, caracterizada especialmente por solos pouco desenvolvidos e sistemas hidrológicos de baixo potencial. (IPHAN, 2012, p.18)

A formação geológica promove solos pouco profundos e pedregoso, dificultando a atividade agrícola (Bezerra Jr & Silva, 2007, p.82). Conforme ressalta o IPHAN (2012, p.18): “a região apresenta diversas jazidas minerais passíveis de exploração econômica, tais como argilas, barita, berilo, cassiterita, caulim, tantalita, mica e sheelita”.



Figuras 12. Paisagem Sertaneja do município de Serra Negra do Norte - Seridó Potiguar. Fonte: Autora, 2019

Nos primeiros meses do ano os pastos são verdes e propícios para a cultura do gado e de outras atividades pastorícias e agrícolas, porém ao adentrar no segundo semestre, o Seridó potiguar surge com uma paisagem completamente modificada, com a vegetação caatinga a assolar o território somente salvando-se os contornos das Ribeiras, configuração do presente e passado do sertão nordestino. Desse modo, as fontes de água sempre foram muito disputadas.



Figura 13. Hidrografia do Seridó Potiguar. Fonte: Imagem adaptada pela autora a partir de (IPHAN, 2012, p.17) e Hidrológicas da Agência Nacional de Águas (ANA), disponível em: <http://www.snirh.gov.br/gestorpcd/Mapa.aspx>

Segundo análises do Ministério do Meio Ambiente (MMA), ao longo dos anos a ocupação humana e a exploração dos recursos naturais vêm impactando as regiões secas do país, provocando a degradação da terra, a perda da cobertura vegetal nativa e a redução da disponibilidade de água. A intensificação de tais processos levou crescentes frações dessas regiões à condição de áreas degradadas atribuídos ao fenômeno da desertificação. Sua ocorrência é verificada no sertão com diferentes níveis: muito grave, grave e moderada, segundo o Plano Nacional de Combate a Desertificação (PNCD).

Ressalta o IPHAN (2012, p. 20): “no tocante ao Estado do Rio Grande do Norte, a desertificação já atinge cerca de 72,5% do território potiguar (...). Ainda, a situação é ainda mais alarmante se considerado que no Seridó Potiguar, onde residem cerca de 11% dos potiguares, os níveis de desertificação são classificados como graves (Seridó Ocidental) ou muito graves (Seridó Oriental)” .

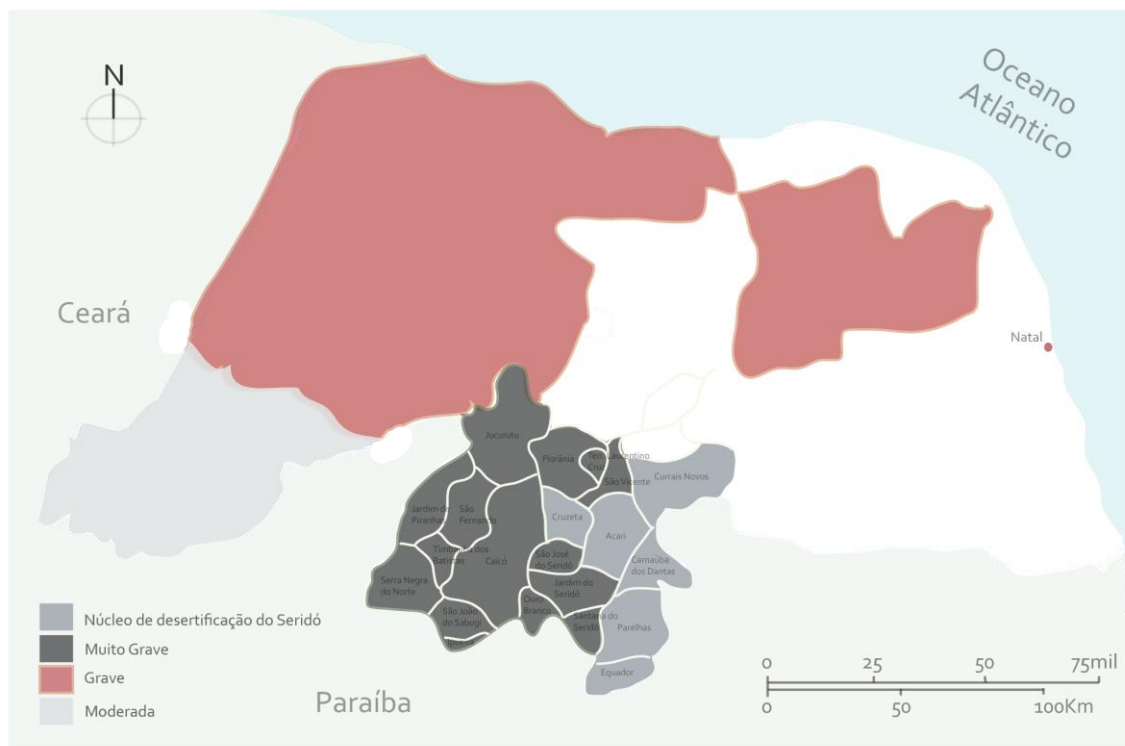


Figura 14. Caracterização das áreas de ocorrência de desertificação no RN. Fonte: Imagem adaptada pela autora a partir de (IPHAN, 2012, p.21)

Destacamos as unidades de conservação e áreas de preservação permanentes estabelecidas pelo Governo para o bioma da caatinga, no Seridó, como prática de proteção da biodiversidade regional: “formações vegetais, matas ciliares, reservatórios naturais ou artificiais de água, nascentes dos rios, elevações e encostas dos morros, montes, montanhas e serras” (Sistema de Informações Territoriais, 2006, p.35). Entre as Unidades de Conservação encontramos a “Estação Ecológica do Seridó, localizada no Município de Serra Negra do Norte, criada em 1982, abrange uma área de 1.166,38 hectares, com o objetivo de preservar o ecossistema de Caatinga existente na região” (Sistema de Informações Territoriais, 2006, p.37).

As adversidades inerentes ao meio hostil do semiárido potiguar marcam não apenas a geografia da região como, especialmente, o modo de vida de sua gente, influenciando sobretudo na formação da cultura sertaneja. Embora sejam determinantes para a construção da cultura regional, outros tantos aspectos como históricos, políticos, econômicos e sociais, há de reconhecer que a adaptação ao meio indócil imprimiu na cultura do Seridó o imaginário alicerçado na superação de dificuldades na relação homem-natureza, especialmente pautado no temor do flagelo das secas, aspectos tão preciosamente trabalhados nas obras de José Augusto Bezerra de Medeiros, Juvenal e Oswaldo Lamartine de Faria (IPHAN, 2012, p.21-22).

Demografia

Segundo os dados do IBGE de 2010, o Seridó potiguar possui numericamente 295.726 habitantes, o que corresponde a 8,5% do contexto estadual. Já a população urbana apresenta 225.066 habitantes (76,11%), ao passo que a rural é de 70.660 habitantes (23,89%). Esses valores evidenciam a concentração populacional em ambiente urbano.

O IPHAN (2012) explica que o cenário acima é constatado pelas autoras Eugênia Dantas e Ione Moraes que atestam o padrão ascendente desde a década de 1940, atribuindo a tendência a dois processos distintos: “emancipação política dos municípios seridoenses (que ocasionou a criação de vários novos municípios cujas sedes constituem cidades) e o de migração campo-cidade” (IPHAN, 2012, p.24-25). A migração é tendência desde os anos de 1950 com o incentivo da economia fundamentada na industrialização (IPHAN, 2012, p.25). Na sequência, seguem os dados demográficos estabelecidos pelo IBGE para a região:

Evolução Demográfica da Região do Seridó Potiguar (1940-2010)			
Ano	População Total	População Urbana	População Rural
1940	103.438	16.099	87.339
1950	115.616	25.990	89.626
1960	127.120	44.287	82.833
1970	147.573	72.330	75.243
1980	165.155	100.485	64.670
1991	190.567	140.664	49.903
2000	203.914	162.824	41.090
2010	216.418	182.804	33.614

Tabela 11. Evolução demográfica. Fonte: IPHAN (2012, p.26)

Segundo o IPHAN (2012, p.26): “a década de 70 corresponde ao período em que o Seridó enfrentou uma grave crise econômica, que abalou sobretudo um dos pilares econômicos da região: o algodão”. A competição com a produção de São Paulo, o uso da fibra sintética, as inovações tecnológicas, a praga do bicudo e as secas entre 1960 e 1980, sintetizam o cenário que culminou com a diminuição da atividade econômica algodoeira seridoense (IPHAN, 2012, p.26-27).

Ao longo dos últimos anos, o Seridó potiguar apresenta uma diminuição no seu contingente populacional rural que só não é maior, devido aos investimentos federais e estaduais para redução da pobreza e desigualdade social. Contudo, é visível que a população rural continua a migrar para os principais centros urbanos do estado, Natal, Mossoró, Caicó, e Currais Novos, em busca de estudo e trabalho.

2.2.2. Sua gente

A sociedade formada nas Ribeiras do Seridó não era necessariamente “monetarizada, mas aqueles que possuíam terra e gado, à diferença da grande massa dos que só dispunham de sua força de trabalho, conformavam a elite econômica e política da região” (IPHAN, 2012, p.46). Apesar disso, o proprietário da fazenda “provinha

de uma extração social inferior, tornando fazendeiro pelas oportunidades que a pecuária e as terras não colonizadas lhe ofereceram” (IPHAN, 2012, p.46).

Os sertões foram a grande oportunidade para os que não encontravam colocação nas zonas açucareiras, oportunizados pela franca concessão de sesmaria para atender ao projeto de ampliação populacional (Macêdo, 2015, p.183-184). O criatório como estruturador social não necessitava de muito, bastava somente uma pequena quantidade de “mão de obra livre e poucos escravos e voltava-se, sobretudo, para o consumo interno da colônia e da região” (IPHAN, 2012, p.46).

Macêdo (2015) informa que “praticamente inexistia vida urbana nos sertões seridoenses no século XVIII” (Macêdo, 2012, p.77). Acrescenta Cascudo, “o retardamento na vida municipalista está relacionado a dispersão da atividade pastoril, que aos poucos povilhava os campos com contingente humano e propriedades” (Cascudo, 1984, p.325).

Nesse sentido, destacamos a presença de uma sociedade rural, dispersa em fazendas e marcada pela presença efetiva do fazendeiro (IPHAN, 2012, p.48).

Fazendeiros

Proprietários de terras, muitos deles responsáveis pelo ordenamento social da região, atribuído pelo *status* militar dado aos *homens bons*, aqueles que costumavam andar na retidão das leis, gestores das coisas públicas, qualidade também expressa pelo seu patrimônio. Alguns adquiriram suas terras como pagamento pelo combate aos indígenas.

No contexto Brasil Colônia, em que a presença da administração real pelo interior era bem rarefeita, a elite dos fazendeiros foi se constituindo como instância de autoridade a partir de laços de compadrio ungidos na pia batismal e da outorga de favores, engendrando vínculos de dominação baseados em lealdades. Posteriormente, a partir da criação das milícias, da Guarda Nacional e do Senado da Câmara nas Vilas, a elite pastorícia consagrou sua posição de dominação social, econômica e política sobre a população. (IPHAN, 2012, p.48)



Figura 15. Coronel comandante superior da Guarda Nacional do Seridó Batista Pereira (4/3/1822 – 30/9/1871), Coronel comandante superior da Guarda Nacional do Seridó Ezequiel de Araújo Fernandes (10/4/1843 – 24/4/1904) e o tenente-coronel Clementino Batista de Araújo do Caicó (19/10/1833 – 25/5/1926), respectivamente. Fonte: (Medeiros Filho, 1983, p.120-122).

Segundo Macêdo (2012, p. 53): “as elites políticas dos sertões eram recrutadas dentre os abastados senhores de terras”, a exemplo disso, Tomás de Araújo Pereira, vianense do Minho e grande fazendeiro em Acari, Seridó, perpetuou seu nome mediante quatro gerações, entre as quais destacamos a terceira em que seu sucessor foi promovido em 1799 a tenente e a Capitão-Mor da Primeira Companhia de Cavalaria de Ordenança da Vila do Príncipe em 1806, percurso recorrente das linhagens dos fazendeiros da região Seridó, explica Macêdo (2012, p.53-54).

A relação estabelecida entre patente e proprietário enraizou na cultura sertaneja, fundamentada sobre as bases do tradicionalismo patriarcal, a referência atribuída aos fazendeiros como coronéis, mesmo para os despossuídos de ordem. Conforme palavras de Câmara Cascudo:

Existindo na Ribeira mais de cinquenta moradores, dispersos e relativamente vizinhos, nomeava o Capitão-Mor uma autoridade local, sem vencimentos, representando a justiça, encarregada de mantê-los em boa ordem, harmonizar-lhes as desavenças. (como citado em Macêdo, 2012, p.56)

Ainda para os homens de terra seguiam o status de “homem abonado ou nobre da terra” (Macêdo, 2015, p.187). Segundo Macêdo (2015, p.187): “senhores que descendiam dos primeiros povoadores, que exerciam ou tinham exercido postos na administração, que se sentiam e eram reconhecidos como superiores pelos outros moradores e que casavam com pessoas do mesmo nível social”. Muitos mantinham “duas residências montadas, sendo a principal, a casa da fazenda e a outra, a casa da cidade, usada em dias de festas, nomeadamente as religiosas (Feijó, 2002, p.12).

Por outro lado, mesmo com os atributos recebidos, informa Macêdo (2012, p. 44): “o envolvimento com as atividades pastoris era uma rotina tão próxima do senhor quanto dos escravos e vaqueiros livres”. Ofício que por sua própria natureza necessitava de pouca mão-de-obra, levou diretamente o engajamento do proprietário, que ao lado dos vaqueiros e ajudantes tocavam os afazeres diários sem muitas diferenças na lida.

Vaqueiros

Segundo os autores estudados, vaqueiros são homens livres ou escravos de confiança do senhor de terras, encarregados diretos pela administração da fazenda. Aqueles que possuindo terras e gado seriam tomados como tais, além dos que mesmo sem possuir terras, criavam seu gado em estabelecimentos rurais de outrem. Figura de maior importância, pois a ele cabiam as obrigações essenciais da propriedade como a distribuição das ordens do patrão e o trato com o gado, gerenciava o rebanho com ajudantes, fábricas e escravos, assalariados que recebiam bem menos que os vaqueiros.

O escravo vaqueiro não podia ter o mesmo tratamento que os dos canaviais, pois o campo aberto poderia instigar fugas. Por essa razão, a ascensão social dos que começavam a vida nesse ofício era possível dada a forma da remuneração, nomeadamente, a *sorte*, número de cabeças recebidas geralmente depois de três, quatro ou cinco anos, por um quarto das crias repassadas na *apartação* do rebanho (Macêdo, 2012, p.32).

De posse do vaqueiro, o gado poderia ser vendido, convertido em mais ou até direcionado como empréstimo ao senhor da fazenda. Era possível acumular o suficiente para arrendar ou comprar um sítio, onde passaria a explorar seu próprio criatório e lavoura ou no caso de vaqueiro escravo, comprar sua liberdade.

Nesta perspectiva, o IPHAN (2012, p.48) ressalta a análise de Câmara Cascudo sobre a figura dos vaqueiros:

a autonomia experimentada pelos vaqueiros e a autodeterminação que dispunham, longe de feitores e de trabalhos forçados, foi de grande contribuição para a formação da cultura popular sertaneja: “Todo o ciclo do gado projeta para o folclore a multidão dos cantadores, dos vaqueiros poetas e dançadores, dos cangaceiros, dos violeiros e batedores de emboladas com pandeiros, iguais, idênticos, sensíveis, no nivelamento psicológico de uma formação que lhes dera independência e movimentos no mesmo âmbito do trabalho diário. (...) Quem diz sertão diz vaqueiro, gado, aboio, vaquejada, louvação, derrubada, elementos presentes e preciosos na cultura popular do nordeste brasileiro” (como citado em IPHAN, 2012, p.48)

A gesta do vaqueiro marca a cultura sertaneja no Nordeste. Foi pelo seu trabalho e esforço que se desenvolveu um modo de vida particular, peculiar do sertão e extremamente rico que envolve vocabulário, indumentária, alimentação, costumes, etc. Uma identidade muito própria, marcada pela comunhão de códigos comportamentais e da ideia de pertença, desenvolvida através de um processo natural de transmissão da cultura de geração em geração. No Seridó Potiguar, o vaqueiro é presença marcante na rotina da lida do gado, prova legítima de habilidade e força no semiárido nordestino.



Figura 16. Imagem da II Pega de Boi no Mato na Fazenda Pitombeira, Acari – RN, originalmente desenvolvida por Diniz (2008). Fonte: Colagem com imagens disponibilizadas em (Diniz, 2008, p.82), <http://fazendapitombeira.blogspot.com/>, assim como, em <https://papocultura.com.br/fotografia-vencedora-de-concurso/>

Escravos

Segundo Cascudo (1995):

Os escravos mandados para o sertão transformaram-se em vaqueiros, cantadores aclamados, padrinhos de ioiôs e derrubador de touros. Estabelecia-se uma identidade social pela uniformidade das tarefas, iguais para todos, escravos e amos. Nos canaviais, terras de café, diamanteiras e garimpos, o negro vivia animal de carga. No sertão jamais foram numerosos pela própria simplicidade do trabalho da pastorícia (como citado em IPHAN, 2012, p.47).

Segundo as investigações realizadas por Olavo de Medeiros mediante a análise dos inventários da região e compilados na obra *Velhos Inventários do Seridó*, o Seridó possuía o número de escravos que variava de um a trinta e duas *peças* para cada senhor, quantidade significativamente inferior ao da zona açucareira. Os fazendeiros dedicados exclusivamente à criação tinham um número menor, enquanto que os que também exploravam a atividade agrícola, em maior escala, cerca de dezoito escravos. Acrescenta ainda que a incidência maior era de negros crioulos, ou seja, os já nascido no Brasil.

Fato peculiar na região girava em torno dos escravos vaqueiros, falamos da alforria, “embora essa fosse muitas vezes condicionada ao seu bom comportamento e ao falecimento de seu proprietário (IPHAN, 2012, p. 47)

Oswaldo Lamartine acrescenta:

Contavam os mais velhos que os escravos quando conseguiam adquirir uma semente de gado, obtinham dos seus amos consentimento para usar o ferro da fazenda de cabeça para baixo. Esse costume sobreveio entre a vaqueirice para ferrar o gado que lhe cabia na sorte, ou que criavam e ainda criam em terras das fazendas. (como citado em IPHAN, 2012, p. 47)

Moradores

Quando falamos em moradores referimo-nos aos pequenos proprietários que com frequência “recorriam a outras fontes de renda em terras de fazendeiros, como forma de complementar a sua renda” (Macêdo, 2012, p.50) e aos despossuídos de terras, que passavam a viver em moradas pertencentes aos fazendeiros, próxima a casa-sede, acordo firmado pela via verbal. Normalmente existia uma lealdade fundamentada pelos “laços de compadrio ungidos na pia batismal” (Macêdo, 2012, p.50), instituindo assim vínculos de dominação. Uma mão de obra livre que em conjunto com o trabalhador escravo dava conta dos afazeres da propriedade. Nesse grupo, reforçava o trabalho familiar, praticado pelo patriarca e filhos (Macêdo, p.2012, p.49).

Quando obrigados a se desfazerem de suas terras, ou migravam do Seridó ou se transformavam em agregados ou moradores junto aos fazendeiros mais aquinhoados. (Macêdo, 2012, p.50)

O morador é uma realidade bem atual no cenário do Seridó. Hoje, muitos vivem nas casas sede das fazendas com a permissão das famílias proprietárias, que não tem o interesse de mantê-las como sua habitação principal. Ao fixar morada nos centros urbanos dos municípios seridoenses, os donos das casas passaram a frequentar suas terras nos dias de festas e feriados locais. Quanto aos moradores, a rotina sertaneja se mantém ávida e latente.



Figura 17. Moradores das Casas-grandes nas Fazendas de Umari (Ouro Branco), Vista Alegre (Jardim de Piranhas), Toco (Timbaúba do Batistas) e Barra da Carnaúba (Serra Negra do Norte), Seridó Potiguar. Fonte: Imagem produzida por Maria Rita Assunção para o arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

2.2.3. Práticas culturais na dinâmica do Seridó

Tendo em conta o que referimos, a criação de gado foi extremamente importante para a construção cultural e territorial da região Seridó. O aspecto de resistência ao lugar imprimiu na cultura da região o imaginário pautado na superação de dificuldades e na relação existente entre homem-natureza. Do gado tudo se tirava proveito: carne, couro, leite, traço perpetuado nos sertões do Seridó, por isso, os primeiros povoadores formaram a “civilização do couro” (como citado em Barroso, 1956, p.1), um modo de vida impregnado por um expressivo conteúdo sociocultural, afirmativa ressaltada por Diniz (2008) através das palavras de Gustavo Barroso:

Civilização do couro porque na rude existência dos povoadores do sertão era tudo tirado do boi que lhe encheu de chácaras, abecês e autos, o rico folclore: couro de arrasto para mover terra e carregar pedra; couro de pisar para reduzir tabaco a rapé; couro de curtir para apurar o sal; couro de bainha para os facões, facas e quicês; couro de tranças para cordas, cabrestos, chicotes e arreios; couro cru para atilhos, atacas e peias; couro suado para bruacas, mochilas, borrachas de água, alforjes e surrões; couro pregueado nas malas e baús, cadeira e tamboretas; couro espichado nas portas e janelas das moradias, nos catres usados para doenças e partos; enfim, o couro curtido para roupa do vaqueiro que lhe permitia varar os carrascais espinhentos na veloz carreira dos seus árdegos cavalos de campo. (como citado em Diniz, 2008, p.72)

O criatório correu os sertões imprimindo uma diversidade material e de sentidos atribuídos aos bens e práticas sociais consolidados nas referências culturais de seus sujeitos. Ele trouxe arraigado consigo traços extremamente fortes e responsáveis por originar uma sociedade marcada por laços consanguíneos, de apadrinhamento e solidária; por uma sociedade que se expressa em uma religiosidade concebida e vivenciada por seus próprios agentes; que ao longo dos tempos aprendeu a trabalhar e a conviver com a escassez dos recursos disponíveis na natureza, mas que não se esquece de festejar e celebrar as dádivas conquistadas, os santos das crenças religiosas e os sons e ritmos que a tradição mantém na existência do grupo social.

Ferros da Ribeira

Marcar e ferrar o gado, assim o animal era reconhecido pelos seus donos. A primeira chamada de *sinai* (Figura 18), consistia na mutilação das partes que não comprometia o valor do animal e que podia ser facilmente notado (Macêdo, 2015, p.101). Segundo Macêdo (2015, p.101), marcava-se com pequenos cortes pedaços da cartilagem das orelhas, assim, cada incisão recebia a denominação que remetia a golpes, instrumentos de trabalho e objetos.

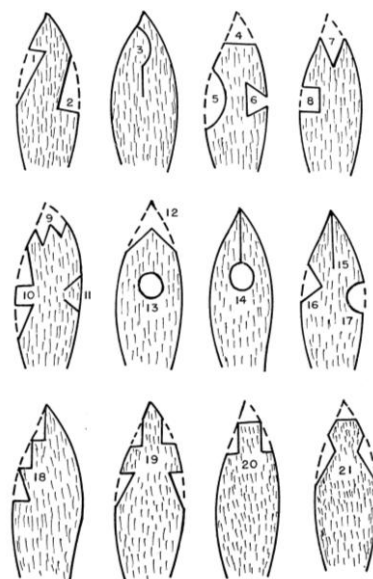


Figura 18. Representação das marcas. Fonte: (Faria, 1984, p.15)

Entalhes que necessitavam ser traduzidos detalhadamente em palavras que fossem de fácil descrição, posto que a tais cortes um criador poderia se referir para retratar um animal que se tresmalhou ou um que ele reivindicava como seu. (Macêdo, 2015, p.101)

Ferrar, marca abrasada feita no couro das reses que extrapolava a dimensão da posse material. Segundo Ariano Suassuna, denota “dignidade social e atributo de virtude individual” (como citado em Macêdo, 2015, p.102). Signos de poder gravados em quase todo cabedal. Status de propriedade que imprimiam respeito pelo símbolo representativo de cada senhor. A ferra ocorria entre os meses de junho e julho, meses de São João e Santana, santos celebrados nessas datas do ano (Macêdo, 2015, p.103).

Nos estudos realizados por Oswaldo Lamartine de Faria sobre a tradição de marcar o gado na Ribeira do Seridó, podemos identificar a existência de uma ordem na posição dos ferros sobre o animal.

Ressalta Diniz(2008) as palavras de Lamartine:

No quarto direito era queimada a marca do proprietário que poderia ter ainda um número e carimbo. (...) E um carimbo de diferença referente àquela fazenda, se o fazendeiro possuía mais de uma propriedade naquela mesma ribeira. Do lado esquerdo a marca da ribeira (bacia hidrográfica principal) que minguou com os tempos, para designar freguesia e se aparar depois nos limites do município. (como citado em Diniz, 2008, p.84)

O gado recebia a primeira marca na parte mais baixa da coxa (a), pois quando negociado poderia o novo dono ferrar sua marca logo acima (b) e assim por diante como demonstra a figura abaixo:

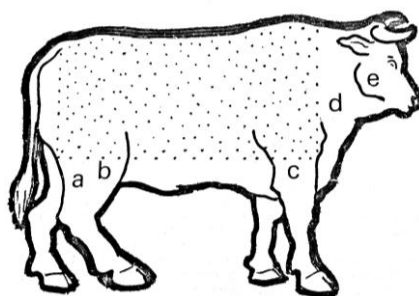


Figura 19. Áreas possíveis para marcas. Fonte: (Faria, 1984, p.30)

No início, muitos criadores marcavam seus gados com figuras simples, talvez pela falta local de um ferreiro para forjar desenhos mais elaborados. Concordamos com a hipótese levantada por Lamartine quanto a presença acentuada na fala dos vaqueiros de nomes que remetem a esses traços: *cruz*, *martelo*, *flor*, *fechado*, *pé-de-galinha*, etc.

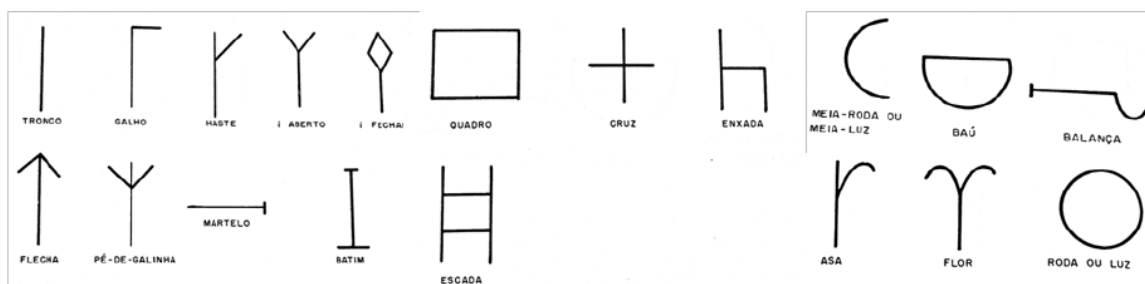


Figura 20. Representação dos primeiros desenhos utilizados no Seridó.
Fonte: (Faria, 1984, p.27-28)

Ressaltamos que as impressões de ferro identificavam as famílias e as variações que sucediam em torno de uma *marca tronco*, cujo desenho primitivo “passava de pai

para filho, como forma de perpetuar os sinais de uma linhagem de criadores” (Faria, 1984, p.34). Ela também era replicada em portas, porteiras e nos mobiliários. Nos século XIX e XX até mesmo os queijos, especialmente, o manteiga, recebiam em sua crosta o ferro da fazenda onde eram fabricados. Oswaldo Lamartine de Faria descreve como o ferro de sua família foi se constituindo:

É este ferro formado por um tronco que esgalha para a esquerda, onde esbarram em duas *meia-luas* viradas para a direita. Mais para o meio e à direita desse tronco sai um *puxete* que se finda no centro de outra meia-lua, também virada para a direita. No pé desse mesmo tronco é que seus filhos-homens fizeram as suas *diferenças* (Faria, 1984, p.35).

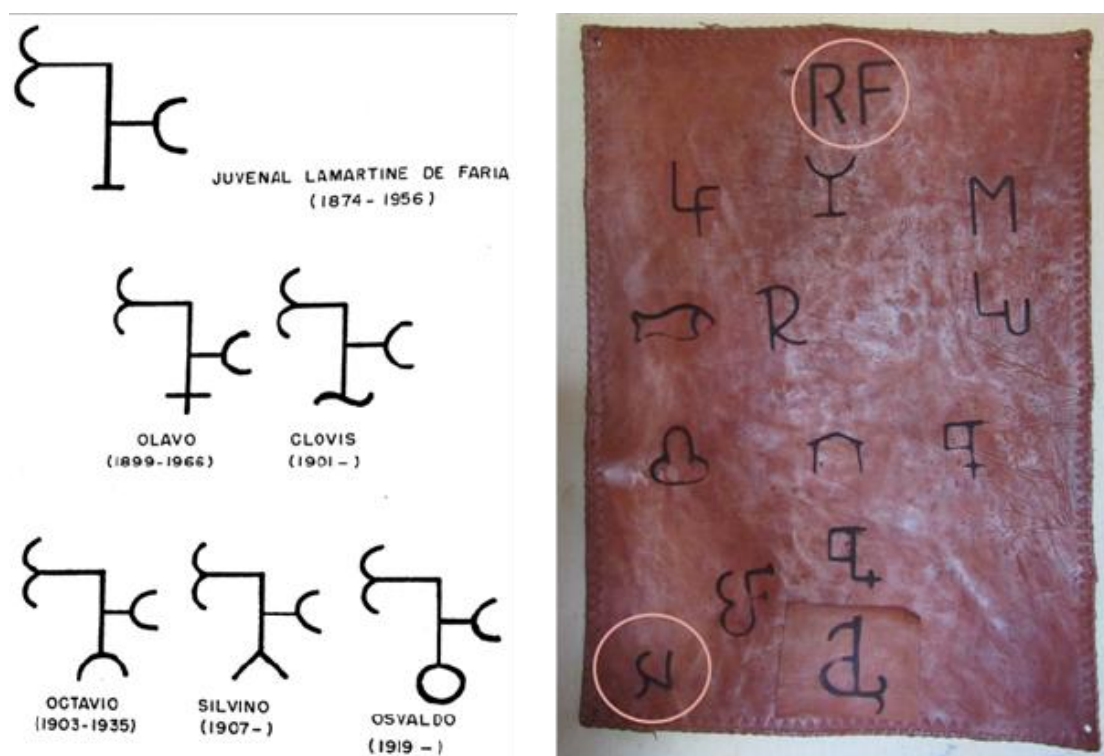


Figura 21. Representação dos ferros da família Lamartine de Faria e pano de couro com as marcações dos Faria na Fazenda Rolinha. Fonte: (Faria, 1984, p.36) e Autora, 2019, respectivamente.

Encontramos na Fazenda Rolinha, localizada no Município de Serra Negra do Norte, propriedade há gerações da família Faria, um pano de couro com a marca da

fazenda ao centro, a do município de Serra Negra, canto inferior esquerdo e as dos irmão fazendeiros da linhagem de criadores Lamartine de Faria (Figura 21).

A importância dos ferros se estendia para representar a Ribeira ou a Freguesia que estava situada a propriedade do fazendeiro. Cada impressão assegurava ao criador maior domínio sobre seu patrimônio tão disperso pelas vastas terras.

Observamos a genealogia de alguns municípios, em que constatamos a conservação do formato raiz do ferro da Ribeira do Seridó, representado pelo traço S na concepção das marcas de alguns municípios da mesma região. São eles:

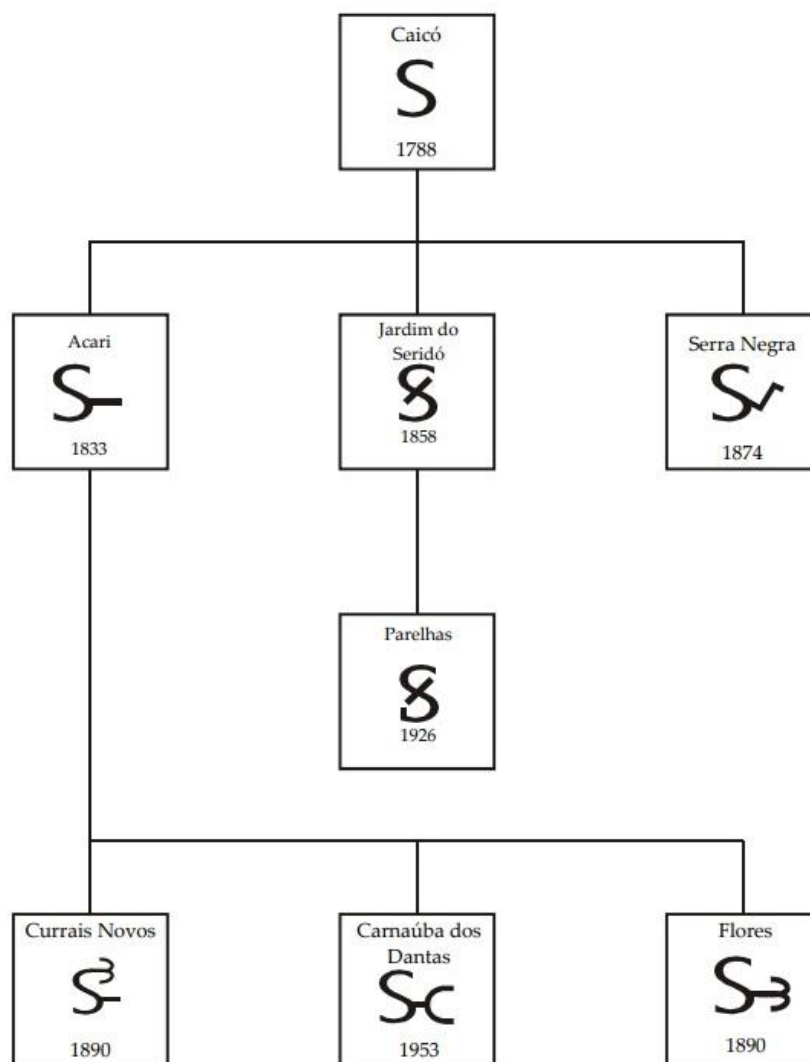


Figura 22. Representação dos Municípios do Seridó com o ano de criação e respectivo ferro de Ribeira. Fonte: (Araújo, Medeiros, & Macedo, 2010, p.138)

O ferro usado nas Ribeiras como demarcador do território sertanejo, “transmite para a história local um legado importante, o de proporcionar a identificação das ramificações familiares” (Araújo, Medeiros, & Macedo, 2010, p.142-143), além de ser um traço cultural que assume significados variados, enraizado na identidade regional. Tradição cultural do povo seridoense ainda seguida pelas famílias de criadores que habitam os sertões dessas terras. As fazendas e suas casas são cenários vivos dessa prática que guardam nos rebanhos, mobiliários e produtos fabricados a força exercida pelos seus ancestrais.

Pega e Apartação

A *pega* ou *junta* era o recolhimento do gado solto no pasto no fim do período de inverno para contar o rebanho e separar as reses do criador daquelas que serviriam como pagamento para os vaqueiros, no mesmo sentido, era considerado como um momento social importante para a economia da fazenda (Macêdo, 2015, p.103).

A “pega” do gado começava na segunda-feira, estendendo-se até a sexta-feira, quando acontecia a apartação. Para essas tarefas vaquejavam-se os campos de cada fazenda. Como as terras não eram cercadas e tinham limites muito tênues, caso os vaqueiros de uma fazenda adentrassem em território da outra, eles dirigiam-se ao proprietário dela e pediam *campo*, ou seja, consentimento para *juntar* as reses naqueles prados. (Macêdo, 2015, p.104)

Na *apartação*, eram separados os bezerro e poldros para o dizimeiro, responsável por recolher o tributo devido à Coroa. Segundo palavras de Lamartine (1996) ressaltadas por Diniz (2008, p.81): “o fazendeiro marcava os três primeiros bezerros ou poldros com o seu ferro, sendo o quarto reservado ao vaqueiro”, o que no Seridó chama-se de *sorte*, pagamento do vaqueiro.

Segundo Macêdo (2015, p.104), os currais de apartação eram executados de pau a pique e madeira da caatinga, não muito resistentes, por isso foram poucos citados no inventários. No entanto, Macêdo (2015) faz referência os currais contruídos pelo

Capitão-mor Cipriano Lopes Galvão por volta de 1760, onde ao redor deles ocorreram apartações e feiras de gado que resultaram na constituição de uma das principais cidades da região do Seridó, Currais Novos:

Currais Novos ficou denominada a fazenda, depois a capela, o povoado, o município, a comarca e a cidade, consagrando-se de público, a homenagem a uns dos currais bem acabados como símbolo do desenvolvimento pastoril daquela região. (IPHAN, 2012, p.33)

Durante a apartação aconteciam as *pegadas de boi*, quando alguns fugiam e resistiam ao chamado do vaqueiro, eram perseguidos e derrubados pela cauda no meio da caatinga. Em sequência, as *corridas de mourão*, logo após a apartação, por isso quando se falava em apartação, era associada a corrida de mourão. Diferenciavam das primeiras, pois realizavam-se no pátio das fazendas. Um evento conhecido como torneio de derrubada, posteriormente chamados de *vaquejadas*, referências aos bravos vaqueiros. Atividade cultural do Nordeste brasileiro, na qual dois vaqueiros montados a cavalo têm de derrubar um boi, puxando-o pelo rabo.

Pouco a pouco, essas iniciativas converteram-se em rituais festivos, atraindo não só vaqueiros mas também a comunidade da região, fomentando um significativo turismo cultural. Pensando em preservar a figura do vaqueiro, a Fazenda Pitombeira, em Acari, região Seridó, realiza todo ano três eventos: a *Pega de Boi no Mato*, o *Encontro dos Vaqueiros da Ribeira do Acari* e a *Missa do Vaqueiro*.



Figura 23. Imagem da Pega de boi no mato na fazenda Pitombeira, Acari-RN originalmente desenvolvida por Diniz (2008). Fonte: Colagem com imagens disponibilizadas em (Diniz, 2008, p.82) e Hugo Macedo - disponível em: <http://fotohugo.blogspot.com/2007/02/pega-de-boi.html>

Festas religiosas e populares

Os proprietários rurais, movidos pelo zelo religioso, intentavam levantar capelas em seus sítios, doando meia légua de terra, para constituição do patrimônio das mesmas. (Medeiros Filho, 1983, p.95)

As devoções religiosas acompanham os proprietários rurais do Seridó desde o povoamento. A festa de maior importância naqueles sertões foi e continua sendo a da

padroeira. Momento importante da sociabilidade local que carrega marcos identitários fortes, “ocasião para relembrar a história da cidade, reavivar laços de solidariedade fundados na família, reafirmar valores e acionar registros específicos da cultura seridoense” (Brito, Cavignac, Macêdo, & Dantas, 2011, p.63). Representa o ponto alto dos festejos sertanejos que tem na *Gloriosa Senhora Sant’Ana*, nome da primeira freguesia do Seridó, uma das mais louvadas da região.

A Festa de Sant’Ana de Caicó é uma celebração tradicional e reúne vários rituais religiosos e manifestações culturais da região. No geral, além de uma celebração representativa para o município de Caicó/RN, permite vislumbrar a diversidade cultural e possibilita a compreensão abrangente da região seridoenses. Segundo informações do IPHAN, a importância desta celebração foi confirmada com a inscrição no Livro de Registro das Celebrações em 2010, como Patrimônio Imaterial⁶.

A celebração ocorre, anualmente, ao dia 26 de julho, dia de Sant’Ana, até o domingo subsequente e inclui também um ciclo preparatório. Os principais eventos são: o ciclo de preparação que inclui as peregrinações rurais e urbanas e seus rituais de missa e procissão, assim como, o “Encontro das Imagens e dos peregrinos” (Brito, Cavignac, Macêdo, & Dantas, 2011, p.65).

Os festejos incorporam outras manifestações culturais da região como ofícios e modos de produção tradicionais, comidas, artesanatos, bordados, músicas, bandas, o beija e demais formas de expressão (Brito, Cavignac, Macêdo, & Dantas, 2011).

Segundo Brito, Cavignac, Macêdo e Dantas (2011, p.72), a cavalcada está entre as atividades que compõe o cenário da Festa de Sant’Ana, e demonstra a devoção dos vaqueiros que saem de Acari, a 65 km de Caicó, e se encerra diante da Catedral, na Praça Matriz de Caicó. Organizada desde 1950, era realizada pelos moradores das zonas rurais. Ao longo do tempo, houve um esvaziamento, mas em 2002 foi retomada, segundo confirmam Brito, Cavignac, Macêdo e Dantas (2011). O evento conta com a participação dos cavaleiros que residem nas zonas rurais e moradores de Caicó e das cidades vizinhas e apreciadores da vaquejada.

⁶ Sobre o Registro da Festa de Sant’Ana de Caicó - http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parecer_conselho_consultivo_festa%20de%20santana_de_caico.pdf



Figura 24. Fotografia da Procissão Solene no ano de 1889. Fonte: (Brito, Cavnignac, Macêdo, & Dantas, 2011, p.64)



Figura 25. Fotografia de fiéis de Santa'Ana na matriz no dia de procissão e Cavalcada, respectivamente. Fonte: (Brito, Cavnignac, Macêdo, & Dantas, 2011, p.68-70)

Paladar Sertanejo

A alimentação é marca significativa na cultura do sertão, ora pela necessidade de ser forte na lida do campo ou para celebrar as graças alcançadas. Dá terra raízes, folhas, frutos silvestres, o mel, do ar as arribações, das ribeiras, peixes, e claro o gado, de que tudo se aproveitava. A alimentação sertaneja nos tempos normais e nos dias comuns era muito simples, porém abundante e substancial:

Ao amanhecer do dia, ainda com o escuro, a família ia, quase toda, ao curral, tomar leite cru ao pé da vaca. De regresso a casa, já encontrava feito o café que saboreava puro ou misturado com leite, adubado com pedaços de queijo, tapioca, batata doce ou cuscuz. O almoço era servido entre oito e nove horas da manhã e consistia de carne de sol assada com farinha e mandioca temperada com manteiga de garrafa cebola, arroz e munguzá. (...) O segundo prato era de leite com munguzá, cuscuz, batata-doce ou jerimum e o clássico cafezinho de encerramento. Entre duas e três horas da tarde, saía o jantar, feijão com rapadura, farinha ou arroz, carne de sol e ovos fritos. A sobremesa variava com as safras de frutas cultivadas ou nativas; a mais típica e saborosa, a imbuzada; melão, melancia, pinha e doce com queijo nos dias mais festivos. Pobre de verduras era o cardápio sertanejo; quase que se resumiam em tomate-miúdo, coentro, cebola e bredo manjongome. Ceava-se às sete horas da noite: coalhada, adoçada com rapadura raspada, farinha de milho torrada (ou de mandioca) cuscuz, batata doce e uma xícara de café (Faria, 1965, p.33-34)

Segundo Macêdo (2015, p.112), “a longa jornada sertão a dentro até a ponta final do mercado emagrecia o rebanho”. Reagindo a essa situação, em 1740 criou-se o salgamento das carnes e do couro, o processo ficou conhecido como “charqueada (...) praticado nas oficinas, salgadeiras ou fábricas de carne seca (Macêdo, 2015, p.113). Dessa forma o produto não depreciava, chegando em segurança aos lugares mais distantes. A necessidade de conservação para o consumo familiar adentrou a rotina do sertanejo que fez produzir a *carne-de-sol*, “menos desidratada que o charque, iguaria que se tornou célebre nos sertões do Seridó” (Macêdo, 2015, p.113-114).

A região passou a ser conhecida pela tradição de fabricar produtos a partir de processos artesanais do lugar chamados de produtos *da terra*: manteiga da terra, arroz da terra, além dos queijos de manteiga e coalho, produzidos nas fazendas para consumo próprio e comercialização.



Figuras 26. Comidas tradicionais do Seridó: carne-de-sol, mantega de garrafa e queijo de manteiga, arroz da terra, respectivamente. Fonte: imagens ilustrativas retiradas de <https://www.google.com/>

Quando o sertanejo viajava ou tinha que passar um dia inteiro campeando, costumava levar a paçoca, alimento feito de carne de sol pilada com farinha e rapadura, doce em forma de pequenos tijolos feitos a partir da cana-de-açúcar, uma verdadeira ração de guerra daqueles sertões, ainda hoje é servida na mesa do seridoense. Entre as comidas mais representativas destacamos a *buchada*, tradicionalmente feita no dia seguinte ao abate de uma rês ou carneiro, o prato aproveitava todas as vísceras do animal, servida com aguardente que, por sinal, é a bebida típica do sertanejo.



Figura 27. Comidas tradicionais do Seridó: Buchada e picado. Fonte: (FAPERN, 2008)

Naqueles tempos, os pobres e os escravos se alimentavam de feijão, farinha de mandioca e de milho com rapadura, pouca carne, mais comumente a de caça: peba, mocó, jacu, avoête, caititu, tejo, etc. Em épocas de seca, a alimentação se modificava recorrendo-se as comidas *brabas*, raízes de certas plantas, como o xique-xique e a macambira. A alimentação sertaneja é marcada por uma dieta hipercalórica a fim de suportar o trabalho de sol a sol que do passado pouco se modificou o cardápio atual. O dito antigo de que *do boi só não se aproveita o burro*, continua a reinar na farta mesa do seridoense.

Bordados

Segundo Macêdo (2015, p. 156): “as mulheres encontravam no artesanato um momento de sociabilidade vivida com outras companheiras. Quando descansavam, teciam, bordavam e rendavam”.

As rendas e bordados eram aplicados de modo diverso, “guarnições de vestidos, alfaias, paramentos, redes, toalhas e guardanapos” (Macêdo, 2015, p.155). A técnica vem com o modo de fazer europeu, entretanto, hoje, o Seridó, é um dos principais polos de produção no Brasil. O autor ressalta o desaparecimento de determinadas tramas como a realizada na toalha de Guimarães, a exemplo da que fez parte do enxoval de Manoel Gonçalves Rabelo, em 1763 (Macêdo, 2015, p.155).

A cidade de Caicó/RN mantém a tradição das rendeiras. O modo de fazer dos bordados seridoenses representa além do valor artístico, a tradicional identidade de produzir peças de qualidade, apreciadas por ocasião dos festejos da cidade, como na celebração à Sant'Ana. Os bordados constituem uma rica herança passada de geração em geração, inspirados na fauna e flora regional e que marca significativamente o turismo e o patrimônio cultural do Seridó.



Figura 28. Toalha em bordado de Guimarães e de Caicó. Fonte: (Lopes & Medeiros, 2012, p.36) e (Centro Cultural Vila Flor, 2011), respectivamente

Para Brito, Cavnac, Macêdo, & Dantas (2011):

o patrimônio cultural seridoense foi objeto da ação intitulada *Inventário das Referências Culturais do Seridó-RN* apresentada ao IPHAN: aprovada em outubro

de 2006 pelo Ministério da Cultura, a pesquisa foi realizada entre 2007 e 2008 por professores e estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). (Brito, Cavignac, Macêdo, & Dantas, 2011, p.49)

Ainda de acordo com os autores, o inventário foi renomeado para *Inventário da Cultura do Seridó*, mapeando: *usos, funções e significações simbólicas, estéticas e sociais das celebrações* (rituais religiosos e festas de rua); *ofícios e saberes* (conhecimentos e modos de fazer, sobretudo aqueles relacionados à alimentação, couro, arte sacra e ao bordado); *formas de expressões* (tradição oral, devoção, manifestações musicais, com destaque para as bandas de música e a dança do Espontão) e *lugares de memória* (espaços de sociabilidade e com importância histórica) (Brito, Cavignac, Macêdo, & Dantas, 2011, p.49).

Número de Fichas por categoria desenvolvidas no Inventário da cultura do Seridó			
Ofícios	Celebrações	Lugares	Expressões
Biscoiteira – 2	Carnaval – 2	Açude – 2	Bandas de música –
Bordadeira – 2	Festa Católica – 7	Peregrinação - 5	5
Buchada e	Vaquejada – 1	Igreja e Lugar	Dança do
Panelada – 2	Festa em Clube – 4	Sagrado - 11	Espontão - 1
Chouriceira – 4	Procissão – 1	Lugar Histórico – 6	Devoção – 8
Filhos - 3	Novena – 1	Praça e espaços de	Tradição oral - 8
Marchante - 2	Peregrinação – 1	sociabilidade - 14	
Queijeiro - 3	Missa – 1		
Rezadeira - 3	Carreata e		
Santeiro - 3	Feirinha - 1		



***Em destaque os bens que possuem relação com a atividade do criatório**

Tabela 12. Fichas por categoria. Fonte: (Brito, Cavignac, Macêdo, & Dantas, 2011, p.60)

Segundo Brito, Cavignac, Macêdo e Dantas (2011, p.81), o trabalho desenvolvido se insere na busca pelo IPHAN para adequar as ações à legislação internacional e ampliar a atuação no território nacional.

Compreendemos a importância de estabelecer relações entre os vários bens que constituem o patrimônio da região, a fim de nascer um entendimento mais preciso sobre a formação desse território e do patrimônio construído que compõe a paisagem cultural sertaneja do Seridó. Seleccionamos alguns que estão correlacionados com a atividade da pecuária. A Festa de Sant’Ana como primeiro registro do patrimônio imaterial ressalta sua importância e serve de exemplo para futuras ações com vistas a preservação do patrimônio local.

Capítulo 3. – Arquitetura na Paisagem Sertaneja

3.1 Considerações Iniciais

O ciclo do gado trouxe consigo a criação de um vasto acervo arquitetônico semeado nos sertões do nordeste brasileiro. A respeito desse patrimônio rural destacamos que está inserido na paisagem cultural de um espaço conduzido pela economia do gado, conseqüente a do algodão, “modelo de ocupação do território que influenciou sobretudo a formação histórica e social, bem como o tipo de arquitetura da região” (IPHAN, 2012, p. 49). Tratamos do contexto Potiguar, contudo sabemos que a ele a arquitetura não se reduz, pois o Seridó é apenas um desses sertões e ele próprio muito fracionado.

Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém ainda sabe. Só umas raríssimas pessoas – e só poucas veredas, veredazinhas. (Rosa, 1956, p.116)

Para o IPHAN (2012, p.49): “o conjunto formado pelas construções rurais é simples, diferenciando-se dos sobrados dos engenhos de cana-de-açúcar, (...) pois reflete uma configuração social distinta, marcada pela presença de colonos de poucas posses, predomínio de mão-de-obra livre (...) e por uma economia voltada ao mercado interno”

As fazendas foram locadas a grandes distâncias da região litorânea, conseqüentemente da metrópole, por essa razão, necessitavam de ser autossuficientes. Esse traço demonstra no partido arquitetônico o que era necessário para atender a sobrevivência das famílias e do funcionamento das atividades (IPHAN, 2012, p.49).

Por isso, as construções manifestam as necessidades inerentes à economia, unindo “o saber arquitetônico vernacular à técnica lusitana” (IPHAN, 2012, p.50). A propósito, não obstante tomassem como referência os modelos lusitanos, as condições sociais, econômicas e fisioclimáticas interferiram nos procedimentos de construção. Deste modo, a adaptação dos programas, processos construtivos e materiais fizeram das casas-

grandes das fazendas de gado do Seridó uma arquitetura tipicamente brasileira.

Durante o século XVIII surgiram às primeiras casas no Seridó. Edificações de estruturas simples, construídas com a técnica da *taipa de sopapo*⁷, térreas, de chão batido, planta retangular e cobertura em duas águas. Construção de execução razoavelmente rápida para uma região onde as secas forçavam o deslocamento urgente de fazendeiros e vaqueiros entre as propriedades.

De pouca resistência, os materiais obrigavam que a casa fosse periodicamente embarrada. A disponibilidade de argila e madeira da caatinga possibilitava o repetido trabalho reparador. A propósito, as casas primitivas tiveram no extrativismo vegetal e mineral a fonte de recurso necessária em todas as etapas construtivas com o uso de materiais retirados da natureza em estado bruto.

Olavo de Medeiros Filho ao tratar das casas e da técnica da taipa na região em *Velhos Inventários do Seridó*, destaca a assertiva de Eloy de Souza:

A taipa foi também de uso corrente na quase totalidade do sertão do Rio Grande do Norte, onde o material para essa construção era abundante e encontrava na habilidade dos moradores, facilidade no manejo do barro e da armação adequada a essa arquitetura. A esse tempo já nos encontrávamos em pleno ciclo do gado, como parece demonstrar o emprego de correias de couro cru que então serviam para amarrar as varas aos esteios e assim formar os xadrezes, que deviam receber e sustentar o barro, aí introduzido por meio de sopapos vigorosos do construtor. Enquanto nessa zona o couro era utilizado em tal aplicação, já no litoral e agreste, a armação era feita com cipós dos matagais próximos. (como citado em Medeiros Filho, 1983, p. 56)

Em *Viagens ao Nordeste do Brasil*, Henry Koster fez o seguinte julgamento sobre as casas de taipa: “pequenas e construídas com barro, bastante abrigadas para o clima, cobertas com telhas quando podem adquirir, ou geralmente com folhas de carnaúba”. (Koster, 2003, p.208)

⁷ Processo construtivo onde as paredes possuem armação de varas ou paus verticais unidos entre si por varas equidistantes e horizontais, situadas, alternadamente, do lado de fora e de dentro, preenchida de barro. Também se diz taipa de sebe ou taipa de sopapo (Lima, 2002, p.24).

No geral, nos inventários analisados os equipamentos de taipa são descritos em sua maior parte como *casas de vivenda ou de morada*, como observamos no Inventário “do Sargento-Mor Felipe de Moura e Albuquerque (inventário de 1759, do sítio Belém, em Acari) “huma morada de cazas de vivenda térreas e de taipa cobertas de telhas (...)” (como citado em Diniz, 2008, p.92, grifo da autora).



Figura 29. Sistema construtivo em taipa. Fonte: (IPHAN, 2012, p.51)

De acordo com Medeiros Filho (1983, p.56), a evolução da casa de taipa para alvenaria ocorreu de forma lenta, pois a taipa marcou as construções até o início do século XIX. Nos inventários seridoenses uma construção totalmente de alvenaria, “aparece, totalmente de alvenaria pela primeira vez, em 1813, como propriedade de Manoel Monteiro (IPHAN, 2012, p.52), (...) um sobrado sobre pilares de tijolos no sítio de Serra Negra no valor de 400\$000. (Macêdo, 2015, p.148)

De início, somente a frente das casas eram de tijolos, mantendo-se a taipa como sistema construtivo para o restante da construção. Segundo Lima (2002, p.53): “às vezes as casas tinham suas paredes externas levantadas em pedra, adobe ou tijolo, mantendo-se as paredes internas em taipa de sopapo”. Mas, por fim, prevaleceu o sistema de tijolos que propiciava a execução de edificadoss mais funcionais.

O nome atribuído às habitações varia entre Casa-grande ou Casa-sede da fazenda. No Inventário de Conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar, são denominadas Casas-grandes, expressão aplicada pela maioria dos autores investigados, como referência à residência do proprietário e à casa principal da fazenda.

Juvenal Lamartine, em *Velhos costumes do meu sertão* (Faria, 1965, p.23), possui um capítulo destinado às casas-grandes. Olavo de Medeiros Filho também explica as moradas a partir do mesmo termo. Constatamos na sua obra *Velhos inventários do Seridó* que estes descrevem, dentre outras formas, as habitações como:

(...) Uma morada de casas com frente de tijolo de sua residência no lugar do Tororó. Nela, morava o capitão-mor Cipriano Lopes Galvão, inventário de 1814.
(...) Uma casa grande, com currais e muro, neta Villa do Acari, pertencente ao 3º Tomás de Araújo Pereira, inventariada em 1847. (Medeiros Filho, 1983, p.53-54)

Ressalta Diniz (2008):

(...) Huma morada de cazas de vivenda térreas e de taipa cobertas de telhas (...) com cazas de Senzalla coberta de telhas já derrotadas (...). (como citado em Diniz, 2008, p.92)

Paulo Heider Forte Feijó, em *A arquitetura tradicional de Acari no século XIX: Estudo comparativo entre a casa-grande de fazenda e a casa urbana* (Feijó, 2002), acrescenta que caracteriza uma morada de uso permanente, enquanto Muirakytan Macêdo esclarece em *Rústicos Cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII)* que “as incorporações de compartimentos, assumiu a magnitude de casa-grande” (Macêdo, 2015, p.149).

Diante desse contexto, decidimos por seguir com o uso mais corrente atribuído as moradas seridoenses nas fazendas de criar, ou seja, *Casas-grandes*, sem deixar de lado outras terminologias, como, simplesmente, casa de fazenda ou casas-sede, pois entendemos que essas duas também determinam a unidade habitacional como a principal moradia do proprietário, sendo a última citada, como opção adotada por

Nathália Diniz em sua obra, *Um Sertão entre tantos outros* (Diniz, 2015).

Contextualizado o cenário das moradas principais nas fazendas de gado do Seridó do século XIX, enfatizamos que os exemplares estudados se enquadram nessa realidade. Marcados pela técnica de construir em alvenaria, consequência da sedentarização e do crescimento econômico, são unidades habitacionais pertencentes a uma propriedade que, geralmente, incluía outros equipamentos: currais, armazéns, depósitos, queijeiras e, em alguns casos, casa de farinha e o engenho de rapadura, produção destinada ao consumo local e ao mercado interno do Seridó, agrupados constituíam um conjunto arquitetônico capaz de suprir as necessidades nas fazendas.

Dessa forma as casas-grandes foram concebidas. Detentoras de uma tradicional tipologia com aparência rústica e despojada de elementos decorativos, reflexo do caráter local e regional, conservam traços relevantes a partir de uma arquitetura simples concebida por repetição de modelos construtivos, criativos, sustentáveis e marcados pela sabedoria passada de geração em geração.

Como explica Borges (2015, p.20): “ as casas de fazenda tornam-se referência pelo seu caráter vernacular, isto é, além de terem reconhecida relevância para a identidade da região, são adaptadas às condicionantes do lugar nos mais diversos aspectos (econômicos, culturais, construtivos, físicos, etc), e consistem em espaços de proteção em relação às características hostis do clima semiárido”.

A partir do material recolhido em anteriores pesquisas que realizamos acerca da arquitetura das fazendas seridoenses, faremos a análise das unidades habitacionais, Casas-grandes, incluindo sua relação com as demais referências culturais. Portanto, como é de costume antes de adentrar nas residências sertanejas, iniciemos com a seguinte saudação:

- *Ô de casa! Bendito seja Nosso Senhor Jesus Cristo.*

- *Ô de fora! Para sempre seja Deus Louvado!*

3.2 As Casas-grandes das Fazendas do Seridó

A análise arquitetônica das casas-grandes das fazendas de criar partiu dos dados contidos no relatório técnico: *Inventário do Patrimônio Rural do Seridó – Caminhos do Seridó* (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010), referente à terceira etapa de um projeto com estudos iniciados em 2007 a cargo da Superintendência IPHAN/RN e finalizado em 2012 com junção de todas as ações que resultou no *Inventário de conhecimento do Patrimônio Rural da Região do Seridó Potiguar* (IPHAN, 2012). Essa fase inventariou quarenta casas de fazendas, datadas entre os séculos XIX e XX, em seis municípios:

Tabela geral por municípios e casas de fazendas visitadas no relatório técnico					
IPUEIRA	JARDIM DE PIRANHAS	OURO BRANCO	SÃO JOÃO DO SABUGI	SERRA NEGRA DO NORTE	TIMBAÚBA DOS BATISTAS
Bela Vista	Amparo	Bonsucesso	Jerusalém	Apaga Fogo	Cachoeira do Cavalcante
Boa Vista	Porcinhos	Timbaúba dos Gorgônios	Pedra e Cal	Aroeira	Encampinado
Carneiro	Três Riachos	Umary	Mata-fome	Arroz	Campinado de Baixo
Cipó	Vista Alegre	Fechado		Barra da Carnaúba	Lagoinha
Curral Queimado	Vista Alegre Maior	Gurupá		Carnaúbas	Logradouro dos Enéas
Ipueira				Dinamarca	Tapuia
Jardim				Proxima a Dinamarca	Timbaúba
Santa Teresinha				Próximo a Vapor	Toco
				Vapor	Picuí
				Rolinha	
Total	8	5	3	10	9

Tabela 13. Municípios e casas visitadas no relatório técnico. Fonte: (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010, p.36)

Portanto, para as reflexões da presente dissertação levamos em consideração a base de dados que produzimos na terceira etapa referente aos municípios de: Ipueira, Jardim de Piranhas, Ouro Branco, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas. As informações coletadas à época foram digitalizadas produzindo um relatório específico para cada visita, em seguida, juntos, corroboraram com a versão final do relatório técnico apresentado ao IPHAN e que aqui utilizamos como suporte, contendo em seus anexos fichas com informações acerca das edificações levantadas respectivamente nessa etapa.

Mapa de Identificação

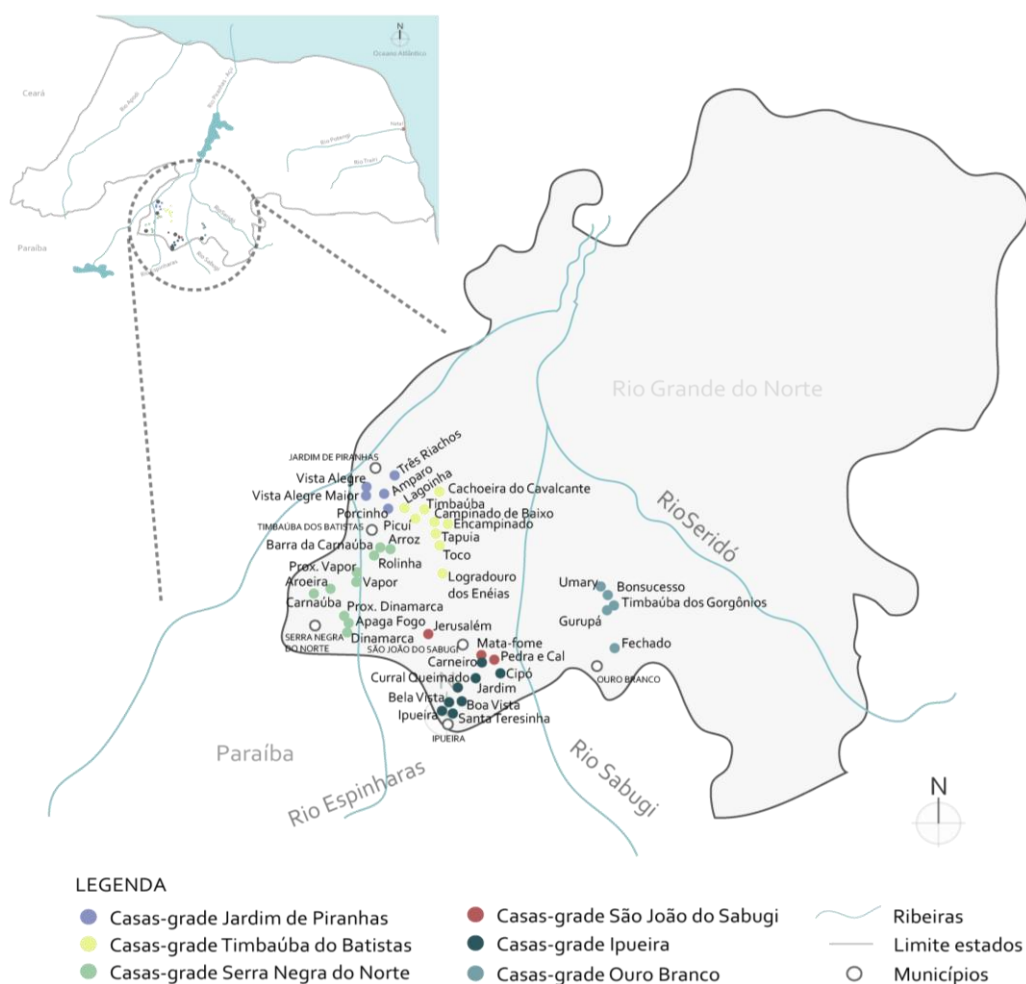


Figura 30. Mapa de identificação do Seridó Potiguar com as Casas-grandes. Fonte: Autora (2019) com dados retirados de (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010, p.36)

3.3 Caracterização das Casas-grandes



Figura 31. Casas-grandes das fazendas inventariadas no relatório técnico. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Para a presente caracterização levamos em consideração além de algumas condicionantes que identificam esse patrimônio, o suporte do conceito de tipo estabelecido por Guilio Argan, esclarecido nas palavras de Borges (2015, p.73): “a tipologia não é definida *a priori*, mas na dedução de uma série de casos ilustrativos que tenham analogia formal e funcional entre si”. A autora ressalta ainda as conclusões de Guilio Argan quanto ao aspecto tipológico:

O aspecto tipológico e inventivo do processo de criação é contínuo e interligado, isto é, o aspecto inventivo está relacionado às demandas históricas da situação presente por meio da crítica e da superação das soluções do passado depositadas esquematicamente no “tipo”. (como citado em Borges, 2015, p.72)

Informa Borges (2015) que “de acordo com Argan, é legítimo pressupor que as tipologias surgem como produto do processo histórico da arquitetura e dos modos de pensar e trabalhar de certos arquitetos” (Borges, 2015 p.72). Mantemos o entendimento de Borges (2015) para o estudo da casa de fazenda: “falamos da arquitetura vernacular e, por isso, nos referimos ao saber fazer da região sendo identificado nos seus tipos” (Borges, 2015, p.72). Reforçamos a maneira como Argan estabelece o “tipo”:

No processo de comparação e justaposição de formas individuais para determinar o “tipo”, são eliminadas as características particulares de cada prédio, permanecendo apenas aquelas que são comuns a todas as unidades da série. Portanto, o “tipo” se constitui pela redução de um complexo de variantes formais à forma básica comum. (como citado em Borges, 2015, p. 72)

Aplicamos o método comparativo nos exemplares do Relatório Técnico: Inventário do Patrimônio Rural do Seridó – Caminhos do Seridó, verificando as semelhanças e diferenças na forma base das casas-grandes, de modo a compreender os perfis tipológicos e como essas características respondem às interações com o meio e com as técnicas autóctones. A caracterização contou ainda com a análise das constantes:

- Ambiência, implantação e orientação;
- Partido arquitetônico;
- Programa funcional;
- Materiais e Sistemas construtivos.

Analisamos uma arquitetura levada pelos homens, patrimônio que expressa à identidade do Seridó. A partir desse momento, trataremos da caracterização que fundamentou nosso entendimento sobre a arquitetura vernacular em questão.

3.3.1 Data e autoria do patrimônio analisado

O patrimônio que investigamos é na sua maior parte datado da segunda metade do século XIX, contudo, isso não significa que são construções originárias, especificamente desse período, pois as casas passaram por etapas de adequações como explica Diniz (2014) na pesquisa “Outros sertões”. O respectivo trabalho ressalta os antigos inventários seridoenses onde é possível observar que na época da fundação das fazendas já existiam moradias de taipas, mas com o passar dos anos, foram substituídas por alvenaria, assim como, passam a adquirir equipamentos para a produção de rapadura e farinha (Diniz, 2014). Este fato foi observado na leitura dos bens deixados pelo Capitão Cosme Pereira da Costa, do Umari (Medeiros Filho, 1883, p.267-279).

Constatamos igualmente ao caso da fazenda Umary que muitas das fazendas analisadas integravam um conjunto arquitetônico composto ainda por equipamentos de produção. Atualmente esses espaços são utilizados como depósitos ou adequados a outras funções das habitações. A existência desses locais pode ser comprovada mediante o maquinário existente ou através das ruínas ainda presentes, como nas Fazendas de Timbaúba dos Gorgônios e Gurupá, ambas situadas no município de Ouro Branco.



Figura 32. Conjuntos que integram as fazendas de Timbaúba dos Gorgônios e Gurupá. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Percebemos, portanto, que as casas-grandes, assim como, os equipamentos, são construções com caráter dinâmico, moldadas ao longo dos anos, pois ao passo que se adequavam as técnicas construtivas locais, também respondiam as necessidades econômicas e sociais de seus proprietários e moradores. Tratamos de uma arquitetura simples, estruturas constituídas pela ação de construtores locais e anônimos ao longo da produção do território seridoense.

3.3.2 Ambiência, implantação e orientação

As edificações rurais do Seridó potiguar foram construídas sobre plataformas, nos terrenos mais altos e próximo às fontes de água, assertiva que reflete a observação de vários autores. A essa descrição acrescentamos a informação de Borges (2015, p.21): “implantação da fazenda de criar seridoense não se dava de modo aleatório, havia uma lógica para cada elemento e a relação destes com a paisagem existente”.

Sobre isto, explica Diniz (2014) que o conjunto arquitetônico estava distribuído no terreno com a casa-grande ao alto e o açude na parte mais baixa. Em suas margens ficava a produção agrícola. A disposição seguia a orientação dos ventos que corriam do açude, onde de imediato se refrescavam, seguindo em direção a casa, proporcionando um maior conforto térmico.



Figura 33. Implantação Fazenda Carnaúba, Serra Negra do Norte. Fonte: Autora, 2019



Figura 34. Implantação Fazenda Rolinha e Cipó. Fonte: Autora, 2019

A fachada principal de todas as edificações está orientada para nascente, disposição que contribui no conforto por propiciar que as áreas de convívio permaneçam arejadas o maior tempo possível. Grande parte dos exemplares possui a porta principal da edificação localizada nessa fachada com exceção das Casas-grandes Jardim e Pedra e Cal com mais de uma porta principal em outra fachada.



Figura 35. Acessos existentes nas Casas de Jardim e Pedra e Cal. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de plantas do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

A maneira como foram dispostas permitia uma implantação privilegiada e funcional ao fazendeiro que passava a controlar de perto e com maior rigidez os principais equipamentos da fazenda, como explica Diniz (2008, p.93).

Quanto aos equipamentos de produção, destacamos a presença dos Engenhos de Rapaura, as Casas de Farinha e os Armazéns de Algodão.

Os Engenhos são “edificações térreas, assentadas em declives, com pisos diferentes para facilitar o processo de produção” (Diniz, 2008, p.113). Nas fazendas estudadas destacamos sua presença em: Amparo, Bela Vista, Campinado de baixo, Cipó, Encampinado, Logradouro dos Enéias, Pedra e Cal, Rolinha, Tapuia, Timbaúba dos Gorgônios, Toco, Três Riachos, Umary e Vapor.

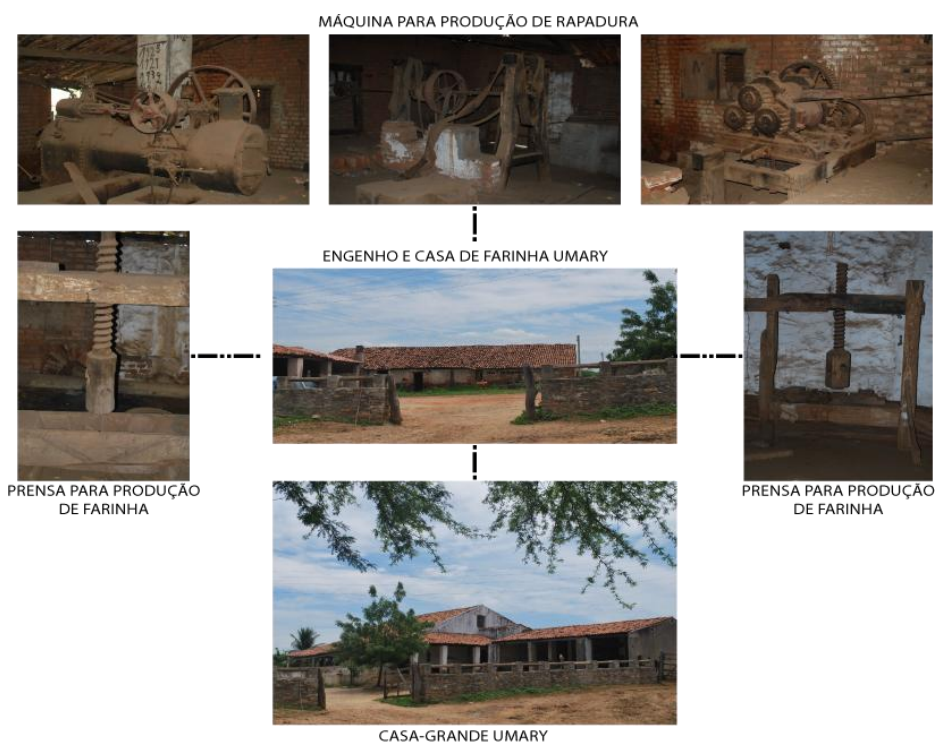


Figura 36. Engenho de rapaduar e Casa de farinha da Fazenda Umary. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

As casas de farinha são edificações simples, de menor volume, implantadas em terrenos planos e locadas próximas à casa principal ou contíguas a essa, como explica Diniz (2008, p.118). Encontramos essa estrutura de produção nas fazendas de Dinamarca, Umari, Toco, Timbaúba dos Gorgônios, Gurupá e Boa Vista.



Figura 37. Casa de farinha contígua a Casa-grande Dinamarca. Fonte: Autora, 2019.

Quanto ao beneficiamento do algodão Diniz (2008, p.120) informa que as fazendas não necessitavam de espaços elaborados para instalar a área de produção, pois o processo era descaroçar e ensacar a matéria. Neste sentido, a autora enfatiza que a edificação consistia em um armazém simples onde locava-se a boladeira, máquina para o processo de beneficiamento que podia ser “movida a tração animal, humana ou a vapor”, como explica Diniz (2008, p.120). Do gupo estudado destacamos a presença nas fazendas de Timbaúba dos Gorgônio, Umari e Rolinha.



Figura 38. Armazém de algodão com maquinário na Fazenda Rolinha. Fonte: Autora, 2019.

E finalmente o curral, elemento presente em todas as fazendas. Construído em cercados de pedras, com madeiramento local, traço construtivo característico da região ou ainda com ambas as técnicas, refeitos periodicamente sem a necessidade de prolongar-se no tempo, conforme ressalta Diniz (2008, p.93), sendo os mais recentes executados em alvenaria.



Figura 39. Estruturas dos currais pertencentes as casas-grandes na região do Seridó. Fonte: Autora, 2019.

Destacamos a análise apresentada por Borges (2015) e realizada por Feijó (2002, p. 27-28) para explicar alguns dos critérios adotados na implantação das fazendas e posicionamento da casa-grande:

Para a instalação de uma fazenda de gado faziam-se necessários certos cuidados na escolha do local para a implantação da casa, do curral e de outras estruturas, o que não ocorria com relação à csa urbana. O local onde seria edificada a casa-grande da fazenda deveria atender a pré-requisitos básicos, como a existência de água potável de fácil obtenção, boa visibilidade, e fácil acesso. Este último, muitas vezes dificultado pelo inexistente ou incipiente sistema viário de então. Para a implantação da casa no terreno levava-se em consideração, basicamente, que a mesma tivesse sua fachada principal voltada para o nascente, garantia de que a casa estaria localizada do “lado da sombra”, assegurando-se, assim, que o sol da tarde não incidiria em uma fachada principal, tornando bastante aprazível não só o alpendre (quando existente) como também a sala de visita. A edificação ficava totalmente isolada dentro do lote, ou seja: dentro da área da fazenda, com possibilidades de se ter aberturas de portas e janelas em qualquer de suas fachadas, como também coberturas em quatro águas. (como citado em Borges, 2015, p. 21-23)

3.3.3 Partido arquitetônico

As casas-grandes analisadas possuem a caixa edilícia semelhante, térreas, prevalecendo o mesmo aspecto volumétrico exterior, variando conforme a existência de sótão e paiol⁹, diferença visivelmente refletida nas fachadas. Assim, reforça-se o padrão identificado por Diniz (2008, p.97): “a caixa mural é inteiriça, o que resulta em um volume simples, com predominância de cheios, vazios e simetria”.

As superfícies apresentam o mesmo acabamento, “rebocadas com argamassa de barro e caiadas” (Diniz, 2008, p.97), quando não tomam esse partido é possível encontrar uma forma mais rústica com tijoleiras de barro aparente compondo a superfície do edificado.

Confirmamos que as casas são detentoras de uma “aparência rústica e despojada de elementos decorativos” (Diniz, 2008, p.97), por essa razão, prevalece o uso do beiral. Como resultado temos um patrimônio reflexo do caráter local e regional e que conserva traços relevantes a partir de uma arquitetura simples, concebida por repetição de modelos construtivos, criativos, sustentáveis e marcados pela sabedoria passada de geração em geração.

Dessa forma, a casa de fazenda do Seridó “é um abrigo flexível em sua essência, pois se ajusta e se adapta para atender a necessidade dos seus ocupantes” (Borges, 2015, p.21). De acordo com Faria (1965) a casa-grande é:

construção sóbria, alpendrada, de duas águas e levantada com madeira, pedra, tijolo e telha da própria fazenda. Não oferecia a beleza artística dos casarões do açúcar, de grades de ferro-trabalhado e arabescos de argamassa e pedra. Nenhum enfeite transparecia de sua arquitetura e seu conforto maior parecia residir no frio das lajes do alpendre ou na carícia da rêde armada no quarto do sótão. (como citado em Borges, 2015, p.20)

⁹ Espaço para estocagem de farinha e cereais produzidos na fazenda, dispostos normamente sob os corredores das Casas-grades.

3.3.4 Programa funcional: uso social do espaço doméstico

A análise do programa funcional indica que não existe uma uniformidade quanto ao formato das plantas das casas-grandes seridonses, contudo, observamos a tendência da forma retangular apresentada por Diniz (2008, p.103). Confirmamos ainda que o edificado principal é sempre coberto por telhado em duas águas, com arrasto, enquanto que os de serviço por outros caimentos. O pé-direito alto ameniza o calor e propicia a construção de sótãos/paiol, áreas de repouso e serviço.

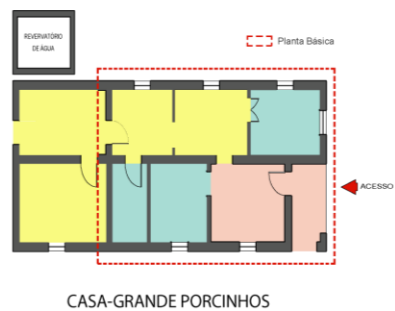
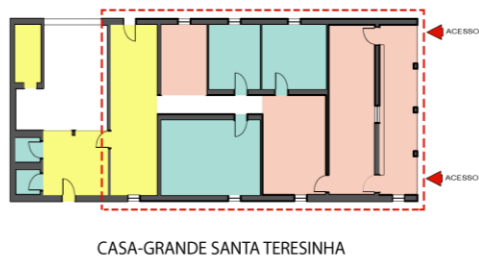
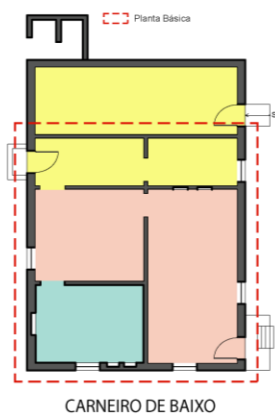
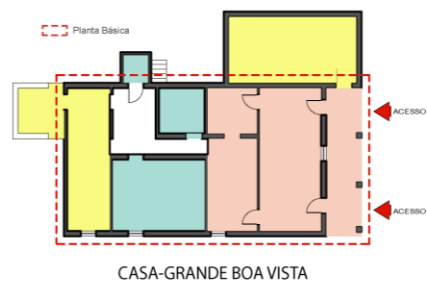
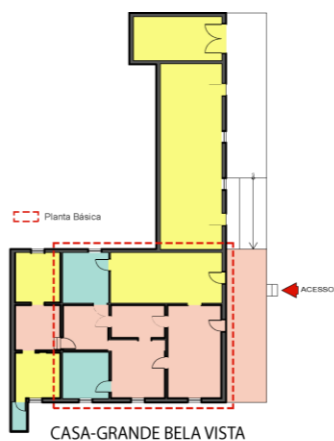
Depreendemos a existência de um núcleo original que chamamos de *planta base*, área com cômodos elementares da estrutura de um domicílio rural sertanejo.

Conforme explica Diniz (2008, p.103), o passar dos anos demandou modificações na configuração interna. A incorporação de outros compartimentos no perímetro do núcleo original passou a ser frequente. Espaços destinados às atividades produtivas da estocagem ao fabrico foram juntando-se ao de vivência familiar. A presença de anexos destinados às casas de banho, anteriormente locadas no exterior, foi, sem dúvida, a alteração mais recorrente durante o século XX.

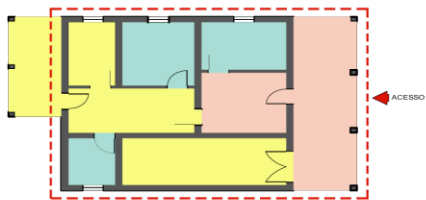
As casas estão divididas em três setores: *Receber* (composto por alpendre ou cupiar, sala da frente, de jantar e/ou das mulheres), *Repouso/íntimo* (quartos e casas de banho) e *Serviço* (cozinha, armazém, depósito e despensa), interligados por um longo corredor, onde em algumas situações ele fica sob o sótão e/ou paiol.

É no setor de serviço que observamos a maior parte das alterações realizadas, seja pelo acréscimo de cômodos ou mudança de águas nas coberturas, seguido pelo setor de repouso, com o aumento de quartos. Constatamos que o corpo central preserva, na maior parte, os usos dos cômodos originais e nas situações em que as áreas de produção não são mais funcionais, passaram a ser utilizadas como depósitos ou algum tipo de apoio para as atividades da fazenda.

Demarcamos as áreas nas casas do relatório técnico: *Inventário do Patrimônio Rural do Seridó – Caminhos do Seridó* (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010), com acesso interno, considerando a metodologia de análise do programa funcional utilizada pelo IPHAN (IPHAN, 2012) e Diniz (2008, p.103), conforme legenda: *rosa* (receber), *azul* (repouso/íntimo) e *amarelo* (serviço).

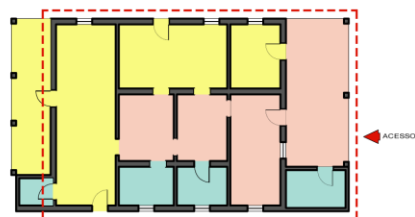


Planta Básica



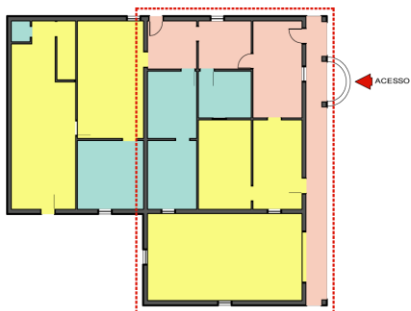
CASA-GRANDE VISTA ALEGRE

Planta Básica



CASA-GRANDE VISTA ALEGRE MAIOR

Planta Básica



CASA-GRANDE FECHADO



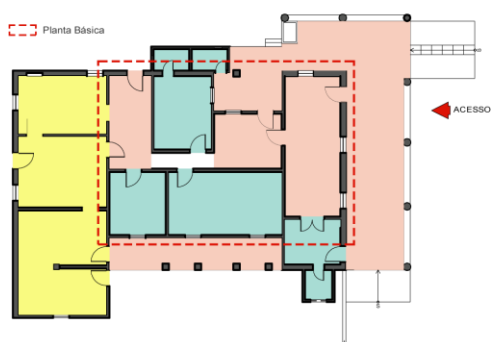
CASA-GRANDE GURUPÁ

Planta Básica



CASA-GRANDE VISTA UMARY

Planta Básica



CASA-GRANDE CACHOEIRA DO CAVALCANTE

Planta Básica

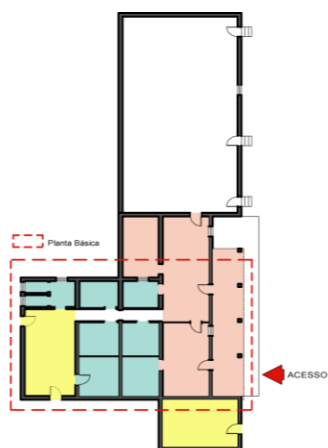


CASA-GRANDE CAMPINADO DE BAIXO

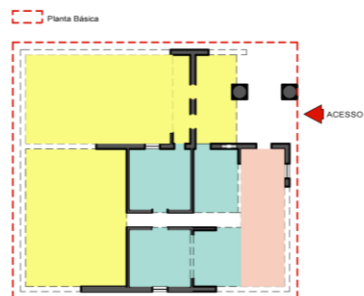
Planta Básica



CASA-GRANDE ENCAMPINADO



CASA-GRANDE LOGRADOURO DOS ENÉIAS



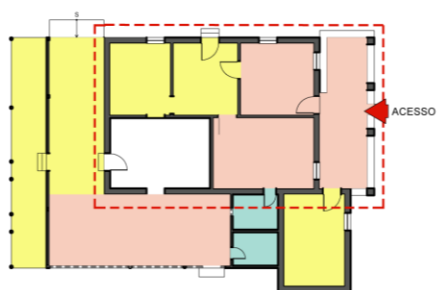
CASA-GRANDE LAGOINHA



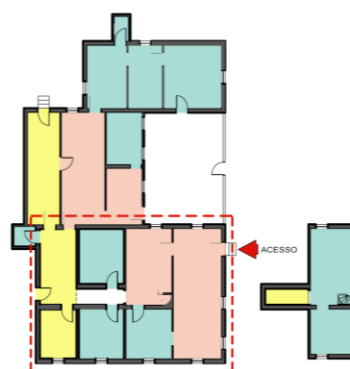
CASA-GRANDE PICUI



CASA-GRANDE TAPUIA



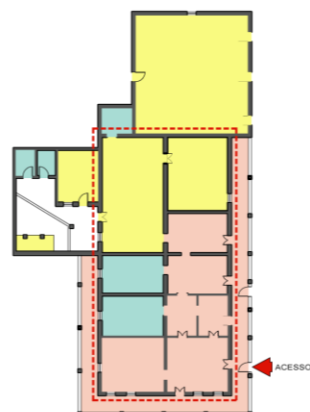
CASA-GRANDE TIMBAÚBA



CASA-GRANDE TOCO



CASA-GRANDE JERUSALÉM



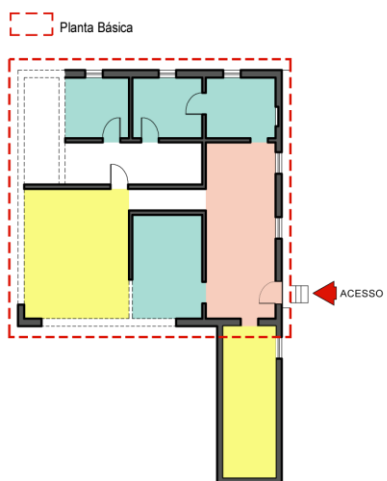
CASA-GRANDE PEDRA ECAL



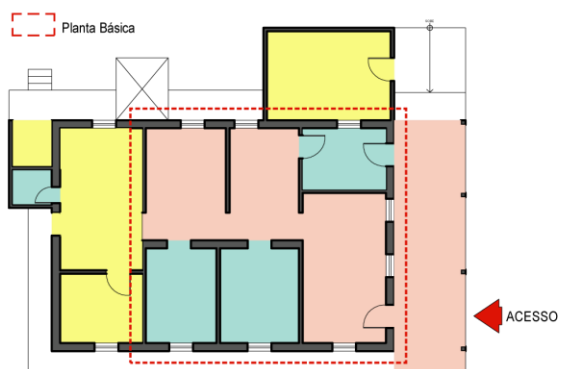
CASA-GRANDE MATA-FOME



CASA-GRANDE APAGA FOGO



CASA-GRANDE ARROZ



CASA-GRANDE BARRA DA CARNAÚBA



CASA-GRANDE DINAMARCA



CASA-GRANDE ROLINHA

Setor de Receber/Estar

▪ Alpendre

Um dos espaços mais significativos da casa-grande, o alpendre, “copiar ou cupiar” (Borges, 2015, p. 24), é, segundo Borges (2015, p.24): “um dos elementos que mais diferencia a caixa mural das casas de fazenda seridoenses”. Acesso principal, voltado sempre para a posição nascente, possuía a função de receber, portanto, era a parte mais pública da casa, local onde tratavam de negócios, logo, não era próprio para mulheres (Diniz, 2008, p.107).



Figura 40. Alpendre e detalhes de algumas Casas de Fazenda. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Estrutura locada na parte frontal das edificações e que por vezes a arquitetura foge a regra e podemos observar também nas fachadas lateral e posterior, situações que identificamos como acréscimos sem ser parte da configuração original. Conta com aberturas em três de seus lados e cobertura estruturada a partir do prolongamento de uma das águas do núcleo central ou independente do telhado de arrasto. Mesmo com modificações percebemos os materiais com os quais foram executados originalmente: piso em tijoleira de barro, lajeado de pedra da serra, pilares de madeira ou alvenaria.



Figura 41. Estrutura do pilares dos Alpendres: madeira, tijoleira de barro, alvenaria e PVC, respectivamente. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)



Figura 42. Piso em lajeado de pedra e tijoleira de barro dos Alpendres das casas-grandes Umary e Encampinado. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Ao longo da nossa pesquisa percebemos que os espaços nas casas rurais seridoenses eram sempre multifuncionais e, portanto, o alpendre igualmente servia para receber e repouso. Explica Borges (2015, p.28-29): “lugar para oferecer descanso aos viajantes, e pessoas de menor intimidade, delineando desta forma o zoneamento funcional da casa, isto é, quanto mais se adentrava na casa, mais íntimo e considerado importante pela família era a pessoas recebida”. O espaço ainda hoje apresenta tornos que os vaqueiros utilizavam para pendurar objetos pessoais, assim como, armadores de redes e bancos de madeiras para descanso.



Figura 43. Bancos de madeira dos Alpendre das casas-grandes Barra da Carnaúba e Jardim e Encampinado. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)



Figura 44. Tornos dos Alpendres de Três Riachos, Umary e Amparo. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)



Figura 45. Tornos suspendendo os apetrechos sertanejos na Fazenda Dinamarca. Fonte: Imagem produzida por Maria Rita Assunção para o arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Feijó (2002, p.27) ressalta a característica de ambiente mais agradável em função da sua disposição voltada para leste, protegido da incidência solar da tarde. Acrescentamos ainda que, quando não exercia a função de transição, o alpendre era substituído pela primeira sala, conhecida por sala da frente.

▪ Salas

Passava-se do copiar para a sala da frente através de uma porta cujo batente ficava no nível do restante da casa. O piso era geralmente de terra batida, ou, mais raro, ladrilhado por tijolos nus. Nessa sala, ficava o oratório, pequeno nicho de madeira que reunia uma variedade de santos chamados de imagens ou vultos. (Macêdo, 2015, p.151)

Como informa Diniz (2008, p. 107), as casas-grandes seridoenses possuem várias salas. Apresentam um número mínimo de duas, no entanto, esse valor pode ser superior como no caso da casa-sede Pedra e Cal e seu considerável número de seis sala.



Figura 46. Planta Baixa Pedra e Cal com a marcação das salas. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de planta e imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Segundo explica Borges (2015), a primeira delas é chamada de sala da frente ou de visita e é a que segue o alpendre, normalmente alongada no comprimento da fachada principal, com portas e janelas voltadas para o cupiar. A sala pode “estar conectada a outros ambientes por meio de um corredor, ou na ausência deste, ser a própria conexão, tendo acesso direto para alguns dos quartos, uma saleta ou para a sala de jantar” (Borges, 2015, p. 30)



Figura 47. Salas da frente. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

A segunda sala, explica Diniz (2008, p.107): “pode está disposta ao lado da sala da frente ou contígua a ela”. Para as mulheres era reservada uma sala conhecida por sala das mulheres, local onde a família permanecia reunida em trabalhos domésticos.

Já a terceira sala é conhecida como sala de refeição, cômodo que segue a sala da frente, a segunda ou encontra-se locado ao final do corredor (Diniz, 2008, p.107). O ambiente é arejado e iluminado, conectando-se a outros. Similar ao alpendre as mulheres não utilizavam o espaço da sala, ficavam na cozinha como ressalta Diniz (2008, p.107).



Figura 48. Salas da refeição da casa-grande Tapuia. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Seguindo a regra de ambientes multifuncionais, podemos encontrar nas suas extensões armadores de rede e tornos, O que nos indica que esses espaços também tinham como função secundária o acolhimento, repouso, além dos mobiliários padrões das casas rurais como bancos de couro, nichos, mesas de madeira e oratórios.



Figura 49. Mobiliário presente nas casas-grandes. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Setor de Repouso

▪ Quartos

As casas são marcadas por vários cômodos de repouso. Cada espaço atribuído especificamente para seu usuário. Dependendo da disposição espacial era destinado ao casal, aos homens, mulheres ou empregados. Explica Borges (2015, p. 37): “a alcova destinava-se ao casal, e normalmente têm posição privilegiada em relação ao controle de acesso aos outros cômodos”. A autora explica a existência da camarinha: “ambiente para as moças da família, e em poucos casos apresentava alguma janela para fora da casa, o que faz por vezes este ambiente ser designado pelos antigos moradores como quarto escuro” (Borges, 2015, p.37). Em alguns casos esses espaços recebiam janelas, mas nessa situação as esquadrias eram guarnecidas por “balaustres de madeira formando uma espécie de grade” (Diniz, 2008, p.107).



Figura 50. Quartos das casas Barra da Carnaúba e Umary, respectivamente. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Infoma Feijó (2002):

No quarto das moças, quando existia janela, por vezes essas recebiam uma espécie de grade, formada pela diposição de peças de madeira, tipo ripas, fixadas da verga ao peitoral da mesma, e espaçadas uma sim outra não. Segundo a tradição, tinham a função de evitar que moças donzelas fugissem pala janela, à alta madrugada, para encontrar seus namorados. (como citado em Borges, 2015, p.37)

Com relação ao mobiliário destes cômodos, destacamos a presença recorrente de baús, redes e nichos, a exemplo do que encontramos na fazenda Amparo:



Figura 51. Quartos da casa Amparo e baús de algumas fazendas. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Explica Diniz (2008, p.107) que é comum na parte da frente das casas um quarto próximo ao alpendre, “quarto dos vaqueiros”, local onde penduravam o material de trabalho, repousavam ou funcionava como armazém ou depósito, situação mais comumente encontrada nos dias atuais. Destacamos ainda a existência de um tipo destinado aos hóspedes e que segundo Feijó (2002) tinha ligação exclusiva para a sala da frente ou alpendre.

Poucas fazendas contavam com senzalas como afirma Faria (1965, p.25): “poucas tinham senzala junto as suas paredes. Os escravos costumavam morar ao derredor da casa-grande”, por isso, dormiam no interior das moradas ou na parte posterior da casa (Diniz, 2008, p.108). No conjunto analisado, encontramos essa situação na Casa-grande da fazenda Jerusalém:

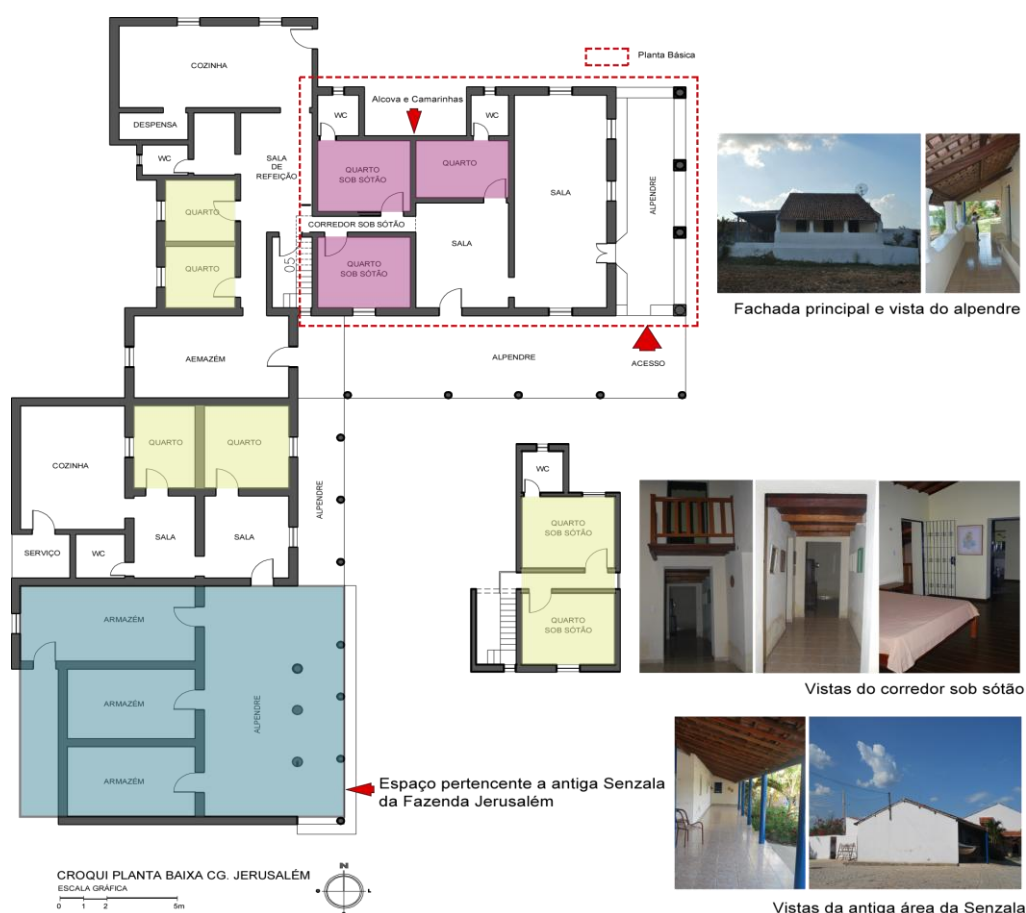


Figura 52. Ambientes da Casa-grande Jerusalém. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de planta e imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

- **Sótão**

O sótão é um cômodo bastante peculiar na arquitetura das casas de fazenda seridoense, fato esse associado ao “aproveitamento do desvão” (Borges, 2015, p.35), ou seja, o espaço surge “como resultado do grande vão produzido pelas coberturas de arrasto” (Borges, 2015, p.35). Este compartimento está presente em 13 das 40 casas estudadas: Aroeira, Carnaúba, Dinamarca, Timbaúba dos Gorgônios, Umary, Três Riachos, Vista Alegre Maior, Encampinado, Lagoinha, Tapuia, Toco, Jerusalém e Jardim.



Figura 53. Pormenores do Sótão da casa-grande Tapuia. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Segundo Feijó (2002):

O sótao é um compartimento da casa muito característico dessa região. É provável que tenha surgido não da necessidade de mais um espaço, mas do aproveitamento de um desvão, oriundo da própria concepção arquitetônica, cuja característica primordial se constituía na cobertura em duas águas, para frente e para os fundos, com beirais com pés-direitos reduzidos e panos de telhados com grande inclinação. Considerando que as casas, em geral, tinham grande comprimento, resultando daí, cumeeiras com alturas excepcionais para casas térreas, e que, portanto, propiciavam, em seu intermédio, o surgimento do tão adotado sótao. Este ambinete da casa, às vezes, era utilizado como quarto para as filhas. Apesar de se situar em local privilegiado da residência, como concebemos hoje, foi também bastante utilizado como ambiente de categoria secundária, talvez por seu acesso ser feito, quase sempre, através de escada íngreme e desconfortável (como citado em Borges, p. 35)

Setor de Serviço

O acesso ao setor de serviço é feito através de um longo corredor, responsável por ligar a parte frontal e posterior da residência.

- **Cozinha**

Na configuração primitiva das casas, a cozinha estava locada atrás da construção, não fazendo parte do corpo principal em uma espécie de alpendre conhecido por “tacaniça” (Macêdo, 2015, p.169). Explica Macêdo (2015, p. 169): “nesse espaço sem paredes ficou a cozinha primitiva que funcionava em trempes quase rentes ao chão, sobre uma cobertura de palha ou telha.

Explica Diniz (2008, p.108) que com o passar dos anos a cozinha passou a ser locada no inteiror da residência, mas ainda aos fundos. É o espaço onde as mulheres permaneciam por mais tempo e local de suas refeições. Algumas casas possuíam mais de uma cozinha ou alpendre posterior destinado à preparação de alimentos com a presença de jiraus para armazenar os alimentos. Quando específicos à produção de

queijos, chamava-se “cozinha de queijo” (Diniz, 2008, p.109).



Figura 54. Cozinha e fogões a lenha. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

O fogão a lenha é um equipamento característico das cozinhas sertanejas seridoenses e presente desde seus primórdios. Executado em “tijolo de barro” (Diniz, 2008, p.108) e em grandes dimensões, é encontrado dentro da residência e nos fundos. Ele é o responsável pela descoloração das paredes, provocada pela fumaça ao queimar a lenha, perceptível ainda hoje nas paredes e telhados escuros.

Como de costume no sertão, os potes de barro, pilões de madeira e a grande mesa, para o costumeiro café da tarde do sertanejo, compõem o mobiliário típico desse ambiente.



Figura 55. Mobiliário Cozinha. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

- Banheiro e Sala de Banho

De primeiro, as necessidades eram feitas no “mato” e, no oitão das casas, (...) Tempos depois é que se fêz construir as privadas de caixão, “comunas”, que deram lugar aos w.c. modernos. (Faria, 1965, p.25)

O banheiro é a incorporação mais recorrente nas edificações analisadas, acréscimo entre o final do século XIX e início do XX, com o formato convencional dos atuais dias. Nunca foi um espaço pertencente ao corpo da morada, como bem afirma Faria (1965). Inicialmente as necessidades eram feitas no exterior da casa em espaços chamados de “cumoas ou latrinas” (Diniz, 2008, p.108) até o surgimento das casas de banho que, como explica Diniz (2008, p.108). consistiam em espaços próprios onde a água era armazenada em tanques e com o uso de uma cuia, tomava-se o banho.



Figura 56. Banheiro externo da casa-grande Cipó e Sala de Banho pertencente a casa-grande Vista Alegre, respectivamente. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

- Paiol

As moradas rurais seridoenses tomavam partido do paiol para o armazenamento de produtos e materiais da atividade cotidiana. Um ambiente de pequenas dimensões que podia está ligado ao sótão e normalmente locado sob o corredor. Encontramos vestígios de paiol nas casas Arroz, Dinamarca, Umary, Três Riachos, Encampinado, Lagoinha, Logradouro dos Enéias, Tapuia e Toco.



Figura 57. Estrutura dos paióis encontrados nas fazendas visitadas. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

- Despensa

Os alimentos ficavam nas despensas ou paióis locados “sobre corredores, salas e quartos” (Diniz, 2008, p.109). Quanto os queijos e carnes ficavam suspensos nos jiraus.

- Armazém e Depósitos

O uso do armazém estava mais associado à guarda dos grãos produzidos ou os destinados a plantação. O depósito estava direcionado a guarda dos instrumentos da lida na propriedade. Atualmente os dois espaços possuem igual função, guardar materiais de uso da lida na fazenda: grãos, instrumentos e até mesmo as sacas de ração dos animais.



Figura 58. Armazém e Depósito com usos variados. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

3.3.5 Mateirais e Sistemas construtivos

▪ Alvenaria

Segundo o IPHAN (2012, p.50): “a taipa de mão foi predominantemente, marcando as construções do século XVIII e início do século XIX”.

As primeiras moradas rurais seridoenses foram edificadas com o aproveitamento da matéria-prima local. Aos poucos passou a ser substituída pela alvenaria de tijolos maciços que se tornou a técnica construtiva mais usual entre os exemplares. Características como: estabilidade e durabilidade marcam essa substituição, além de variar as dimensões das casas. As paredes externas e internas seguem esse padrão e demonstram contar ainda com o princípio da adaptabilidade ao utilizar a argila, matéria-prima regional.

Os tijolos são maciços e suas dimensões variam. As casas do Relatório Técnico possuem paredes em alvenaria de tijolos autoportantes e seu acabamento em reboco de barro e areia, com caiação na cor branca, na maior parte dos casos. Observamos nos exemplares a presença da amarração identificada por Diniz (2008, p.99) com uma alternada disposição de duas fiadas, uma com tijolos no comprimento e outra com sua face menor exposta. No mesmo sentido, as espessuras das paredes: internas com função essencial de divisão de cômodos com média de 20 cm, podendo ou não alcançar a cobertura, e externas com espessura variando entre 30 a 60 cm, o que nos leva a perceber sua função estrutural (Diniz, 2008, p.99).



Figura 59. Assentamento tijolos.

Fonte: Autora, 2019.



Alvenaria autoportante = 44 cm de espessura

Alvenaria autoportante = 53 cm de espessura

Figura 60. Alvenarias da casa-grande Dinamarca. Fonte: Autora, 2019.

Segundo Feijó, tijolos e argamassas são os materiais básicos empregados na alvenaria das casas rurais seridoenses. A argamassa utilizada é de “cal, areia e barro”, contudo, pela falta de cal na região, ela pode ter sido produzida somente com o barro (Feijó, 2002, p.46). Tratamos de uma técnica com nível de elaboração maior que a taipa, isso determinava tempo e mão-de-obra para a execução das peças, demonstrando seu caráter artesanal, muitas vezes com fabrico realizado na própria Fazenda com “formas de madeira para aplicação do barro e modelagem, secagem ao sol e posterior queima” (IPHAN, 2012, p.53).

Apesar da durabilidade do sistema, as edificações não escapam de intervenções que reconfiguram algumas de suas dimensões, nesse sentido, observamos em algumas moradas a inserção de materiais que destoam do padrão original, como no caso do uso dos tijolos de seis e oito furos, utilizado nas construções dos anexos e módulo acoplados a configuração original, assim como nas paredes internas, facilmente detectadas pela espessura delgada.



Figura 61. Alvenarias original e nova da casa-grande Encampinado. Fonte: Autora, 2019.

- **Alicerce**

As fundações das edificações tem altura variável, geralmente estruturada em pedras mistas, autoportantes. Feijó (2002, p.43) afirma que o alicerce é constituído por “pedras granilíticas”, acrescentamos com a observação *in loco* que seu uso no formato natural é o mais recorrente, geralmente blocos irregulares sobrepostos. Esse tipo de técnica “permite o isolamento das paredes externas e internas, impedindo o contato direto do piso das edificações com o solo, e por consequência, evitando a umidade, além de ocasionar um posicionamento hierárquico da casa-sede em relação aos anexos e outras construções de apoio” (IPHAN, 2012, p. 55)



Figura 62. Alicerce em pedras mistas das casas-geande Santa Teresinha e Jardim. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Outras moradas apresentam como fundação “afloramentos rochosos que surge como alternativa e adaptabilidade ao meio natural” (IPHAN, 2012, p. 55), a exemplo da casa-grande Carnaúba.



Figura 63. Casa-grande Carnaúba locada sob afloramento rochoso. Fonte: Autora, 2019.

A pedra é um material construtivo sempre presente nos conjuntos rurais seridoenses, comumente empregado em fundações, currais e cercas. O material é encontrado tanto em edificações antigas como novas, o que segundo o IPHAN (2012, p. 55): “denota um modo de fazer assimilado e perpetuado pelos construtores e proprietário”. Durante a produção do Relatório Técnico não encontramos construções elaboradas com base na técnica de execução em pedra, entretanto, Macêdo (2007) explica a presença de algumas:

A “Casa de Pedra”, como é hoje conhecida, foi edificação colonial erguida às margens do Rio Seridó, em Caicó, mas que apresenta uma execução na forma de moradia dos sertões do Rio Grande do Norte. Segundo a memória local, sua construção foi iniciada no ano de 1730, perdendo-se no tempo o nome de seu primeiro proprietário. Possivelmente foi uma construção da época da Guerra dos Bárbaros, dado seu estilo peculiar de residência fortificada: construção sólida de duas águas, beirais para frente e para trás e empenas para as laterais. (como citado em IPHAN, 2012, p.54)

▪ Piso

A configuração original toma partido pela tijoleira de barro, lajeado de pedras ou terra batida, como pisos mais característicos. No alpendre predomina o uso do lajeado de pedra, enquanto que o assoalho de madeira é destinado aos sótãos e paióis. Esses cômodos possuem uma estrutura simples, formada por tabuado corrido, “geralmente de madeiras como ipê amarelo, carnaúba ou outras espécies



Figura 64. Escadas com modificações. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

nativas da região” (IPHAN, 2012, p.64), sustentados por barrotes. Ainda sim, verificamos o uso de soleiras de pedras principalmente nos vãos das portas principais.

As modificações mais frequentes nos pisos das moradas giram em torno da substituição da composição primitiva de materiais por cimento queimado e ladrilhos hidráulicos, além de acréscimos dos primeiros degraus das escadas, normalmente por materiais como “concreto e/ou a substituição total da madeira por alvenaria de concreto e tijolos” (IPHAN, 2012, p.64)



Figura 65. Pisos utilizados nas casas-grandes dos conjuntos rurais do Seridó. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

▪ Revestimento

Quanto aos acabamentos, seguimos a descrição do IPHAN (2012, p.56): “os acabamentos encontrados nas paredes internas e externas dos conjuntos rurais seridoenses são feitos a partir da matéria-prima local: a argamassa em barro compõe o emboço e o reboco é em areia e cal, no entanto, acrescenta-se, com caiação na cor branca.

No caso das edificações que passaram por alguma intervenção é possível observar a inserção de novos acabamentos, nomeadamente cimento e tinturas diversas. Os edificadros são esteticamente diferentes, apresentando pormenores distintos, a exemplo dos motivos florais que marcam o gosto do proprietário na casa-grande da fazenda Dinamarca.



Figura 66. Pormenor dos revestimentos da casa-grande Dinamarca. Fonte: Autora, 2019.

▪ Vão e vedações

Ao analisar os vão e vedações percebemos a estética das construções rurais. Como explica o IPHAN (2012, p.65): “marcados pela austeridade e simplicidade da conformação dos conjuntos, com raros devaneios estéticos que quebram a composição geométrica retilínea de suas fachadas, (...). O ritmo dos vão e as vergas retas, com predomínio dos cheios sobre os vazios, são traços característicos”.

Há pouca variação e quebra da composição retilínea, mantendo como padrão, dimensões proporcionais que caracterizam ritmo na composição. Conforme ressalta Diniz (2008, p.100), as formas retas e arcos abatidos predominam, quando não, surgem arcos plenos.



Figura 67. Composição das fachadas das casas-grandes. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Sobre vedação, ressaltamos as observações de Diniz (2008, p.100) quando explica a utilização de folhas cegas de dimensões variadas em tábuas de madeira, predomínio do cumaru, assim como, as portas com folhas únicas ou duplas divididas no sentido vertical ou horizontal. A autora explica que o caixilho é de aroeira e em algumas situações, as janelas possuem traves para o fechamento. Por fim, o acabamento encontrado faz uso de vernizes e tintas, nos casos das intervenções mais recentes.



Figura 68. Vãos das entradas principais das casas-grandes. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)



Figura 69. Janelas das casas-grandes. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)



Figura 70. Vergas. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Quanto às ferragens, destacamos mais uma vez o modo artesanal de produção. As dobradiças, fechaduras e chaves, por exemplo, possuem medidas variadas e normalmente tendentes para grandes dimensões.

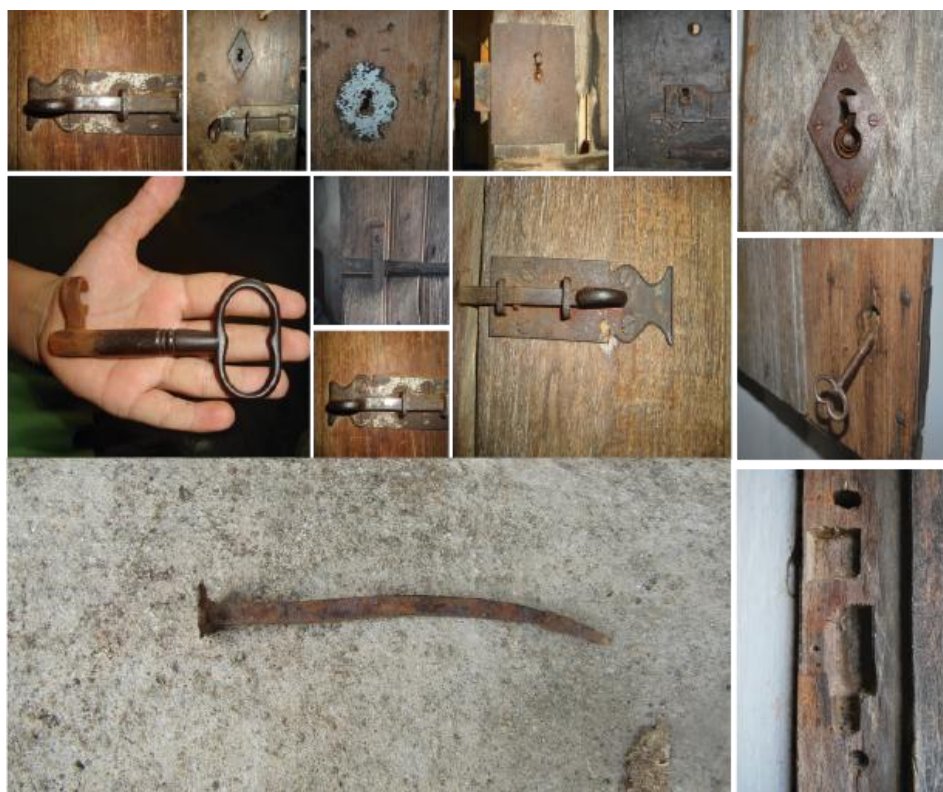


Figura 71. Ferragens, trancas e chaves das esquadrias. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

▪ Cobertura

A residência rural possui telhado com caimento para o fundo e frente do edificado, apresentando alpendre frontal e em alguns casos nas fachadas laterais e posteriores. A coberta é caracterizada como telhado de arrasto, “conformada a partir do prolongamento das águas na parte frontal e posterior das edificações” (IPHAN, 2012, p.60). Devido à acentuada inclinação, “o pé-direito nas fachadas, principalmente no alpendre, era bastante reduzido e na cumeeira exageradamente alto, com a proporção de 2:8, isto é, 2m de altura no ponto mais baixo, e 8m na cumeeira” (Borges, 2015, p.47).

A estrutura do telhado é formada por telha cerâmica e madeira própria do lugar como angico, carnaúba, pereiro, umburana, facheiro, brejuí, etc. (IPHAN, 2012, p.58). O uso do material retirado da região, reforça a característica vernacular dessas edificações de adaptação às condicionantes locais.



Figura 72. Telhado de arrasto da casa-grande Encampinado. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

A rusticidade da estrutura dos telhados chama atenção para execução de seus componentes estruturais com pouco ou nenhum beneficiamento, atribuindo as casas-grandes sertanejas feições peculiares. Espécies arbóreas locais ganham destaque na cobertura que tem no “brabo, peça estrutural em madeira com corte envergado de curvatura voltada para cima com a finalidade de vencer grandes vãos (IPHAN, 2012, p.61), um elemento importante na caracterização dos conjuntos rurais do Seridó.

Destacamos ainda que, com exceção dos cômodos que ficam sob o paiol e o sótão, nomeadamente, corredores, quartos e/ou salas que recebem o assoalho de madeira como forro, os demais cômodos não contam com forro, sobressaindo a estrutura do telhado aparente na maior parte da edificação.



Figura 73. Elemento estrutural brabo. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Os panos da cobertura recebem telhas “capa e canal¹⁰” (Diniz, 2008, p.101), caracterizadas pelo “processo artesanal de produção e levam a assinatura do fabricante nas edificações mais antigas, com a datação da primeira fiada de telhas (IPHAN, 2012, p.58). Feijó (2002) acrescenta que:

nestas coberturas são empregadas telhas confeccionadas em barro de boa qualidade, quase sempre o mesmo de que são feitos os tijolos. (...) As telhas tradicionais têm dimensões maiores que as usadas atualmente, variando em torno de 60 cm de comprimento, 20 cm de largura na sua parte mais larga (cabeça), 16 cm na sua parte mais estreita (ponta), 9 cm de altura em seu ponto mais alto, enaunto sua espessura mede 1,5 cm” (como citado em Borges, 2015, p 51)

Elemento de importância na constituição das coberturas das moradas sertanejas o beiral, que surge na maior parte dos casos como uma estrutura desprovida de rebuscamento, pode fugir a regra e apresentar um arranjo mais elaborado como na casa-grande da fazenda de Timbaúba dos Gorgônios, como explica Diniz (2008, p.101).

Por isso a autora friza o uso da cimalha de alvenaria¹¹, detalhe que torna a edificação mais refinada, diversificando a composição arquitetônica das residências rurais e indicando que estamos diante de um exemplar pertencente a um rico proprietário, Gorgônio Paes de Bulhões.

Sobre isto Diniz (2008, p.181) afirma que inicialmente na fazenda existia uma casa de taipa e curral e somente anos depois é que Bulhões construiu a casa de alvenaria, como indicam as datas encontradas na fachada principal: 1856, início, e 1862, o final da construção, provavelmente.

¹⁰ Segundo o Manual de Conservação de Telhados (La Pastina Filho, 2005, p.9), são telhas cerâmicas de uso tradicional, também conhecida por colonial e que apresenta forma de um semi-tronco de cone, de fácil fabricação. Acrescentamos ainda que as peças possuem uma curvatura côncava (para escoar a água) e convexa (proteje a junção).

¹¹ Segundo o Manual de Conservação de Telhados (La Pastina Filho, 2005, p.19), as cimalhas de alvenaria são executadas em pedra ou tijolos, adequadamente desbastados sobre a qual é lançada a argamassa cujo excesso é removido por molde recortado de acordo com o perfil desejado.

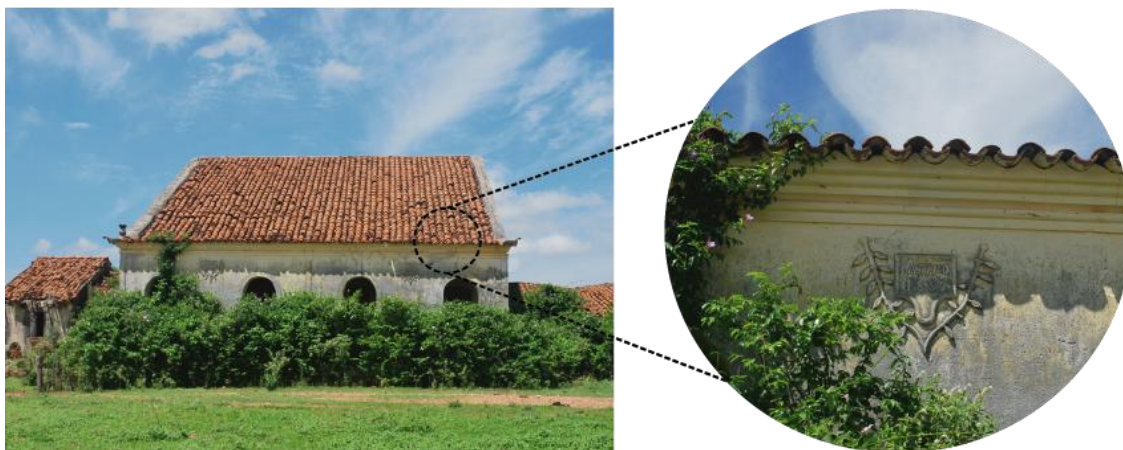


Figura 74. Pormenor cimbalha na cobertura da casa Timbaúba dos Gorgônios. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

3.3.6 Considerações sobre o estudo tipológico

A partir das semelhanças e diferenças quanto à forma básica dos exemplares, chegamos a identificar suas particularidades. Como resultado, temos um patrimônio rural produto da ação humana, artefatos sociais explicados através das redes de relações entre eles, que se moldam as necessidades de seus agentes, do território, da cultura, dentre tantas outras condicionantes. Tipos que lembram até sobrados urbanos, contudo, constatamos uma diversidade na aparente homogeneidade.

Além da ambiência, implantação e orientação das edificações, que observamos pouco alterar, depreendemos que as plantas baixas são diversificadas, com uma tendência para o formato retangular e basicamente com três áreas definidas: receber/estar, repouso e serviço. O acréscimo de outros ambientes fez por modificar o número de águas do edificado original. No entanto, foi no patido adotado que atentamos para uma maior diversidade dos elementos constituidores dessas residências. Nesse sentido, estudamos a configuração de sua caixa edilícia quanto aos seguintes aspectos:

- O número de pavimentos, se térrea, térrea com sótão, térrea com paiol, térrea com sótão e paiol ou se não foi possível definir;
- Forma primitiva da planta baixa, que demarcamos e denominamos por *planta básica*, observando o formato mais significativo se retangular, em “L” ou outro;

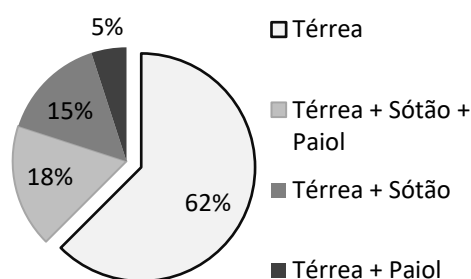
- Forma da Cobertura da planta básica: 2 águas de arrasto, 2 águas sem arrasto, outras ou não foi possível identificar;
- A existência ou não alpendre na planta básica, forma (retangular, em “L”, em “U” ou se não foi possível definir) e localização (frente ou posterior).

Após estabelecermos a relação dos elementos a serem verificados, partimos para a análise comparativa das quarenta Casas-grandes dispostas no relatório técnico *Inventário do Patrimônio Rural do Seridó – Caminhos do Seridó*, mediante estudo centrado na configuração da planta original, a partir dos levantamentos aquitetônicos anteriores e dos que realizamos em janeiro de 2019, assim como no arquivo fotográfico e pessoal da autora. Dessa forma chegamos as seguintes ponderações:

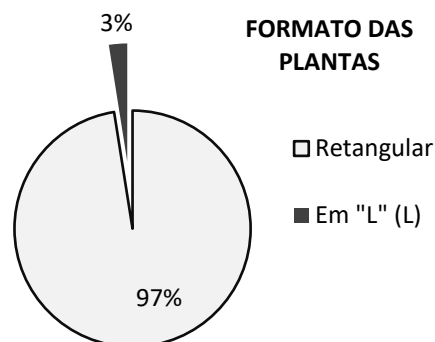
Todas as edificações analisadas são térreas diferenciando-se quanto a existência de sótão ou paiol, esses pormenores refletem na caixa mural e marcam o padrão inteiriço de suas fachadas. Apesar de constituídas por um único nível, as elevadas empenas propiciam o pé direito sempre alto, a exemplo da Fazenda Timbaúba dos Gorgonhos que chega a 8,20m, fato que permite a existência de cômodos nos vãos mais elevados, dando origem aos sótãos e paióis, demarcados com a existência de consideráveis esquadrias nas fachadas.

As plantas baixas são diversificadas, contudo quanto ao seu formato tendem ao retângulo. A necessidade por acoplar ao

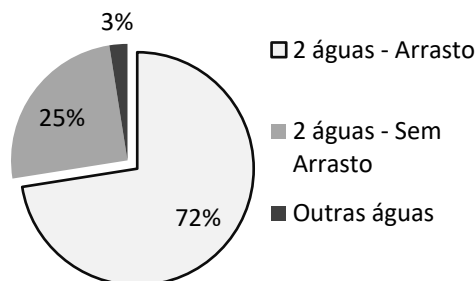
NÚMERO DE PAVIMENTOS



FORMATO DAS PLANTAS



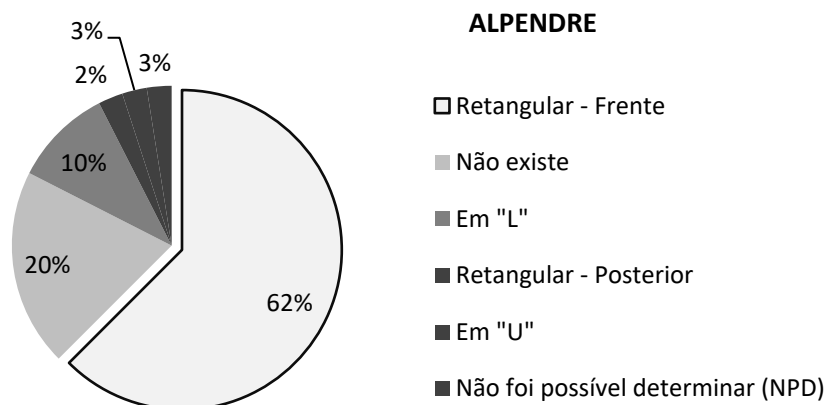
COBERTURA



corpo principal das habitações novas construções, contribuiu para a modificação da configuração interna e consequentemente da composição geral das casas que ganharam também novas cobertas.

Os telhados tem cobertura em duas águas, empenas nas fachadas laterais e beirais voltados para frente e fundos do terreno. A persistência dos chamados arrasto é uma constante no conjunto analisado e seu não uso indica que houve alguma intervenção nas coberturas, como nas casas-grandes Rolinha, Carnaúba, Apaga Fogo e Pedra e Cal. A despeito das altas cumeeiras, característica marcante e presente em todas as residências, propiciam um excelente conforto térmico.

O alpendre é, sem dúvida, “um dos elementos que mais diferencia a caixa mural das casas de fazenda seridoenses” (Borges, 2015, p. 24), seja pelo seu formato, localização e até mesmo pela não existência, o que possibilitou que alguns desses exemplares fugissem à regra. O número elevado referente à sua permanência, cerca de 80% das edificações, confirma a sua importância no modo de morar sertanejo, como área de transição entre o meio externo e interno, espaço de convívio e de proteção por favorecer o sombreamento e beneficiar o conforto ambiental nas áreas por ele delimitado, como salas e quartos.



Mediante as ponderações feitas, chegamos aos seguintes perfis tipológicos presentes no conjunto investigado (Ver Apêndice 2):

TIPO 1: Edificação térrea, planta retangular, alpendre retangular frente e cobertura em duas águas de arrasto.

TIPO 2: Edificação térrea, planta retangular, alpendre retangular frente e cobertura em duas águas sem arrasto.

TIPO 3: Edificação térrea, planta retangular, alpendre retangular frente e cobertura em outras águas.

TIPO 4: Edificação térrea, planta em forma retangular, alpendre em “L” e cobertura em duas águas sem arrasto.

TIPO 5: Edificação térrea, planta em “L”, sem alpendre e cobertura em duas águas de arrasto.

TIPO 6: Edificação térrea, planta em forma retangular, sem alpendre e cobertura em duas águas de arrasto.

TIPO 7: Edificação térrea, planta em forma retangular, sem alpendre e cobertura em duas águas sem arrasto.

TIPO 8: Edificação térrea, planta em forma retangular, alpendre em “U” e cobertura em duas águas sem arrasto.

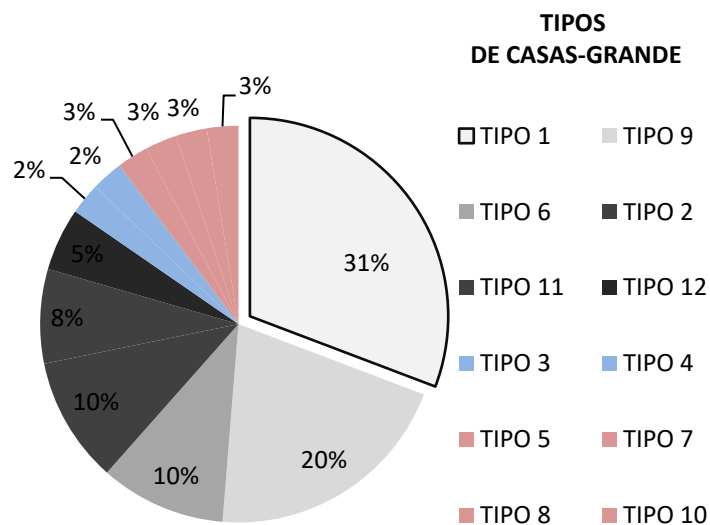
TIPO 9: Edificação térrea, com sótão e paiol ou ao menos um desses, planta retangular, alpendre retangular frente e cobertura em duas águas de arrasto.

TIPO 10: Edificação térrea, com sótão e paiol ou ao menos um desses, planta retangular, alpendre retangular posterior e cobertura em duas águas de arrasto.

TIPO 11: Edificação térrea, com sótão e paiol ou ao menos um desses, planta retangular, alpendre em “L” e cobertura em duas águas de arrasto.

TIPO 12: Edificação térrea, com sótão e paiol ou ao menos um desses, planta retangular, sem alpendre e cobertura em duas águas de arrasto.

Diante dos perfis traçados, concluímos que o maior número se encontra nos **TIPOS 1 e 9**, os mais representativos da forma base das casas-grandes seridoenses. Eles assemelham-se no aspecto do formato da planta baixa, cobertura e alpendre e diferem quanto à existência ou não de sótão ou paiol. Os demais são variantes desses dois tipos, por vezes “semelhantes entre si no que diz respeito à existência de sótão, paiol e alpendre, mas diferem no formato da caixa mural e sentido da queda d’água” (Borges, 2015, p.83), ora com alpedre perpendicular à empena ou paralelo a mesma.



Constatamos ainda que todos os tipos podem ser encontrados nos municípios levantados no Relatório Técnico *Inventário do Patrimônio Rural do Seridó – Caminhos do Seridó* e que a frequência varia quanto sua preservação e conservação.

Capítulo 4. – Estudo comparativo: Serra Negra do Norte/RN

Como mencionamos na introdução, neste capítulo são feitas observações com enfoque no estudo do acervo investigado em Serra Negra do Norte. Nesse sentido, traçamos o estado de situação atual das casas-grandes mediante uma perspectiva comparativa entre o contexto registrado no levantamento de 2010 e o de 2019. Arrolamos os resultados dos levantamentos e observações empíricas acerca dos fatos analisados. Para isso utilizamos as informações contidas no anexo do Relatório Técnico *Inventário do Patrimônio Rural do Seridó – Caminhos do Seridó* (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010), atualizamos, acrescentamos o diagnóstico comparativo do estado de situação e produzimos uma nova base de dados. Assim os pontos que ponderamos na investigação podem ser resumidos em:

- Dados Técnicos;
- Modificações visíveis importantes;
- Dados históricos;
- Documentação Gráfica;
- Diagnóstico comparativo do estado de situação: segundo metodologia desenvolvida pelo IPHAN através do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG).

Observamos as condições internas e externas, as ações de manutenção, degradação dos materiais, estruturas e perdas de elementos de composição, contudo, entendemos que para resultados mais aprofundados é necessária uma equipe multidisciplinar capaz de responder todas as questões referentes ao processo de intervenção do patrimônio cultural edificado. Assim, não é aqui nosso objetivo adentrar no campo do restauro e das técnicas retrospectivas. Procuramos ter uma noção geral, a partir da inspeção das casas-grandes de Serra Negra do Norte, com foco no estado em que esse patrimônio rural se encontra conservado e preservado, assim, traçar algumas considerações sobre as políticas de preservação que tutelam atualmente esses bens.

4.1 Casas-grandes analizadas

As casas investigadas estão locadas na zona rural do município de Serra Negra do Norte, Seridó Potiguar. A região, assim como toda extensão do Seridó, foi constituída pelo processo sesmarial possuindo à economia do gado como base de sua estruturação.

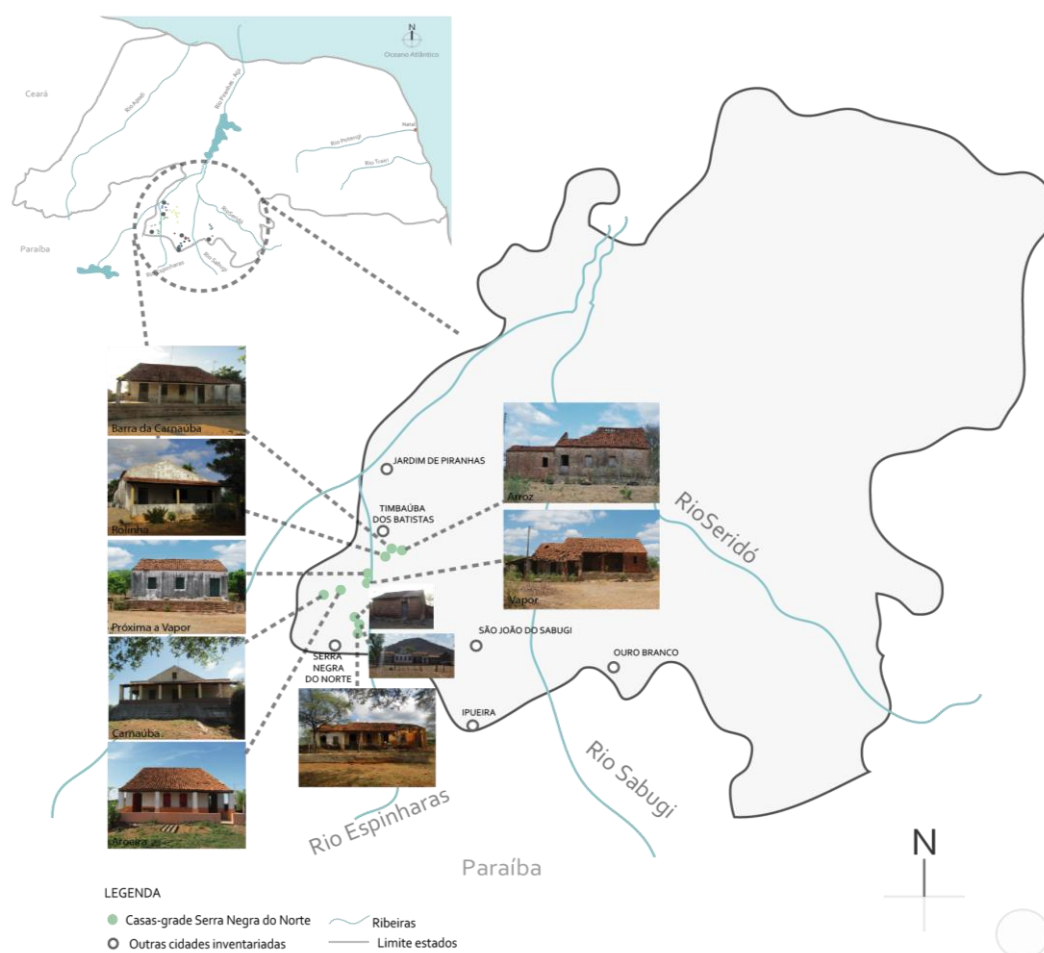


Figura 75. Mapa de localização das casas-grandes vistoriadas. Fonte: Autora, 2019.

Inicialmente, nossa opção por Serra Negra teve relação com o número de edificações anteriormente inventariadas, dez no total, correspondendo o maior dentre os seis municípios contemplados no relatório e com isso a possibilidade mais heterogênea de um cenário a analisar. Ainda sim, a cidade possui a *Casa de Cultura Popular Oswaldo Lamartine de Faria*, iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Norte e gestão da Fundação José Augusto, fato que chamou nossa atenção para as possíveis práticas direcionadas a valorização e preservação do patrimônio local.

4.2 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos para o estudo comparativo em Serra Negra do Norte se caracterizam por uma abordagem qualitativa procurando compreender o objeto de estudo. As fases da investigação foram divididas em três etapas: 1) Planejamento da viagem para Serra Negra do Norte; 2) Levantamento pormenorizados nas casas-grandes; e 3) Copilação do material recolhido em campo.

A primeira etapa contemplou o planejamento da visita de campo. Estabelecemos a data para deslocamento e fizemos contato com a Prefeitura de Serra Negra do Norte para a disponibilização de um guia responsável pela nossa condução na zona rural. Efetuamos também contato com o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM/IPHAN para acesso a metodologia do SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e gestão. A partir da recolha desse material disponibilizado pelo IPHAN, escolhemos as fichas do sistema que mais seria pertinente para nossa investigação. Essa fase conduz ao levantamento mais aprofundado das edificações.

A segunda etapa da pesquisa contou com as atividades de: visita às fazendas, levantamento arquitetônico, registro fotográfico, coleta de informações junto aos moradores das casas-grandes com viabilidade de acesso externo e interno, permitindo a realização da vistoria por todo edificado, nomeadamente nas casas das fazendas de: *Apaga Fogo, Aroeira, Arroz, Barra da Carnaúba, Dinamarca, Rolinha e Vapor*, insperção realizada nos dias 17 e 18 de janeiro de 2019. As informações coletadas foram introduzidas nas fichas do SICG, respectivamente a *M304 – Bem imóvel – Conjuntos arquitetônicos e rurais* (Módulo Cadastro) e *M206 – Diagnóstico de Conservação* (Módulo Gestão). Esse conjunto de dados aprofunda a documentação existente e contribui para o monitoramento do patrimônio rural da região.

Finalmente, a terceira etapa, que correspondente à copilação do material recolhido na visita de campo e a produção de uma ficha específica para nosso objeto de estudo, com base na metodologia SICG, em que denominamos: *Ficha Comparativa do Estado de Situação do Patrimônio Rural do Município de Serra Negra do Norte*. Nesse sentido, seguimos o percurso para contemplar os seguintes elementos:

- Dados Técnicos: análise dos elementos construtivos e aspecto do edificado conforme as categorias definidoras do partido arquitetônico aqui apresentado no capítulo referente ao estudo da arquitetura da paisagem sertaneja;
- Modificações visíveis importantes: comparação mediante análise das plantas e da vistoria realizada nos imóveis para identificação das alterações;
- Dados históricos: introdução das informações colhidas através dos moradores e demais referenciais bibliográficos;
- Documentação Gráfica: atualização das plantas baixa e de cobertura, do levantamento fotográfico, com o objetivo de identificar as modificações ocorridas durante os últimos dez anos e atualizar o registro de dados;
- Diagnóstico comparativo do estado de situação: a partir da coleta dos dados segundo metodologia desenvolvida pelo IPHAN através do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), fizemos o diagnóstico comparativo. Nesse ponto, além da observação quanto às mudanças no edificado e sua conservação, analisamos se o imóvel se mantém íntegro quanto seu estado de preservação.

Também considerados, durante esse processo, as informações específicas listadas no *Inventário de Conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar* (IPHAN, 2012), no que diz respeito aos elementos históricos, arquitetônicos e construtivos.

4.2.1 Metodologia SICG

Segundo informa Abrantes (2014), o SICG é uma ferramenta de apoio desenvolvida pelo Departamento de Patrimônio Material e fiscalização do IPHAN que “consiste em uma base de dados única para coleta, armazenamento e gestão” (Abrantes, 2014, p.117) de um amplo conjunto de informações sobre o patrimônio cultural do Brasil. Instrumento constituído por um conjunto de fichas agrupadas em três módulos: “Conhecimento, Gestão e Cadastro - cada um correspondendo a uma esfera de análise do bem, que juntos permitem uma ampla abordagem do patrimônio cultural” (Abrantes, 2014, p.119) Abrantes (2014) explica que é fundamental a “delimitação de um recorte temático, definindo o contexto geográfico e o enfoque específico, a partir dos quais os

bens culturais serão identificados e classificados, conduzindo a realização dos estudos, propostas de preservação e gestão” (Abrantes, 2014, p.119).

O primeiro, nomeadamente, o módulo de Conhecimento, é composto por três fichas que “reúne informações do contexto histórico e territorial do bem, assim considerado como um módulo básico para iniciar o estudo sobre qualquer bem” cultural. (Abrantes, 2014, p.119)

Ficha M101 – Contextualização Geral. Informações referentes a uma configuração territorial ampla, relacionando diversos bens dentro de um mesmo universo, temático ou territorial. Ficha M102 – Contexto Imediato. Para conjuntos históricos urbanos ou rurais. Caracterização a partir de aspectos históricos, geográficos, morfológicos, tipológicos e de apropriação dos espaços. Ficha M103 – Aplicado a conjuntos urbanos e rurais que já possuam algum tipo de proteção cultural ou ambiental. (Abrantes, 2014, p. 119-120)

Abrante (2014) continua a explicação sobre os módulos enfatizando o de *Gestão* como sendo “composto por sete fichas cujo enfoque direciona para áreas já protegidas, auxiliando nas rotinas de fiscalização, preservação e diagnóstico” (Abrantes, 2014, p.120).

Ficha M201 – Pré-setorização. Permite a construção de uma compreensão espacial dos diferentes elementos dos conjuntos e suas áreas de entorno. Ficha M202 – Caracterização dos setores. Descreve detalhadamente cada um dos setores determinados na ficha M202. Ficha M203 – Averiguação e proposição local. Testes das diretrizes indicadas nas fichas M201 e M202. Ficha M204 – Diagnóstico de áreas urbanas - Quadra. Agrupa dados referentes às quadras de maneira geral. Ficha M205 – Diagnóstico de áreas urbanas – Lote. Agrupa dados de cada lote do perímetro em estudo. Ficha M206 – Diagnóstico de Conservação. Indicada na orientação de vistorias em imóveis tombados individualmente, através do acompanhamento do estado de conservação do bem, possibilitando o planejamento de obras para sua preservação. Também usado nas

atividades de ficalização (Figura 76). Ficha M207 – Relatório Fotográfico. Direcionada à documentação e organização de fotografias registradas em campo. (Abrantes, 2014, p.120-121)

Por fim, a autora explicita o conteúdo do módulo de Cadastro “composto por sete fichas que reúne bens individuais, partindo de aspectos gerais para específicos. É com o uso de uma planilha síntese e de uma ficha padrão que se procede com a identificação do bem, atribuindo um código. Já as demais são direcionadas ao aprofundamento das informações dos bens cadastrados” (Abrantes, 2014, p.121).

Ficha M300 – Planilha Síntese. Listagem com identificação do bem. Ficha M301 – Cadastro Básico de bens. Ficha de onde será gerado um código de identificação do bem e reproduzido nas demais. O código possibilita o rastreamento do bem no sistema do IPHAN. Ficha M302 – Bem Imóvel – Arquitetura – Caracterização externa. Ficha M303 – Bem Imóvel – Arquitetura – Caracterização interna. Ficha M304 – Bem Imóvel – Conjuntos rurais – Trata de aspectos como implantação e caracterização das edificações, além dos usos e atividades econômicas originais e atuais (Figura 77). Ficha M305 – Bem Móvel e Integrado. Cadastro do universo que integra as obras de arte e bens integrados às edificações. Ficha M306 – Patrimônio Ferroviário. Cadastro a preencher durante vistorias, pesquisas e investigações. Ficha M307 – Patrimônio Naval. Coleta de informações em relação ao patrimônio naval e a pesca artesanal. (Abrantes, 2014, p.121)

Portanto, após a síntese do material, seguem as Fichas que selecionamos para aplicar na segunda etapa da pesquisa, nomeadamente no levantamento de campo:

Ficha M206 – Diagnóstico de conservação – Arquitetura Religiosa

MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO														
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)														
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)														
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)										1.4. Código Identificador Iphan				
2. IMAGENS			4. DANOS ESTRUTURAIS		5. DEGRADAÇÃO DO MATERIAL			6. UMIDADE						
			4.1. Fissura	4.2. Existência de deformações	5.1. Revestimento	5.2. Estrutura da parede	5.3. Elemento da estrutura	5.4. Perda %	6.1. Infiltração ascendente	6.2. Infiltração localizada	6.3. Presença de vegetação			
3. ESPAÇO AVALIADO														
2.1. Exterior	Fachada Principal													
	Fachada Lateral Direita													
	Fachada Lateral Esquerda													
	Fachada Posterior													
	Torres													
2.2. Interior	Nave	Paredes												
		Piso												
		Estrutura Piso												
		Forro												
	Capela Mor	Paredes												
		Piso												
		Estrutura Piso												
	Coro	Forro												
		Paredes												
2.3. Cobertura	Cúpula / Abóbada													
	Estrutura do Forro													
	Estrutura do Telhado													
	Entelhamento													
7. OBSERVAÇÕES														
7.1. Exterior														
7.2. Interior														
7.3. Cobertura														
7.4. Fundação														
8. AVALIAÇÃO OUTROS ELEMENTOS														
8.1. Elementos Artísticos e Integrados		Degradação	Perda de partes	8.2. Elementos Arquitetônicos		Degradação	Perda de partes	8.3. Instalações Prediais		Degradação	Perda de partes	Adequadas	Regular	Inadequadas
Altar Mor				Escadas				Elétrica						
Retábulos				Esguadrias				Hidráulica e Sanitária						
Pinturas parietais				Guarda-Corpos				Incêndio						
Púlpitos				Grades										
Pintura de Forro				8.4. Sistema de Segurança								A	R	I
Azulejaria				Presença de vigias										
Sinos				Existência de sistema de alarme e/ou monitoramento										
Outro:				Existência de sistema de proteção contra incêndio										
9. OBSERVAÇÕES														
10. OUTROS LEVANTAMENTOS E FONTES DE INFORMAÇÃO														
10.1. Identificação		10.2. Quant.		10.3. Localização e base disponível (digital, papel, etc...)				10.4. Data (dd/mm/aaaa)						
11. PREENCHIMENTO														
11.1. Entidade										11.2. Data				
11.3. Responsável														

Figura 76. Ficha M206 – Diagnóstico de Conservação. Fonte: DEPAM/IPHAN (200?)

Ficha M304 – Bem imóvel – Conjuntos arquitetônicos e rurais

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO									
1.1. Recorte Territorial (identificação da região estudada)									
1.2. Recorte Temático (identificação do tema do estudo)									
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)								1.4. Código Identificador Iphan	
2. CROQUI DE IMPLANTAÇÃO					3. SELEÇÃO DE IMAGENS				
4. EDIFICAÇÕES NA PROPRIEDADE (listar por função, a partir da edificação principal/sede- inserir quantas linhas forem necessárias)									
ID	4.1. Denominação	4.2. Época de construção	4.3. Características gerais (técnica, materiais, estado geral de conservação)						
A.									
B.									
C.									
4.4. Realizar levantamentos de algum imóvel?			sim	não	Quais?				
4.5. Realizar outros levantamentos?			sim	não	Quais?				
5. INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE ECONÔMICA									
5.1. Original									
5.2. Atual									
6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES									
7. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE (copiar quantas linhas forem necessárias)									
7.1. Planta (relacionar nomes)		7.2. Escala		7.3. Localização e base disponível			7.4. Data		
A									
B									
C									
8. OUTROS LEVANTAMENTOS/ BASES DE DADOS (copiar quantas linhas forem necessárias)									
8.1. Tipo		8.2. Quant.		8.3. Autoria, localização e base disponível			8.4. Data		
A									
B									
9. FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS									
10. FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS									
10.1. Entidade								10.2. Data	
10.3. Responsável									

Figura 77. Ficha M304 – Bem Imóvel – Conjuntos Arquitetônicos Rurais. Fonte: Fonte: DEPAM/IPHAN (200?)

Quanto aos quesitos de conservação e preservação, consideramos a escala estabelecida na Ficha M301 – Cadastro de bens do Módulo Cadastro - do SICG:

Ficha M301 – Cadastro de bens

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO									
1.1. Recorte Territorial (identificação da região estudada)									
1.2. Recorte Temático (identificação do tema do estudo)									
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)								1.4. Código Identificador Iphan	
6. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		DE		6. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		DE		Nenhuma	
Integro				Bom				6.1. Tipo/ legislação incidente	
Pouco alterado				Precário				7.1. Tipo/ legislação incidente	
Muito alterado				Em arruinamento					
Descaracterizado				Arruinado					

Figura 78. Ficha M301 – Cadastro de bens. Fonte: DEPAM/IPHAN (200?)

A partir dos dados acima, desenvolvemos a *Ficha Comparativa do Estado de Situação do Patrimônio Rural do Município de Serra Negra do Norte*:

FICHA COMPARATIVA DO ESTADO DE SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE – SERIDÓ/RN – BRASIL (LEVANTAMENTO 2010/2019)
ARQUITETURA DA PAISAGEM SERTANEJA: ESTUDO SOBRE AS CASAS-GRANDE DAS FAZENDAS DE GADO NA RIBEIRA DO SERIDÓ

DENOMINAÇÃO	Preencher com o nome da Casa-grande		Preencher com a imagem da Casa-grande	PERÍODO Preencher com o período de construção	PROPRIETÁRIO EM 2010 Preencher com o nome do proprietário
				LOCALIZAÇÃO Preencher com município onde o edificado está locado	COORDENADA Preencher com as coordenadas geográficas
USO ORIGINAL:	USO EM 2010:		USO ATUAL:		DATA LEVANTAMENTO: Data
ATIVIDADE ECONÔMICA ORIGINAL: Preencher com as principais atividades econômicas existentes na origem do conjunto rural					
ATIVIDADE ECONÔMICA ATUAL: Preencher com as principais atividades econômicas (atuais) existentes no conjunto rural					
IMPLANTAÇÃO Preencher com informações sobre a implantação e orientação da casa-grande junto ao terreno, orientação da fachada principal, proximidade das ribeiras e açudes, assim com as demais informações referentes ao edificado sua disposição					

Preencher com informações do levantamento de 2010	INSERE-SE NA PAISAGEM SERTANEJA? [☐ Sim [☐ Não Preencher com a confirmação de que o edificado faz parte da Paisagem sertaneja	
	CACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO DADOS FICHA (Assunção [et.al],2010)	
	NÚMERO DE PAVIMENTOS: Inserir informação sobre o número de pavimentos existentes	Uso de Sótão e/ou Paiol: Inserir informação sobre a existência ou não de sótão e /ou pail
	DADOS TÉCNICOS Preencher com informações sobre os dados técnicos, nomeadamente referente aos elementos construtivos, cobertura, esquadrias e informações quanto aos materiais utilizados	
	MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS) Preencher com informações sobre as reformas ou acréscimos em toda configuração do edificado, observando a substituição dos materiais originais e demais mudanças visíveis que alterem a conformação primitiva da casa-grande	
	DADOS HISTÓRICOS Preencher com informações sobre especificidades históricas e sócio-culturais de inserção na paisagem e das relações entre o modo de morar e a paisagem sertaneja. Deve-se proceder uma visão abrangente com apontamento sobre os saberes, personagens, as famílias, dentre outros	
	DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA (Assunção [et.al],2010) Inserir croqui da planta baixa e cobertura da casa-grande	
	Inserir imagens gerais , das fachadas, de detalhes arquitetônicos, bem como imagens da paisagem circundante evidenciando a posição geográfica	
	ESTADO DE CONSERVAÇÃO? [☐ Bom [☐ Regular [☐ Precário [☐ Ruína Preencher a confirmação do Estado de Conservação	
	Preencher com informações do levantamento atual (2019)	ESTUDO COMPARATIVO DO ACERVO INVESTIGADO: LEVANTAMENTO ATUAL (JANEIRO, 2019)
DADOS TÉCNICOS Preencher com informações sobre os dados técnicos atualizados, nomeadamente referente aos elementos construtivos, cobertura, esquadrias e informações quanto aos materiais utilizados		
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS) Preencher com informações sobre as reformas ou acréscimos efetivados durante os últimos 10 anos, observando a substituição dos materiais originais e demais mudanças visíveis que alterem a conformação primitiva da casa-grande		
DADOS HISTÓRICOS ACRESCENTADOS Preencher com novas informações sobre especificidades históricas e sócio-culturais de inserção na paisagem e das relações entre o modo de morar e a paisagem sertaneja. Deve-se proceder uma visão abrangente com apontamento sobre os saberes, personagens, as famílias, dentre outros		
DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA Inserir croqui atualizado da planta baixa e cobertura da casa-grande, com a marcação das novas construções, demolição existente ou modificação na cobertura		
IMAGENS Inserir imagens atualizadas gerais , das fachadas, de detalhes arquitetônicos, bem como imagens da paisagem circundante evidenciando a posição geográfica		
DIAGNÓSTICO COMPARATIVO DO ESTADO DE SITUAÇÃO Preencher com informações sobre o estado de situação da casa-grande quanto ao aspecto da conservação do bem e de sua preservação. Realçar o estado dos materiais, se houve alguma manutenção do imóvel, assim como as possíveis descaracterizações		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO? [☐ Bom [☐ Precário [☐ Em arruinamento [☐ Arruinado Bom: não apresentam problemas estruturais ou de degradação dos materiais, assim como patologias visíveis; Precário: apresentam problemas estruturais ou de degradação dos materiais, assim como patologias visíveis; Em arruinamento: estão a passar por processo de ruína, mas ainda não consolidado; Arruinado: processo de ruína consolidado.		ESTADO DE PRESERVAÇÃO [☐ íntegro [☐ Pouco alterado [☐ Muito alterado [☐ Descaracterizada Íntegro: Refere-se à autenticidade do bem, ou seja, se ele mantém as características quanto ao seu formato original (planta básica e cobertura) e de materiais; Pouco alterado: Se no caso das intervenções ocorreu pouca alteração em sua forma e materiais originais; Muito alterado: Se no caso das intervenções ocorreu muita alteração em sua forma e materiais originais; Descaracterizado: Totalmente alterado quanto ao seu formato original.
LEVANTAMENTOS 2010/2019 Maria Rita de Lima Assunção Arquiteta responsável		
LEVANTAMENTO REFERÊNCIAS E FONTES Assunção, Maria Rita [et al.] (2010). Inventário do Patrimônio Rural do Seridó: Caminhos do Seridó. Relatório Técnico. Natal: Iphan/Superintendência RN. Iphan (2012a). Inventário de Conhecimento do Patrimônio Rural do Seridó. Natal: Iphan/Superintendência RN. Iphan (2012b) – SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. Brasília: Iphan.		

Figura 79. Ficha Comparativa do Estado de Situação. Fonte: Autora, 2019.

4.3 Resultados e Discussões

Com base na metodologia apresentada e a partir dos levantamentos e observações em campo, chegamos a algumas ponderações importantes sobre o patrimônio rural aqui analisado. Inicialmente, ressaltamos que o estudo comparativo possibilitou a constatação de um cenário com resultados heterogêneos, contudo, depreendemos que a propensão para a degradação desse patrimônio é a tendência mais significativa.

Sendo assim, dentre as sete casas vistoriadas, somente as sedes de *Apaga Fogo* e *Rolinha* estão em boa condição de uso. Ao longo desses anos as moradas passaram por melhorias e reparos que culminaram no bom estado de situação. Entendemos que esse fato está atrelado ao uso residencial por parte dos proprietários. Quando destinado ao uso dos moradores da fazenda, que não contam com recursos para reparos, a conservação desses bens piora consideravelmente. Apesar disso, constatamos que são as edificações que mais sofreram com alterações em sua caixa edilícia e isso reflete no estado de preservação muito alterado. A não colaboração por parte dos profissionais com domínio nas técnicas de preservação do patrimônio cultural faz dessas intervenções uma preocupação a mais com relação à salvaguarda efetiva das casas-grandes.

No caso *Aroeira*, edificação que passou por intervenção em suas fachadas, internamente encontra-se muito degradada. A modificação do uso original para o de apoio às atividades do criatório demonstra descuido por parte de seus proprietários. A *Aroeira* apresenta-se íntegra quanto ao estado de preservação, externa e internamente, contudo, sua conservação é precária considerando os problemas de degradação dos materiais existentes em seu interior. Situação semelhante na casa-grande *Barra da Carnaúba*, com ênfase na falta de manutenção durante todos esses anos. Segundo seus moradores, a edificação encontra-se exatamente como na nossa última vistoria em 2010, sem nenhum reparo ou acréscimo. De fato, detectamos uma conservação precária, com problemas de degradação em suas fachadas e nos espaços internos.

Desse conjunto, duas edificações passam por processo de arruinamento, *Arroz* e *Dinamarca*. No levantamento anterior já apresentavam partes do seu edificado em ruínas e durante esses anos o quadro agravou ao ponto de *Arroz* somente expor íntegra

sua fachada principal e Dinamarca uma extensão de área arruinada ainda maior, além de elevada precariedade quanto à conservação por todo perímetro.

O pior cenário é *Vapor*, onde o corpo principal da casa-grande está arruinado, somente preservando o alicerce e o anexo acoplado ao edificado posteriormente a construção principal. Segundo os moradores da região, a casa ruiu há anos. Seu desaparecimento remete nosso pensamento para a perda de um importante exemplar marcado na memória popular a partir das inúmeras histórias de seus tempos áureos. Levando-se esses fatos em consideração, chamamos atenção para a possibilidade de um aumento no número de exemplares com o mesmo destino atrelado a casa da fazenda Vapor, no âmbito de Serra Negra, mas também em outras localidades do Seridó.

Durante a vistoria observamos que as intervenções realizadas nas moradas foram executadas por conta própria. Apesar de darmos ênfase ao fator humano como parte integrante do patrimônio em análise, acreditamos que toda intervenção em edificações históricas, independente de seu estado de proteção legal, deve ser precedida de uma investigação técnico-científica capaz de identificar os agentes e mecanismos de deterioração, nesse caso, do bem rural, e auxiliar no correto processo de prevenção e manutenção dessas construções. No entanto, as residências inspercionadas carecem desse apoio, fato que acaba por acelerar a descaracterização do patrimônio.

Ainda relativamente à preservação do patrimônio rural do Seridó, torna-se evidente que, apesar do Estado do Rio Grande do Norte contar com o amparo legal do *Decreto nº 8.111 de 12 de Março de 1981*, do IPHAN e da Fundação José Augusto para os procedimentos administrativos de salvaguarda, além das iniciativas de conhecimento efetivadas tanto a

nível federal como estadual, ressaltamos que é preciso revisar as ações de proteção desse patrimônio, pois a partir do estudo comparativo do estado de situação das casas-grandes de Serra Negra do Norte, verificamos que, não existe nenhuma ação efetiva capaz de assegurar a proteção e a



Figura 80. Casa de Cultura Popular Oswaldo Lamartine de Faria. Fonte: Autora, 2019

preservação do patrimônio rural do município. Ainda sim, a cidade possui a *Casa de Cultura Popular Oswaldo Lamartine de Faria*, local onde funciona um Museu com algumas peças que remetem a cultura do sertão, entretando, atestamos que o espaço não destina nenhuma prática com vista à salvaguarda do patrimônio local.

A situação pode ser estendida para outras localidades do Seridó, a exemplo do que ocorre com a casa-grande de Timbaúba dos Gorgônios no município de Ouro Branco, única edificação que por seu interesse histórico e arquitetônico é tombada a nível estadual desde 1987, e está completamente abandonada pelo poder público. Portanto, é preciso centrar nosso olhar para a revisão das políticas de preservação com direcionamento também para a gestão compartilhada desses bens, unindo o fator humano e social, cuja interação mantém vivo o patrimônio e a paisagem cultural sertaneja.



Figura 81. Casa-grande Timbaúba dos Gorgônios. Fonte: Adaptação da autora (2019) a partir de imagens do arquivo do relatório técnico (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

E para concluir, evidenciamos que a realização dessa análise comparativa surge do interesse em aprofundar a documentação existente, nomeadamente a do relatório técnico: *Inventário do Patrimônio Rural do Seridó - Caminhos do Seridó* (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010), e contribuir para o monitoramento do patrimônio rural seridoense, motivação reafirmada mediante a comprovação de que os exemplares carecem de uma política que suporte o patrimônio remanescente. Isto posto, nosso registro materializado nas sete fichas específicas para o diagnóstico do estado de situação, representa um mecanismo de valorização e apoio as futuras intervenções e estudos. Assim, seguem as fichas das casas-grandes: *Apaga Fogo, Aroeira, Arroz, Barra da Carnaúba, Dinamarca, Rolinha e Vapor*:

ARQUITETURA DA PAISAGEM SERTANEJA: ESTUDO SOBRE AS CASAS-GRANDES DAS FAZENDAS DE GADO NA RIBEIRA DO SERIDÓ

FAZENDA
APAGA FOGO



SEC XIX

LOCALIZAÇÃO
SERRA NEGRA

Francisco Ramos
PROPRIETÁRIO ATUAL
Anchieta Costa Santos

6°40'23.4"S, 37°23'02.2"W
H:176m

DATA LEVANTAMENTO: JAN 2019

ATIVIDADE ECONÔMICA ATUAL: Criação de gado

A casa-grande localiza-se em uma área plana, com fachada principal para o nascente, próxima ao açude Serra Negra e rio Espinharas, no sentido da fachada frontal e lateral direita. A casa se integra a um conjunto formado por armazém e curral.

CACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO DADOS FICHA (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Uso de Sótão e/ou Paiol: Não

Casa térrea assentada com alicerce de pedra e tijolo maciço, paredes externas autoportantes em tijolo maciço, rebocada e caiada na cor branca. Alvenaria em tijolo maciço, rebocadas e caiadas, cores branco, amarelo no armazém e azul no banheiro. Piso de cimento queimado e mosaico hidráulico. Seu corpo principal apresenta cobertura em duas águas. Aparentemente a edificação foi ganhando outros anexos que juntos formam o corpo do edificado atual. Para cada um desses, uma cobertura que pode variar de um ou duas águas. Toda estrutura das coberturas são de madeira e telha cerâmica. A edificação não possui forro, mantendo a cobertura com estrutura aparente. Sua fachada principal possui platibanda e frisos laterais com certo apelo estético se comparado às demais casas, provavelmente devido à sobreposição de alterações ocorridas ao longo dos anos. Esquadria é de madeira com uma e duas folhas. Entre os bens móveis encontrados: armadores, tornos, nichos. Encontra-se inabitada. Parte da cobertura principal cedeu, bem como em vários pontos da edificação podemos observar danos nas estruturas das alvenarias e coberta. O levantamento foi realizado com acesso ao interior da edificação.

Retelhamento, fechamento de porta, novas alvenarias, inserção de esquadrias (janela alta), instalações hidráulicas (Chuveiro no exterior), armadores, calhas, instalações elétricas.

As terras da Fazenda já pertenceram a Antônio Pereira Cangalha que ao longo do tempo foi desmembrada em fazenda Dinamarca (primeira metade do século XIX) e Apaga Fogo. A edificação foi arrendada várias vezes. Passou por leilão e atualmente é arrendada para o senhor Gutembergue Silva.



Detalhe da fachada principal; parte da fachada lateral em ruína; detalhe das alvenarias e cobertura em ruína; fachada posterior.

ESTUDO COMPARATIVO DO ACERVO INVESTIGADO: LEVANTAMENTO ATUAL (JANEIRO, 2019)

Para o levantamento tivemos acesso ao bloco do corpo principal e visualização de suas fachadas, contudo não foi possível o acesso aos demais compartimentos. O atual dono demoliu parte do edificado correspondente aos blocos contíguos à edificação principal e alterou parte da fachada original. Observamos a vedação de um dos alpendres e a ampliação de outro, ambos na fachada principal. As alvenarias posteriores, anteriormente em

ruínas, foram renovadas assim como toda a estrutura de coberta. Acrescentamos ainda o uso de novas esquadrias com grades e de materiais de piso e revestimentos não condizentes com os aplicados na arquitetura rural: cerâmica, chapisco de cimento e tintas. Apesar das modificações realizadas destacamos que a planta básica permanece a mesma desde o último levantamento. A estrutura de sustentação da coberta por brabos, apesar do retelhamento, foi mantida. Quanto aos danos estruturais visíveis, fissura superficial no piso da sala da frente.

MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS)

Durante os últimos dez anos a casa passou por várias intervenções que culminou com a demolição do último bloco, inserção de alpendres na fachada principal e de uma casa de banho. O curral existente na lateral do conjunto, juntamente com os depósitos foram demolidos.

DADOS HISTÓRICOS ACRESCENTADOS

Nenhum dado histórico relevante a ser acrescentado.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA



IMAGENS



DIAGNÓSTICO COMPARATIVO DO ESTADO DE SITUAÇÃO

Apesar das modificações durante os últimos dez anos, destacamos que a planta básica não foi alterada em termos de sua configuração interna original. O edificado encontra-se com um bom estado de conservação devido às benfeitorias realizadas, contudo consideramos seu estado de preservação muito alterado.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO? ☒ Bom ☐ Precário ☐ Em arruamento ☐ Arruinado	ESTADO DE PRESERVAÇÃO ☐ íntegro ☐ Pouco alterado ☒ Muito alterado ☐ Descaracterizada
LEVANTAMENTO 2019 Maria Rita de Lima Assunção – Arquiteta responsável.	LEVANTAMENTO REFERÊNCIAS E FONTES Assunção, M. R. L., Oliveira, M. M., & Silva, N. P. (2010). Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó (Relatório técnico). Natal: Superintendência IPHAN/RN IPHAN (2012). Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região Seridó potiguar. Natal/IPHAN

FICHA COMPARATIVA DO ESTADO DE SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE – SERIDÓ/RN – BRASIL (LEVANTAMENTO 2010/2019)

ARQUITETURA DA PAISAGEM SERTANEJA: ESTUDO SOBRE AS CASAS-GRANDES DAS FAZENDAS DE GADO NA RIBEIRA DO SERIDÓ

DENOMINAÇÃO FAZENDA AROEIRA		PERÍODO SEC XIX - 1897	PROPRIETÁRIO EM 2010 Marizinho Deroz PROPRIETÁRIO ATUAL Marizinho Deroz
		LOCALIZAÇÃO SERRA NEGRA DO NORTE	COORDENADA 6°36'10.7"S, 37°24'41.9"W H: 189m
USO ORIGINAL: RESIDENCIAL	USO EM 2010: SEM USO	USO ATUAL: APOIO CURRAL (DEPÓSITO DE RAÇÃO)	DATA LEVANTAMENTO: JAN 2019

ATIVIDADE ECONÔMICA ORIGINAL:

Criação de gado, agricultura de subsistência, possuía Engenho

ATIVIDADE ECONÔMICA ATUAL: Criação de gado

IMPLANTAÇÃO

A casa-grande localiza-se em uma área plana, com fachada principal para o nascente, próxima a um açude na área lateral do edificado. Ela se integra a um conjunto formado por casa de fazenda e curral, nomeadamente, dois, um em cada lateral da residência.

INSERE-SE NA PAISAGEM SERTANEJA? ☒ Sim ☐ Não

CACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO DADOS FICHA (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

NÚMERO DE PAVIMENTOS: Térrea

Uso de Sótão e/ou Paiol: Possui Paiol

DADOS TÉCNICOS

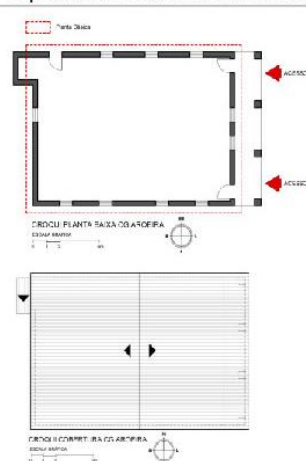
Casa térrea com sótão, assentada em alicerce de pedra da serra e tijolo maciço, paredes externas autoportantes em tijolo maciço, rebocada e caiada na cor branca. No alpendre o piso é de cimento queimado e internamente tijoleira de barro. A edificação possui uma calçada em seu perímetro de 40 cm também em tijolo maciço. Cobertura em duas águas com empena lateral e estrutura de madeira e telha cerâmica. Esquadrias em madeira de uma folha e a presença de aberturas na alvenaria da cozinha em formato de triângulo. Os vãos da fachada frontal são em verga abatida, já os laterais e fachada posterior, verga reta. A edificação não possui forro, com exceção das áreas sob o sótão que recebem o assoalho de madeira corrida.. A edificação não possui bens móveis. Não foi possível realizar levantamento interno, pois estava fechada.

MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS) (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Fechamento de uma esquadria na parte posterior da edificação (cozinha), assim como na fachada lateral esquerda. Modificação na área do alpendre, pilares de madeira substituídos por alvenaria e substituição do piso em tijoleira de barro por cimento. Acréscimo de mais um cômodo na parte posterior, sendo esse utilizado como depósito ou banheiro.

DADOS HISTÓRICOS (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

No inventário realizado pela Fundação José Augusto em 1987, o primeiro proprietário da Aroeira aparece como sendo Manoel Mariz. A Fazenda possui o nome de aroeira devido a forte presença dessa planta na região, especialmente utilizada na fabricação dos currais.



DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)



ESTADO DE CONSERVAÇÃO? ☐ Bom ☐ Regular ☒ Precário ☐ Ruína

ESTUDO COMPARATIVO DO ACERVO INVESTIGADO: LEVANTAMENTO ATUAL (JANEIRO, 2019)

DADOS TÉCNICOS

Para o levantamento tivemos acesso ao bloco do corpo principal e visualização de suas fachadas, contudo não foi possível o acesso a todos os compartimentos, pois o espaço interno tem como uso a estocagem de ração para o

gado, fato que acabou por impedir nosso acesso. O proprietário fez benfeitorias nas fachadas da casa, nomeadamente nas alvenarias, anteriormente degradadas, nova pintura, retirou um anexo junto a fachada posterior que não pertencia a planta básica e construiu no perímetro da edificação uma grade de alimentação. A cobertura é original, não houve retelhamento, somente limpeza. Nenhuma intervenção que provocasse mudança drástica na caixa edifícia foi observada, com exceção da vedação de uma porta existente locada na fachada lateral esquerda pertencente a área da cozinha. Todas as esquadrias são originais, no caso das existentes nas fachadas, receberam demão de tinta na cor vermelha. As melhorias encontradas no exterior não se reproduzem internamente. A casa encontra-se bastante deteriorada internamente. O uso direcionado para a manutenção do criatório fez dos espaços internos depósitos de ração e instrumentos da lida com o gado. Entre os problemas detectados: alvenarias fissuradas, acabamentos desgastados, tijoleira de barro em desgaste, instalação elétrica precária, substituição do piso da sala da frente por cimento queimado e o assoalho de madeira em tábuas corridas bem deteriorado.

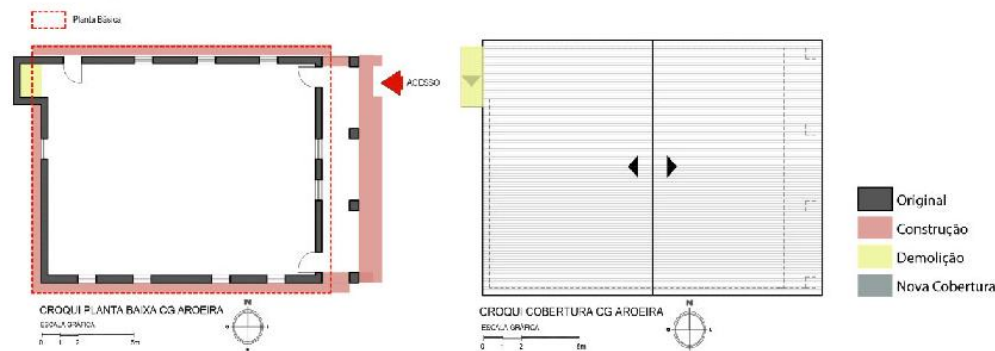
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS)

O alpendre recebeu a inserção de uma meia parede junto aos pilares de sustentação. Acréscimo de um curral na lateral, entre o edificado e a Ribeira.

DADOS HISTÓRICOS ACRESCENTADOS

Nenhum dado histórico relevante a ser acrescentado.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA



IMAGENS



DIAGNÓSTICO COMPARATIVO DO ESTADO DE SITUAÇÃO

A edificação encontra-se íntegra em sua configuração original. Apesar O edificado encontra-se um bom estado de conservação devido às benfeitorias realizadas, contudo consideramos seu estado de preservação muito alterado.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO? ☐ Bom ☒ Precário ☐ Em arruinamento ☐ Arruinado	ESTADO DE PRESERVAÇÃO ☒ íntegro ☐ Pouco alterado ☐ Muito alterado ☐ Descaracterizada
LEVANTAMENTO 2019 Maria Rita de Lima Assunção – Arquiteta responsável.	LEVANTAMENTO REFERÊNCIAS E FONTES Assunção, M. R. L., Oliveira, M. M., & Silva, N. P. (2010). Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó (Relatório técnico). Natal: Superintendência IPHAN/RN IPHAN (2012). Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região Seridó potiguar. Natal/IPHAN

FICHA COMPARATIVA DO ESTADO DE SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE – SERIDÓ/RN – BRASIL (LEVANTAMENTO 2010/2019)

ARQUITETURA DA PAISAGEM SERTANEJA: ESTUDO SOBRE AS CASAS-GRANDES DAS FAZENDAS DE GADO NA RIBEIRA DO SERIDÓ

DENOMINAÇÃO FAZENDA ARROZ 		PERÍODO	PROPRIETÁRIO EM 2010 Marcelo Batista de Araújo
		SEC XIX - 1800	PROPRIETÁRIO ATUAL -
		LOCALIZAÇÃO SERRA NEGRA DO NORTE	COORDENADA 6°32'26.1"S, 37°19'29.5"W
USO ORIGINAL: RESIDENCIAL	USO EM 2010: RESIDENCIAL	USO ATUAL: SEM USO	DATA LEVANTAMENTO: JAN 2019

ATIVIDADE ECONÔMICA ORIGINAL:

Criação de gado, agricultura de subsistência, engenho e produção de arroz

ATIVIDADE ECONÔMICA ATUAL:

Não existe

IMPLANTAÇÃO

A casa sede da fazenda está implantada em uma área elevada, com frente voltada para o nascente, próxima a um açude no sentido de sua fachada posterior. Ela se integra a um conjunto composto por casa de fazenda, curral e armazém.

INSERE-SE NA PAISAGEM SERTANEJA? ☒ Sim ☐ Não

CACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO DADOS FICHA (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

NÚMERO DE PAVIMENTOS: Térrea

Uso de Sótão e/ou Paiol: Possui Paiol

DADOS TÉCNICOS

Casa térrea assentada com alicerce de pedra e tijolo maciço. Paredes externas autoportantes em tijolo maciço e madeira. As alvenarias externas não possuem acabamento, alvenaria aparente, enquanto as internas variam de aparente a reboco e caição. O piso é todo de tijoleira de barro. Cobertura em duas águas com empena lateral e estrutura de madeira e telha cerâmica. Esquadrias em madeira de uma folha. Entre os bens móveis encontrados: armadores, tornos, nichos e rodas de moagem. No local onde existia o sótão é possível perceber a marcação da estrutura em linhas. O levantamento foi realizado com acesso ao interior da edificação.

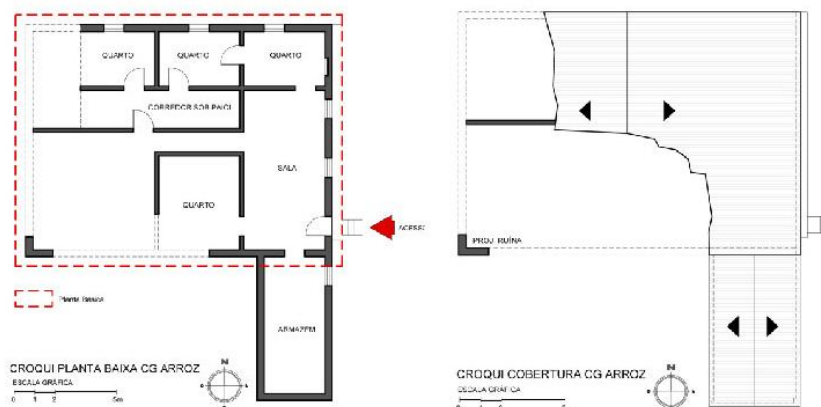
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS) (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Antiga Casa sede da Fazenda possuía sótão. É possível observar o fechamento da abertura do sótão e de porta. Parte da edificação está em ruína, alvenarias e cobertura. Existe uma nova construção para uso de depósito.

DADOS HISTÓRICOS (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) e Diniz (2008)

O primeiro proprietário foi Manoel Álvares de Faria, conhecido por Major Faria. Ele era Major da Guarda Nacional, nomeado pelo imperador D. Pedro II. Resolveu certa altura vender a propriedade do arroz por quatro contos de réis, com engenho montado e comprou duas propriedades no estado do Ceará. Fala-se de botijas arrancadas na antiga casa da Fazenda Arroz (LAMARTINE, 2003). O segundo proprietário foi Manuel Paulino de Araújo. A fazenda tem esse nome devido à produção de arroz. Existia um engenho de rapadura próxima a casa, mas o senhor Manoel Paulino demoliu e construiu o atual engenho mais afastado, mantendo-o a tração animal.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)



IMAGENS



ESTADO DE CONSERVAÇÃO? ☐ Bom ☐ Regular ☒ Precário ☐ Ruína

ESTUDO COMPARATIVO DO ACERVO INVESTIGADO: LEVANTAMENTO ATUAL (JANEIRO, 2019)

DADOS TÉCNICOS

A casa-grande Arroz está em processo de arruinamento. Praticamente todo corpo principal, planta básica e cobertura, está em ruína, restando apenas a fachada principal e o armazém. Quanto ao estado da fachada principal, detectamos fissuras e que a mesma encontra-se fora de prumo com tendência à ruína.

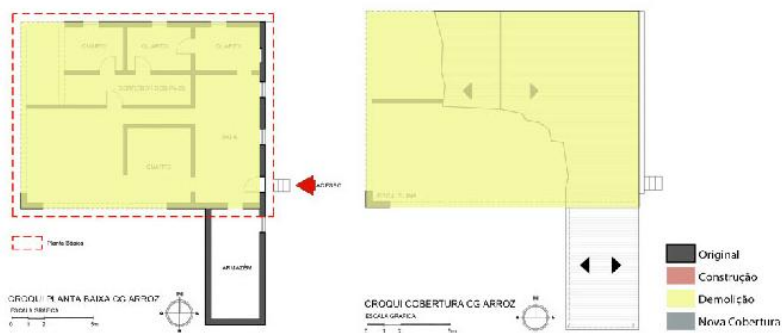
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS)

Nenhum dado histórico relevante a ser acrescentado.

DADOS HISTÓRICOS ACRESCENTADOS

Nenhum dado histórico relevante a ser acrescentado.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA



IMAGENS



Fachada principal da Casa-grande Arroz em arruinamento

DIAGNÓSTICO COMPARATIVO DO ESTADO DE SITUAÇÃO

A edificação encontra-se íntegra em sua configuração original. Apesar O edificado encontra-se um bom estado de conservação devido às benfeitorias realizadas, contudo consideramos seu estado de preservação muito alterado.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO?

☐ Bom ☐ Precário ☒ Em arruinamento
☐ Arruinado

ESTADO DE PRESERVAÇÃO

☒ íntegro ☐ Pouco alterado ☐ Muito alterado ☐ Descaracterizada

LEVANTAMENTO 2019

Maria Rita de Lima Assunção – Arquiteta responsável.

LEVANTAMENTO REFERÊNCIAS E FONTES

Assunção, M. R. L., Oliveira, M. M., & Silva, N. P. (2010). Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó (Relatório técnico). Natal: Superintendência IPHAN/RN
Diniz, N. M. M. (2008). Velhas fazendas da Ribeira do Seridó (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo)
IPHAN (2012). Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região Seridó potiguar. Natal/IPHAN

FICHA COMPARATIVA DO ESTADO DE SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE – SERIDÓ/RN – BRASIL (LEVANTAMENTO 2010/2019)

ARQUITETURA DA PAISAGEM SERTANEJA: ESTUDO SOBRE AS CASAS-GRANDES DAS FAZENDAS DE GADO NA RIBEIRA DO SERIDÓ

DENOMINAÇÃO FAZENDABARRA DA CARNAÚBA		PERÍODO SEC XIX - 1860	PROPRIETÁRIO EM 2010 Adosina Batista de Araújo de Faria PROPRIETÁRIO ATUAL
		LOCALIZAÇÃO SERRA NEGRA DO NORTE	COORDENADA 6°32'29.6"S, 37°20'21.2"W H: 170m
USO ORIGINAL: RESIDENCIAL	USO EM 2010: RESIDENCIAL	USO ATUAL: RESIDENCIAL	DATA: JAN 2019

ATIVIDADE ECONÔMICA ORIGINAL: Criação de gado, agricultura de subsistência.

ATIVIDADE ECONÔMICA ATUAL: Não existe

IMPLANTAÇÃO

A casa sede da fazenda está implantada em uma área elevada, com frente voltada para o nascente, com um açude na visão frontão da edificação. Ela se integra a um conjunto composto por casa de fazenda, armazém e curral.

INSERE-SE NA PAISAGEM SERTANEJA? ☒ Sim ☐ Não

CACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO DADOS FICHA (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

NÚMERO DE PAVIMENTOS: Térrea

Uso de Sótão e/ou Paiol: Não

DADOS TÉCNICOS

Casa térrea assentada com alicerce de pedra e tijolo maciço. Paredes externas autoportantes em tijolo maciço. As alvenarias externas e internas rebocadas e caiadas na cor branca. O piso da casa é de cimento e no entorno tijoleira de barro. Cobertura em duas águas com empena lateral, telhado de arrasto, com estrutura de madeira e telha cerâmica. A edificação não possui forro, mantendo a cobertura com estrutura aparente. Esquadrias em madeira de uma folha e locais com cobogó para ventilação. Entre os bens móveis encontrados: armadores, tornos, nichos, mala tipo baú, baú, bancos de madeira e couro, móvel da cozinha em madeira de cedro e máquina de costura. O levantamento foi realizado com acesso ao interior da edificação.

MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS) (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Existem construções anexas a casa, sala de frente modificada para um único ambiente, anteriormente dividida em sala dos homens e das mulheres (1937), mudança na posição da cozinha para a parte posterior (1935), anteriormente um apêndice ao lado da casa. Existia um fogão a lenha no centro da cozinha, mas há 10 anos foi demolido e o atual construído em 2007. Banheiro modificado (1973 e 2003). O piso anterior era em ladrilho e em 1975 foi substituído por cimento. O curral ficava entre a casa e o engenho, hoje uma construção para armazém. Era para ter um sótão, porém esse nunca fora construído, ficando apenas o vestígio de uma janela alta. O alpendre foi refeito com a colocação de pilares de concreto e acesso por rampa lateral e escadaria frontal. Ainda estão presentes como marca original da estrutura da coberta os brabos e linhas, bem como a telha cerâmica.

DADOS HISTÓRICOS (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

O nome da fazenda foi escolhido pelo fato de que em sua entrada existia duas carnaúbas na barreira do rio. Quando o açude enchia, a fazenda ficava isolada. Essa área era propriedade da família dos Mariz e somente depois da construção do açude, 14 anos depois, começo a construção das casas. O primeiro proprietário foi o Major Faria, depois Antonio Aristeu de Faria. A fazenda Barra da Carnaúba é composta de dois sítios e dois proprietários, a senhora Adosina proprietária da casa aqui levantada e a outra pertencente ao senhor Heidenor Lins de Faria, herdeiros da compra em 1935.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

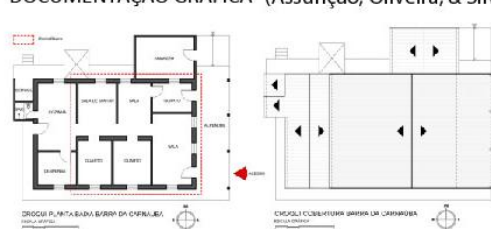


Imagem da fachada principal; fachada lateral; detalhe da esquadria em madeira e revestimento estrutura aparente e imagem com lado posterior da edificação em ruína.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO? ☐ Bom ☒ Regular ☐ Precário ☐ Ruína

ESTUDO COMPARATIVO DO ACERVO INVESTIGADO: LEVANTAMENTO ATUAL (JANEIRO, 2019)

DADOS TÉCNICOS

A edificação não foi alterada durante os últimos dez anos, não observamos acréscimos que pudessem modificar a sua configuração desde nosso último levantamento, contudo, devido à falta de manutenção a casa-grande

apresenta na fachada lateral direita: fissuras, degradação do material de revestimento e estrutural. O interior da edificação necessita de reparos em todos os ambientes, uma vez que é possível encontrar fissuras nas alvenarias e degradação do piso. Nesse sentido, destacamos que as principais patologias percebidas são: na sala, degradação do piso existente, na cozinha, fissura na parede e degradação do revestimento, no primeiro e segundo quarto, fissura, degradação do revestimento da parede, de sua estrutura e piso. As esquadrias e suas caixas encontram-se bastante degradadas. Quanto à fundação, nenhum reparo ou inserção de novos materiais. A fachada principal encontra-se igual ao último levantamento, somente verificamos reparos nos pilares de sustentação do telhado de arrasto. As instalações prediais, elétrica e hidráulica são inadequadas.

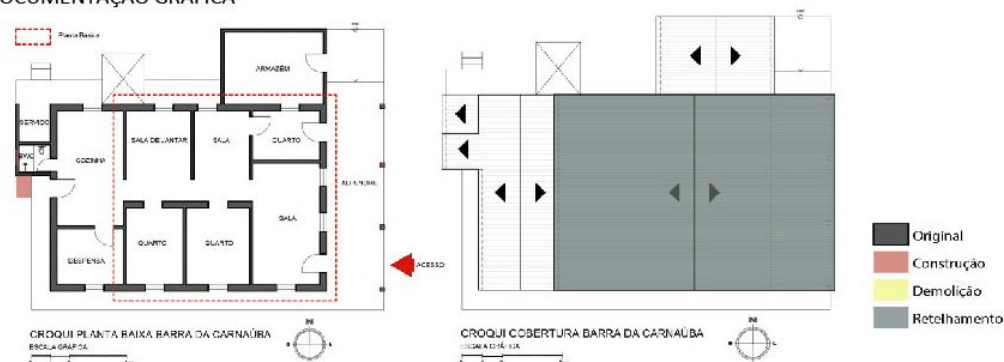
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS)

Há alguns anos foi realizado o retelhamento da cobertura principal, porém, a estrutura de brabos foi mantida.

DADOS HISTÓRICOS ACRESCENTADOS

Nenhum dado histórico relevante a ser acrescentado.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA



IMAGENS



DIAGNÓSTICO COMPARATIVO DO ESTADO DE SITUAÇÃO

A edificação foi pouco alterada em sua conformação primitiva. Quanto ao estado de conservação, devido a não manutenção apropriada durante os últimos anos, constatamos que a habitação encontra-se mais deteriorada.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO? ☐ Bom ☒ Precário ☐ Em arruinamento ☐ Arruinado	ESTADO DE PRESERVAÇÃO ☐ Íntegro ☒ Pouco alterado ☐ Muito alterado ☐ Descaracterizada
LEVANTAMENTO 2019 Maria Rita de Lima Assunção – Arquiteta responsável.	LEVANTAMENTO REFERÊNCIAS E FONTES Assunção, M. R. L., Oliveira, M. M., & Silva, N. P. (2010). Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó (Relatório técnico). Natal: Superintendência IPHAN/RN IPHAN (2012). Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região Seridó potiguar. Natal/IPHAN

FICHA COMPARATIVA DO ESTADO DE SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE – SERIDÓ/RN – BRASIL (LEVANTAMENTO 2010/2019)

ARQUITETURA DA PAISAGEM SERTANEJA: ESTUDO SOBRE AS CASAS-GRANDE DAS FAZENDAS DE GADO NA RIBEIRA DO SERIDÓ

DENOMINAÇÃO			PERÍODO	PROPRIETÁRIO EM 2010
FAZENDA DINAMARCA			Meados do século XVIII, entre 1730 e 1750	Francisco Lobo dos Santos
			LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO ATUAL
			SERRA NEGRA DO NORTE	Francisco Lobo dos Santos
USO ORIGINAL: RESIDENCIAL		USO EM 2010: APOIO PARA O CURRAL	USO ATUAL: APOIO PARA O CURRAL	COORDENADA 06° 40' 56.3"S, 37° 22' 51.3"W H: 190m
				DATA: JAN 2019

ATIVIDADE ECONÔMICA ORIGINAL: Criação de gado, agricultura de subsistência.

ATIVIDADE ECONÔMICA ATUAL: Criação de gado

IMPLANTAÇÃO

A casa sede da fazenda está implantada em uma área plana, com frente voltada para o nascente. Integra-se a um conjunto composto por casa de fazenda, curral e casa de farinha numa área anexa a casa. A edificação está localizada em um sítio próximo a o Rio Espinharas e a um açude.

INSERE-SE NA PAISAGEM SERTANEJA? ☒ Sim ☐ Não

CACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO DADOS FICHA (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

NÚMERO DE PAVIMENTOS: Térrea Uso de Sótão e/ou Paiol: Sim, sótão e paiol

DADOS TÉCNICOS

Casa térrea com presença de sótão e paiol, assentada com alicerce de pedra e tijolo maciço, baldrame elevado. Paredes externas autoportantes em tijolo maciço, com pilares embutidos em miolo de areeira. As alvenarias externas são rebocadas e caiadas nas cores branco e ocre, as internas também são rebocadas e caiadas nas cores branca e azul. Junto às esquadrias da fachada principal é possível ver detalhes em estuque floral. O piso do alpendre é de pedra, cimento e pedra no interior da casa da casa e tabuado de madeira no sótão. Cobertura em duas águas com empena lateral e estrutura de madeira de cumarú e telha cerâmica. A edificação não possui forro em seu corpo principal mantendo a estrutura de cobertura aparente, a exceção é quanto à extensão do sótão para com o corredor que apresenta como forro o tabuado de madeira do piso. Esquadrias em madeira de uma folha, sendo as vergas das fachadas em arco pleno e internas em verga reta. Trelça de madeira para ventilação do sótão. Entre os bens móveis encontrados: armadores, tornos, nichos, ferragens como dobradiças e fechaduras feitas na época por ferreiros, um oratório (nessa fazenda aconteciam as celebrações religiosas antes da construção da Igreja). O levantamento foi realizado com acesso ao interior da edificação.

MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS) (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Para atender ao novo uso destinado ao apoio ao curral, foi construída rampa de acesso para os animais ao interior do imóvel, bem como foi erguida uma nova alvenaria para atender ao curral.

DADOS HISTÓRICOS (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

A fazenda já existia antes da cidade de Serra Negra do Norte (1781). O primeiro proprietário foi Antonio Pereira Cangalha, senhor solteiro que ao falecer deixou suas terras para empregados e afilhados. Dentre esses últimos, o senhor Francisco Lobo dos Santos. Hoje quem cuida da fazenda é seu neto Ivanaldo Moraes Lobo.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)



ESTADO DE CONSERVAÇÃO? ☐ Bom ☐ Regular ☒ Precário ☐ Ruína

ESTUDO COMPARATIVO DO ACERVO INVESTIGADO: LEVANTAMENTO ATUAL (JANEIRO, 2019)

DADOS TÉCNICOS

Para o levantamento tivemos acesso a todos os ambientes da casa, além de suas fachadas. A edificação encontra-se bastante danificada. Todas as fachadas possuem fissuras e deformações. Na principal: fissuras, existência de deformações, degradação do revestimento, da estrutura da parede, assim como de elementos estruturais,

nomeadamente os pilares de sustentação da cobertura de arrasto. O piso de tijoleira de barro existente na calçada e no alpendre está degradado. As esquadrias que ainda resistem estão muito deterioradas. A fachada lateral esquerda e direita apresentam as mesmas patologias anteriores. A fachada posterior está em ruína e parte dos ambientes nesse setor ou estão em ruína ou em processo de arruinamento. O interior da casa apresenta o mesmo diagnóstico de suas fachadas, alvenarias de divisão com estrutura da parede em alguns pontos degradada. O setor de serviço está em ruína desde o levantamento de 2010 e como não foi realizada nenhuma intervenção, os demais ambientes juntos a esse setor estão em grande processo de desgaste e arruinamento. O sótão e o paiol continuam a existir, mas sua estrutura de tabuado corrido e escada estão danificados. A cobertura está em processo de arruinamento, em alguns pontos essa estrutura está em ruína e em outros destacamos a presença de infiltração localizada e de vegetação na cobertura.

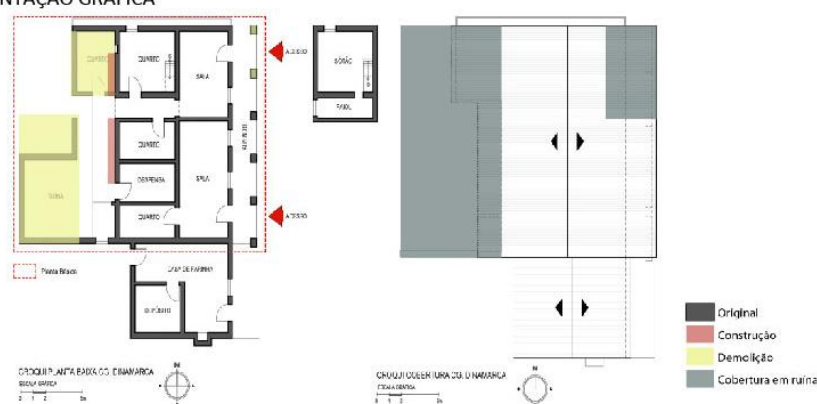
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS)

Não observamos nenhuma modificação quanto a reformas ou melhorias desde o último levantamento em 2010.

DADOS HISTÓRICOS ACRESCENTADOS

Já pertenceu a Antônio Pereira Cangalha. Ao longo do tempo foi desmembrada em fazenda Dinamarca e Apaga Fogo. Essa casa data da primeira metade do século XIX. Aparentemente construída em duas etapas. A primeira correspondendo a lateral direita da casa

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA



IMAGENS



Fachada principal, Lateral esquerda e imagem do setor de serviço

Vista lateral do alpendre, sala da frente, vista corredor sob paiol, escada de acesso ao sótão e tabuado do sótão Alvenarias degradadas

DIAGNÓSTICO COMPARATIVO DO ESTADO DE SITUAÇÃO

A edificação encontra-se íntegra em sua conformação original. Quanto ao estado de conservação, devido ao intenso uso de apoio ao curral e a não manutenção apropriada durante os últimos anos, constatamos que a habitação encontra-se ainda mais deteriorada se comparado ao último levantamento. Destacamos o estado precário com setores em ruína ou em processo de arruinamento.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO?

☐ Bom ☒ Precário ☒ Em arruinamento
☐ Arruinado

ESTADO DE PRESERVAÇÃO

☒ íntegro ☐ Pouco alterado ☐ Muito alterado ☐ Descaracterizada

LEVANTAMENTO 2019

Maria Rita de Lima Assunção – Arquiteta responsável.

LEVANTAMENTO REFERÊNCIAS E FONTES

Assunção, M. R. L., Oliveira, M. M., & Silva, N. P. (2010). Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó (Relatório técnico). Natal: Superintendência IPHAN/RN
IPHAN (2012). Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região Seridó potiguar. Natal/IPHAN
Lamartine, P. (2003). Personagens serra-negrenses. Natal: Sebo Vermelho

FICHA COMPARATIVA DO ESTADO DE SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE – SERIDÓ/RN – BRASIL (LEVANTAMENTO 2010/2019)

ARQUITETURA DA PAISAGEM SERTANEJA: ESTUDO SOBRE AS CASAS-GRANDE DAS FAZENDAS DE GADO NA RIBEIRA DO SERIDÓ

DENOMINAÇÃO			PERÍODO	PROPRIETÁRIO EM 2010 Bruno Batista de Faria Neto PROPRIETÁRIO ATUAL Bruno Batista de Faria Neto
FAZENDA ROLINHA			Século XIX - 1845	COORDENADA 06° 33' 11.1"S, 37° 20' 50.5"W H:172m
			LOCALIZAÇÃO SERRA NEGRA DO NORTE	
USO ORIGINAL: RESIDENCIAL	USO EM 2010: RESIDENCIAL	USO ATUAL: RESIDENCIAL	DATA: JAN 2019	
ATIVIDADE ECONÔMICA ORIGINAL: Criação de gado, agricultura de subsistência, engenho de rapadura e fabrico de algodão.				
ATIVIDADE ECONÔMICA ATUAL: Produção de queijos e derivados e criação de gado.				
IMPLANTAÇÃO				
A casa sede da fazenda está implantada em uma área elevada, com frente voltada para o nascente, com açude a direita da edificação. Ela se integra a um conjunto composto por casa de fazenda, armazém, curral e fábrica de queijos.				
INSERE-SE NA PAISAGEM SERTANEJA? [x] Sim [] Não				
CACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO DADOS FICHA (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)				

NÚMERO DE PAVIMENTOS: Térrea Uso de Sótão e/ou Paiol: Não, porém existia antes da reforma de 1970

DADOS TÉCNICOS

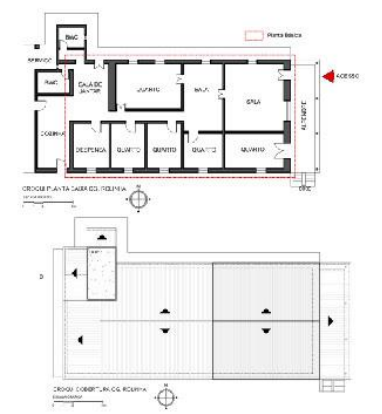
Casa térrea assentada com alicerce de pedra e tijolo maciço. Paredes externas autoportantes em tijolo maciço, rebocada e caiada nas cores branca e cinza, as internas também são rebocadas e caiadas na cor ocre. O piso é de cimento em quase toda a edificação, com exceção do complexo de banheiros anexados posteriormente, no qual todo revestimento é cerâmico. Cobertura em duas águas com estrutura de madeira e telha cerâmica. A edificação não possui forro mantendo a estrutura de cobertura aparente. Esquadrias em madeira de uma folha. Presença de platibanda, frisos nas laterais e latrina. O acesso a casa é feito por rampa e degraus. Entre os bens móveis encontrados: armadores, tornos, nichos, cristaleira, bancos, cadeira de palha e couro, retratos, relógio de parede, oratório, dois armários na cozinha, chaleira e dois barris de barro. O levantamento foi realizado com acesso ao interior da edificação.

MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS) (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) e Diniz (2008)

A maior reforma feita na edificação foi realizada em 1970 com a retirada do sótão devido ao acúmulo de poeira e morcegos e a mudança do sentido das águas da cobertura. Empena de lateral para frontal, bem como retelhamento com telhas não originais e cumeeira rebaixada. Fechamento de porta, inserção de nova parede, esquadria (janela alta), novas instalações hidráulicas (chuveiro no exterior), novas instalações elétricas, armadores, calhas e novas pinturas. Em 1980, foi construído o alpendre frontal.

DADOS HISTÓRICOS (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) e Diniz (2008)

A Fazenda Rolinha foi doada a Joaquim Álvares de Oliveira, casado com Maria Álvares de Faria, conhecida como Marica da Rolinha. A construção está relacionada com a do açude originado do Urubu que se localiza nas proximidades da Fazenda, por isso o nome primitivo da mesma era Urubu. O padre Rolin a passeio pela fazenda sugeriu a mudança de nome, justificando pela presença de muitas rolinhas (pássaros) na região. Joaquim Álvares e Maria Francisca dos Passos eram pais de Umbelina dos Passos, que se casou com o Coronel Clementino Monteiro de Faria. Em 1874 nasceu na Rolinha Juvenal Lamartine de Faria e em 1875 seu irmão, Clementino Monteiro de Faria que foi proprietário da Fazenda. O proprietário atual relatou que o antigo sótão foi utilizado por seu avô para matar um cangaceiro, história de que se orgulham. A fazenda pertence à mesma família desde seu bisavô, Clementino Monteiro de Faria.



DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)



As duas primeiras imagens com vistas frontais da casa; detalhe das esquadrias; detalhe do piso do alpendre em tijoleira de barro.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO? ☒ Bom ☐ Regular ☐ Precário ☐ Ruína

ESTUDO COMPARATIVO DO ACERVO INVESTIGADO: LEVANTAMENTO ATUAL (JANEIRO, 2019)

DADOS TÉCNICOS

Para o levantamento tivemos acesso a todos os ambientes da casa, além de suas fachadas. Constatamos que não houve nenhuma modificação que alterasse a configuração externa e interna da edificação, planta básica, nos últimos dez anos. Externamente apresenta um bom estado de conservação necessitando apenas de demão. O aspecto do interior da morada é ainda melhor que o externo, fato que se explica pela manutenção do uso residencial pelos proprietários. Ao longo dos dez anos, o senhor Bruno Faria, herdeiro da fazenda Rolinha, fez pequenos reparos como: pintura e novas instalações prediais, nomeadamente elétrica, hidráulica e sanitária.

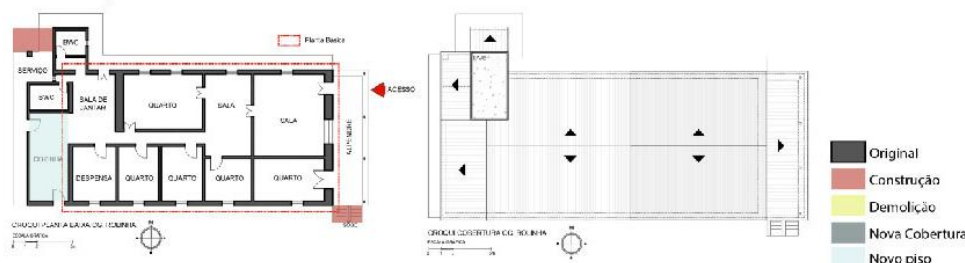
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS)

A casa-grande Rolinha foi alterada quanto ao aspecto da caixa edilícia, destacamos a retirada do sótão e modificação das águas da cobertura, anteriormente de arrasto. O piso interno também foi modificado, originariamente em tijoleira de barro foi substituído por cimento queimado em toda morada e a última intervenção, ocorrida recentemente, inserção de cerâmica 25x25 na ampliação da cozinha locada na fachada posterior.

DADOS HISTÓRICOS ACRESCENTADOS

Segundo o senhor Bruno Faria, a fazenda Rolinha pertencia a vários herdeiros dos Faria e seu pai no ano de 1962 comprou a parte deles e fixou-se na fazenda. A fazenda já teve produção de algodão e engenho de rapadura.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA



IMAGENS



Fachada principal, lateral direita e posterior

Cozinha, casa de banho, sala de janta e cobertura

DIAGNÓSTICO COMPARATIVO DO ESTADO DE SITUAÇÃO

A edificação encontra-se muito alterada em termos do formato da caixa edilícia, sem sótão, cobertura de arrasto e inserção de cozinha e casas de banho, contudo a composição interna permanece mais fiel. Quanto ao estado de conservação, devido o uso residencial por parte dos proprietário, a edificação encontra-se em um bom estado recendo manutenções pontuais.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO? ☒ Bom ☐ Precário ☒ Em arruamento ☐ Arruinado	ESTADO DE PRESERVAÇÃO ☐ íntegro ☐ Pouco alterado ☒ Muito alterado ☐ Descaracterizada
LEVANTAMENTO 2019 Maria Rita de Lima Assunção – Arquiteta responsável.	LEVANTAMENTO REFERÊNCIAS E FONTES Assunção, M. R. L., Oliveira, M. M., & Silva, N. P. (2010). Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó (Relatório técnico). Natal: Superintendência IPHAN/RN Diniz, N. M. M. (2008). Velhas fazendas da Ribeira do Seridó (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo) IPHAN (2012). Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região Seridó potiguar. Natal/IPHAN Lamartine, P. (2003). Personagens serra-negrenses. Natal: Sebo Vermelho

FICHA COMPARATIVA DO ESTADO DE SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE – SERIDÓ/RN – BRASIL (LEVANTAMENTO 2010/2019)

ARQUITETURA DA PAISAGEM SERTANEJA: ESTUDO SOBRE AS CASAS-GRANDE DAS FAZENDAS DE GADO NA RIBEIRA DO SERIDÓ

DENOMINAÇÃO		PERÍODO	PROPRIETÁRIO EM 2010 José Batista de Araújo PROPRIETÁRIO ATUAL José Batista de Araújo
FAZENDA VAPOR		Século XIX - 1850	
		LOCALIZAÇÃO	COORDENADA SERRA NEGRA DO NORTE 06° 35' 09.2"S, 37° 22' 06.2"W H: 162m
USO ORIGINAL: RESIDENCIAL	USO EM 2010: RESIDENCIAL/FECHADA HÁ 3 ANOS	USO ATUAL: SEM USO	DATA: JAN 2019

ATIVIDADE ECONÔMICA ORIGINAL: Criação de gado, agricultura de subsistência e fabrico de algodão.

ATIVIDADE ECONÔMICA ATUAL: Sem atividade

IMPLANTAÇÃO

A casa sede da fazenda está implantada em uma área elevada, com frente voltada para o nascente e o rio Espinharas próxima a edificação na sua vista frontal. Ela se integra a um conjunto composto por casa de fazenda e curral.

INSERE-SE NA PAISAGEM SERTANEJA? ☒ Sim ☐ Não

CACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO DADOS FICHA (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

NÚMERO DE PAVIMENTOS: Térrea

Uso de Sótão e/ou Paiol: Não

DADOS TÉCNICOS

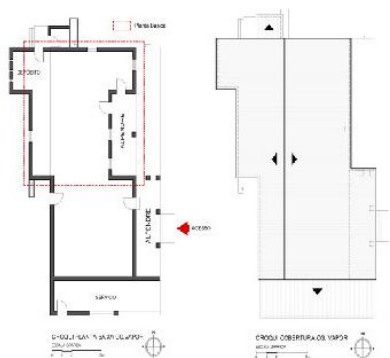
Casa térrea assentada com alicerce de pedra da serra e tijolo maciço. Presença de contraforte para apoio da alvenaria lateral. Paredes externas e internas autoportantes em tijolo maciço aparente. O piso é de tijoleira de barro. Cobertura em duas águas com empena lateral e estrutura de madeira e telha cerâmica. A edificação não possui forro mantendo a estrutura de cobertura aparente. Esquadrias em madeira de uma e duas folha. Uso de brabos e cachorro na finalização do beiral do alpendre. O levantamento foi realizado sem acesso ao interior da edificação.

MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS) (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

Fechamento de vãos de esquadrias com tijolos, criação de anexos nas laterais. Janela do sótão foi fechada com tijolos. Acréscimo de um quarto na fachada frontal junto ao alpendre e anexo na lateral direita da casa. Materiais da cobertura do alpendre aparentam mais recentes.

DADOS HISTÓRICOS (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) e Diniz (2008)

A Fazenda vapor tem seu nome associado a uma caldeira a vapor instalado na pequena usina de beneficiar algodão na mesma fazenda, pertencente a Julio Batista de Araújo. Ele era filho de Salvino Batista de Araújo e Guilhermina Iria da Conceição, proprietários da Fazenda Tapuio em Timbaúba dos Batistas. Casou-se com Paulina, filha do Coronel Clementino Monteiro de Faria e Paulina Umbelina dos Passos Monteiro de Serra Negra. Bruno Batista de Faria, filho de Júlio e Paulina, dedicou toda sua vida à atividade agropecuária na Fazenda Vapor, patrimônio de família.



DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)



As duas primeiras imagens com vistas frontais da casa; detalhe das esquadrias; detalhe do piso do alpendre em tijoleira de barro.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO? ☐ Bom ☐ Regular ☒ Precário ☐ Ruína

ESTUDO COMPARATIVO DO ACERVO INVESTIGADO: LEVANTAMENTO ATUAL (JANEIRO, 2019)

DADOS TÉCNICOS

O corpo principal correspondente à planta básica da casa-grande Vapor e o de serviço está em ruína, restando somente um dos anexos acoplados posterior a sua construção. Podemos observar o formato da caixa mural através do seu alicerce ainda presente.

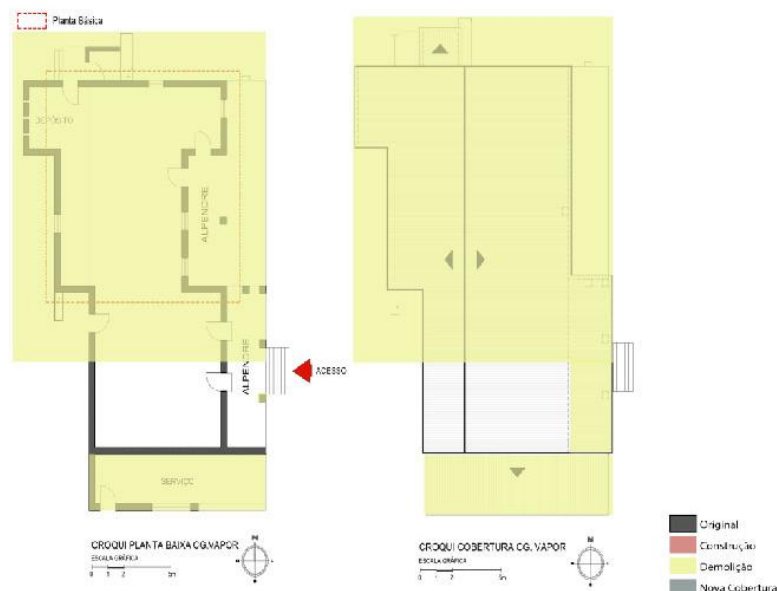
MODIFICAÇÕES VISÍVEIS IMPORTANTES (REFORMAS E ACRÉSCIMOS)

Nenhuma modificação ou acréscimo a ser acrescentado.

DADOS HISTÓRICOS ACRESCENTADOS

Nenhum dado histórico relevante a ser acrescentado.

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA



IMAGENS



Vista da fachda principal do edificado restante da casa-grande vapor



Vista da fachda lateral esquerda do edificado restante da casa-grande vapor

DIAGNÓSTICO COMPARATIVO DO ESTADO DE SITUAÇÃO

O corpo principal está arruinado e o único ainda existente encontra-se abandonado e em arruinamento. Segundo os moradores de Serra Negra do Norte, a edificação foi a ruína há alguns anos.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO?

☐ Bom ☐ Precário ☐ Em arruinamento
☒ Arruinado

ESTADO DE PRESERVAÇÃO

☐ íntegro ☐ Pouco alterado ☐ Muito alterado ☐ Descaracterizada

LEVANTAMENTO 2019

Maria Rita de Lima Assunção – Arquiteta responsável.

LEVANTAMENTO REFERÊNCIAS E FONTES

Assunção, M. R. L., Oliveira, M. M., & Silva, N. P. (2010). Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó (Relatório técnico). Natal: Superintendência IPHAN/RN
Diniz, N. M. M. (2008). Velhas fazendas da Ribeira do Seridó (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo)
IPHAN (2012). Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região Seridó potiguar. Natal/IPHAN

Conclusão

O sertão, com reduzida disponibilidade de recurso, foi o ambiente escolhido para expansão da pecuária devido à incompatibilidade com o cultivo da cana-de-açúcar no litoral do nordeste brasileiro, considerado o maior interesse do português recém-chegado. O gado foi um expensor e fixador geográfico em um território árido, caracterizado pela vegetação caatinga, onde se perpetuou a cultura do homem sertanejo. O Seridó, como um desses sertões, teve sua espacialização atrelada aos recortes das ribeiras e da rede de pertencimento vinculado ao poder da sociedade pastoreia. Tratamos de um espaço vivido, marcado por significações e subjetividades, dinâmica de práticas sociais adaptadas à vida imprevisível no semiárido nordestino.

Durante o século XVII a pecuária estava em franca expansão pela região, porém o mesmo não ocorreu com a produção arquitetônica. Poucos são os vestígios de construção do período devido principalmente as frágeis técnicas, nomeadamente, a taipa. Contudo, ao passo que a fixação das famílias acontecia e a economia ganhava ares mais prósperos, a arquitetura fincava naquelas terras suas marcas. Dessa forma desenvolveu-se mediante a cultura do gado uma arquitetura simples, rústica, criativa, sustentável, vernacular, reconhecida, por estudiosos e órgãos governamentais como Patrimônio Cultural, pelo seu interesse histórico e arquitetônico.

Nessa conjuntura, a interação do homem com o ambiente fez produzir uma singular paisagem, a *sertaneja*, reunindo ao mesmo tempo várias dimensões do patrimônio cultural: material, imaterial e natural. A adaptação às condicionantes locais e a relação com os recursos existentes, conduziu não só a produção da arquitetura, mas o modo de vida e as manifestações culturais na Ribeira do Seridó. A Ribeira constitui um agregador cultural unindo valores indispensáveis à produção sócio-espacial. A construção das casas-grandes passa a ser memória viva da apropriação humana junto às condições naturais. Portanto, o século XIX é marcado pelo legado de um significativo número de habitações rurais nas fazendas, construídas sob a técnica dos tijolos de barro, que representa para nosso estudo o testemunho vivo da história do Seridó e de sua gente.

Ao longo do percurso, identificamos a partir das reflexões sobre a paisagem sertaneja, a riqueza de traços culturais existentes, a exemplo disso, citamos Oswaldo Lamartine de Faria como um dos autores que mais contribuiu para o esclarecimento das nossas indagações.

Entendemos que a análise do patrimônio vernacular do Seridó Potiguar, inserido nos estudos da Paisagem Sertaneja, possibilitou uma abordagem mais complexa, pois a apreensão conjunta dos elementos que configuram esse território foi fundamental para o reconhecimento do patrimônio rural dessa região. Assim, centramos a investigação a partir da consciência dessa inseparável realidade entre as componentes culturais e naturais da paisagem. A propósito, foi a partir dos conceitos estabelecidos na *Recomendação Nº R(95) 9: Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagística* (CONSELHO DA EUROPA, 2005, p.3) e na *Portaria nº 127 de 30 de Abril de 2009* (IPHAN, 2009), que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, disposições que ampliam a noção de patrimônio cultural, que conduzimos nossa pesquisa.

A continuação do estudo iniciado através do *Inventário de conhecimento do Patrimônio Rural da Região do Seridó Potiguar* (IPHAN, 2012) e, especificamente para a presente dissertação, do relatório técnico: *Inventário do Patrimônio Rural do Seridó - Caminhos do Seridó* (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010), permitiu que pudéssemos preencher algumas lacunas e acrescentar novos dados. A exemplo disso destacamos a realização da caracterização da arquitetura rural e do estudo tipológico nas quarenta edificações inventariadas no relatório técnico.

Mediante o estudo dos tipos, com base no conceito de Guilio Argan, comprovamos existir uma diversidade arquitetônica em uma aparente homogeneidade. Observamos que a arquitetura rural do Seridó foi constituída a partir das redes de relações existentes entre os sertanejos e o meio natural do sertão, dentro do processo de estruturação do território, produto da ação humana. Isso explica as diferenças existentes nos exemplares analisados.

Exploramos também as demais condicionantes projetuais, momento que compreendemos o valor das casas-grandes como estruturas adaptadas as condicionantes

do lugar, mas também como bens patrimoniais que demonstram uma identidade intimamente vinculada ao modo de viver sertanejo, portanto, uma expressão cultural.

Outro aspecto que destacamos foi à realização de um monitoramento para a coleta de informações sobre o estado de situação de algumas casas-grandes com o objetivo de fomentar intervenções futuras, além da produção de uma documentação atualizada sobre a conservação e a preservação desse patrimônio. Chegamos à conclusão que o patrimônio rural, de um modo geral, carece de políticas capazes de preservá-los. Observamos que para além dos inventários e estudos desenvolvidos, até o momento, nenhum projeto com foco na recuperação desses bens está previsto, seja a nível privado ou público.

Ao longo da história do Brasil a arquitetura rural ficou à margem da produção do litoral. A afirmativa de Diniz (2014) explica que se compararmos as casas-grandes do Seridó com a produção existente nas antigas zonas açucareiras, elas não possuem a riqueza estética do edificado fruto da economia de exportação que gerava lucros maiores do que o criatório. Contudo, para a autora, a arquitetura rural seridoense com formas modestas, simples e despojadas de elementos decorativos, demonstra soluções genuínas, adaptadas as condicionantes do lugar e a vida imprevisível no semiárido. A identificação dessa realidade ressalta o objetivo inicial do nosso estudo, aprofundar e evidenciar o valor desses bens, com vistas a fomentar intervenções futuras que possam contribuir para a preservação desse específico patrimônio secular.

Dentre nossas futuras ações destacamos a intenção de apresentar à Superintendência/RN do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional os resultados obtidos nesse estudo, notadamente, o monitoramento do patrimônio rural de Serra Negra do Norte no que concerne a situação de degradação como também chamar atenção para o alargamento da pesquisa nas demais áreas da região. É importante lembrar que a investigação parte das bases e da metodologia do IPHAN, e, portanto, os dados levantados são relevantes para a instituição.

Nossa intenção também é dar continuidade a pesquisa de forma a contemplar empiricamente os outros cinco municípios analisados no relatório técnico (Ipueira, Jardim de Piranhas, Ouro Branco, São João do Sabugi e Timbaúba dos Batistas), dessa

maneira ampliar os estudos de monitoramento do patrimônio rural, pensar processos de patrimonialização e abarcar diferentes questões e perspectivas de análises.

O diagnóstico do estado de situação alerta para a propensão quanto à degradação dos exemplares do ciclo do gado em Serra Negra do Norte, assim como em outras regiões do Seridó Potiguar. Observamos que o instrumento do tombamento, presente em uma das edificações inventariadas, Timbaúba dos Gorgónios, não suporta o patrimônio remanescente e que, portanto, é preciso centrar nosso olhar para a revisão das políticas de preservação com direcionamento para uma gestão compartilhada desses bens que envolva tanto os órgãos de proteção, como o fator social e humano, que mantém vivo e dinâmico o patrimônio rural e a paisagem cultural sertaneja.

No decorrer da investigação tivemos algumas dificuldades, entre elas a impossibilidade de contemplar todos os seis municípios anteriormente visitados no relatório técnico devido à logística de acesso. Outra questão importante diz respeito ao considerável número de casas fechadas ou abandonadas pelos proprietários. Atribuímos isso ao não interesse por parte de muitos em não mais residir nas áreas rurais, e, portanto, migram para os principais centros urbanos da região. Essa realidade é bem conhecida nossa, pois passamos pelos mesmos problemas durante os levantamentos desenvolvidos nos anos de 2008 e 2010 referentes às fases segunda e terceira do *Inventário de conhecimento do Patrimônio Rural da Região do Seridó Potiguar* (IPHAN, 2012).

Por fim, entendemos que o reconhecimento desse patrimônio constitui não só uma oportunidade de desenvolvimento do território, mas de valorização dos recursos endógenos, apresentando como um dos grandes desafios envolver efetivamente além do poder público, as populações locais nos processos de preservação dos seus bens, adquirindo consciência da sua importância e apropriando-se deles. Nesse sentido, esperamos que o conteúdo discutido estimule ações com intuito de preservar o patrimônio rural e a paisagem sertaneja na ambiência do Seridó Potiguar.

Referências bibliográficas

Abrantes, A. R. (2014). *Tecnologias Digitais como instrumento de preservação do patrimônio urbano edificado* (Dissertação de Mestrado, IPHAN). Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Andreza%20Rigo%20Abrantes.pdf>

Abreu, J. C. (1998). *Capítulos de história colonial (1500-1800)* (PDF). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1022/201089.pdf>

Alves, J. E. (2004). Sobre o Patrimônio Rural: Contributos para a clarificação de um conceito. *Cidades – Comunidades e Territórios*. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9187>

Andrade, A. L. D. (1993). *Um estado completo que pode jamais ter existido*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.16.1993.tde-28072022-145407.

Andrade, M. C. (1963). *A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense.

Andrade, Rodrigo Melo Franco (1987). *Rodrigo e o SPHAN – coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: MinC/Fundação Nacional Pró-Memória.

Arcanjo, J. E. M. (1996). O gordo e o magro: o nordeste segundo Gilberto Freyre e Djacir Menezes. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v.27, n°1/2, páginas 73-83. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/10295>

Araújo, M. J. M., Medeiros, V. M. de, & Macedo, H. A. M. de. (2010). Couro marcado a ferro e fogo: cotidiano e vivência da marca de ferrar gado no Seridó Potiguar. *Mneme - Revista De Humanidades*, v.8, n°20. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/355>

Argan, G. C. (2008). Sobre a Tipologia em Arquitetura. In NESBIT, K (org). *Uma Nova Agenda para a Arquitetura: Antologia Teórica (1965-1995)*. São Paulo: Cosac Naify.

Assunção, M. R. L, Oliveira, M. M., & Silva, N. P. (2010). *Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó* (Relatório técnico). Natal: Superintendência IPHAN/RN.

Augusto, J. (1940). *Famílias Seridoenses*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores.

Barbosa, I. C. (2000). *Sertão: um lugar-incomum: O sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Bahia - Secretaria da Indústria e Comércio (1975-2002). *IPAC-BA: inventário de proteção do acervo cultural da Bahia*. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Disponível em: <http://www.arqpop.arq.ufba.br/node/175>

Barreto, P. T. (1938). O Piauí e sua arquitetura. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº2. Páginas 1-312, Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/RevPat02_m.pdf

Barroso, G. (1956). *Os criadores da civilização do couro*. (PDF). Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=104403>

Bezerra Júnior, J. G. O., & da Silva, N. M. (2007). Caracterização geoambiental da microrregião do Seridó Oriental do Rio Grande do Norte. *HOLOS*, vol.2, páginas 78–91. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2007.102>

Bezerra, O, & Mayrinck, V. (2007). The contribution of the concept os cultural landscape to the management of the cultural and natural heritage. *Anais 5º International Seminar on Urban Conservation: changing role and relevance of urban conservation charters* (CD-ROM). Recife: Ceci

Borges, A. (2015). Vernalu(lares): a csa de fazenda seridoense do século XIX como exemplo de adaptação ao clima semiárido (Dissertação de mestrado, Departamento de Arquitectura e Urbanismo, Universidade Fdral do Rio Grande do Norte). Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/21171>

Silva, A. de F., Braga, A. C., Gameiro, F. G., Lira, F. B., Carneiro, A. R. S., & Melo, V. M. (2007). Os valores patrimoniais da paisagem cultural: uma abordagem para o processo de intervenção. *Paisagem E Ambiente*, nº24, páginas 297-308. <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i24p297-308>

Bridge, A., Oliver, P., & Vellinga, M. (2007). *Atlas of Vernacular Architecture of the world*. Oxon: Routledge.

Brito, P., Cavnag, J., Macêdo, M., & Dantas, M. I. (2011). O inventário da cultura do Seridó (RN) ou como dar conta do patrimônio imaterial de uma região. *Revista Memória em rede*, nº 4, páginas 48-84. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9534>

Cascudo, L. C. (1984). *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Achiamé.

Cascudo, L. (1956). *Tradições populares da pecuária nordestina*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura.

Cenicacelaya, J., & Baganha, J. (2004). Arquitectura tradicional e sustentabilidade. In Fernandes, José Manuel, *Arquitectura Ibérica*, páginas 1-27. Disponível em: https://www.jbaganha.com/pdf/pt/0102_arq_iberica.pdf.

Centro Cultural Vila Flor (2011). *Bordado de Guimarães: caderno de especificações*. (PDF). Disponível em: <https://cdn.bndlyr.com/nf1zldbhad/assets/n16lh29ct6nu3y1n3mcvw.pdf>

Chiriboga, F. (2007). *Seridó – Paisagens de um sertão encantado*. Natal: Inti.

Choay, F. (2015). *As questões do património. Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.

Choay, Françoise (2018). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

Corrêa, R. L., & Rosendahl, Z. (1998). *Geografia Cultural: paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.

Costa, J. A. de O. (2017). *Arquitectura vernacular da região saloia de Maфра: a recuperação/revitalização da Aldeia da Mata Pequena como caso de estudo* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitectura e Artes, Universidade Lusíada de Lisboa). Disponível em: <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/3763>

Costa, L. (1999). *Documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN.

Cruz, M. K. (2011). *Desenvolvimento, pobreza e meio ambiente no seridó potiguar: um estudo centrado nas micro-regiões do seridó oriental e ocidental* (Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13636?mode=full>

Dantas, M. (1989). *Dominação dos Municípios*. Mossoró: ESAM.

Dantas, M. E., & Moraes, I. R. D. (2001). Migração e crescimento urbano: o Seridó Potiguar em análise. *Scripta Nova: Revista Eletrónica de Geografia y Ciencia sociales*, Barcelona, nº 94(75), páginas 1-11. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-75.htm> e acesso em 27 de Fevereiro de 2019.

DEPAM/IPHAN (200?). *Metodologia do SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e gestão*. Brasília: IPHAN.

DEPAM/IPHAN (2009). *Paisagem Cultural* (PDF). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf

Dias, R. (2006). *Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva.

Diniz, N. M. M. (2008). *Velhas fazendas da Ribeira do Seridó* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo). doi:10.11606/D.16.2008.tde-04032010-143402. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-04032010-143402/pt-br.php>

Diniz, N. M. M. (2013). *Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado das Ribeiras do Norte* (Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo). doi:10.11606/T.16.2013.tde-02072013-120148. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-02072013-120148/pt-br.php>

Diniz, N. M. M. (2014). *Outros sertões – Pesquisa FAPESP*. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/66778/nathalia-maria-montenegro-diniz/>

Diniz, N. M. M. (2015). *Um sertão entre tantos outros*. São Paulo: Versal

FAPERN (2008). *Paladar Potiguar*. Natal: Governo do Estado do RN.

Faria, J. L. (1965). *Velhos costumes do meu sertão*. Rio de Janeiro: Editôra Fon-fon e Seleta.

Faria, O. L.(1980). *Sertões do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal.

Faria, O. L. (1984). *Ferros de Ribeiras do Rio Grande do Norte*. Fortaleza: Imprensa Universitária.

Fauvrelle, N., Rosas, L., & Soeiro, T. (2002). O património vernacular construído do Alto Douro vinhateiro: ritmos e valores. *Douro: estudos & documentos*, vol. 7, n.º 14, páginas 147-163. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/27576>

Feijó, P. H. F. (2002). *A arquitetura tradicional de Acari no século XIX: estudo comparativo entre a casa de fazenda e a casa urbana*. (Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48279>

Fernandes, J., & Mateus, Ricardo (2011). *Arquitetura Vernacular: uma Lição de Sustentabilidade. Sustentabilidade na reabilitação urbana: o novo paradigma no mercado da construção/* Universidade do Minho, páginas 205-216. Disponível em : <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/15423>

Fundação José Augusto (2006). *Patrimônio Cultural Potiguar: Patrimônio Arquitetônico* (PDF). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B0l1zZqtRglQUXoxMFFuUjFMazg/edit>

IBGE (2017). *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017* (PDF). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>

IPHAN/DEPAM (2007). *Paisagem Cultural - Proposta de regulamentação*. Brasília: IPHAN.

IPHAN (2009). *Portaria Nº 127 de 30 de Abril de 2009: Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira* (PDF). Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Paisagem%20Cultural%20Brasil%20DOU%202009.pdf>

IPHAN (2012). *Inventário de Conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar*. Natal: IPHAN

IPHAN (2011). *Roteiros Nacionais de Imigração: Santa Catarina – Vol.1* (PDF). Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi_RoteirosNacionaisImigracao_SantaCatarina_v1_m.pdf

IPHAN (2017a). *Linha do tempo IPHAN – 80 ANOS*. Brasília: IPHAN. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/1211>.

IPHAN (2017b). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº35, páginas 1-349. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf

IPHAN (2018). *Política do Patrimônio Cultural Material* (PDF). Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao_politica_do_patrimonio.pdf

Jackson, J. B. (1984). *Discovering the vernacular Landscape*. New Haven: Yale University Press.

Koster, H. (2003). *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 12ed. Fortaleza: ABC Editora.

La Pastina Filho, J. (2005). *Manual de Conservação de Telhados* (PDF). Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/Man_ConservacaoDeTelhados_1edicao_m.pdf

Lemos, C. A. C. (1989). *História da Casa Brasileira*. São Paulo: Contexto.

Lima, P. (2002). *Arquitetura no Rio Grande do Norte: uma introdução*. Natal: Cooperativa Cultural Universitária.

Lopes, F., & Correia, M. B. (2014). *Patrimônio Cultural: Critérios e Normas Internacionais de Proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas, SA

Lopes, R. M. R., & Medeiros, G. P. C. (2012). O valor artístico-cultural do bordado de Caicó/RN e sua relação com o turismo. *Caderno Virtual de Turismo*, v.12, n°.1, páginas 30-41. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/623/312>

Luccas, L. H. H. (2005). Arquitetura moderna e brasileira: O constructo de Lucio Costa como sustentação. *Arquitextos*, n° 063.07. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.063/437>

Macêdo, M. K. de (2012). *A penúltima versão do Seridó*. Natal/Campina Grande, Brasil: Edupeb.

Macêdo, M. K. de (2015). *Rústicos Cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII)*. Natal, Brasil: Edufrn.

Marques, C. S. P., Azuma, M. H., & Soares, P. F. (2009). A importância da arquitetura vernacular. *Akrópolis*, n°1, páginas 45-54 Disponível em <http://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/2842/2110> e acesso em: 5 de Setembro de 2018.

Maximiano, L. A. (2004). Considerações sobre o conceito de paisagem. *Revista RA E GA*, n°8, páginas 83-91. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/viewFile/3391/2719> e acesso em 4 de abril de 2019.

Medeiros Neta, O. M. de. (2008). Ser(tão) Seridó em suas cartografias espaciais. *Revista Espacialidades*, vol., n°0, páginas 01–35. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17591>

Medeiros Filho, O. (1981). *Velhas famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal.

Medeiros Filho, O. (1983). *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal.

Mello, E. C. (2010). *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics.

Menezes, D. (1937). *O outro Nordeste: formação social do Nordeste*. Rio de Janeiro: J. Olympio.

MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA (1980). *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: Governo Federal (PDF). Disponível em:

http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural.pdf

Melo, V. L. M. de O. (2010). Paisagem cultural à preservação do patrimônio no Brasil e os seus desafios. *Anais do 1º Colóqui Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto*. n.º.6, v.1. páginas 91-103. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/anaispaisagemculturalweb_2.pdf

MMA/SEMARH-RN (2005). *Panorama da desertificação no Estado do RN*. Natal: Governo Federal.

MMA (2005). *Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca PAN – Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/snpct/dcde/programa-de-acao-nacional-de-combate-a-desertificacao-e-mitigacao-dos-efeitos-da-seca-pan-brasil.pdf/view>

Monteiro, D. M. (2015). *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: Flor do Sal.

Morais, I. R. D. (2020) *Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência* (PDF). Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/31476>

Nascimento, F. B., & Scifoni, S. (2010). Paisagem cultural do Vale do Ribeira (SP) : novas ações e pesquisas nas políticas federais de patrimônio cultural. *Anais do 1º Colóqui Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto*. n.º.6, v.1. páginas 316-337. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/anaispaisagemculturalweb_2.pdf

Nieuhof, J. (1981). *Memorável viagem marítima e terreste ao Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

Oliveira, C. (1993). *Dicionário Cartográfico*. 4ªed. Rio de Janeiro: IBGE.

Oliver, P. (2006). *Built to Meet Needs: Cultural Issues in Vernacular Architecture*. Burlington: Elsevier.

Paes, M. T. D. (2010). Paisagem cultural e patrimonialização contemporânea da cultura : apontamentos geográficos. *Anais do 1º Colóqui Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto*. n.º.6, v.1. páginas 73-89. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/anaispaisagemculturalweb_2.pdf

Parisi, R. S. B., & Villaça, A. C. (2008). Paul Oliver. *Entrevista - Vitruvius*, n.º 035.03, páginas 1-7. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/09.035/3285>

Pereira, D. C. (2018). *Paisagem como patrimônio: entre potencialidades e desafios para a implementação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira* (Dissertação de Mestrado, IPHAN). Disponível em: Disponível em: [http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Danilo_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PEP_vfinal_corrigina%20%20\(2\).pdf](http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Danilo_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PEP_vfinal_corrigina%20%20(2).pdf)

Pinheiro, M. L. B. (2006). Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. *Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo*, nº3, 4-14. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i3p4-14>

Pinho, J. R. M. (2016). *Açambarcadores e Famélicos: Fome, carestia e conflitos em Salvador (1858 a 1878)*. Salvador: EDUNEB.

Porta, P. (2012). *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados* (PDF). Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/PubDivCol_PoliticaPreservacaoPatrimonioCulturalBrasil_m.pdf

Prado Jr., C. (2000). *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Ed. Brasiliense/Publifolha.

Prefeitura do Natal (2006). *Natal ontem e hoje* (PDF). Disponível em: <https://natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-599.html>

Reis, M. (1999). Cidadania e Patrimônio: Notas de uma pesquisa sociológica. *Sociologia problemas e práticas*, nº29. Disponível em: <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/fichaartigo.jsp?pkid=121>

Ribeiro, R. W. (2007). Paisagem cultural e patrimônio (PDF). Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf

Ribeiro, A. S. F. (2016). Patrimônio Vernacular Construído – O beiral, o espigueiro e a eira: formas, usos e contextos (Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, Universidade do Porto). Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/89750>

Rodrigues, J. W. (1975). *Documentário Arquitetônico*. São Paulo: Livraria Martins Editora.

Rosa, G. (1956). *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

Santos, M. (2006). *A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Sauer, C. O. (1996). The Morphology of Landscape. In: Agnew, J.; Livingstone, D. N.; Rogers, A. (org.). *Human Geography: An Essential Anthology*. Oxford: Blackwell.

Schettino, M. P. F. (1995). *Espaços do Sertão “Conjugal”*. (Dissertação de Mestrado não pública). Universidade Federal de Brasília, Brasília.

Scifoni, S. (2016). Paisagem cultural. *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*, nº2. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82>

Sistema de Informações Territoriais (2006). *PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Seridó* (PDF). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/333782693/PTDRS-Serido-pdf>

Souza, E. (1951). *A habitação do Rio Grande do Norte*. Ano III, vol. II, nº1. Natal:Jornal de hoje.

SPHAN (1937). Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro : SPHAN. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/publicacoes/lista?categoria=23&busca=&pagina=4>

Suassuna, A. (1974). *Ferros do Cariri, uma heráldica sertaneja*. Recife: Guariba Editora de Arte.

Vasconcelos, M. C. de A. (2011). As fragilidades e as potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. *Revista CPC*, nº13, p.51-73. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15689/17263>

Villiers de L'Ile-Adam, J. (1848) *Carta topographica e administrativa das provincias do Rio Grande do Norte e Parahiba : Erigida sobre os documentos mais modernos pelo Vcde. J. de Villiers de L'ile Adam* (PDF). Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/44547>

Weimer, Gunter (2005). *Arquitetura Popular Brasileira*. São Paulo: Martins Fontes.

NORMATIVAS, RECOMENDAÇÕES E DISPOSIÇÕES SOBRE PATRIMÔNIO E PAISAGEM CULTURAIS

COE (2005). *Recomendação Nº R(95) 9, Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas*. Estrasburgo: Conselho da Europa – Comitê de Ministros. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Europa%201995.pdf>

Governo do Estado do RN (1981). *Decreto nº 8111 de 12 de Março de 1981*. Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em : http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000010573.PDF

Governo do Estado do RN (2000). *Decreto nº 14.759 de 10 de Fevereiro de 2000*. Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://www.cultura.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=118992&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=Materia>

Governo Federal (1937). *Decreto-Lei nº25 de 30 de Novembro de 1937*. Brasília: Presidência da República/Casa Civil. Disponível em: http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_25_de_30_de_novembro_de_1937_pdf.pdf

Governo Federal (1970). *Compromisso de Brasília*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>

Governo Federal (1971). *Compromisso de Salvador*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>

Governo Federal (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República/Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

ICOMOS-IFLA (2017). *Principles Concerning rural landscapes as heritage*. Montreal : ICOMOS. Disponível em : https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA2017_6-3-1_RuralLandscapesPrinciples_EN_adopted-15122017.pdf

ICOMOS (2008). *Declaração de Québec sobre a preservação do Spiritu Loci*. Québec : ICOMOS. Disponível em : https://www.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf

Apêndice

APÊNDICE 1. BENS ARQUITETÔNICOS RURAIS TOMBADOS PELO IPHAN

Bens Arquitetônicos Rurais Tombados pelo IPHAN			
Data do Tombamento	Nº do processo	Nome Atribuído	Localidade
30/04/1938	126-T-36	Torre de Garcia d'Ávila	Mata de São João/BA
14/06/1938	054-T-36	Casa de Fazenda Viegas	Rio de Janeiro/RJ
30/07/1938	347-T-45	Casa da Fazenda Engenho D'água	Rio de Janeiro /RJ
30/07/1938	062-T-36	Casa e Capela da Fazenda Taquara	Rio de Janeiro /RJ
19/02/1940	177-T-36	Solar dos Airizes	Campos dos Goytacazes/RJ
23/03/1940	202-T-39	Fazenda do Columbandê	São Gonçalo/RJ
25/10/1940	228-T-40	Casa e Chácara do Barão de Monjardim	Vitória/ES
22/01/1941	214-T-39	Sítio Santo Antônio	São Roque/SP
06/07/1942	313-T-42	Sobrado do Engenho Lagoa	São S do Passe/BA
23/07/1942	317-T-42	Casa da Fazenda Morcego	Angra dos Reis/RJ
16/02/1943	316-T-42	Casa da Fazenda São Roque	Maragogipe/BA
23/03/1943	269-T-41	Casa do Engenho Embiara	Cachoeira/BA
23/03/1943	284-T-41	Engenho Vitória	Cachoeira/BA
21/05/1943	289-T-41	Fazenda Iolanda	Itaporanga d'Ajuda/SE
06/09/1943	323-T-43	Engenho Matoim	Candeias/BA
21/09/1943	174-T-39	Solar do Visconde	Campos dos Goytacazes/RJ
28/06/1944	334-T	Engenho São Miguel e Almas	São Francisco do Conde/BA
14/09/1944	322-T-43	Engenho Freguesia	Candeias/BA
14/01/1944	297-T-41	Casa do Engenho Retiro	Laranjeiras/SE
24/07/1946	175-T-38	Solar e Capela do Engenho do Colégio	Campo dos Goytacazes /RJ
24/07/1946	176-T-38	Engenho de Santo Antônio	Campo dos Goytacazes/RJ
30/08/1946	367-T-47	Casa da Fazenda do Capão do Bispo	Rio de Janeiro/RJ
07/02/1946	370-T-47	Casa do Sítio dos Morrinhos	São Paulo/SP
26/02/1951	432-T-50	Casa da Fazenda São Bernardino	Nova Iguaçu/RJ
29/03/1951	429-T-50	Casa da Fazenda do Leitão	Belo Horizonte/MG
29/03/1951	424-T-50	Casa da Fazenda Samambaia	Petrópolis/RJ
12/04/1951	445-T-51	Casa da Fazenda Santo Antônio	Petrópolis/RJ
06/10/1951	355-T-45	Casa do Sítio Padre Inácio	Cotia/SP

22/10/1951	085-T38	Casa da Fazenda Engenho D'água	Ilhabela/SP
10/07/1957	564-T57	Casa da Fazenda São Bento	Duque de Caxias/RJ
27/08/1959	569-T	Casa da Fazenda Boa Esperança	Belo Vale/MG
12/01/1961	433-T-50	Casa do Sítio do Mandú	Cotia/SP
21/05/1962	358-T-46	Engenho Poço Comprido	Vicência/PE
02/07/1963	678-T-62	Engenhos dos Erasmus	Santos/PS
26/04/1965	747-T-64	Casa da Fazenda Babilônia	Pirenópolis/GO
27/04/1967	391-T-39	Casa, Capela e Sobrado da Faz. Acauã	Souza/PB
20/10/1967	783-T-66	Casa da Fazenda de N. S. da Conceição	Parati/RJ
19/02/1968	577-T-58	Casa da Fazenda Pau D'alho	São José do Barreiro/SP
28/05/1969	529-T-65	Casa da Fazenda Resgate	Bananal/SP
23/01/1970	789-T-67	Fazenda Santa Eufrásia	Vassouras/MG
21/09/1971	832-T-70	Fazenda do Pombal	Ritapolis/MG
06/03/1973	755-T-65	Casa do Sítio Mirim	São Paulo/SP
18/09/1973	846-T-71	Casa da Fazenda do Rio São João	Bom Jesus do Amparo/MG
17/12/1973	881-T-73	Casa da Fazenda Santa Mônica	Valença/RJ
19/07/1974	890-T-73	Solar da Baronesa de Muriaé	Campos dos Goytacazes/RJ
22/11/1974	910-T-74	Fazenda da Conceição	Paraibuna/SP
06/02/1976	909-T-74	Fazenda Ponte Alta	Redenção da Serra/SP
27/02/1981	10038-T-80	Casa da Fazenda Cachoeira do Taepe	Surubim/PE
08/10/1981	439-T-50	Engenho Murucutu	Belém/PA
24/04/1985	1119-T-84	Engenho do Mate	Campo Largo/PR
30/09/1985	1124-T-84	Casarão do Chá	Moji das Cruzes/SP
14/10/1987	1183-T-85	Fazenda Pinhal	São Carlos/SP
13/06/1988	476-T-53	Fazenda da Borda do Campo	Antônio Carlos/MG
03/12/1998	1202-T-86	Engenho Central São Pedro	Pindaré-Mirim/MA
10/07/2002	1358-T-95	Fazenda do Registro Velho	Barbacena/MG
-	1604-T-10	Casarão do Coronel Tertuliano Guedes de Pinho (Fazenda Valparaíso)	Itabuna/BA
03/2013	1565-T-08	Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Engenho, Sede Social e Residência Colônia Katsura	Iguape/SP
03/2013	1565-T-08	Imigração Japonesa no Vale do Ribeira – Fábrica de chá e Residência Shimizu	Registro/SP
03/2013	1565-T-08	Residência Fukasawa	Registro/SP
03/2013	1565-T-08	Residência Gozo Okiyama	Registro/SP
03/2013	1565-T-08	Residência Senhora Susu Okiyama	Registro/SP

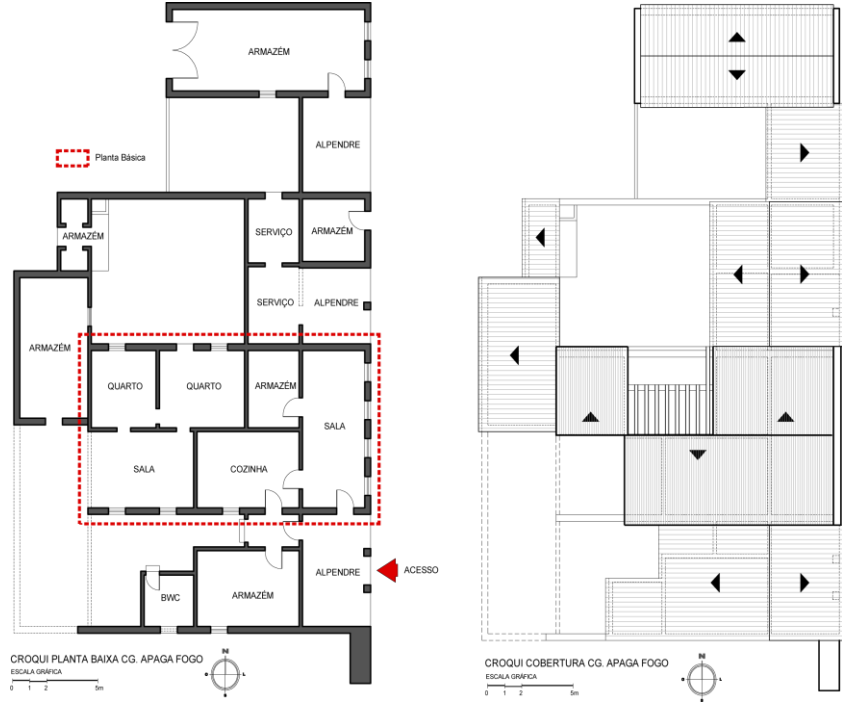
03/2013	1565-T-08	Residência Família Hokugawa	Registro/SP
03/2013	1565-T-08	Residência Família Amaya	Registro/SP
03/2015	1492-T-02	Sítio da antiga fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, Tamoios	Cabo Frio/RJ
09/20015	1548-T-07	Casa Duwe	Indaial/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Ristow, Arlindo e Edmundo	Indaial/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Hersing, Lorival	Indaial/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Schroeder, Luiza	Indaial/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Buzzi	Ascurra/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Conrad, Heinz (Haco)	Blumenau/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Polaski, David	Itaiópolis/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Rux, Erwin	Jaguará do Sul/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Schiocket, Vittório	Jaguará do Sul/SC
09/20015	1548-T-07	Conjunto Rural Rio da Luz	Jaguará do Sul/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Fleith, Alvino	Joinville/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Kruger, Wally	Joinville/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Schwisky, Otto	Joinville/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Barzan, João Félix	Orleans/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Raduenz, Walter	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Sítio Tribess	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Hardt, Erich	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Lumke, Helmut (casa de taipa)	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Siewert, Ovídio	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Voigt, Ella	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Wacholz, Felipe	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Wunderwald	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Conjunto Rural de Texto Alto	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Arndt, Edwin (Casa da Crista)	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Siwert, Wendelin, em Texto Alto	Pomerode/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Cancelier, Ivanir	Urussanga/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Neumann	São Bento do Sul/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Ewald, na Via Hass	Timbó/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Schlagenhauser, em Bela Aliança	São Bento do Sul/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Struck, Waldemiro em Bela Aliança	São Bento do Sul/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Eichendorf, Edeltraud	São Bento do Sul/SC
09/20015	1548-T-07	Propriedade Bez Fontana	Urussanga/SC
09/20015	1548-T-07	Conjunto Irmãos Stoltenberg	Vidal Ramos/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Hoerning, Alcides	Blumenau/SC

09/20015	1548-T-07	Casa Bauer, Nelson	Blumenau/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Hein, Hary (Tangerina)	Blumenau/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Ulrich, Helmut	Guabiruba/SC
09/20015	1548-T-07	Casa de Pedra da Família Bratti	Nova Veneza/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Radoll, Invalt	Timbó/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Reinecke, Érica	Timbó/SC
09/20015	1548-T-07	Casa Zimath, Noberto	Timbó/SC
Estabelecimento das Fazendas			
25/05/2015	1561-T-08	Nacionais do Piauí: São Pedro de Alcântara	Floriano/PI
Estabelecimento das Fazendas			
25/05/2015	1561-T-08	Nacionais do Piauí: Fábrica de manteiga e Queijo	Floriano/PI

Fonte: (Diniz, 2008, p.21-23) com atualização dos dados IPHAN a partir da lista de processos de tombamento. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20de%20Processos%20de%20Tombamento.pdf> e acesso em: 12 de Dezembro de 2018.

APÊNDICE 2. ESTUDO TIPOLÓGICO

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Apaga Fogo	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Não Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Século XIX
Uso Original: Residencial
Integra conjunto

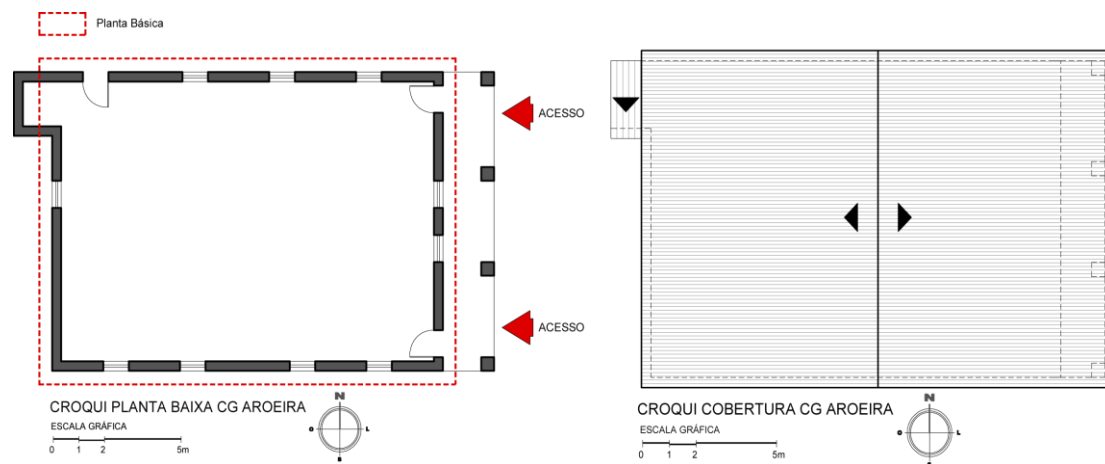
REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
(Medeiros Filho, 1983)

TIPO

01

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Aroeira	Térrea + Sótão	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Arrasto

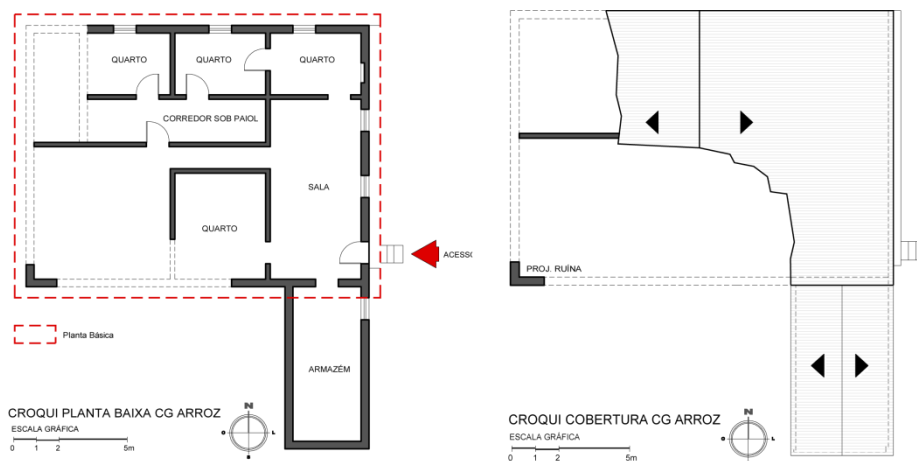


IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: 1897 Uso Original: Residencial Integra conjunto	09
REFERÊNCIAS	
(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) (Medeiros Filho, 1983)	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Arroz	Térrea + Paiol	Retangular	Não existe	2 águas – Arrasto



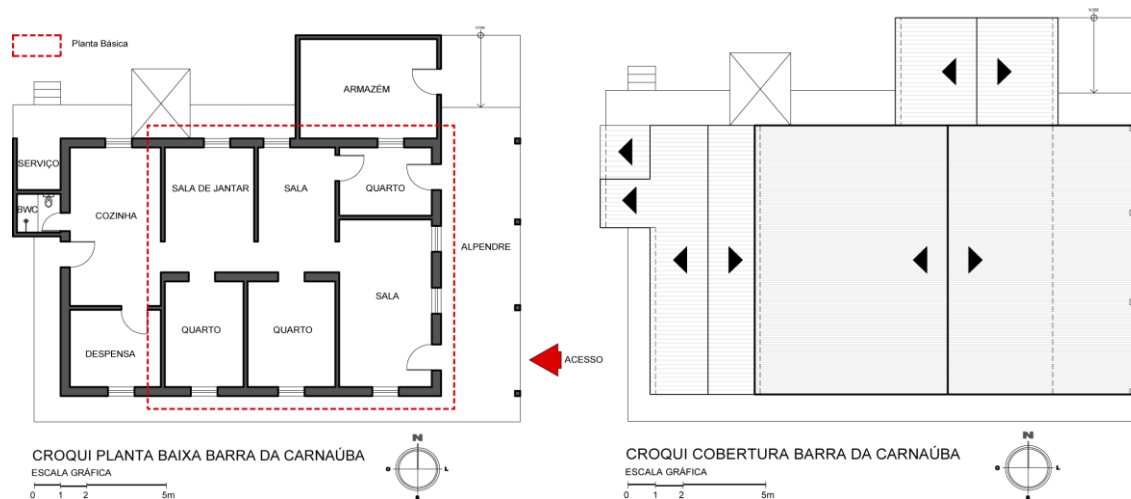
IMAGENS



(Diniz, 2008, p.161)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: Século 1800 Uso Original: Residencial Integra conjunto	12
REFERÊNCIAS	
(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) (Diniz, 2008) (Medeiros Filho, 1983)	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Barra da Carnaúba	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Arrasto

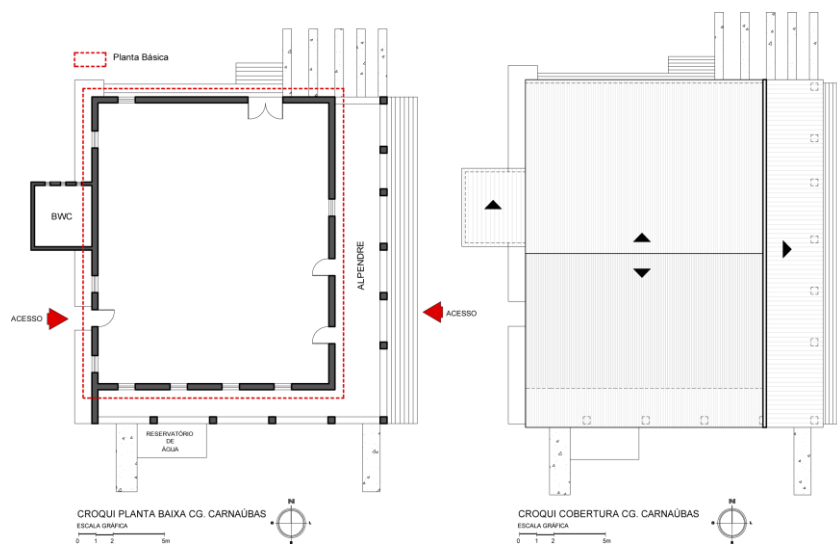


IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: 1860 Uso Original: Residencial Integra conjunto REFERÊNCIAS (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) (Medeiros Filho, 1983)	01

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Carnaúba	Térrea + Sótão	Retangular	Em “L”	2 águas – Arrasto

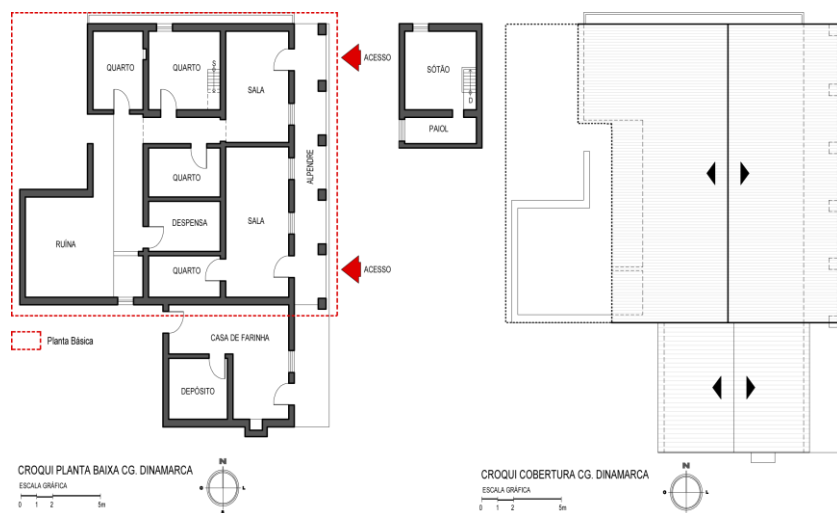


IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: 1850 Uso Original: Residencial Integra conjunto	11
REFERÊNCIAS (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) (Medeiros Filho, 1983)	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Dinamarca	Térrea + Sótão + Paio	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Meados do século XVIII entre 1730 e 1750

Uso Original: Residencial

Integra conjunto

REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

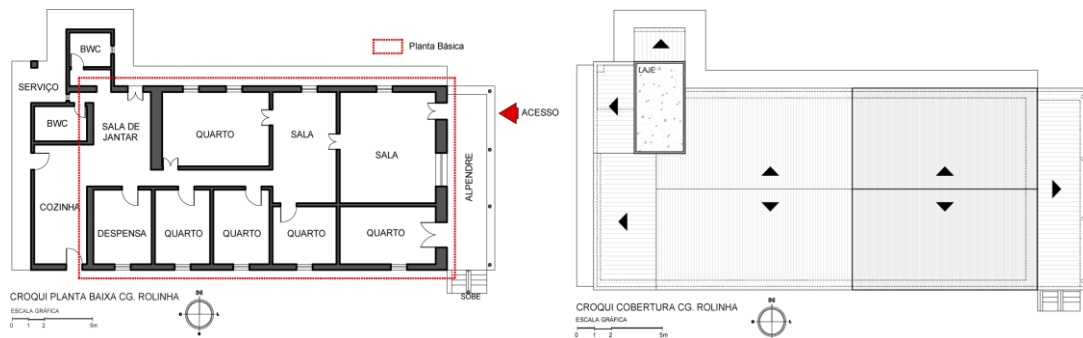
(Medeiros Filho, 1983)

Casa Grande Fazenda Dinamarca (2018) - documento escrito de Ivo Lobo

TIPO

09

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Rolinha	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	Outras águas

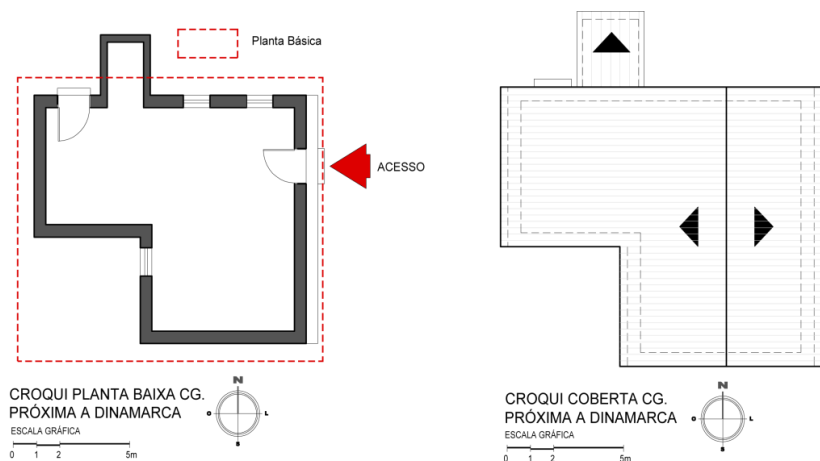


IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: 1845 Uso Original: Residencial Integra conjunto	03
REFERÊNCIAS (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) (Medeiros Filho, 1983)	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Próxima à Dinamarca	Térrea	Em “L”	Não existe	2 águas – Arrasto

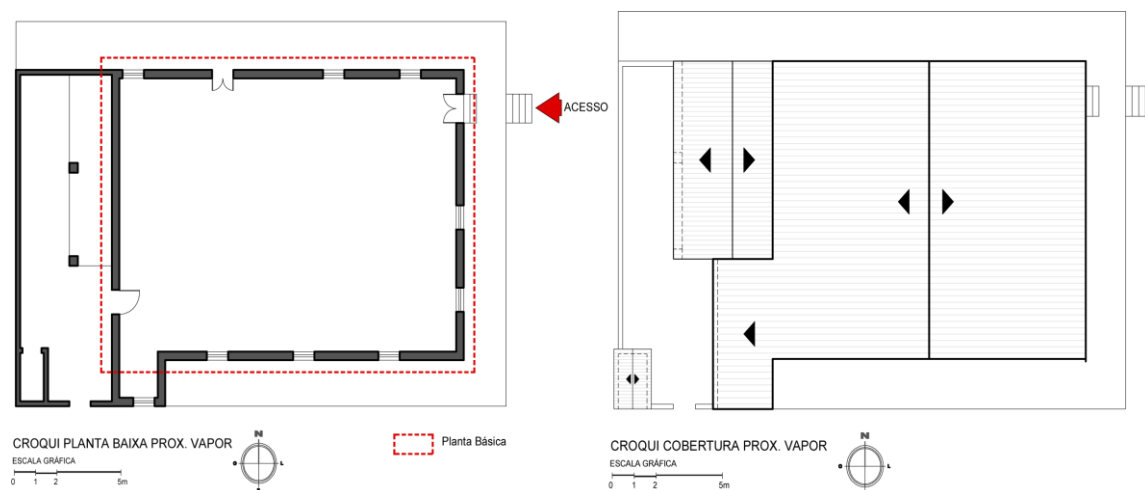


IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: Século XIX Uso Original: Residencial Não integra conjunto	05
REFERÊNCIAS (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) (Medeiros Filho, 1983)	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Próxima à Vapor	Térrea	Retangular	Não existe	2 águas – Arrasto

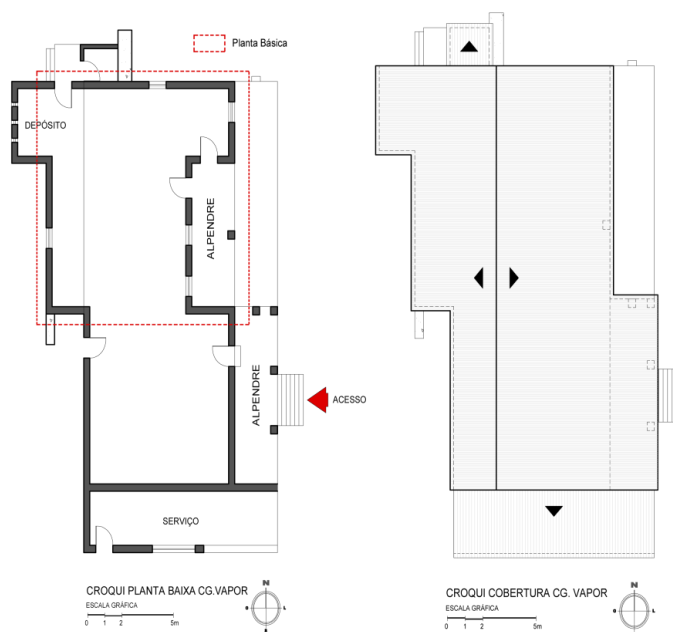


IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: Século XIX Uso Original: Residencial Não integra conjunto	06
REFERÊNCIAS (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) (Medeiros Filho, 1983)	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Vapor	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Sem Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: 1850
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

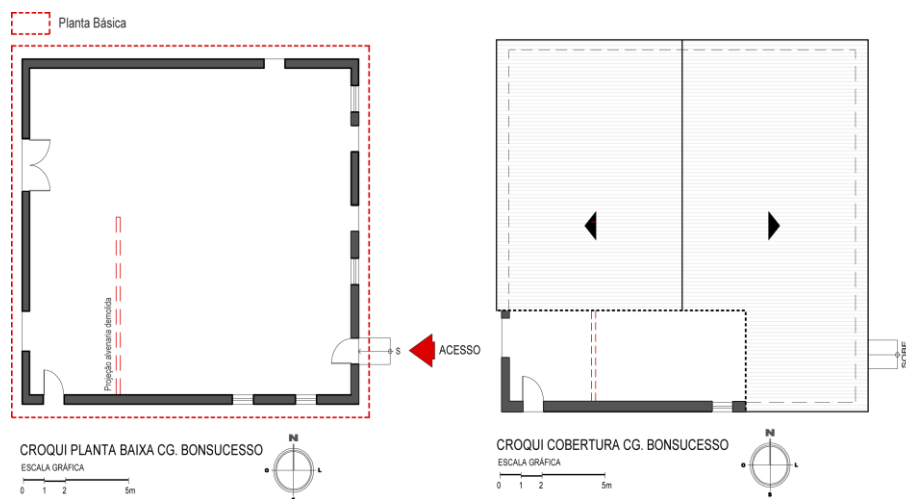
REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
 (Medeiros Filho, 1983)

TIPO

02

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM OURO BRANCO/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Bonsucesso	Térrea	Retangular	Não existe	2 águas – Arrasto

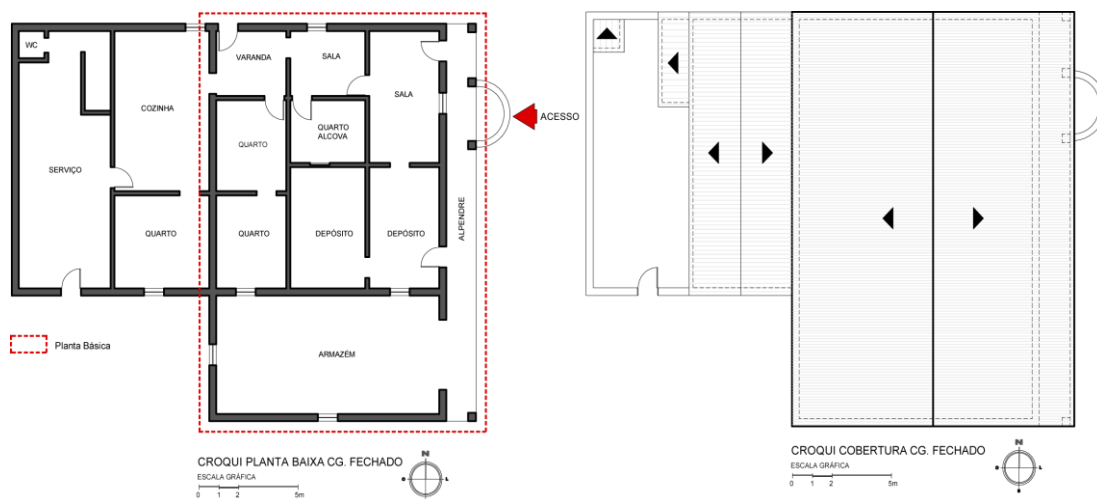


IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: 1800 Uso Original: Residencial Integra conjunto	06
REFERÊNCIAS	
(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) (Medeiros Filho, 1983)	

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM OURO BRANCO/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Fechado	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Sem Arrasto

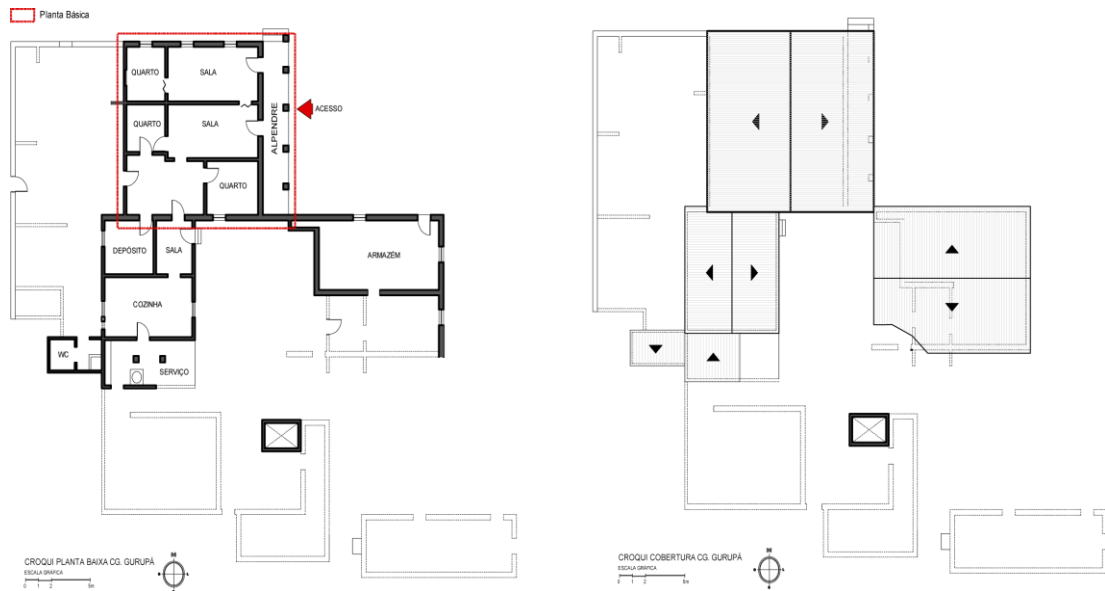


IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: 1850 Uso Original: Residencial Integra conjunto REFERÊNCIAS (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) (Medeiros Filho, 1983)	02

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM OURO BRANCO/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Gurupá	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Sem Arrasto



IMAGENS



(Diniz, 2008, p.153)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Século XIX
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

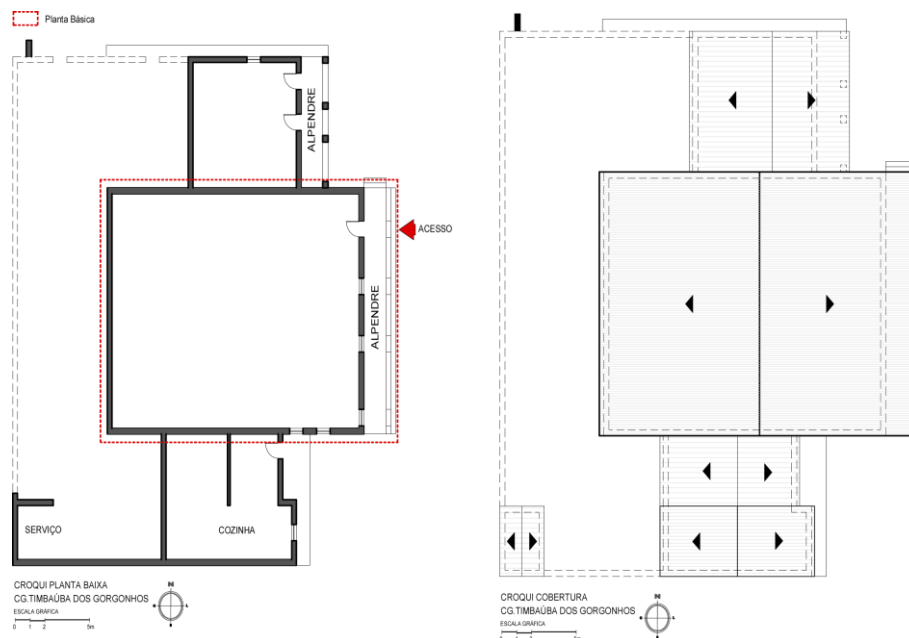
REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
 (Diniz, 2008)
 (Medeiros Filho, 1983)

TIPO

02

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM OURO BRANCO/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Timbaúba dos Gorgônios	Térrea + Sótão	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: 1855/1862
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

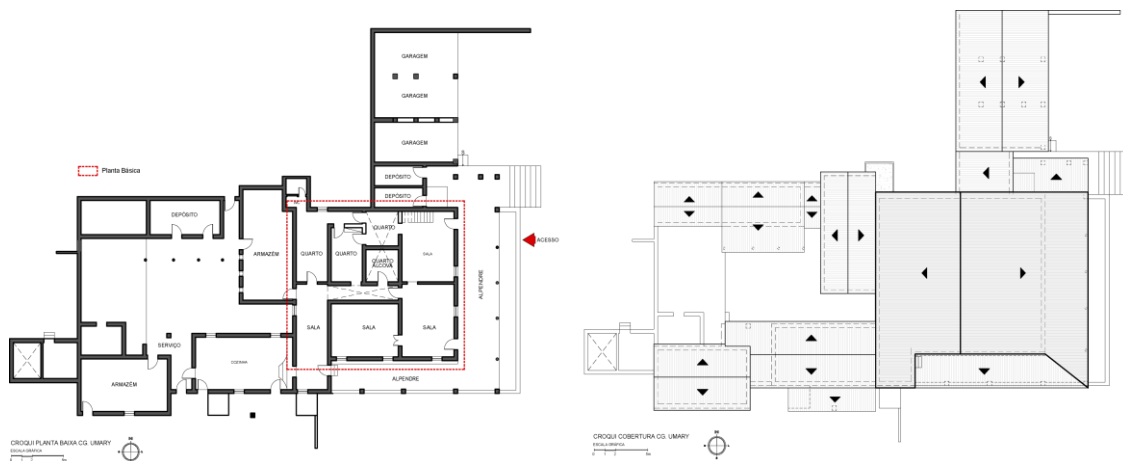
REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
 (Medeiros Filho, 1983)

TIPO

09

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM OURO BRANCO/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Umary	Térrea + Sótão + Paioi	Retangular	Em “L”	2 águas – Arrasto



MAGENS



(Diniz, 2008, p.156)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: 1830

Uso Original: Residencial

Integra conjunto

REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

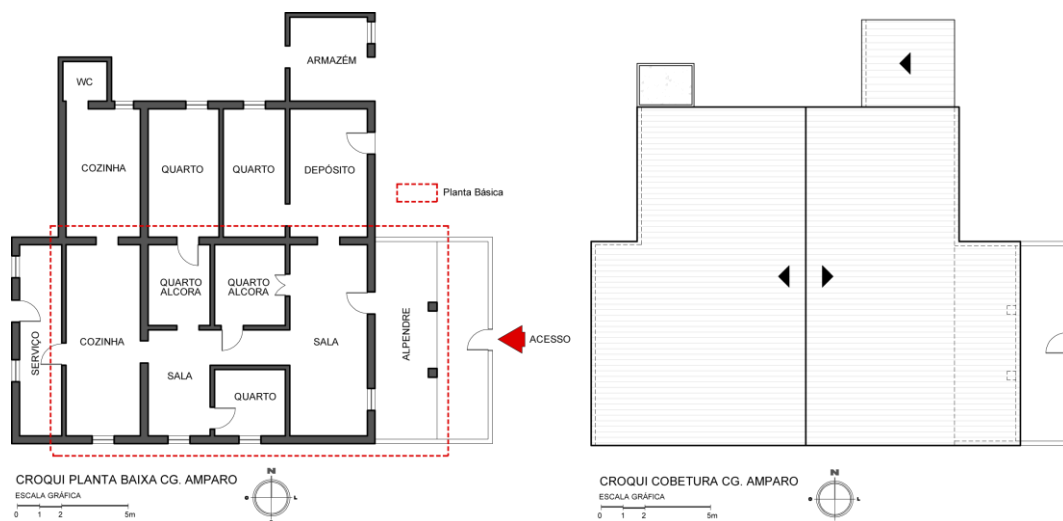
(Diniz, 2008)

(Medeiros Filho, 1983)

TIPO

11

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM JARDIM DE PIRANHAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Amparo	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: 1800
Uso Original: Residencial
Integra conjunto

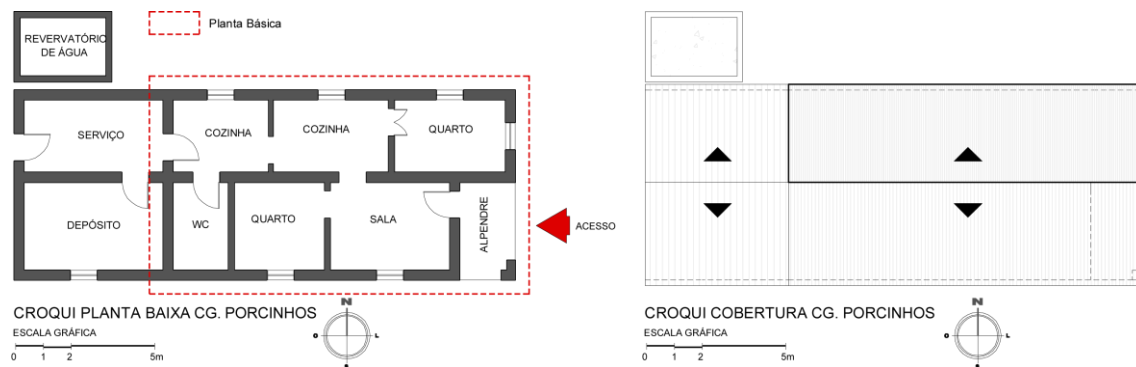
REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
(Medeiros Filho, 1983)

TIPO

01

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM JARDIM DE PIRANHAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Porcinho	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Sem Arrasto

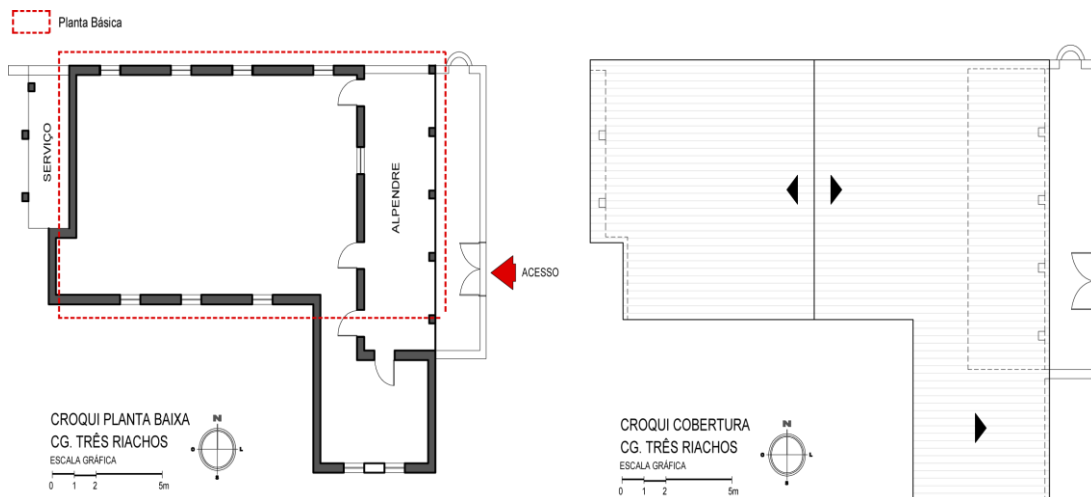


IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: Século XX Uso Original: Residencial Integra conjunto	02
REFERÊNCIAS (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) (Medeiros Filho, 1983)	

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM JARDIM DE PIRANHAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Três Riachos	Térrea + Sótão + Paio	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: 1800
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

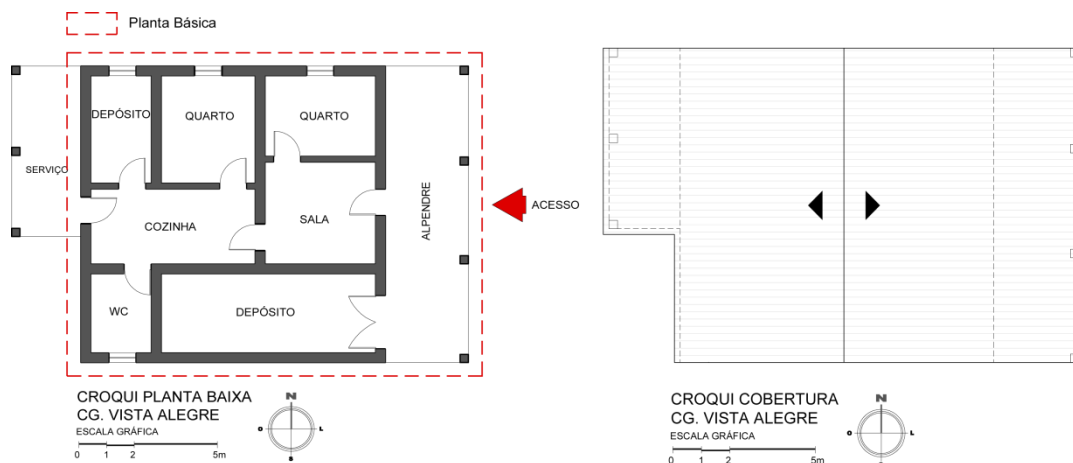
REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
 (Medeiros Filho, 1983)

TIPO

09

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM JARDIM DE PIRANHAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Vista Alegre	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: 1800
Uso Original: Residencial
Integra conjunto

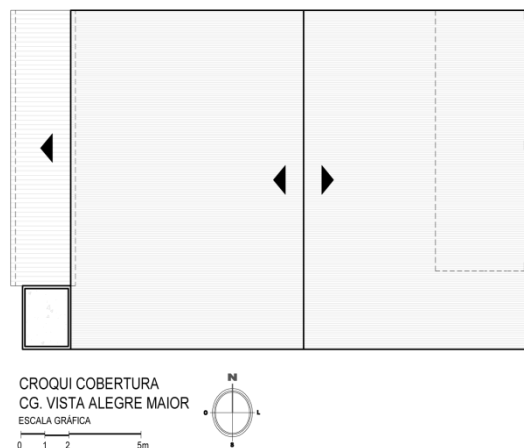
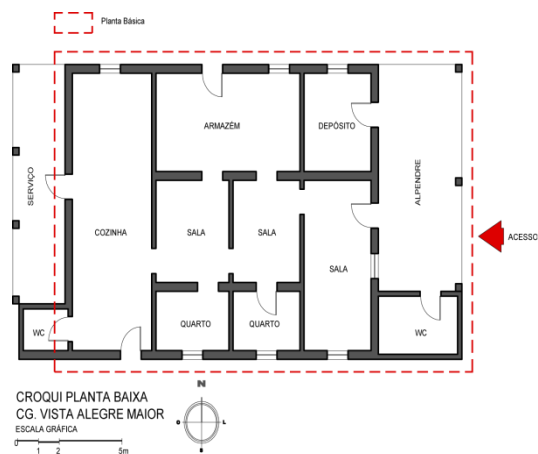
REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
(Medeiros Filho, 1983)

TIPO

01

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM JARDIM DE PIRANHAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Vista Alegre Maior	Térrea + Sótão	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Século 1850
Uso Original: Residencial
Integra conjunto

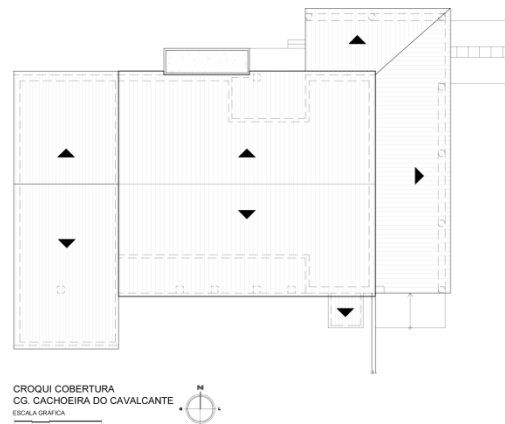
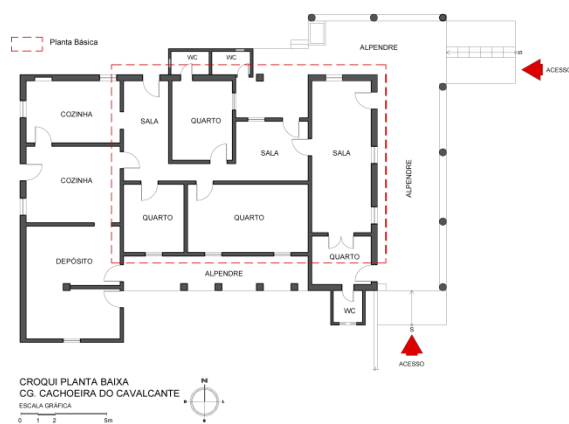
REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
(Medeiros Filho, 1983)

TIPO

09

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Cachoeira do Cavalcante	Térrea	Retangular	Existe em “L”	2 águas – Sem Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: 1850
Uso Original: Residencial
Integra conjunto

REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
(Medeiros Filho, 1983)

TIPO

04

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Encampinado	Térrea + Sótão + Paiol	Retangular	Retangular - Frente	2 águas –Arrasto



IMAGENS



(Diniz, 2008, p. 134)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Século XIX

Uso Original: Residencial

Integra conjunto

REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

(Diniz, 2008)

(Medeiros Filho, 1983)

TIPO

09

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Campinado de Baixo	Térrea	Retangular	Não existe	2 águas - Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Século XIX
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

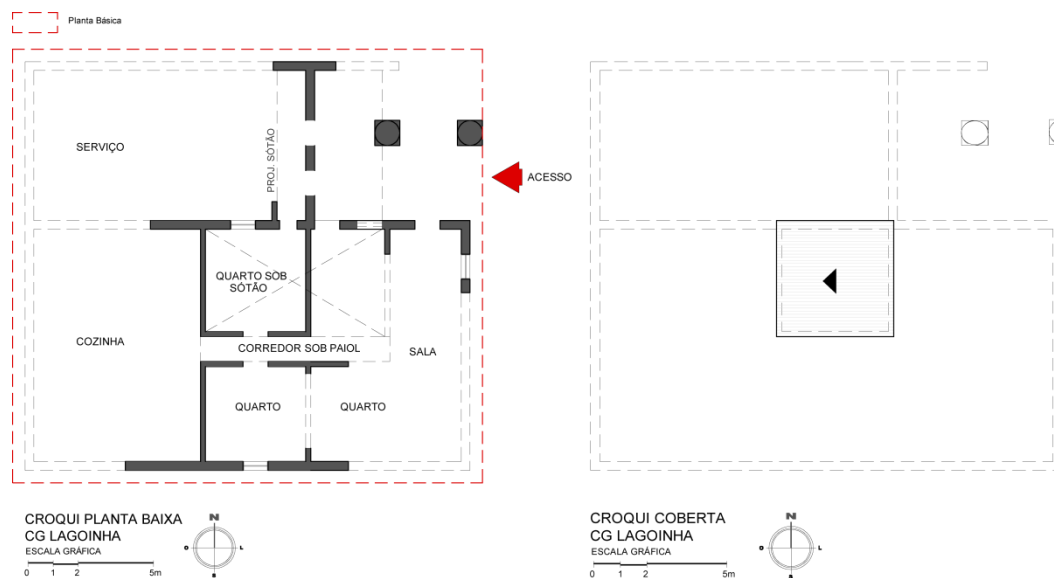
REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
 (Medeiros Filho, 1983)

TIPO

06

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Lagoinha	Térrea + Sótão + Paio	Retangular	Não foi possível determinar	2 águas – Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: por volta de 1800
 Uso Original: Residencial
 Atualmente não integra conjunto

REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
 (Medeiros Filho, 1983)

TIPO

NPD

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Logradouro do Enéias	Térrea + Paio	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Arrasto

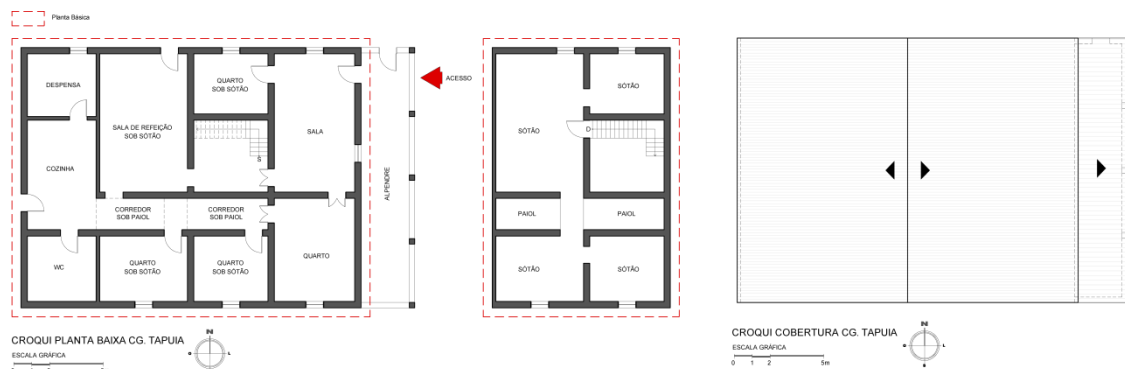


IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: 1872 Uso Original: Residencial Integra conjunto	09
REFERÊNCIAS	
(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) (Medeiros Filho, 1983)	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Tapuia	Térrea + Sótão + Paio	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Século XIX
Uso Original: Residencial
Integra conjunto

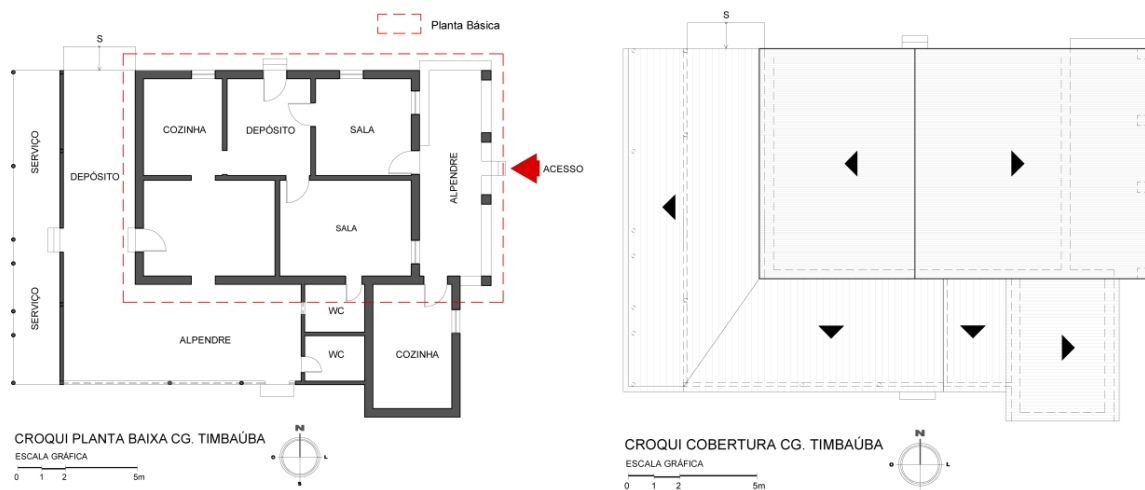
REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
(Medeiros Filho, 1983)

TIPO

09

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Timbaúba	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Século XIX
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

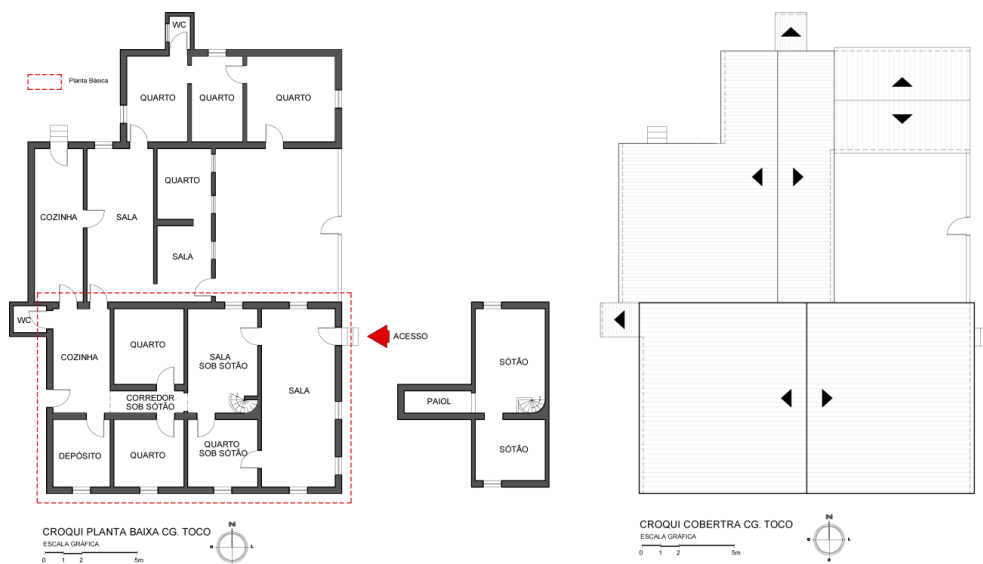
REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
 (Medeiros Filho, 1983)

TIPO

01

ESTUDO TIPOLÓGICO: CASAS-GRANDES EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Toco	Térrea + Sótão + Paiol	Retangular	Não existe	2 águas – Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Século XIX
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
 (Medeiros Filho, 1983)

TIPO

12

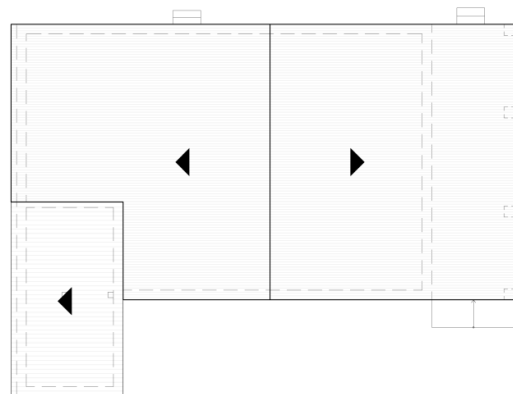
ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM TIMBAÚBA DOS BATISTAS/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Picuí	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Arrasto

Planta Básica



CROQUI PLANTA BAIXA CG. PICUI
ESCALA GRÁFICA

0 1 2 5m



CROQUI COBERTURA CG. PICUI
ESCALA GRÁFICA

0 1 2 5m



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Século XIX
Uso Original: Residencial
Integra conjunto

REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
(Medeiros Filho, 1983)

TIPO

01

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SÃO JOÃO DO SABUGI/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Jerusalém	Térrea + Sótão	Retangular	Existe em “L”	2 águas – Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Início do século XIX

Uso Original: Residencial

Integra conjunto

REFERÊNCIAS

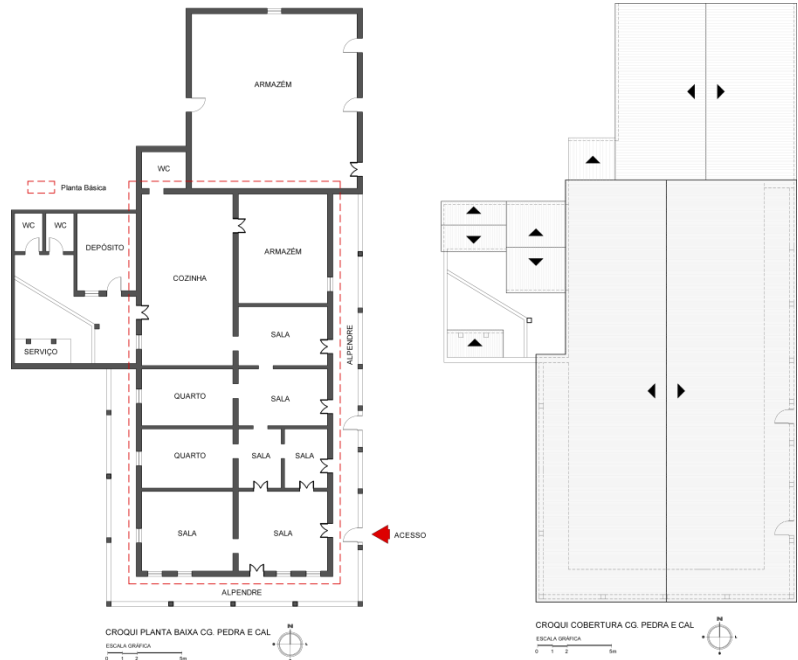
(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

(Medeiros Filho, 1983)

TIPO

11

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SÃO JOÃO DO SABUGI/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Pedra e Cal	Térrea	Retangular	Existe em “U”	2 águas – Sem Arrasto



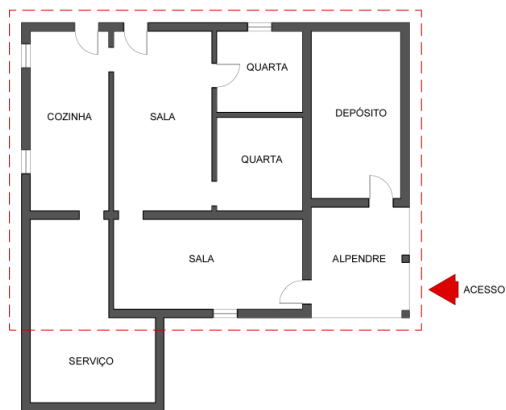
IMAGENS



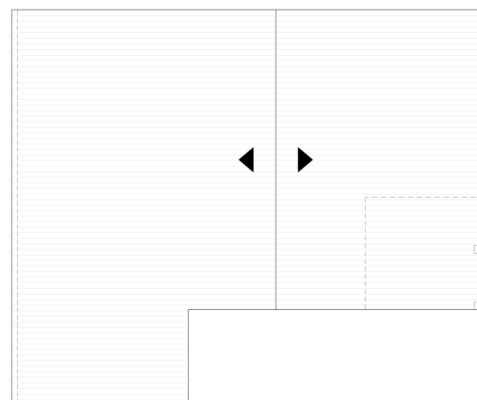
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: Originária do XIX com modificações consideráveis durante o século XX. Uso Original: Residencial Integra conjunto	08
REFERÊNCIAS	
(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) (Medeiros Filho, 1983)	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM SÃO JOÃO DO SABUGI/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Mata-fome	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Arrasto

Planta Básica



CROQUI PLANTA BAIXA CG.MATA-FOME
ESCALA GRÁFICA
0 1 2 5m



CROQUI COBERTURA CG.MATA-FOME
ESCALA GRÁFICA
0 1 2 5m



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Fins do século XIX, 1880

Uso Original: Residencial

Não integra conjunto

REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)

(Medeiros Filho, 1983)

TIPO

01

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM IPUEIRA/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Bela Vista	Térrea	Retangular	Não existe	2 águas – Arrasto

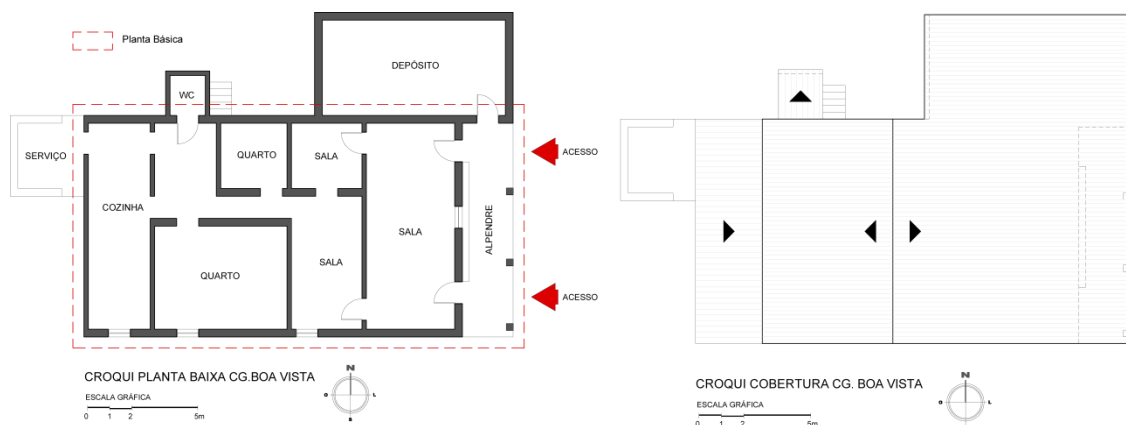


IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: 1850 Uso Original: Residencial Integra conjunto	06
REFERÊNCIAS	
(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) (Medeiros Filho, 1983)	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM IPUEIRA/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Boa Vista	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: 1804
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

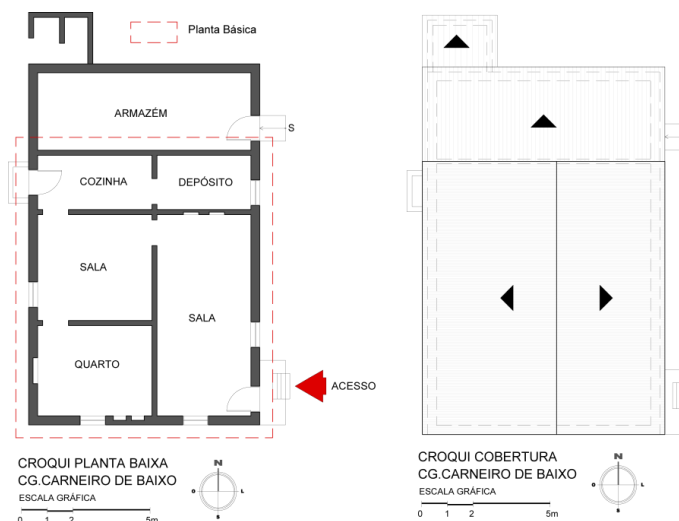
REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
 (Medeiros Filho, 1983)

TIPO

01

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM IPUEIRA/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Carneiro	Térrea	Retangular	Não existe	2 águas – Sem Arrasto

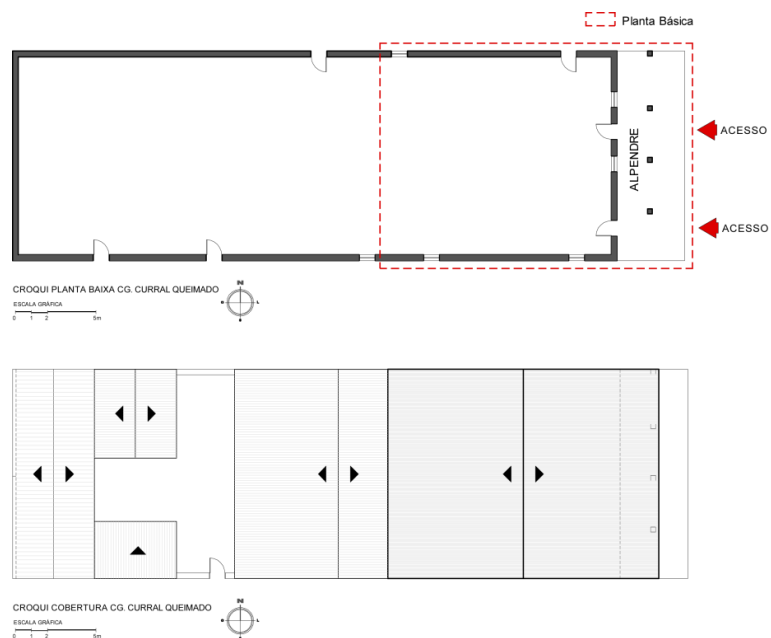


IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: Século XIX Uso Original: Residencial	07
REFERÊNCIAS (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) (Medeiros Filho, 1983)	

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM IPUEIRA/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Curral Queimado	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Século XIX
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

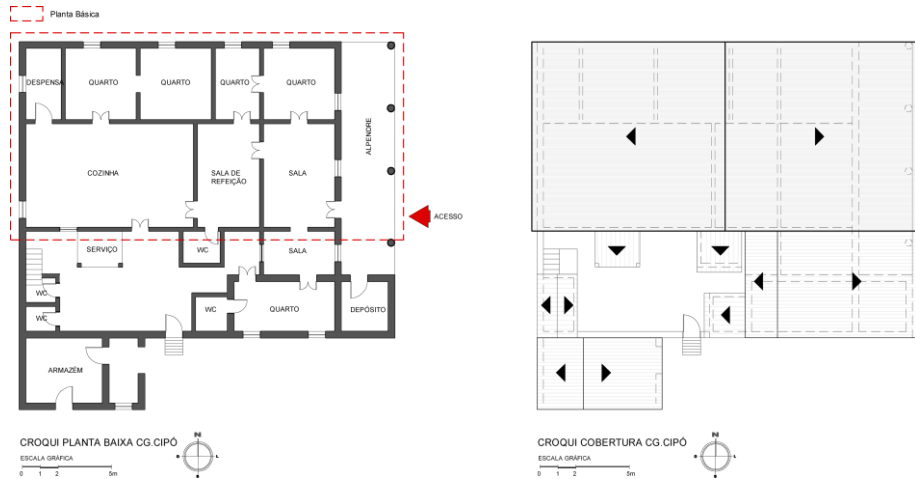
REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
 (Medeiros Filho, 1983)

TIPO

01

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM IPUEIRA/SERIDÓ				
FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Cipó	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Arrasto



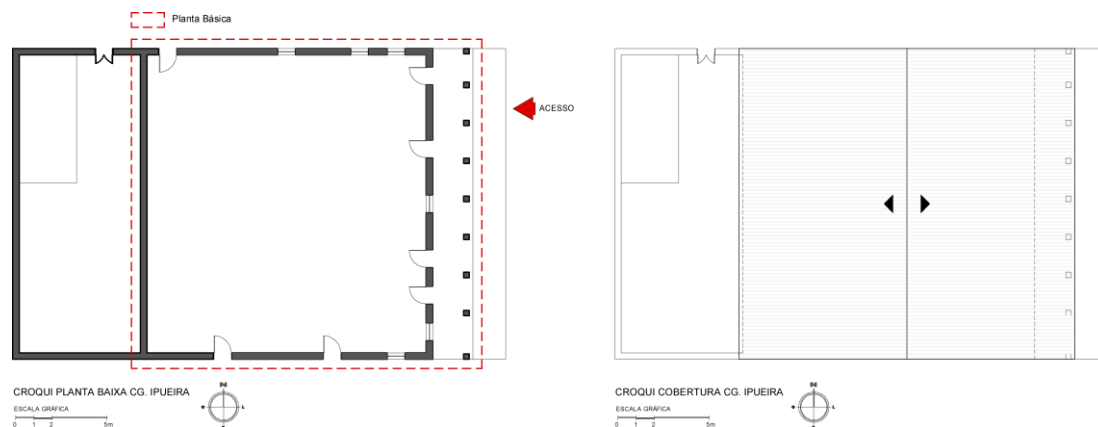
IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	TIPO
Período: 1825 Uso Original: Residencial Integra conjunto REFERÊNCIAS (Assunção, Oliveira, & Silva, 2010) (Medeiros Filho, 1983)	01

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM IPUEIRA/SERIDÓ

FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Ipueira	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Arrasto



IMAGENS



(Diniz, 2008, p. 169)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: 1859
Uso Original: Residencial
Integra conjunto

REFERÊNCIAS

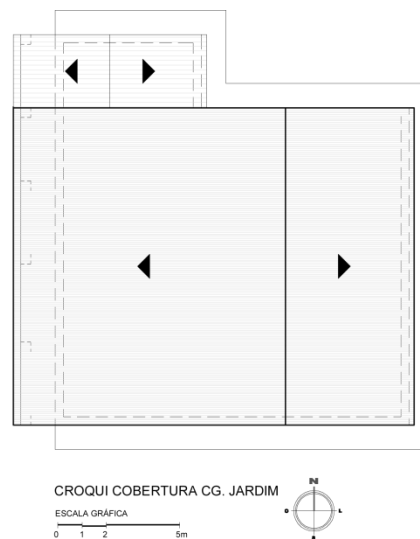
(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
(Diniz, 2008)
(Medeiros Filho, 1983)

TIPO

01

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM IPUEIRA/SERIDÓ

FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Jardim	Térrea + Sótão	Retangular	Retangular - Posterior	Duas água – Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: Início do século XIX
 Uso Original: Residencial
 Integra conjunto

REFERÊNCIAS

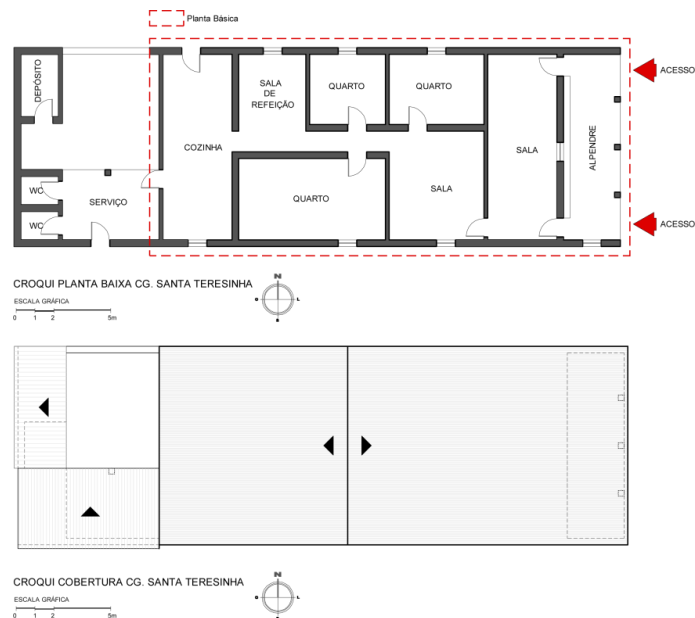
(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
 (Medeiros Filho, 1983)

TIPO

10

ESTUDO TIPOLOGICO: CASAS-GRANDES EM IPUEIRA/SERIDÓ

FAZENDA	Nº DE PAVIMENTOS	FORMATO DA PLANTA	ALPENDRE	COBERTA
Santa Teresinha	Térrea	Retangular	Retangular - Frente	2 águas – Arrasto



IMAGENS



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Período: 1875
Uso Original: Residencial
Integra conjunto

REFERÊNCIAS

(Assunção, Oliveira, & Silva, 2010)
(Medeiros Filho, 1983)

TIPO

01

Anexo

ANEXO 1. CRONOLOGIA DA SECA NO NORDESTE (1583 – 1909)

Cronologia da seca no Nordeste (1583 – 1909)		
Ano/Período	Ano/Período	Ano/Período
1583 – 1585	1723-1727	1824-1825
Primeiras notícias sobre seca, relatada pelo Padre Femã Cardim, que atravessou o sertão da Bahia em direção a Pernambuco. Relata que houve <i>uma grande seca e esterilidade na província e que 5 mil índios foram obrigados a fugir do sertão pela fome.</i>	Grande seca atinge o Nordeste fazendo dos engenhos verdadeiras ruínas. Irineu Pinto relata que os fiscais da Câmara pediram ao Rei que mandassem escravos, pois os da região haviam morrido de fome	Grande seca atinge a região. Os campos ficaram esterilizados.
		1833-1835
		Grande seca atinge Pernambuco
		1844-1846
		Seca de grande proporção provocou morte do gado. Um saco de farinha de mandioca era trocado por ouro ou prata.
1606	1736-1737	1736-1737
Seca atinge o Nordeste	Seca atinge o Nordeste	Uma das mais graves secas que atingiram todo o Nordeste. O Ceará, por exemplo, tinha na época uma população de 800 mil habitantes. Destes, 120 mil migraram para a Amazônia.
1652	1744-1745	
Seca atinge o Nordeste	Seca provoca morte do gado e fome entre a população.	
1692-1693	1748-1751	1888-1889
Grande seca atinge o sertão. A peste assola a capitania de Pernambuco. Segundo o historiador Frei Vicente do Salvador, os indígenas, foragidos pelas serras, reuniram-se em numerosos grupos e avançaram sobre as fazendas das ribeiras.	Grande seca atinge a região	Grande seca atinge PE e PB
	1776-1778	1898-1900
	Uma das mais agravantes secas. Coincidi com um surto de varíola que se prolongaria até 1778. Quase todo o gado ficou perdido na caatinga.	Outra grande seca atinge somente o Estado de Pernambuco.
1709-1711	1790-1793	1908-1909
Grande seca atinge o Nordeste estendendo-se até a Capitania do Maranhão.	Grande seca atinge o Nordeste matando quase que todo o gado. Período intensificado pela seca, fome e doenças.	Seca atinge principalmente o sertão de Pernambuco. Em 1909 foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS).
1720-1721	1808-1809	
Seca alarmante nas províncias do Ceará e Rio Grande do Norte.	Seca parcial atinge Pernambuco, na região do São Francisco	

Tabela 12. Secas no Nordeste do Brasil. Fonte: Pinho, José Ricardo Moreno (2016). *Açambarcadores e Famélicos: Fome, carestia e conflitos em Salvador (1858 a 1878)*. Salvador: EDUNEB. p. 353.